

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

VÍTOR CORRÊA ALEIXO

**RELIGIÃO E POLÍTICA EM MINAS GERAIS:
FORMAS DE ATIVISMO CRISTÃO NO PODER LEGISLATIVO
E EM CONTROVÉRSIAS PÚBLICAS**

Belo Horizonte

2019

VÍTOR CORRÊA ALEIXO

**RELIGIÃO E POLÍTICA EM MINAS GERAIS:
FORMAS DE ATIVISMO CRISTÃO NO PODER LEGISLATIVO
E EM CONTROVÉRSIAS PÚBLICAS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Linha de pesquisa: Sociologia da Religião e da Cultura

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Maria de Castro

Belo Horizonte

2019

301 Aleixo, Vítor Corrêa.
A366r Religião e política em Minas Gerais [manuscrito] : formas
2019 de ativismo cristão no poder legislativo e em controvérsias
públicas / Vítor Corrêa Aleixo. - 2019.
247 f. : il.
Orientadora: Cristina Maria de Castro.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1.Sociologia – Teses. 2.Poder legislativo - Teses.3.
Religião e política - Teses. I.Castro, Cristina Maria de.
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



Programa de Pós Graduação em Sociologia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais

ATA DA DEFESA DE TESE

VÍTOR CORRÊA ALEIXO

Aos 05 (cinco) dias do mês de julho de 2019 (dois mil e dezenove), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Tese de Doutorado, intitulada: **"RELIGIÃO E POLÍTICA EM MINAS GERAIS: FORMAS DE ATIVISMO CRISTÃO NO PODER LEGISLATIVO E EM CONTROVÉRSIAS PÚBLICAS"**. A banca foi composta pelos professores doutores **Cristina Maria de Castro** (Orientadora - DSO/UFMG), **Renan Springer de Freitas** (DSO/UFMG), **Ana Lúcia Modesto** (DSO/UFMG) **Paul Freston** (Wilfrid Laurier University) e **Paulo Gracino de Souza Júnior** (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ).

Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação

Reprovação da Tese ()

Para constar foi lavrada a presente ata, datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 05 de julho de 2019.

Profa. Dra. Cristina Maria de Castro (Orientadora - PPGS /UFMG)

Prof. Dr. Renan Springer de Freitas (DSO/UFMG)

Profa. Dra. Ana Lúcia Modesto (DSO/UFMG)

Prof. Dr. Paul Freston (Wilfrid Laurier University) * participação à distância

Prof. Dr. Paulo Gracino de Souza Júnior (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ) * participação à distância

À Joane.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Cristina Maria de Castro pelas orientações sempre generosas, dialógicas e problematizadoras, suas reflexões originais e críticas perspicazes se aliam, harmoniosamente, à ética de pesquisa e sensibilidade diante da pluralidade religiosa.

Aos professores que compuseram a banca de qualificação e que contribuíram sobremaneira com o aprimoramento do projeto de pesquisa, Profa. Dra. Elaine Meire Vilela, Prof. Dr. Paul Freston e Prof. Dr. Renan Springer de Freitas.

À Profa. Ana Lúcia Modesto, ao Prof. Dr. Paul Freston, ao Prof. Paulo Gracino Júnior e ao Prof. Dr. Renan Springer de Freitas por, gentilmente, aceitarem participar da banca de defesa, pelas minuciosas leituras e valiosas considerações.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico que por meio da bolsa de doutorado possibilitou a realização dessa pesquisa.

À Profa. Dra. Maria Amália de Almeida Cunha pelo apoio e aprendizado.

Ao corpo docente e técnico-administrativo do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Religiões na Contemporaneidade.

À minha mãe Fabrícia e ao meu pai Olady pelos inestimáveis ensinamentos. Aos meus irmãos Túlio e Raul pela parceria inabalável e prosa entusiasmada.

À minha amada esposa Joane, companheira em cada etapa, ideia e instante ao longo dessa investigação sociológica por variadas veredas e margens mineiras.

“Uma flor nasceu na rua!
Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor.
Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio”.

Carlos Drummond de Andrade
(A flor e a náusea, 1945)

“Debilidade é a incapacidade de encarar
o rosto severo do destino da época. [...]
É necessário lançar-se ao trabalho e
responder à exigência de cada dia”.

Max Weber
(A ciência como vocação, 1918)

RESUMO

Essa pesquisa comparativa se propõe a investigar as formas de ativismo cristão no poder legislativo e em controvérsias públicas no Brasil, particularmente, na unidade federativa de Minas Gerais e na capital Belo Horizonte. Em meio a um multifacetado e dinâmico contexto sociocultural, político e religioso, foram selecionados representantes eclesiásticos e leigos oriundos de denominações evangélicas com expressiva presença no campo religioso mineiro e nas casas legislativas estadual e municipal, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e Câmara Municipal de Belo Horizonte. O recorte temporal parte da década de 1980, do fim da ditadura militar e início do processo de redemocratização à atualidade, com ênfase nas últimas legislaturas no poder legislativo estadual e municipal. A delimitação amostral envolve atores individuais e coletivos de quatro distintas confissões cristãs, Igrejas Batistas, Assembleias de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular e Igreja Universal do Reino de Deus. O enfoque comparativo se direciona a uma amostra abrangente e diversificada, visto que as denominações evangélicas pesquisadas se distinguem em razão de fatores contextuais, institucionais, doutrinários, relacionais, discursivos e práticos. Desse modo, intenta-se compreender em que medida a identidade confessional, o arranjo teológico-ritualístico, o modelo de governo eclesiástico, o projeto político denominacional e a trajetória sociobiográfica influem nas formas de ativismo cristão no poder legislativo e em controvérsias públicas nos contextos mineiro e belo-horizontino. Destacam-se as consonâncias das estratégias de proselitismo eleitoral, veiculações midiáticas, investimentos em candidaturas diretas e indiretas, inserções no espaço público, modulação eclesial da atuação parlamentar e alianças suprapartidárias e interdenominacionais com o modelo de governo eclesiástico congregacional e episcopal, organização sectária e denominacional, matriz protestante histórica e renovada, pentecostal clássica, de cura divina e neopentecostal. Com vistas a identificar formas de ativismo cristão individuais, denominacionais e das bancadas evangélicas, realizou-se um levantamento de 972 projetos de lei distribuídos entre 22 parlamentares com vínculos batistas, assembleianos, quadrangulares e iurdianos, 631 propostos por deputados estaduais e 341 por vereadores, sendo classificados por tipo de autoria individual ou coletiva, etapa no processo de tramitação e área de intervenção

legislativa: administração pública; denominação de próprio público; direitos humanos; educação; esporte e lazer; interesses corporativos evangélicos; indústria, comércio e serviços; meio ambiente; patrimônio histórico e cultura; saúde pública; segurança pública; trabalho, emprego e renda; trânsito e transporte; tributos; utilidade pública. A abordagem contextual das trajetórias sociobiográficas, perfis de atuação parlamentar, matizes institucionais, eclesiais e doutrinários das denominações evangélicas, bem como do envolvimento na produção e propagação de controvérsias públicas em torno de educação, gênero e laicidade, tem como propósito oferecer subsídios empíricos e interpretativos a potenciais cotejos com outras regiões, unidades federativas, centros urbanos brasileiros e experiências transnacionais. Além de contribuir com investigações sociológicas sobre as formas de ativismo cristão no poder legislativo e em controvérsias públicas, tendo como substrato os contextos mineiro e belo-horizontino, no decorrer do processo de construção agonística, relacional e pluralista do Estado democrático de direito e de novas formas participativas e representativas do religioso na esfera pública.

Palavras-chave: Ativismo cristão. Poder legislativo. Controvérsia. Esfera pública. Minas Gerais.

ABSTRACT

This comparative research proposes to investigate the forms of Christian activism in the legislative power and in public controversies in Brazil, particularly in the state of Minas Gerais and in its capital Belo Horizonte. Amid a multifaceted and dynamic sociocultural, political and religious context, ecclesiastical and lay representatives from evangelical denominations were selected because of their expressive presence in the religious field of Minas Gerais and in the state and municipal legislative houses, Legislative Assembly of the State of Minas Gerais and Municipal Chamber of Belo Horizonte. The temporal cut starts from the 1980s, from the end of the military dictatorship and the beginning of the process of redemocratization to the present, with emphasis on the last legislatures in the state and municipal legislative power. The sample delimitation covers individual and collective actors from four distinct Christian confessions, Baptist Churches, Assemblies of God, Church of the Foursquare Gospel, and Universal Church of the Kingdom of God. The comparative approach is directed to a broad and diverse sample, since evangelical denominations differ due to contextual, institutional, doctrinal, relational, discursive and practical factors. Thus, the intention is to understand to what extent the confessional identity, the theological-ritualistic arrangement, the model of ecclesiastical government, the denominational political project and the socio-biographical trajectory influence the forms of Christian activism in the legislative power and in public controversies in the Minas Gerais and Belo Horizonte contexts. The consonances of strategies of electoral proselytism, media serving, investments in direct and indirect candidacies, insertions in the public space, ecclesial modulation of parliamentary acting, and interdenominational and supraparty alliances with the congregational and episcopal models of ecclesiastical government, sectarian and denominational organizations, historical and renewed Protestant, classical Pentecostal, Pentecostal of divine healing and Neo-Pentecostal matrixes are highlighted. In order to identify forms of Christian activism of individuals, denominations and evangelical benches, a gathering was realized of 972 bills distributed among 22 parliamentarians, 631 proposed by state deputies and 341 by city councilors. These bills were classified by type of individual or collective authorship, stage of legal procedure and legislative intervention area: public administration; denomination of own

public; human rights; education; sport and leisure; evangelical corporate interests; trade, industry and services; environment; historical heritage and culture; public health; public security; work, employment and income; traffic and transport; tributes; public utility. The contextual approach of socio-biographical trajectories, profiles of parliamentary acting, institutional, ecclesiastical and doctrinal shades of the evangelical denominations, as well as of involvement in the production and propagation of public controversies about education, gender and secularity, intends to offer empirical and interpretative subsidies to potential comparisons with other regions, states, Brazilian cities and transnational experiences. In addition, it aims to contribute to sociological investigations concerning forms of Christian activism in the legislative power and in public controversies, based on the Minas Gerais and Belo Horizonte contexts, during the process of agonistic, relational and pluralistic construction of the democratic constitutional state and new participatory and representative forms of the religious in the public sphere.

Keywords: Christian activism. Legislative power. Controversy. Public sphere. Minas Gerais.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 — Percentual populacional por religião segundo unidade territorial, Brasil, Minas Gerais e Belo Horizonte, entre os Censos Demográficos 2000 e 2010	62
Quadro 1 — Deputados estaduais eleitos por denominação evangélica, vínculo eclesial, partido político, número de votos e mandatos na ALMG, 2015–2019.....	130
Quadro 2 — Vereadores eleitos por denominação evangélica, vínculo eclesial, partido político, número de votos e mandatos na CMBH, 2017–2020	133
Tabela 2 — Números absolutos e percentuais de deputados na ALMG, 2015–2019, e de membros na população de Minas Gerais por denominação evangélica	144
Tabela 3 — Números absolutos e percentuais de vereadores na CMBH, 2017–2020, e de membros na população de Belo Horizonte por denominação evangélica	145
Quadro 3 — Deputados estaduais eleitos por denominação evangélica, vínculo eclesial, partido político, número de votos e mandatos na ALMG, 2011–2015.....	151
Quadro 4 — Vereadores eleitos por denominação evangélica, vínculo eclesial, partido político, número de votos e mandatos na CMBH, 2013–2016	153
Tabela 4 — Números absolutos e percentuais de proposições e aprovações de PLs por deputados estaduais da ALMG segundo denominação evangélica, 2015–2019	165
Tabela 5 — Números absolutos e percentuais de proposições e aprovações de PLs por vereadores da CMBH segundo denominação evangélica, 2017–2018.....	166
Tabela 6 — Números absolutos e percentuais de proposições e aprovações de PLs na ALMG por tipo de autoria segundo denominação evangélica, 2015–2019	168
Tabela 7 — Números absolutos e percentuais de proposições e aprovações de PLs na CMBH por tipo de autoria segundo denominação evangélica, 2017–2018.....	169
Tabela 8 — Números absolutos e percentuais de proposições e aprovações de PLs pela bancada evangélica da ALMG segundo área de atuação, 2015–2019	174
Tabela 9 — Números absolutos e percentuais de proposições e aprovações de PLs pela bancada evangélica da CMBH segundo área de atuação, 2017–2018.....	175
Tabela 10 — Números absolutos e percentuais de proposições e aprovações de PLs por atores batistas na ALMG segundo área de atuação, 2015–2019	180

Tabela 11 — Números absolutos e percentuais de proposições e aprovações de PLs por atores batistas na CMBH segundo área de atuação, 2017–2018	181
Tabela 12 — Números absolutos e percentuais de proposições e aprovações de PLs por atores assembleianos na ALMG segundo área de atuação, 2015–2019	186
Tabela 13 — Números absolutos e percentuais de proposições e aprovações de PLs por atores assembleianos na CMBH segundo área de atuação, 2017–2018	187
Tabela 14 — Números absolutos e percentuais de proposições e aprovações de PLs por ator quadrangular na ALMG segundo área de atuação, 2015–2019	190
Tabela 15 — Números absolutos e percentuais de proposições e aprovações de PLs por atores quadrangulares na CMBH segundo área de atuação, 2017–2018	191
Tabela 16 — Números absolutos e percentuais de proposições e aprovações de PLs por atores iurdianos na ALMG segundo área de atuação, 2015–2019	197
Tabela 17 — Números absolutos e percentuais de proposições e aprovações de PLs por atores iurdianos na CMBH segundo área de atuação, 2017–2018.....	198

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Assembleia de Deus
ADBH	Assembleia de Deus Ministério Belo Horizonte
ALMG	Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
AP	Ação Popular
Art.	Artigo
BELOTUR	Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A
BH	Belo Horizonte
CBB	Convenção Batista Brasileira
CBN	Convenção Batista Nacional
CD	Câmara dos Deputados
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEC-LGBT	Conselho Estadual de Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
CED IEQ	Conselho Estadual de Diretores da Igreja do Evangelho Quadrangular
CEDP	Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
CELLOS-MG	Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais
CGADB	Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil
CIMEB	Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos no Brasil
CMBH	Câmara Municipal de Belo Horizonte
CMC	Câmara Municipal de Contagem
CMULHER	Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CND IEQ	Conselho Nacional de Diretores da Igreja do Evangelho Quadrangular
CNE	Cruzada Nacional de Evangelização
CONAMAD	Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil Ministério de Madureira
CONEMAD-MG	Convenção Estadual das Assembleias de Deus no Estado de Minas Gerais Ministério de Madureira
CONFRADESP	Convenção Fraternal das Assembleias de Deus no Estado de São

	Paulo
CPAD	Casa Publicadora das Assembleias de Deus
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPEMG	Conselho de Pastores e Ministros Evangélicos do Estado de Minas Gerais
CRLGBT	Centro de Referência da População LGBT
CUT-MG	Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais
DEM	Democratas
Dep. Est.	Deputado Estadual
Dep. Fed.	Deputado Federal
DC	Democracia Cristã
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EC	Emenda Constitucional
ESP	Escola Sem Partido
FEFC	<i>Fellowship of European Foursquare Churches</i>
FestCurtasBH	Festival Internacional de Curtas de Belo Horizonte
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
IB	Igreja Batista
IBCBH	Igreja Batista Central de Belo Horizonte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGET	Igreja Batista Getsêmani
IBL	Igreja Batista da Lagoinha
IBS	Igreja Batista Solidária
ICFG	<i>International Church of the Foursquare Gospel</i>
IEQ	Igreja do Evangelho Quadrangular
IIGD	Igreja Internacional da Graça de Deus
IMPD	Igreja Mundial do Poder de Deus
IP	Igreja Presbiteriana

IPB	Igreja Positivista do Brasil
IPF	Instituto Paulo Freire
IPLEMG	Instituto de Previdência do Estado de Minas Gerais
ITQ	Instituto Teológico Quadrangular
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
JUBAM	Juventude Batista Mineira
JUBATRIM	Juventude Batista do Triângulo Mineiro
JUC	Juventude Universitária Católica
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Transexuais
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEP	Movimento Evangélico Progressista
MFP	Ministério Fé e Política
MG	Minas Gerais
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MPF	Ministério Público Federal
MPMG	Ministério Público do Estado de Minas Gerais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAN	Partido dos Aposentados da Nação
PATRI	Patriota
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PELO	Proposta de Emenda à Lei Orgânica
PEN	Partido Ecológico Nacional
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Liberal
PL	Projeto de lei
PMB	Partido da Mulher Brasileira

PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PODE	Podemos
PP	Progressistas
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPL	Partido Pátria Livre
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRC	Partido Republicano Cristão
PRODABEL	Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PST	Partido Social Trabalhista
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
RCC	Renovação Carismática Católica
RCCBRASIL	Renovação Carismática Católica do Brasil
REDE	Rede Sustentabilidade

RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SD	Solidariedade
Sind-UTE/MG	Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TV AD BELÉM	Canal de Comunicação da Assembleia de Deus Ministério do Belém
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 DESENHO METODOLÓGICO.....	27
3 SECULARIZAÇÃO E PLURALISMO RELIGIOSO	32
4 PANORAMA POLÍTICO-RELIGIOSO EM MINAS GERAIS.....	59
4.1 Religiões dos mineiros e belo-horizontinos	59
4.2 Igrejas Batistas.....	72
4.3 Assembleias de Deus	90
4.4 Igreja do Evangelho Quadrangular.....	104
4.5 Igreja Universal do Reino de Deus	114
5 ATORES EVANGÉLICOS NO PODER LEGISLATIVO	123
5.1 Bancadas evangélicas na ALMG e na CMBH.....	123
5.2 Representação política e sociodemográfica.....	140
6 ATIVISMO CRISTÃO NA ESFERA PÚBLICA POLÍTICA.....	162
6.1 Formas evangélicas de atuação parlamentar	162
6.2 Perfis denominacionais e atores individuais.....	177
6.3 Educação, gênero e laicidade em controvérsias.....	199
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	216
REFERÊNCIAS.....	223

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa comparativa se propõe a investigar as formas de ativismo cristão no poder legislativo e em controvérsias públicas no Brasil, particularmente, na unidade federativa de Minas Gerais e na capital Belo Horizonte. Em meio a um multifacetado e dinâmico contexto sociocultural, político e religioso, foram selecionados representantes eclesiásticos e leigos oriundos de denominações evangélicas com expressiva presença no campo religioso mineiro e nas casas legislativas estadual e municipal, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG) e Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH). O recorte temporal parte da década de 1980, do fim da ditadura militar e início do processo de redemocratização à atualidade, com ênfase nas recentes legislaturas no poder legislativo estadual (2015–2019) e municipal (2017–2020). A delimitação amostral envolve atores individuais e coletivos vinculados a confissões cristãs distintas, como protestantes históricos e renovados, pentecostais clássicos, pentecostais de cura divina e neopentecostais. Assim, o enfoque comparativo se direciona a uma amostra abrangente e diversificada quanto aos arranjos institucionais, identidades doutrinárias e projetos político-religiosos, visto que as quatro denominações evangélicas pesquisadas se distinguem em razão de fatores contextuais, institucionais, doutrinários, relacionais e práticos. As duas primeiras apresentam uma organização eclesiástica congregacional, as Igrejas Batistas (IB), divididas em comunidades protestantes históricas e renovadas, e as Assembleias de Deus (AD), pioneiras do pentecostalismo clássico, distribuídas em autônomos e numerosos ministérios, congregações e convenções. Enquanto as outras duas se alicerçam em estruturas eclesiásticas episcopais, a pentecostal de cura divina Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ) e a neopentecostal Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), caracterizadas pela maior centralização administrativa, verticalização hierárquica e organização do proselitismo eleitoral.

Baseado nessa delimitação amostral, esse estudo comparativo tem como intuito elucidar o seguinte problema de pesquisa: em que medida as singularidades dos atores evangélicos individuais e coletivos e de seus contextos político-religiosos influem nas formas de ativismo cristão no poder legislativo e em controvérsias públicas em Minas Gerais e Belo Horizonte? A partir de trabalhos teóricos e empíricos da sociologia da

religião e demais áreas das ciências sociais voltadas à modernidade e secularização, pluralismo religioso e esfera pública, ativismo cristão e controvérsias, politização e publicização religiosa, tem-se como hipótese que os perfis denominacionais das Igrejas Batistas e Assembleias de Deus, marcados pela organização congregacional, relativo afastamento do mundo e conservadorismo moral, correspondem a formas de ativismo cristão mais reativas, com menor inserção midiática e maior atomização da atuação parlamentar, reforçadas pelo contexto mineiro majoritariamente católico e com menor pluralidade cristã do que outras regiões e estados brasileiros. Ao passo que os perfis denominacionais da Igreja do Evangelho Quadrangular e Igreja Universal do Reino de Deus, dada a estrutura eclesiástica episcopal, acomodação ao mundo, liberalidade nos usos e costumes e maiores investimentos midiáticos, apresentam formas de ativismo cristão mais proativas, com maior coesão político-partidária e envolvimento na produção e propagação de controvérsias públicas, associadas a posicionamentos institucionais mais combativos frente ao catolicismo tradicional e carismático e a religiões minoritárias no mercado religioso mineiro. Essa hipótese de pesquisa revela certa coerência com abordagens sociológicas que concebem dimensões e dinâmicas estruturais, políticas, econômicas e socioculturais, bem como identificações e instituições religiosas, como fenômenos emergentes estruturados e estruturantes de diferentes níveis da realidade social, por extensão, dos contextos mineiro e belo-horizontino. Não obstante a aparente validade dessa hipótese que parte de abordagens macroanalíticas, busca-se testá-la por meio de perspectivas analíticas de alcance intermediário atentas às singularidades contextuais, institucionais, doutrinárias, relacionais, discursivas e práticas dos atores cristãos individuais e coletivos nas casas legislativas e em controvérsias públicas. Com vistas a identificar consonâncias dessas especificidades contextuais mineiras e belo-horizontinas com formas plurais de ativismo cristão ou, concordante à pressuposição macrossociológica, com a reprodução de configurações político-religiosas observadas em outros contextos brasileiros e internacionais.

O objetivo geral dessa pesquisa comparativa é compreender em que medida as singularidades dos atores evangélicos individuais e coletivos e dos contextos político-religiosos influem nas formas de ativismo cristão no poder legislativo e em controvérsias públicas em Minas Gerais e Belo Horizonte. Por sua vez, os objetivos específicos são: i)

mapear os representantes político-religiosos mineiros e belo-horizontinos por vínculo confessional, filiações partidárias, cargos pleiteados e ocupados, número de mandatos e atividades parlamentares a partir da década de 1980, dos primórdios do processo de redemocratização em meio à derrocada da ditadura militar até a contemporaneidade; ii) levantar, classificar e analisar os projetos de lei propostos por deputados estaduais e vereadores com vínculos batistas, assembleianos, quadrangulares e iurdianos segundo 15 áreas de atuação, etapa de tramitação e tipos de autoria individual ou coletiva; iii) avaliar as similaridades e/ou especificidades das bancadas evangélicas, das confissões cristãs e dos atores individuais e coletivos que compõem a amostra quanto à atuação parlamentar nas últimas legislaturas na ALMG e na CMBH; iv) investigar as estratégias pessoais e institucionais utilizadas para a promoção de candidaturas, como táticas de proselitismo eleitoral, organização de projetos políticos denominacionais, investimentos midiáticos, alianças suprapartidárias e interconfessionais; v) analisar o envolvimento de atores evangélicos na produção e propagação de controvérsias públicas em torno de pautas concernentes à educação, gênero e laicidade; vi) averiguar as consonâncias entre distintos perfis eclesiais, escopos doutrinários e modelos de governo eclesiástico com potenciais padrões de atuação parlamentar no poder legislativo e de visibilidade na esfera pública; vii) oferecer subsídios analíticos e empíricos para que as singularidades dos contextos político-religiosos, das formas de ativismo cristão e dos atores batistas, assembleianos, quadrangulares e iurdianos em Minas Gerais e Belo Horizonte possam ser cotejados com outras experiências locais e transnacionais.

O direcionamento do enfoque analítico ao contexto político-religioso de Minas Gerais e Belo Horizonte visa suprir certa lacuna na literatura sociológica que tendeu, nos últimos decênios, a se concentrar interpretativa e territorialmente em determinadas unidades federativas brasileiras das Regiões Sudeste e Sul, como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, e a priorizar abordagens focalizadas em escala nacional ou incrementadas por comparações internacionais, geralmente contrastadas com países latino-americanos, norte-americanos e europeus. Argumenta-se que pesquisas voltadas ao ativismo religioso na esfera pública e à representação política em âmbito nacional poderiam se beneficiar com abordagens de médio alcance, verticalizadas e abertas às singularidades contextuais tanto estaduais quanto municipais. Além do mais, focar nos

atores individuais e coletivos cristãos situados nos contextos mineiro e belo-horizontino favoreceria o diálogo entre estudos empíricos realizados em outros cenários regionais e a compreensão de dimensões estruturais, fenômenos emergentes e processos locais formativos do Brasil contemporâneo. Por seu turno, Minas Gerais figura como o estado com maior número de municípios, o segundo mais populoso com 19.597.330 habitantes distribuídos por 853 municípios e o segundo com maior eleitorado do país, 15.680.050 ou 10,65% dos brasileiros registrados nas eleições 2018. Predominância demográfica que reflete nas 77 vagas na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e 53 na Câmara dos Deputados, a segunda maior inserção de parlamentares em números absolutos por unidade federativa no Brasil, atrás somente de São Paulo. Já a capital Belo Horizonte possuiu a sexta maior população dentre as 5.570 cidades brasileiras, com 2.375.151 habitantes e 1.954.156 ou 12,46% dos eleitores mineiros, o que lhe confere 41 vagas para vereadores na Câmara Municipal de Belo Horizonte (IBGE, 2010; TSE, 2018).

As especificidades contextuais mineiras e belo-horizontinas não se restringem à proeminência demográfica e parlamentar em relação ao contexto brasileiro, envolvem sobremaneira a pluralidade confessional, as trajetórias sócio-históricas denominacionais e a distribuição das filiações religiosas. Trata-se de uma região reconhecida como um dos bastiões do catolicismo tradicional na qual predomina sua fórmula devocional ou santorial, acompanhada pela expansão da Renovação Carismática Católica (RCC) em municípios metropolitanos e interioranos (GRACINO JR., 2008; JACOB *et al.*, 2003), e por seus influentes polos de produção simbólica, propagação doutrinária e peregrinação transnacional do espiritismo kardecista e carismático (LEWGOY, 2001, 2008). Esses contextos político-religiosos se distinguem de outras unidades federativas e capitais não somente pela presença majoritária de católicos, cerca de 70% da população estadual e 60% da municipal, e de espíritas, superior à média nacional entre mineiros e mais do que o dobro entre belo-horizontinos, mas também pela singular composição religiosa e diversidade cristã. De 2000 a 2010, denominações evangélicas avançaram em Minas Gerais e Belo Horizonte totalizando, conforme último levantamento censitário do IBGE, cerca de 20% dos residentes no estado e de 25% na capital, percentuais próximos da média nacional de 22%, indicando uma das potenciais direções dos apóstatas católicos. No multifacetado espectro confessional mineiro pelo qual se distribuem as identidades

religiosas, encontra-se um notável e efervescente “pluralismo cristão” com vertentes católicas tradicionais e carismáticas, protestantes históricas e renovadas, pentecostais clássicas, de cura divina e neopentecostais. Dentre as denominações evangélicas que compõem o panorama religioso estadual, destacam-se Assembleias de Deus e Igrejas Batistas pela longevidade institucional e por deterem as maiores membesias, tanto se comparadas às evangélicas de missão quanto de origem pentecostal, acompanhadas, em ordem decrescente, pela Igreja do Evangelho Quadrangular, Congregação Cristã do Brasil e Igreja Universal do Reino de Deus. Já em nível municipal, o panorama se altera com a prevalência das Igrejas Batistas e Igreja do Evangelho Quadrangular, seguidas pelas Assembleias de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus e Igreja Pentecostal Deus é Amor (IBGE, 2010).

Compondo um panorama distinto das demais regiões, unidades federativas e cidades brasileiras, o cenário sociorreligioso mineiro reflete na representação e projetos políticos das quatro denominações evangélicas selecionadas, visto que representantes batistas, assembleianos, quadrangulares e iurdianos ocupam vagas no poder legislativo federal, estadual e municipal desde o dismantelo da ditadura militar e o alvorecer da Nova República. No transcorrer das últimas legislaturas e eleições democráticas, nota-se uma trajetória ascendente nos planos político-religiosos em escala local e nacional, sendo que, nos pleitos de 2014 e 2016, as confissões cristãs da amostra, em sintonia com o avanço da onda conservadora, conquistaram a maior representação parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Do total de deputados estaduais identificados, elegeram-se três batistas, três assembleianos, um quadrangular e dois iurdianos, enquanto entre os vereadores foram sete batistas, dois assembleianos, dois quadrangulares e dois iurdianos (TSE, 2018). Diante do fato de que as Assembleias de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus lideram na esfera política de outras regiões brasileiras e abarcaram, no último mandato, cerca da metade dos membros da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) no Congresso Nacional (ALMEIDA, 2017), essa pesquisa comparativa se diferencia e complementa a literatura especializada que tem privilegiado as denominações iurdiana e, em menor medida, assembleiana em seus trabalhos empíricos, estudos de caso ou panoramas políticos generalizantes. Quanto aos batistas e quadrangulares, atuais protagonistas e

pioneiros na atuação política evangélica em Minas Gerais já no início dos anos 1980, percebe-se uma expressiva lacuna nas investigações sociológicas a ser minimizada por essa perspectiva contextual que inclui na delimitação amostral dois proeminentes ramos do protestantismo e do pentecostalismo de cura divina no campo religioso e na história política nacional. Com um enfoque longitudinal que abrange as eleições municipais, estaduais e tangencialmente federais, no período de 1982 a 2018, busca-se contribuir com estudos das ciências sociais sobre as repercussões das formas de ativismo cristão de atores individuais e coletivos, especialmente situados nos contextos mineiro e belo-horizontino, no decorrer do processo de construção agonística, relacional e pluralista do Estado democrático de direito e de novas formas participativas e representativas do religioso na esfera pública, política e midiática (CAMURÇA, 2014, 2017; HABERMAS, 2007, 2013, 2014; MOUFFE, 2003, 2005).

Para se compreender as confluências das singularidades dos atores cristãos individuais e coletivos e de seus contextos político-religiosos com as formas de ativismo cristão no poder legislativo e em controvérsias públicas, o desenho de pesquisa articula três estratos analíticos: micro (trajetórias sociobiográficas e características individuais dos representantes político-religiosos), meso (matizes institucionais, eclesiásticos e doutrinários das confissões cristãs) e macro (processos e dimensões socioestruturais). No nível microanalítico, o levantamento dos parlamentares por vínculo religioso, filiação e coligação partidária, cargos públicos ocupados e disputados, número de mandatos, perfil de atuação parlamentar, títulos e atribuições eclesiásticas, reconhecimento dos pares, carisma pessoal, eleitorados e proselitismo político oferece o substrato empírico para se delinear as trajetórias sociobiográficas e características dos atores individuais cristãos, preenchendo assim uma lacuna da literatura sociológica quanto à participação política evangélica de batistas, assembleianos, quadrangulares e iurdianos situados nos contextos mineiro e belo-horizontino. O foco microsociológico se complementa com a averiguação das formas institucionais, relacionais, discursivas e práticas por meio das quais os representantes evangélicos acoplam ou afastam princípios da laicidade estatal e doutrinários, demandas dos cargos públicos e eclesiásticos, reivindicações políticas universalistas e denominacionais particularistas, ou seja, como os atores individuais lidam com persistentes e constitutivos dilemas das democracias representativas. Afinal,

tais categorias e condutas ocupam sobressaliente posição em trabalhos acadêmicos, veiculações midiáticas, controvérsias públicas, agendas político-partidárias e bandeiras de movimentos sociais no que tange à integridade dos pilares republicanos e laicos e à legitimidade da publicização e politização do religioso (GIUMBELLI, 2002; MACHADO, 2000, 2018; MARIANO, 2011, 2016; MONTERO; SILVA; SALES, 2018).

No estrato mesoanalítico, a análise pormenorizada acerca do envolvimento de instituições religiosas na esfera pública pretende dispor de informações suficientes para se elucidar em que medida a identidade confessional, o arranjo teológico-ritualístico, o projeto político denominacional e o modelo de governo eclesiástico influem nas formas de ativismo cristão no poder legislativo e em controvérsias públicas. Destacam-se os investimentos e estratégias de proselitismo eleitoral e religioso, modulação eclesial da atuação parlamentar, promoção de candidaturas diretas e indiretas, inserção midiática, presença no espaço público e alianças suprapartidárias e interdenominacionais. Sendo assim, essa pesquisa comparativa se dedica a dimensões institucionais e doutrinárias que, até o momento, não foram tratadas satisfatoriamente pela literatura especializada, como as consonâncias do congregacionalismo e episcopado, do denominacionalismo e sectarismo, do protestantismo histórico e renovado, pentecostalismo clássico, de cura divina e neopentecostalismo com recentes formas de ativismo cristão nos contextos político-religiosos mineiro e belo-horizontino. Desse modo, esse enfoque comparativo entre atores individuais e coletivos batistas, assembleianos, quadrangulares e iurdianos visa aprimorar e problematizar as abordagens sociológicas generalizantes e os estudos empíricos centrados na atuação de certas denominações evangélicas na esfera pública, política e midiática (ALMEIDA, 2017; MARIANO, 2004; ORO, 2003a, 2003b).

Enfim, na abordagem macroanalítica, as similaridades e/ou especificidades dos contextos mineiro e belo-horizontino se conjugam a processos e dimensões estruturais em curso nas sociedades contemporâneas. A análise das trajetórias sociobiográficas e características dos atores individuais, dos perfis de atuação parlamentar, dos matizes institucionais, eclesiásticos e doutrinários das confissões cristãs selecionadas, bem como do envolvimento na produção e propagação de controvérsias públicas em torno de educação, gênero e laicidade, tem como propósito oferecer subsídios empíricos e interpretativos a potenciais cotejos com outras regiões, unidades federativas, capitais,

centros urbanos brasileiros e experiências transnacionais, referentes aos processos modernizantes, desmonopolização católica, diversificação religiosa, fronteiras legais da laicidade estatal, dispositivos regulatórios do religioso na esfera pública, instauração de políticas secularistas, relações colaborativas ou combativas entre Estado e religiões, garantias sociopolíticas e constitucionais à pluralidade confessional, liberdade religiosa ou monopólio persecutório, embates teórico-metodológicos entre os paradigmas da secularização, ressacralização e do pluralismo religioso (FREESTON, 2001, 2008; ORO, 2007, 2011; PORTIER, 2010, 2011; ZEPEDA, 2010).

2 DESENHO METODOLÓGICO

“É proibido proibir” ou “Livrai-vos dos cães de guarda metodológicos”. Evidentemente, a liberdade extrema que eu prego, e que me parece ser de bom senso, tem como contrapartida uma extrema vigilância das condições de utilização das técnicas, da sua adequação ao problema posto e às condições do seu emprego (BOURDIEU, 1989, p. 26).

Para o enfoque comparativo centrado nas formas de ativismo cristão no poder legislativo e em controvérsias públicas nos contextos mineiro e belo-horizontino, com ênfase nas consonâncias entre atuação parlamentar, trajetórias sociobiográficas, bases eleitorais, representação política, preceitos doutrinários, arranjos institucionais, projetos políticos denominacionais e presença demográfica batista, assembleiana, quadrangular e iurdiana, elaborou-se um desenho metodológico que une três níveis analíticos: macro (processos e dimensões socioestruturais), meso (matizes institucionais, eclesiásticos e doutrinários das confissões cristãs) e micro (trajetórias sociobiográficas e características individuais dos representantes político-religiosos). Diferentes métodos, abordagens e técnicas investigativas se entrecruzam e complementam nas três dimensões analíticas no decorrer da coleta de informações, análise de dados e apresentação de resultados. Assim, realizou-se uma pesquisa tanto descritiva quanto explicativa em que no nível microanalítico se reconstrói as trajetórias dos representantes evangélicos a partir do mapeamento de laços de pertença religiosa, cargos e títulos eclesiásticos, número de mandatos, pleitos disputados, adesões partidárias, atuação parlamentar e estratégias concorrenciais. Com base na análise das trajetórias sociobiográficas de parlamentares da ALMG e da CMBH, propõe-se uma abordagem qualitativa, descritiva e explicativa de discursos, práticas e relações entre lideranças político-religiosas, eclesiásticas e leigas, ao conciliarem ou confrontarem preceitos laicos e teológicos, demandas universalistas e particularistas, reivindicações da sociedade civil e interesses confessionais, atribuições concernentes aos cargos públicos e denominacionais.

Já o nível mesoanalítico se guia, por um lado, pela abordagem idiográfica ao propor identificar singularidades dos projetos políticos institucionais para promoção de candidaturas oficiais, oriundas de seu corpo eclesiástico ou membresia, e extraoficiais, pastores e leigos apoiados indiretamente, abrangendo alianças interdenominacionais e

suprapartidárias, táticas de proselitismo eleitoral e midiático, produção e propagação de controvérsias públicas, regulação da atuação parlamentar e hibridizações ritualísticas com o marketing político (“comícios da fé”, “cultos com fins eleitorais”). Por outro lado, no nível analítico institucional se aplica também o método nomotético, dado o propósito de desvelar os reflexos entre arranjos associativos, modelo de governo eclesial e escopos doutrinários com as formas de ativismo cristão, atuação parlamentar, inserção na esfera pública e envolvimento em controvérsias. Com efeito, pretende-se encontrar padrões, tendências e regularidades de participação política relacionados aos perfis organizacionais sectário ou denominacional, congregacional ou episcopal, protestante histórico ou renovado, pentecostal clássico, de cura divina ou neopentecostal.

O levantamento de dados nas etapas iniciais, então, ancorou-se na análise documental de projetos de lei, intervenções parlamentares, planilhas com informações eleitorais a partir de 1982 — número de votos por candidato e localidade, percentual de eleitos e suplentes por partido político, coligações partidárias etc. —, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e artefatos religiosos produzidos pelos grupos religiosos com acentuada circulação e predominância nos veículos midiáticos: livros, cartilhas evangelísticas, jornais, revistas, panfletos, DVDs, websites, blogs, programas radiofônicos, televisivos e virtuais, canais do YouTube, páginas em redes sociais, como Facebook, Twitter, Instagram etc. Dessa maneira, a análise documental atenta à mídia gospel, fonte privilegiada de informações acerca da economia material e simbólica das denominações pesquisadas, pôde revelar os produtos e serviços mais consumidos e referenciados, além dos recursos discursivos, práticos e relacionais que potencializam e legitimam os investimentos políticos, táticas de proselitismo eleitoral, mobilizações em redes sociais, inserções midiáticas e demais estratégias concorrenciais, aproximando o pesquisador dos sentidos, valores, preceitos doutrinários, ritualísticas e categoriais de linguagem compartilhados e vivenciados por representantes, pastores e membros. Por meio de tais fontes documentais, somadas a registros jornalísticos e estudos empíricos sobre religião e política no contexto mineiro e belo-horizontino, foi possível identificar diversos atores individuais e coletivos com vínculos evangélicos e traçar as trajetórias sociobiográficas, denominacionais e históricas desde as disputas eleitorais de 1982 até 2018, compondo assim o panorama político-religioso em Minas Gerais. Entretanto, para

a abordagem comparativa das formas de ativismo cristão entre batistas, assembleianos, quadrangulares e iurdianos, bem como dos perfis individuais, denominacionais e das bancadas evangélicas, foram selecionados somente os atores com vínculos político-religiosos efetivos, totalizando 9 deputados estaduais e 13 vereadores. Portanto, não foram considerados os frequentes aliados circunstanciais, efêmeros e transitórios, mas sim os que possuíam explícitos e estáveis laços de pertença, detinham títulos ou cargos eclesiásticos, representavam publicamente interesses confessionais, receberam coeso e direto apoio institucional e/ou orientavam a atuação parlamentar por reivindicações de suas denominações e bases eleitorais religiosas.

Após o levantamento documental de 972 projetos de lei distribuídos entre 22 parlamentares evangélicos em exercício nas últimas legislaturas na ALMG, de 2015 a 2019, e na CMBH, de 2017 a 2020, dos quais 631 PLs foram propostos por deputados estaduais e 341 por vereadores, foram classificados por tipo de autoria individual ou coletiva, fase no processo de tramitação e áreas de interesse legislativo: administração pública; denominação de próprio público; direitos humanos; educação; esporte e lazer; interesses corporativos evangélicos; indústria, comércio e serviços; meio ambiente; patrimônio histórico e cultura; saúde pública; segurança pública; trabalho, emprego e renda; trânsito e transporte; tributos; utilidade pública. Para coleta e classificação dos projetos de lei, foram utilizados os acervos digitais da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG, 2019) e Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH, 2019). Em grande medida, tais PLs se encontravam classificados em mais de uma área nos referidos acervos, o que exigiu a avaliação do conteúdo, proposta, justificativa e anexo de cada documento para que se assegurasse uma classificação precisa e confiável, tendo como critério a identificação da área com maior foco e interferência legislativa. Numerosas classificações dessa pesquisa não reproduziram os rótulos previamente conferidos pelos parlamentares, o que se justifica por suas estratégias de alteração no regime jurídico estadual e municipal. Com o intuito de valorizar sua imagem pública, impulsionar o processo de tramitação e estabelecer alianças em plenário e comissões, os representantes evangélicos, por vezes, acionam recursos discursivos que ressaltam demandas universalistas, consensuais e juridicamente legítimas, atenuando motivações particularistas, interesses corporativistas e interpretações constitucionais controversas.

Em suma, intentou-se com essa coleta, classificação e análise documental oferecer um substrato empírico que permitisse averiguar a homogeneidade ou heterogeneidade das formas de ativismo cristão e suas correspondências com os contornos institucionais, escopos doutrinários, projetos políticos denominacionais, trajetórias sociobiográficas e perfis de atuação parlamentar individuais, confessionais e das bancadas evangélicas.

Na última etapa investigativa referente à dimensão macroanalítica, almejou-se contribuir com um panorama longitudinal, das eleições 1982 a 2018, que possibilitasse o cotejo das formas de ativismo cristão no poder legislativo e em controvérsias públicas de atores individuais e coletivos situados nos contextos mineiro e belo-horizontino com outras cidades, unidades federativas, regiões brasileiras e realidades transnacionais. Tais hologramas em escala municipal, estadual, nacional e internacional se fundam em informações coletadas nas etapas investigativas precedentes e em estudos empíricos identificados através da pesquisa bibliográfica, influenciando em um enfoque analítico tanto qualitativo quanto quantitativo. Por seu turno, a abordagem qualitativa articulada aos métodos empregados nos outros níveis analíticos permitiria “descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais” e aprofundar a compreensão “das particularidades do comportamento dos indivíduos”. Já a estatística descritiva seria vantajosa à análise de casos numerosos, especificamente à amostra de projetos de lei, registros eleitorais, dados demográficos e representação parlamentar, “frequentemente aplicada nos estudos descritivos, naqueles que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis, bem como nos que investigam a relação de causalidade entre fenômenos” (RICHARDSON *et al.*, 2008, p. 70-80).

Enfim, essa pesquisa também seria exploratória não somente pela originalidade do desenho metodológico, mas por se dedicar a um contexto ainda pouco investigado pela sociologia e demais ciências sociais, ou seja, as particularidades socioculturais, religiosas e políticas de Minas Gerais e Belo Horizonte, posto que se trata de um estado que se distingue no cenário nacional pela presença expressiva da Igreja Católica e do espiritismo nos municípios interioranos e metropolitanos e pelo pioneirismo político de candidaturas oriundas de denominações batistas e quadrangulares. Ademais, dirige-se a um objeto de estudo de manifesta relevância para a compreensão das relações entre

as esferas política e religiosa que constituem o Brasil contemporâneo. Não obstante a variedade de trabalhos teóricos e empíricos voltados às relações entre Estado e igrejas nos últimos séculos da história nacional, com análises sociológicas que remontam ao sincretismo hierárquico que predominou nos períodos colonial, imperial e, mesmo, republicano (SANCHIS, 2001; FRESTON, 2010), desmonopolização católica no século 19, chegada do protestantismo de invasão, imigração e conversão (CAMARGO, 1973; MENDONÇA, 2004), processos laicizantes advindos com a Proclamação da República, restrições estatais do pluralismo confessional e liberdade religiosa ao longo dos séculos 20 e 21 (GIUMBELLI, 2002, 2008; MONTERO, 2006, 2009; ORO, 2011), emergência e difusão na esfera pública de pentecostais clássicos, de cura divina e neopentecostais (FRESTON, 1994; MARIANO, 2010), até as mais recentes inserções políticas de atores religiosos após a abertura da ditadura militar e redemocratização (PIERUCCI; PRANDI, 1996; FRESTON, 1993, 1999; MARIANO, 2011, 2016), essa pesquisa direcionada aos contextos mineiro e belo-horizontino busca oferecer subsídios analíticos e empíricos às investigações sociológicas sobre secularização, politização e publicização do religioso em âmbito local e global (CASANOVA, 1994, 2007; FRESTON, 2001, 2008).

3 SECULARIZAÇÃO E PLURALISMO RELIGIOSO

Os processos secularizantes e consequentes recomposições dos vínculos entre religião e política nas sociedades modernas remontam às denúncias dos reformadores luteranos e calvinistas no século 16. Diante do monopólio católico institucionalizado a partir do fim da Antiguidade e estendido aos primórdios da Modernidade, críticas mais sistemáticas e propostas de modelos regulatórios alternativos às cristalizadas relações colaborativas entre Igreja e Estado nas monarquias absolutistas somente emergiriam com o liberalismo e o contratualismo filosófico. As teorias filosóficas e sociológicas da secularização têm seus fundamentos no pensamento social moderno dos séculos 17 e 18, nas especulações idealistas acerca da natureza humana gregária ou individualista, dos princípios estruturantes do Estado e da sociedade civil, e dos projetos políticos de filósofos liberais e contratualistas. Frente aos persistentes conflitos político-religiosos, à instabilidade dos Estados nacionais e à insegurança das minorias étnicas e religiosas, tais pensadores propuseram a superação do modelo regulatório do “*cuius regio eius religio*” (“de quem for a região, dele seja a religião”). Proclamada na Dieta de Augsburg em 1555, a fórmula westfálica possibilitou a chamada “Paz de Westfália” ao encerrar a Guerra dos Trinta Anos (1618–1648) entre católicos e protestantes, contribuindo com a reprodução do modelo regulatório estatal de religião monopolista pelas monarquias absolutistas combativas da liberdade de credo e pluralidade religiosa (BERGER, 2017).

As propostas pioneiras divulgadas nas obras “Comentário filosófico” (1686) do filósofo francês Pierre Bayle e na “Carta acerca da tolerância” (1689) do filósofo inglês John Locke, conhecido como o “teórico das revoluções liberais”, dispõem os princípios estatais, cívicos e legais que redesenham as fronteiras das esferas política e religiosa na nascente modernidade, conferindo as bases de um modelo regulatório que assegura a liberdade de consciência e a tolerância religiosa, fundadas no direito natural. Além de um *locus* legítimo à religião na sociedade civil, mesmo que submetido aos interesses políticos do Estado liberal, valores universalistas de uma moralidade laica e exigências de que a ordem, estabilidade e bem comum prevalecessem em detrimento de crenças, vontades e especificidades das consciências particulares. Em meio às perseguições de Carlos II e defensores do absolutismo monárquico, John Locke apenas publicaria suas

reflexões sobre o governo civil, a jurisdição eclesiástica e a tolerância religiosa após a vitória do parlamento inglês com a Revolução Gloriosa em 1689 (GIUMBELLI, 2002; LOCKE, 1983).

Esse empenho crítico e propositivo de Pierre Bayle e John Locke em favor da tolerância religiosa, liberdades individuais e secularização política influenciou no movimento filosófico, político e artístico do Século das Luzes, nas revoluções burguesas na Europa e nas Américas, constituição do Estado de direito e emergência da ciência sociológica a partir do século 18, herdeira do substrato teórico-empírico construído por pensadores pioneiros como Montesquieu, Jean-Jacques Rousseau, Alexis de Tocqueville, Auguste Comte, Karl Marx e Friedrich Engels. No século 17, “esboça-se a ‘narrativa liberal’, segundo a qual a valorização genuína de um pluralismo na sociedade foi uma obra original e exclusiva do Ocidente pós-Reforma, sustentada sobre um Estado secular e em filosofias como as de Bayle e Locke” (GIUMBELLI, 2002, p. 46). Não obstante as propostas dos filósofos precursores do modelo regulatório favorável à liberdade de consciência e pluralidade religiosa, bem como dos sucessores iluministas, defenderem uma tolerância civil da religião submetida ao direito natural, moralidade laica e aparato estatal, inaugurava-se um modelo político de matiz republicano e democrático mais propício à criação de dispositivos jurídicos guiados pela imparcialidade e às condições sociopolíticas mais igualitárias, tolerantes e pacíficas frente à diversidade confessional (GIUMBELLI, 2002; BERGER, 2017). A seguir, eis um trecho da célebre carta de Locke que defende a resolução dessa persistente controvérsia a partir das luzes da razão e da fé, do direito natural e da ética cristã. Uma reflexão que conserva expressiva atualidade em sociedades contemporâneas que, como a brasileira e mineira, combatem práticas de vilipêndio, intolerância e discriminação religiosa e enfrentam ameaças a instituições democráticas e direitos humanos com a proliferação de fundamentalismos religiosos, movimentos obscurantistas e partidos de extrema-direita, notadamente neoliberais no plano econômico, conservadores nos costumes e/ou neofascistas na ideologia político-partidária (ALMEIDA, 2017; CAMURÇA, 2017).

A tolerância para os defensores de opiniões opostas acerca de temas religiosos está tão de acordo com o Evangelho e com a razão que parece monstruoso que os homens sejam cegos diante de uma luz tão clara. Não condenarei aqui o orgulho e a ambição de uns, a paixão a impiedade e o zelo descarido de

outros. Estes defeitos não podem, talvez, ser erradicados dos assuntos humanos, embora sejam tais que ninguém gostaria que lhe fossem abertamente atribuídos; pois, quando alguém se encontra seduzido por eles, tenta arduamente despertar elogios ao disfarçá-los sob cores ilusórias. Mas que uns não podem camuflar sua perseguição e crueldade não cristãs com o pretexto de zelar pela comunidade e pela obediência às leis; e que outros, em nome da religião, não devem solicitar permissão para a sua imoralidade e impunidade de seus delitos; numa palavra, ninguém pode impor-se a si mesmo ou aos outros, quer como obediente súdito de seu príncipe, quer como sincero venerador de Deus: considero isso necessário sobretudo para distinguir entre as funções do governo civil e da religião, e para demarcar as verdadeiras fronteiras entre a Igreja e a comunidade. Se isso não for feito, não se pode pôr um fim às controvérsias entre os que realmente têm, ou pretendem ter, um profundo interesse pela salvação das almas de um lado, e, por outro, pela segurança da comunidade (LOCKE, 1983, p. 4-5).

Uma pesquisa sociológica que intente compreender as singularidades do envolvimento entre esferas política e religiosa no final do século 20 e início do 21, em meio à modernidade reflexiva, à modernidade tardia ou à pós-modernidade, depara-se com o imperativo teórico e empírico de elucidar, em âmbito global e localizado, as recomposições da religião e singulares dinâmicas secularizantes ou dessecularizantes nas sociedades contemporâneas. Dentre os eventos sócio-históricos que indicam novos papéis da religião na esfera pública política e que refletiram na construção do mundo moderno na segunda metade do século passado, vale ressaltar a Revolução Iraniana liderada pelo aiatolá Khomeini em 1979, o protagonismo católico-socialista da teologia da libertação na Revolução Sandinista na Nicarágua em 1979 e em grupos políticos de resistência frente a ditaduras militares latino-americanas, o discurso anticomunista do Papa João Paulo II que impeliu o movimento Solidariedade na Polônia nos anos 1980, a expansão do conservadorismo cristão como força política nas Américas, a renovação do judaísmo ortodoxo em Israel, o encontro do líder soviético Mikhail Gorbachev com o papa João Paulo II no Vaticano em 1989, o avanço político pentecostal na transição dos regimes ditatoriais aos democráticos na América Latina a partir da década de 1980, o recrudescimento dos fundamentalismos islâmicos, cristãos e judeus, a propagação da espiritualidade “Nova Era”, circuito místico-esotérico e novos movimentos religiosos (CASANOVA, 1994; FRESTON, 2008).

Perante esse panorama de efervescência religiosa nas dimensões políticas e públicas das sociedades contemporâneas, torna-se necessário reavaliar os alcances e limites interpretativos de enfoques sociológicos que compõem o chamado paradigma da

secularização, abordagens teóricas concorrentes defensoras do “retorno do sagrado”, da dessecularização ou da ressacralização, bem como de perspectivas alternativas intermediárias que, embora não desconsiderem a profusão de processos secularizantes e laicizantes, concentram-se na questão do pluralismo, vitalidade e permanência dos fenômenos religiosos na modernidade. Tendo como suporte analítico a distinção de dois posicionamentos teóricos dentro do paradigma da secularização elaborada por José Zepeda, por vezes acompanhados de singulares projetos sociopolíticos. Por um lado, a “tese dura ou forte da secularização” sustentada por autores que concebem o progressivo fim da religião como uma tendência gradativa, necessária e inescapável resultante do processo de racionalização da vida moderna. Por outro, a “tese suave da secularização” representada por aqueles que identificam mudanças nas experiências, instituições e identidades religiosas decorrentes da modernização e laicização, mas que não compartilham o prognóstico de um inexorável desaparecimento da religião, senão de sua adaptação, reconfiguração e persistência difusa “pelos interstícios da cultura, disfarçada ou oculta na economia como ‘espírito do capitalismo’, na política como ‘religião civil’, ou como formas socioculturais pouco relevantes” (ZEPEDA, 2010, p. 131).

O debate em torno da secularização realiza-se em estreita relação com o debate em torno da modernidade. Além da variedade de suas realizações históricas e interpretações, na discussão sociológica pode-se identificar uma série de características do que tem se denominado modernidade: trata-se de um processo sócio-histórico complexo e multidimensional — original da Europa Central —, caracterizado fundamentalmente por uma visão de mundo descentrada, profana e pluralista, por uma reflexão que ao incorporar-se de forma sistemática e permanente na vida social, desestabiliza a experiência, as instituições e os conhecimentos, e conseqüentemente gera uma realidade profundamente dinâmica, contraditória, ambígua e precária. Também podem-se mencionar, como características típicas da modernidade, a primazia da razão instrumental, o individualismo, a compreensão otimista da história como progresso, bem como a diferenciação institucional. Como podemos perceber, a modernidade de uma ou outra forma, implica uma alteração do papel central desempenhado pela religião em sociedades tradicionais, como elemento legitimador e integrador, dando sentido e articulando as diferentes esferas sociais (ZEPEDA, 2010, p. 130).

Dessa maneira, a questão da secularização cultural e política, concebida como fenômeno constitutivo da modernidade e dos Estados republicanos e democráticos, já se encontra imbricada no pensamento sociológico desde seu período fundacional em

meados do século 19, momento em que ambos posicionamentos teóricos discernidos por José Zepeda (2010) encenam nas obras dos sociólogos clássicos. O positivismo sociológico de Auguste Comte e o materialismo histórico de Karl Marx e Friedrich Engels radicalizaram, cada qual a seu modo, a “tese dura ou forte da secularização” em suas análises coetâneas da realidade social europeia e projetos sociopolíticos guiados, respectivamente, pelo catecismo positivista e pelo socialismo científico. Ao passo que o estrutural-funcionalismo de Émile Durkheim e a sociologia compreensiva de Max Weber foram os precursores da “tese suave da secularização” com investigações atentas à regulação política, recomposições na esfera econômica, reincidências na vida cultural e rearranjos institucionais, simbólicos e práticos do religioso nas sociedades modernas. Embora não conste nessa distinção teórica e, em grande medida, seja negligenciada por pesquisadores contemporâneos, mostra-se pertinente incluir a clássica obra de Alexis de Tocqueville como a pioneira da “tese suave da secularização”, “A democracia na América” publicada em dois volumes, o primeiro “Leis e Costumes” em 1835 e o segundo “Sentimentos e Opiniões” em 1840, por questionar concepções iluministas, liberais e secularistas, pelos aportes teórico-metodológicos precursores da sociologia política e da religião e por antecipar abordagens histórico-comparativas acerca dos fenômenos religiosos e de seus desdobramentos políticos, culturais e econômicos nas sociedades modernas (ARON, 1999).

Alexis de Tocqueville ressalta o papel fundamental da religião na formação política, jurídica e cultural da sociedade norte-americana, não nos moldes absolutistas, monárquicos e aristocráticos da metrópole europeia, mas sim fundada nos princípios da igualdade e da liberdade burguesa, concebe um engajamento de forças religiosas no projeto democrático terreno, posto que “ao cristianismo que tornou todos os homens iguais diante de Deus, não repugnaré ver todos os homens iguais diante da lei” (2005, p. 17). Dentre as distintas vertentes cristãs da época, atenta ao modelo associativo sectário e preceitos doutrinários de matriz puritana incorporados e reproduzidos pelos colonos de modo voluntário, espontâneo e autônomo frente à Inglaterra e em sintonia com princípios democráticos e republicanos, sendo o puritanismo inglês considerado pelo autor “tanto uma teoria política quanto uma doutrina religiosa” (2005, p. 43). De acordo com a perspectiva sociológica tocquevilliana, o puritanismo inglês não seria um

mero fator adicional ou secundário à compreensão do processo de democratização, mas determinaria o destino histórico e comporia a gênese da sociedade estadunidense: “Quando penso no que esse fato original produziu, parece-me ver todo o destino da América encerrado no primeiro puritano que abordou aquelas costas, assim como se pode ver toda a raça humana no primeiro homem” (2005, p. 327). Se a religião se mostra como um fator estruturante da sociedade, cultura, direito, mercado e sistema político em bases burguesas, democráticas e republicanas, isso também ocorre com a concepção de educação pública, conforme ilustrado pelo “Código de 1650” da Nova Inglaterra citado por Alexis de Tocqueville: “Considerando que Satanás, o inimigo do gênero humano, encontra na ignorância dos homens suas mais poderosas armas [...]; a educação das crianças é um dos primeiros interesses do Estado, com a assistência do Senhor” (2005, p. 49). Mesmo que o puritanismo inglês não esteja diretamente atrelado à ascese intramundana e a suas disposições subjetivas e práticas voltadas ao trabalho e acúmulo de capital, consonante à perspectiva weberiana, a centralidade de interesses terrenos, conduta metódica e cálculo racional na experiência religiosa de pregadores e fiéis norte-americanos, evidenciada por Alexis de Tocqueville, torna inelutável que não se estabeleça pontes hermenêuticas com a célebre “A ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo”.

Praticam pois sua religião sem vergonha e sem fraqueza; mas vê-se comumente, bem no meio de seu zelo, não sei que de tão tranquilo, de tão metódico e de tão calculado, que parece ser muito mais a razão do que o coração que os leva ao pé dos altares. Não apenas os americanos seguem sua religião por interesse, mas muitas vezes colocam neste mundo o interesse que se pode ter em segui-la. Na Idade Média, os padres só falavam da outra vida; não se preocupavam com provar que um cristão sincero possa ser um homem feliz aqui na terra. Mas os pregadores americanos voltam sem cessar a terra e é somente com grande dificuldade que conseguem desprender dela seu olhar. Para melhor atingir os ouvintes, mostram todos os dias como as crenças religiosas favorecem a liberdade e a ordem pública, e costuma ser difícil saber, ouvindo-os, se o objeto principal da sua religião é proporcionar a eterna felicidade no outro mundo ou o bem-estar neste (TOCQUEVILLE, 2004, p.153).

Ao se deparar com a efervescência religiosa e a pluralidade de seitas em suas viagens pelos Estados Unidos e Canadá entre 1831 e 1832, Tocqueville concebe como indispensável a separação entre Estado e religião para se assegurar a liberdade de crença e a convivência pacífica e tolerante em contextos pluralistas. Mas se opõe com

argumentos sociológicos e históricos, não com apreciações normativas, aos filósofos do século 18 que defendiam o progressivo declínio das religiões, “o fervor religioso, diziam eles, deve se apagar à medida que a liberdade e as luzes aumentam. Pena que os fatos não coincidam com essa teoria” (2005, p. 347-348). Ao contrário, para o autor as repúblicas democráticas, com seu maior dinamismo e autonomia individual, precisam mais da religião como força aglutinadora do que os regimes monárquicos e tirânicos, “o despotismo é que pode prescindir da fé, a liberdade não” (2005, p. 346). Quanto à estabilidade e harmonia do pluralismo religioso norte-americano, afirma que a unidade moral cristã tende a prevalecer sobre as singularidades confessionais e individuais, contribuindo mais com a coesão social e ordem pública do que os vínculos políticos circunstanciais e efêmeros. Apesar de reconhecer certas vantagens da moralização da democracia por meio do cristianismo, Tocqueville alerta sobre os riscos da religião se imiscuir na política, justificando que as guerras, revoluções e ideias que enfraqueceram o Antigo Regime e abalaram a legitimidade de instituições religiosas na Europa se deveram a essas alianças com poderes e interesses mundanos que remontam à Idade Média e monarquias absolutistas (2005, p. 349-354). Assim, considera a secularização política como um processo salutar às sociedades modernas livres, democráticas e individualistas, sem ocasionar na eliminação do religioso, senão em sua reconfiguração, visto que “na América, a religião talvez seja menos poderosa do que foi em certos tempos e em certos povos, mas sua influência é mais duradoura [...]; ela age num círculo único, mas percorre-o por inteiro e domina-o sem esforços” (TOCQUEVILLE, 2005, p. 351).

Herdeiro do iluminismo filosófico e princípios liberais, republicanos, anticlericais e secularistas que impulsionaram a Revolução Francesa (1789–1799), Auguste Comte estabelece as bases da sociologia positivista, concebida como o ápice do progresso do conhecimento científico, a física social que coroaria o avanço das ciências naturais, da física terrestre e da física orgânica. Norteado pelo projeto sociopolítico de constituição de uma moral laica e universal que superaria as especificidades de tradições religiosas e de subjetividades em prol da solidariedade, harmonia e coesão social, o catecismo positivista se baseia no espírito positivo, no direito natural e na razão humana. Avesso aos fundamentos metafísicos, princípios teológicos e concepções individualistas que

caracterizariam o antigo regime filosófico, seja escolástico, contratualista ou iluminista, que não teria se despertado para a proeminência epistêmica da coletividade em relação ao indivíduo, o que impediria de alcançar um pleno entendimento da realidade humana. Após a publicação em seis volumes do “Curso de Filosofia Positiva”, entre 1830 e 1842, dedicados aos pressupostos teórico-metodológicos do positivismo sociológico com teor racionalista e empirista, Auguste Comte sistematiza seu projeto por uma moral laica e universalista, afinada aos princípios republicanos e seculares, com as obras “Sistema de Política Positiva ou Tratado de Sociologia Instituído a Religião da Humanidade” de 1851 e “Catecismo Positivista ou Exposição Sumária da Religião Universal” de 1852. Nessa fase final e controvertida de sua trajetória intelectual, o espírito positivo se alia à proposta de uma religião universal, secular e cosmopolita, cujo dogma concerniria à constatação de uma “ordem imutável a que estão sujeitos os acontecimentos de todo o gênero. Esta ordem é, ao mesmo tempo, *objetiva* e *subjetiva*: por outras palavras, diz igualmente respeito ao *objeto* contemplado e ao *sujeito* contemplador”, em seguida, acrescenta que “toda fé positiva assenta, pois, nesta dupla harmonia entre o objeto e o sujeito” (ARON, 1999; COMTE, 2005, p. 124).

Esta apreciação final condensa o conjunto das concepções positivas na noção única de um ente imenso e eterno, a humanidade, cujos destinos sociológicos se desenvolvem sempre sob o predomínio necessário das fatalidades biológicas e cosmológicas. Em torno deste verdadeiro Grande Ser, motor imediato de cada existência individual ou coletiva, nossos afetos se concentram tão espontaneamente quanto nossos pensamentos e ações. A ideia só desse Ser supremo inspira diretamente a fórmula sagrada do positivismo: *O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim* (COMTE, 2005, p. 126-127).

De acordo com Comte, a ciência sociológica disporia dos recursos necessários para a regeneração espiritual, moral e intelectual dos indivíduos e para a reorganização das instituições retrógradas ancoradas no antigo regime filosófico, teológico, metafísico e individualista, visando estabelecer uma ordem social harmônica fundada em laços altruístas e solidários devotada ao progresso do “Ser supremo”, do “verdadeiro Grande Ser”, da Humanidade, da coletividade considerada em sua totalidade sócio-histórica e predominância em relação às individualidades. Apesar dos questionáveis enlaces entre ciência e religião no catecismo positivista que resultaram, por exemplo, na fundação da Igreja Positivista do Brasil em 1881 e de sua sede em 1897, o “Templo da Humanidade”

situado na cidade do Rio de Janeiro, trata-se de um projeto sociopolítico original que, conjugado às rupturas epistêmicas feitas pelo positivismo sociológico, contribuiu não somente com a adaptação das teorias iluministas e liberais às demandas da época e com a perspectiva durkheimiana sobre a secularização política e o ensino laico. Mas também com a propagação de princípios republicanos, laicidade estatal e moral secular que, no contexto brasileiro, mobilizaram atores políticos, econômicos e intelectuais que se contrapuseram à elite imperial, ao regime de padroado e às oligarquias rurais em defesa da Abolição da Escravatura em 1888 e da Proclamação da República em 1889 (COMTE, 2005; IPB, 2017).

A crítica ao papel alienante da religião que gera uma “consciência invertida do mundo” e que legitima as relações de exploração por meio de uma ideologia dominante está presente já na elaboração das bases teórico-políticas do materialismo histórico nos escritos do jovem Karl Marx, dentre os quais sobressai o ensaio de 1844, “Para a crítica da filosofia do direito de Hegel”, com sua célebre reflexão: “A miséria *religiosa* é, ao mesmo tempo, a *expressão* da miséria real e o *protesto* contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o âmago de um mundo sem coração e a alma de situações sem alma. É o ópio do povo”. Guiado pelo ideário iluminista e desconstrução filosófico-antropológica de Ludwig Feuerbach em seu recém-publicado “A essência do cristianismo” de 1841, Karl Marx afirma que, como a crítica da religião se mostra em grande medida concluída, seria preciso então deslocar a crítica do céu para a terra, desmascarar as formas não sagradas da alienação humana relativas ao direito, aos regimes políticos e às relações de trabalho, com vistas a promover a emancipação do proletariado, a consciência de classe e a práxis-revolucionária, isto é, a concretização do socialismo científico: “A abolição da religião enquanto felicidade *ilusória* dos homens é a exigência da sua felicidade *real*. O apelo para que eles deixem as ilusões a respeito da sua situação é o *apelo para abandonarem uma situação que precisa de ilusões*” (MARX, 2008, p. 6). Embora o projeto sociopolítico de Karl Marx e Friedrich Engels se concentre na eliminação da religião para se alcançar uma sociedade sem classes, justa e igualitária, a crítica do materialismo dialético ao idealismo filosófico e sua ênfase nas condições materiais de existência, nos modos de produção e nas contingências sócio-históricas ofereceram ao pensamento sociológico um relevante instrumental para se

compreender a formação e função da ideologia, por conseguinte, de fenômenos morais, culturais e religiosos. Concordante a Marx e Engels, “os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; são essas relações materiais dominantes consideradas sob forma de ideias [...]; em outras palavras, são as ideais de sua dominação” (2001, p. 48). O desvelamento do substrato material da ideologia da classe dominante, bem como de seu papel na legitimação e conservação da sociedade de classes e da usurpação da mais-valia, abriu um campo investigativo promissor que, independente de preferências por projetos sociopolíticos socialistas ou não, permite analisar os fenômenos religiosos com base nos contextos econômicos e sócio-históricos, ao invés de situá-los em um plano ideal, autônomo, apriorístico e atemporal.

Assim, a moral, a religião, a metafísica e todo o restante da ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, perdem logo toda a aparência de autonomia. Não têm história, não têm desenvolvimento; ao contrário, são os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam, com a realidade que lhes é própria, seu pensamento e também os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência. Na primeira forma de considerar as coisas, partimos da consciência como sendo o indivíduo vivo; na segunda, que corresponde à vida real, partimos dos próprios indivíduos reais e vivos, e consideramos a consciência unicamente como a *sua* consciência. Essa forma de considerar as coisas não é isenta de pressupostos. Ela parte das premissas reais e não as abandona por um instante sequer. Essas premissas são os homens não os homens isolados e definidos de algum modo imaginário, mas envolvidos em seu processo de desenvolvimento real em determinadas condições, desenvolvimento esse empiricamente visível (MARX; ENGELS, 2001, p. 19-20).

A crítica de Marx e Engels à alienação religiosa, ideologia da classe dominante e exploração da força de trabalho evidencia os princípios que fundamentaram políticas modernizantes e secularistas da Rússia Soviética, China e Cuba que, no transcorrer do século 20, com distintos matizes contextuais, adotaram medidas políticas, educacionais e midiáticas persecutórias, já que a denúncia e extinção do tradicional “ópio do povo” seria etapa indispensável ao estabelecimento do socialismo de Estado, emancipação humana e disseminação de uma moral secular, igualitária e humanista (FROESE, 2004; STAUSBERG; TESSMANN, 2013; YANG, 2007). Nota-se que a concepção teleológica da “tese dura da secularização” encontra-se não somente nas sociedades modernas

edificadas em moldes liberais, capitalistas, iluministas e republicanos, mas também no ideário revolucionário de movimentos socialistas que compartilhavam da premissa do inexorável fim da religião. Os projetos sociopolíticos secularizantes promovidos, vertical e forçosamente, por governos socialistas como parte dos programas de modernização nacional se tornaram objetos de estudo de acadêmicos interessados em compreender as singularidades de processos modernizantes que se constituem a partir de elementos políticos, econômicos e culturais externos, não por dinâmicas e demandas nascidas na própria sociedade. A experiência da China socialista foi denominada por Fenggang Yang (2017) como “secularização por agenciamento”, em contraponto à secularização “espontânea e autêntica” ocorrida na Europa ocidental resultante de processos sócio-históricos internos. Similarmente, Paul Froese (2004) afirma que na Rússia Soviética houve uma “secularização forçada” caracterizada pela ampla veiculação de propaganda antirreligiosa, repressão da Igreja Ortodoxa Russa, execução de lideranças religiosas e destruição de igrejas, mesquitas e templos pelo Partido Comunista.

Primeiro, o governo soviético financiou generosamente ateístas, enquanto suprimia defensores religiosos. Por essa razão, o ateísmo científico deve ser considerado o equivalente do monopólio religioso. Segundo, o ateísmo científico foi promovido por todas as escolas, ambientes de trabalho e comunidades da Rússia Soviética. Finalmente, o ateísmo científico ofereceu rituais, cerimônias e a promessa de uma sociedade utópica como uma alternativa direta às ofertas religiosas (FROESE, 2004, p.48, tradução nossa).

Todavia, na virada do século 20, o pensamento sociológico clássico revela abordagens mais moderadas acerca da presença e permanência do fato religioso nas sociedades modernas, possível reflexo das novas circunstâncias sociopolíticas e do relativo distanciamento histórico dos tempos de efervescência revolucionária francesa, conforme expresso pelos posicionamentos teóricos de Émile Durkheim e Max Weber afinados à chamada “tese suave ou fraca da secularização”. Para melhor se elucidar os aportes da perspectiva durkheimiana para a compreensão do papel da religião nas sociedades secularizadas, recorre-se a estudos voltados a dois campos investigativos distintos, sociologia da educação e sociologia da religião. No primeiro caso, constata-se que as reflexões e propostas pedagógicas refletem o clima político francês da Terceira República (1870–1940), os embates pela separação dos poderes sagrados e profanos,

além das necessidades políticas e demandas sociais por uma reforma educacional que se orientasse pelos princípios da laicidade, ou seja, que superasse o modelo de ensino tradicional monopolizado por instituições confessionais e professores com atribuições eclesiásticas. Tendo em vista sua vasta experiência em cursos de ciência da educação na Universidade de Bordéus e Universidade de Sorbonne, e nítida herança intelectual de matriz iluminista, liberal e positivista, Émile Durkheim confere ao Estado laico a função de preservar e propagar por meio do sistema escolar os valores basilares da vida coletiva, os saberes científicos e a moral democrática, além da responsabilidade de intervir e fiscalizar instituições de ensino privadas e confessionais. Dada sua concepção de que a educação é um fenômeno eminentemente social, seu enfoque sociológico e pedagógico procura assegurar a unidade moral e evitar que as vontades particulares divergentes esfacem a “grande alma da pátria numa multidão incoerente de pequenas almas fragmentárias” (DURKHEIM, 1965, p. 48). Apesar de propor que na formação básica dos cidadãos as identidades confessionais devem se submeter aos interesses públicos e à moral democrática, Émile Durkheim não defende políticas autoritárias que suprimam a religião, o monopólio estatal da educação, tampouco a substituição dos preceitos doutrinários por uma religião universal, secular e racional, conforme proposto pelo catecismo positivista comtiano, ao invés disso, argumenta em favor da liberdade de credo, tolerância religiosa e iniciativa confessional regulamentada pelo Estado. Para o autor, não seria incumbência estatal “impor uma comunhão de ideias e sentimentos sem a qual a sociedade não se organiza; essa comunhão é espontaneamente criada, e, ao Estado outra coisa não cabe senão consagrá-la, mantê-la, torná-la mais consciente aos indivíduos” (DURKHEIM, 1965, p. 48-49).

Por sua vez, a sociologia da religião durkheimiana já se encontra, mesmo que germinalmente, em sua célebre tese “Da divisão do trabalho social” (1893) e de modo mais sistemático na clássica obra “As formas elementares da vida religiosa” (1912). Embora reconheça a crescente secularização das sociedades modernas, a progressiva preponderância da solidariedade orgânica e o deslocamento das funções atribuídas tradicionalmente às religiões para as instituições políticas, econômicas e científicas, não pressupõe o desaparecimento dos fenômenos religiosos ou das correntes associativas resultantes da solidariedade mecânica e prevalência da consciência coletiva. De acordo

com Émile Durkheim, “à medida que todas as outras crenças e todas as outras práticas assumem um caráter cada vez menos religioso, o indivíduo torna-se objeto de uma espécie de religião. Temos pela dignidade da pessoa um culto que, como todo culto forte, já tem suas superstições” (1999, p. 155). Observa-se que frente aos processos de individualização, desregulamentação e especialização funcional, o autor salienta as recomposições das experiências religiosas e de seus mecanismos de integração social nas sociedades complexas, oferecendo aos estudos posteriores um profícuo campo investigativo para a compreensão do individualismo e do cosmopolitismo religioso nas sociedades amnésicas, pós-paroquiais e/ou pós-modernas (HERVIEU-LÉGER, 2008). Além do mais, em “As formas elementares da vida religiosa”, Émile Durkheim critica a inconsistência da doutrina positivista de Auguste Comte que, ao criar “uma religião com velhas lembranças históricas, artificialmente reavivadas”, desconsidera que cultos vivos só podem surgir espontaneamente da vida social, e reitera a tese sobre a persistência dinâmica e adaptativa do religioso nas sociedades modernas, ao afirmar que “há na religião algo de eterno que está destinado a sobreviver a todos os símbolos particulares nos quais o pensamento religioso sucessivamente se envolveu. [...] Em uma palavra, os antigos deuses envelhecem ou morrem, e outros não nasceram” (DURKHEIM, 1996, p. 472-473). Atualmente, dada sua revisão crítica e propositiva de projetos secularistas mais radicais, sejam de matriz iluminista, positivista comtiana ou materialista histórica (FRIDMAN, 1994), em defesa da inevitável separação entre Estado e religião, a obra durkheimiana tem sido resgatada e alçada à condição de precursora das chamadas teorias pós-seculares. Ao invés de conceberem como irreconciliáveis as relações entre política e fé, essa nova perspectiva sociológica e política, introduzida e disseminada por Jürgen Habermas (2007, 2013) após a virada do século 21, reconhece a legitimidade da presença de atores religiosos plurais na esfera pública política.

Na obra de Durkheim, encontramos uma “sugestão operacional” acerca das condições necessárias para que uma sociedade pós-secular possa ser efetiva evitando degenerar em uma situação de confronto insolúvel entre sagrados divergentes. O ponto central passa pela consciência dos diversos grupos e instituições comprometidos com esse princípio quanto à necessidade de produção e renovação da fé em um sagrado compartilhado [máximo postulado sagrado] que possa ser fundamentado a partir dos princípios internos de cada religião [mesmo no sentido lato], que se coloca sob a forma do princípio de respeito mútuo, convivência e tolerância (WEISS, 2017, p. 443).

A sociologia compreensiva de Max Weber também não anuncia o prognóstico de um inelutável fim da religião, o que se justifica em parte por seu posicionamento crítico, exposto na conferência “Ciência como vocação” de 1917, quanto ao “sacrifício do intelecto” que envolve as “profecias enunciadas do alto da cátedra” (WEBER, 2005, p. 30-31), revelando seu conhecimento e cautela frente a preferências político-religiosas e aos riscos de se imiscuírem nas instituições acadêmicas e no labor científico. Essa vigilante suspeição seria corroborada por sua abordagem metodológica em que os “juízos de valor” fundados em opiniões, crenças e ideais enraizados na subjetividade do pesquisador deveriam ser superados por “juízos de fato” para que, assim, as ciências do espírito, sociológicas e históricas, alcançassem um conhecimento empírico de cunho racional, objetivo e imparcial (2001, p. 111-114). Cabe, ainda, enfatizar que a partir da formulação dos três tipos puros de dominação legítima, Max Weber traz a possibilidade, mesmo que associada a atributos pessoais extraordinários e a contingências sócio-históricas, de que forças disruptivas da ordem tradicional e das burocracias modernas surjam com a mensagem inaudita, experiência extracotidiana e arrebatamento emotivo provocado por líderes carismáticos, sejam demagogos, sábios, heróis, mártires políticos ou religiosos, estes representados pelos profetas que não estariam restritos ao estado das coisas e para quem vale o “direito natural revolucionário” — “está escrito, porém eu lhes digo...” (WEBER, 2003, p. 134-141).

O enfoque weberiano interpretativo e histórico-comparativo desvela processos secularizantes em curso nas sociedades modernas ao se dirigir a dinâmicas estruturais, com destaque à diferenciação e autonomização das esferas de valor, desencantamento do mundo, desmagificação das vias de salvação, expansão das ciências empíricas e racionalização da vida moderna. Não por acaso sua perspectiva sociológica idiográfico-desenvolvimental apoiada no método histórico-comparativo, focada nas singularidades sócio-históricas e avessa a abordagens deterministas e evolucionistas, desde meados do século 20, tem sido resgatada como responsável por inaugurar o paradigma teórico-metodológico de recentes investigações sobre modernização, secularização, pluralismo religioso e esfera pública atentas às singularidades contextuais (ASAD, 1993, 2003; CASANOVA, 1994, 2007; FRESTON, 2001, 2008). Além de se tornar, erroneamente, o

alvo predileto dos arautos do “retorno dos deuses” ou do “reencantamento do mundo” (PIERUCCI, 1997, 1998). Embora Max Weber seja considerado pelos defensores da ressacralização como um pioneiro da “tese dura da secularização”, argumenta-se que a sociologia compreensiva se aproxima do postulado da “tese suave da secularização”, visto que a teoria da diferenciação das esferas de valor evidencia um processo de autonomização das esferas política, religiosa, estética, erótica, econômica e intelectual, marcado pela racionalização, formalização e emancipação jurídico-política em relação à esfera religiosa, contribuindo com a figuração das condições de possibilidade para a emergência do Estado moderno (WEBER, 1982). Afinal, a perspectiva weberiana não concebe ou propõe uma necessária extinção do religioso para que o desencantamento do mundo e a racionalização da vida se completem como destino histórico, ao contrário, demonstra que os princípios laicos e republicanos que fundam os Estados modernos oferecem as condições sociopolíticas e garantias jurídicas para a liberdade de crença, tolerância religiosa e coexistência, mesmo que mais agonística do que harmoniosa e pacífica, de identidades culturais e confissões religiosas plurais (MOUFFE, 2003, 2005; PIERUCCI, 2008, 2013). Tais aportes analíticos se somam ao clássico ensaio publicado entre 1904 e 1905, revisto em 1920, “A ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo”.

O puritano *queria* ser um profissional — nós *devemos* sê-lo. Pois a ascese, ao se transferir das celas dos mosteiros para a vida profissional, passou a dominar a moralidade intramundana e assim contribuiu [com sua parte] para edificar esse poderoso cosmos da ordem econômica moderna ligado aos pressupostos técnicos e econômicos da produção pela máquina, que hoje determina com pressão avassaladora o estilo de vida de todos os indivíduos que nascem dentro dessa engrenagem — *não* só dos economicamente ativos — e talvez continue a determinar até que cesse de queimar a última porção de combustível fóssil. [...] No que a ascese se pôs a transformar o mundo e a produzir no mundo os seus efeitos, os bens exteriores deste mundo ganharam poder crescente e por fim irresistível sobre os seres humanos como nunca antes na história. Hoje seu espírito — quem sabe definitivamente? — safou-se dessa crosta. O capitalismo vitorioso, em todo caso, desde quando se apoia em bases mecânicas, não precisa mais desse arrimo. Também a rósea galhardia de sua risonha herdeira, a Ilustração, parece definitivamente fadada a empalidecer, e a ideia do “dever profissional” ronda nossa vida como um fantasma das crenças religiosas de outrora (WEBER, 2004, p.165).

Essa nova ética econômica se compreende pelas ramificações confessionais reformadas e ressignificações da ética protestante, por um lado, a salvação pela fé, a *unio mystica* e o cultivo sentimental dos luteranos, pietistas e metodistas, por outro, a

doutrina da predestinação, a ascese intramundana e a vocação profissional gestadas por vertentes calvinistas dos séculos 16 e 17, particularmente, do puritanismo inglês e, em certa medida, do anabatismo, dadas as afinidades eletivas dessas modulações de conduta e disposições subjetivas de matriz protestante como ética econômica favorável ao capitalismo moderno (WEBER, 2004, p.87 *et seq.*). A transmutação do ascetismo intramundano, originalmente vivenciado como preceito ético-religioso, restrito às seitas puritanas em meio à efervescência da Reforma Protestante, um imperativo categórico, com matiz neokantiano, que orchestra indistintamente comportamentos, interesses e valores de indivíduos imbricados na ordem econômica moderna revela uma dramática e contingencial reconfiguração nas instituições, subjetividades, estilos de vida e sentidos compartilhados. Essa consonância entre racionalidades prático-ética e prático-técnica correspondeu a “um verdadeiro Big Bang de possibilidades inauditas e especificamente modernas de expansão e extensão da racionalidade vida afora, explosão inaugural que descerra as condições de possibilidade de se fazer da vida uma vida conscientemente conduzida” (PIERUCCI, 2013, p. 206). Um singular desdobramento sócio-histórico que corrobora o postulado da “tese suave da secularização” de que o fenômeno religioso permanece disseminado nos interstícios da vida social moderna, imaginário popular, intimidade, esfera pública, artefatos culturais, veículos midiáticos, instituições políticas, capitalismo neoliberal. Contudo, para Max Weber, as formas religiosas vindouras, ainda imprevisíveis, poderiam se apoiar em inéditos profetas, no ressurgimento de tradições ou na formação de um novo tipo humano, o “especialista sem espírito”:

Ninguém saber ainda quem no futuro vai viver sob essa crosta e, se ao cabo desse desenvolvimento monstro não de surgir profetas inteiramente novos, ou um vigoroso renascer de velhas ideias e antigos ideais, *ou* — se nem uma coisa nem outra — o que vai restar não será uma petrificação chinesa [ou melhor: mecanizada], arrematada como uma espécie convulsiva de autossuficiência. Então, para os “últimos homens” desse desenvolvimento cultural, bem poderiam tornar-se verdade as palavras: “Especialista sem espírito, gozadores sem coração: esse Nada imagina ter chegado a um grau de humanidade nunca antes alcançado (WEBER, 2004, p. 166).

Diante da emergência de mercados religiosos pluralistas e competitivos, a obra de Peter Berger, “O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião” (1967), sobressai pelo pioneirismo na sociologia contemporânea ao retomar e atualizar

o paradigma da secularização, articulando em seu arcabouço teórico interpretações sócio-históricas, inspiradas pela perspectiva weberiana, acerca dos cristianismos e suas consonâncias com dinâmicas secularizantes e análises de fenômenos religiosos, como a desregulação estatal da economia religiosa, diversificação de bens e serviços mágico-salvacionistas, tolerância frente à pluralidade confessional, estratégias concorrenciais e colaborativas no denominacionalismo norte-americano etc. (BERGER, 1985, p. 148-155). Sua tese de que a não intervenção estatal no mercado religioso acarretaria maior diversidade religiosa e competição intereclesial, bem como a relativização de estruturas de plausibilidade das crenças e verdades sagradas, tornar-se-ia amplamente aceita por representantes da “tese suave da secularização” e criticada por defensores do “retorno do sagrado” e “reencantamento do mundo”, acompanhados pelos teóricos da escolha racional aplicada à religião que percebem nas sociedades secularizadas uma elevada vitalidade religiosa tanto na esfera privada quanto pública.

Elaborada nos anos 1980 pelos sociólogos norte-americanos Rodney Stark, William Bainbridge, Laurance Iannaccone e Roger Finke, a teoria da escolha racional aplicada à religião parte da premissa de que “o nível de mobilização religiosa varia em resposta ao pluralismo, não à expansão da modernidade e da sofisticação científica” (STARK, 2004, p. 21). Desse modo, em economias religiosas não submetidas ao poder estatal coercitivo, monopolista e intervencionista, atores individuais e coletivos seriam mais ativos e eficientes na produção e consumo de bens e serviços religiosos. Com a organização do livro “*The Desecularization of the World: Resurgent Religion and World Politics*” em 1999, Peter Berger abandona sua tese defendida por mais de três décadas, dizendo estar equivocado o paradigma da secularização e falso o pressuposto de que sociedades modernas se secularizam através de uma inelutável e necessária retração da religião e relativização de suas estruturas de plausibilidade. Perante a proliferação de movimentos religiosos fundamentalistas nas instituições políticas e na esfera pública, sejam de matriz islâmica ou pentecostal, sublinha que o mundo atual “é tão ferozmente religioso quanto antes, e até mais em certos lugares” (2000, p. 10). Conforme essa renovada abordagem, “tanto a secularização quanto a dessecularização são processos em curso, [...] frutos da relação dialética entre religião e modernidade em diferentes contextos e momentos históricos”. Ao questionar concepções simplistas, mecânicas e

irreversíveis dos processos secularizantes, alerta que o processo dialético constitutivo das sociedades contemporâneas pode acentuar qualquer uma dessas direções, tanto a secularização quanto a dessecularização (MARIZ, 2000, p. 26). Apesar dessa guinada epistêmica na virada do milênio, 15 anos depois, com a publicação de “Os múltiplos altares da modernidade” (2014), Peter Berger renova sua antiga perspectiva teórica da secularização a partir das pesquisas histórico-comparativas de José Casanova (1994, 2007) e das modernidades múltiplas de Shmuel Eisenstadt (2001, 2003), direcionando o enfoque analítico às singularidades sócio-históricas do pluralismo religioso com vistas a superar o embate entre teóricos da secularização e da ressacralização. De acordo com a mais recente e conciliadora proposta paradigmática pluralista de Peter Berger: “Há um pluralismo de discursos religiosos nas mentes dos indivíduos e na sociedade. Há também o pluralismo fundamentalmente importante entre o discurso secular e os discursos religiosos”. Orientado por estudos empíricos nos contextos estadunidense, árabe, israelense, japonês e iugoslavo, afirma que o pluralismo religioso ultrapassa os níveis fenomenológico e discursivo, posto que “há também um pluralismo de diferentes versões da modernidade, com diferentes delineamentos da coexistência entre religião e secularidade” (2017, p.156).

Em suas pesquisas sobre religião e esfera pública nas sociedades modernas, José Casanova apresenta uma original revisão crítica das principais abordagens acerca da secularização e distingue três proposições contidas nesse conceito multidimensional amplamente usado na literatura sociológica: i) secularização como declínio das crenças e práticas religiosas; ii) secularização como privatização da religião; iii) e secularização como diferenciação das esferas seculares (estado, economia, ciência) em relação às instituições e normas religiosas (2007, p. 101). Alicerçado na teoria das modernidades múltiplas de Shmuel Eisenstadt (2001, 2003) e na genealogia da religião conjugada ao secularismo de Talal Asad (1993, 2003), José Casanova se opõe às perspectivas sócio-históricas que concebem a secularização como um processo linear, um fato consumado ou, ainda, um destino inexorável das civilizações ocidentais. Argumenta que ao testar através do método histórico-comparativo a validade das três proposições sociológicas, poder-se-ia identificar, nas três acepções conceituais, processos secularizantes que variariam conforme as contingências políticas, econômicas, históricas e socioculturais

dos contextos nacionais contemporâneos, especialmente na Espanha, Polônia, Brasil e Estados Unidos nos quais ancorou seus estudos de caso (CASANOVA, 1994, 2007).

Dentre os trabalhos investigativos assentados em uma abordagem comparativa e contextual, destaca-se a obra pioneira sobre os aspectos políticos do protestantismo evangélico de massa em escala global de Paul Freston, "*Evangelicals and Politics in Asia, Africa and Latin America*", publicada em 2001. Com inédita abrangência analítica e diversidade empírica, examina as especificidades dos contextos político-religiosos de 27 países de três continentes do Sul Global: 12 africanos subsaarianos, África do Sul, Angola, Gana, Quênia, Malawi, Moçambique, Nigéria, Ruanda, Sudão, Uganda, Zâmbia e Zimbábue; 7 asiáticos, China, Coreia do Sul, Filipinas, Índia, Indonésia, Malásia e Mianmar; e 8 latino-americanos, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Guatemala, México, Nicarágua e Peru. Parte de uma avaliação detida e pormenorizada do caso brasileiro, onde também figura como pioneiro nas pesquisas sociológicas acerca da participação evangélica na esfera política nos primórdios do processo de redemocratização, com sua tese "Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment" de 1993 e várias publicações posteriores. Enfatizando o fenômeno pentecostal e neopentecostal terceiro-mundista, sua obra desloca o eixo de uma vasta literatura que privilegia o Norte Global católico e protestante histórico em confronto com fundamentalistas islâmicos e políticas secularistas. Em sua comparação transcontinental, sem recorrer a concepções deterministas e substancialistas que, univocamente, relacionam o ativismo evangélico e a identidade confessional a um *ethos* político democrático ou autoritário, progressista ou conservador, secularista ou sacralizante, Freston se volta aos contextos estudados e identifica uma variedade de usos políticos dos evangélicos. Eleição de membros aos poderes executivo e legislativo, criação de partidos políticos ideologicamente diversos, envolvimento em rebeliões nacionalistas, étnico-separatistas e movimentos em defesa dos direitos humanos e da democracia abrangem parcela dos atores cristãos. Todavia, aponta três tendências na política evangélica global: i) corporativismo eclesiástico com o objetivo de obter recursos estatais para engrandecer a igreja; ii) imitação política do ator religioso dominante, geralmente católico ou islâmico; iii) triunfalismo que considera governar um direito divino de evangélicos (FRESTON, 2001, p. 285). Em contraposição

às abordagens deterministas, essencialistas e generalizantes da política evangélica, o autor argumenta em favor de uma perspectiva sociológica contextual:

[...] organização evangélica, localização religiosa e localização sociopolítica são frequentemente mais importantes para compreender sua política do que a teologia evangélica. Teologia é importante, mas como um fator dentre muitos que podem afetar a política evangélica em qualquer contexto. [...] Tamanho, composição social e étnica, posição relativa a outras confissões, estruturas e conflitos internos da igreja, o “tipo” sociológico (igreja, seita, denominação) de cada grupo, o grau de legitimidade em relação aos mitos nacionais, a presença ou ausência (e natureza) das conexões internacionais — tudo isso restringe as possibilidades políticas e afeta o comportamento. Discussões sobre “política evangélica” em escala global nunca devem perder de vista o fato de que a realidade da igreja local tem sido muito determinante na atual performance (FREESTON, 2001, p. 282, tradução nossa).

Para se elucidar os contingenciais processos de secularização que constituem distintos modelos regulatórios do religioso em Estados laicos contemporâneos, tem-se a história política francesa que se firmou, a partir do final do Século das Luzes, como a experiência paradigmática de revolução liberal, reconhecida pela expressiva laicização estatal, secularismo jurídico-político, políticas anticlericais e privatização religiosa. Com base em reconstruções genealógicas, nota-se que a lógica da separação entre esferas política e religiosa que tornou a França conhecida como “o país mais laico do mundo” — conforme declaração do político francês Ferdinand Buisson (1841–1932), burocrata da educação, protestante liberal com inclinação radical-socialista e defensor do ensino laico — não seria analisada satisfatoriamente através de um enfoque substancialista, seja como atributo essencial da cultura cívica francesa ou como herança inquebrantável do período revolucionário jacobino. A instauração do regime separatista rígido decorreu de um processo sócio-histórico agonístico, forçoso e fortuito que, embora tenha como estopim o iluminismo filosófico e a Revolução Francesa, consolida-se somente depois de um século com a Terceira República Francesa. No entanto, tal modelo de separação político-religiosa, não raras vezes, normativamente concebido como arranjo institucional exemplar, puro e ideal, trata-se de uma exceção na Europa ocidental, majoritariamente composta por regimes confessionais ou “igrejas de Estado” — Bulgária, Dinamarca, Finlândia, Grécia, Inglaterra, Irlanda etc. — e por modelos separatistas flexíveis em que se estabelece constitucionalmente a separação entre Igreja e Estado sem abandonar acordos bilaterais e laços concordatários com instituições religiosas, principalmente

católicas e protestantes — Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Itália, Luxemburgo, Polônia, Portugal, Suécia etc. Aliás, mesmo as unidades administrativas que compõem o território francês não seriam homogêneas quanto à implantação do regime separatista rígido, já que três departamentos, Bas-Rhin, Haut-Rhin e Moselle — conhecidos como Alsace-Moselle —, conservam a política concordatária firmada com o Vaticano em 1801 (GIUMBELLI, 2002; ORO, 2011; PORTIER, 2010, 2011). Concordante às assertivas de Michel Foucault que aciona e atualiza o projeto hermenêutico-genealógico nietzschiano: “atrás das coisas há ‘algo inteiramente diferente’: não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas” (1979, p. 18).

[...] não há princípio mais importante para toda ciência histórica do que este, que com tanto esforço se conquistou, [...] de que algo existente, que de algum modo chegou a se realizar, é sempre reinterpretado para novos fins, requisitado de maneira nova, transformado e redirecionado para uma nova utilidade, por um poder que lhe é superior; de que todo acontecimento do mundo orgânico é um *subjugar* e *assenhorear-se*, e todo subjugar e assenhorear-se é uma nova interpretação, um ajuste, no qual o ‘sentido’ e a ‘finalidade’ anteriores são necessariamente obscurecidos ou obliterados” (NIETZSCHE, 1998, p. 65-66).

As uniões institucionais, dinâmicas separatistas e relações colaborativas entre Estado e religiões se tornaram centrais nas pesquisas sociológicas dedicadas aos processos secularizantes nas sociedades modernas. Os modelos teóricos e estudos empíricos apresentados pela literatura especializada tendem a classificar os regimes e dispositivos de regulação estatal das crenças, pertencças e expressões religiosas em gradações dos seguintes polos: pluralista e monopolista, separatista e confessional, imparcial e seletivo, independente e colaborativo, dentre outros. Ao serem avaliados a partir dessas escalas, os Estados laicos e seus contextos sócio-históricos, políticos e culturais variam e vinculam tais categorias cada qual à sua maneira, sem se situarem, absoluta e definitivamente, em um dos polos ideais e abstratos. Um governo pode se apresentar oficialmente como separatista e imparcial, mas na prática beneficiar religiões seletas e contribuir com o monopólio do mercado religioso e formação de oligarquias eclesiásticas, bem como se apoiar em um arranjo confessional que, independente da prevalência histórica e da integração institucional, promove condições político-jurídicas favoráveis à tolerância, liberdade e pluralidade religiosa. É conhecida a configuração

oficial da laicidade brasileira e, por extensão, de suas unidades federativas que remonta aos primórdios do governo republicano no século 19, cujos princípios constitucionais incluem o pluralismo religioso e liberdade de credo sem conferir privilégios a nenhuma confissão em particular. Porém, o catolicismo desde o período colonial e, recentemente, as denominações evangélicas contam com um tratamento diferenciado se comparadas às religiões minoritárias, como as umbandistas, candomblecistas, tradições indígenas e novos movimentos religiosos, o que se intensifica pelo expressivo poder econômico das igrejas cristãs, representação política e presença na esfera pública (GIUMBELLI, 2008; MONTERO, 2006, 2009; ORO, 2007, 2011; PORTIER, 2010, 2011).

Consonante a esse projeto interpretativo, genealógico e comparativo dirigido às singularidades sócio-históricas que permeiam o processo de secularização no país, Ricardo Mariano argumenta que no desenrolar do processo de modernização nacional se configurou uma “laicidade à brasileira”, sendo que “a separação republicana entre Igreja e Estado jamais resultou na privatização do religioso no Brasil, nem muito menos na exclusão mútua entre religião e política” (2011, p. 254). O que se soma à análise de Reginaldo Prandi que afirma que, “apesar da separação republicana entre Igreja e Estado, os brasileiros em geral costumam pensar a religião como coisa pública, e como direito de todos” (1996, p. 267). Só que tal percepção do religioso como universalmente acessível e indissociável da esfera pública e da cultura nacional não envolve religiões minoritárias, tão somente o catolicismo tradicional, evidenciando a persistência de seu status de religião oficial e monopolista atrelado ao poder estatal. Os privilégios políticos decorrentes de sua condição histórica, que remontam aos períodos colonial e imperial, concederam à Igreja Católica os dispositivos jurídicos e coercitivos necessários para regular a organização eclesial e atuação de religiões concorrentes, impondo obstáculos aos intercursos hibridizantes, à ocupação do espaço público e à participação política de protestantes históricos, pentecostais clássicos, espíritas kardecistas, candomblecistas, umbandistas etc. Com isso, o catolicismo se estabelece como autoridade eclesiástica monopolista, centralizadora e reguladora das religiões dos brasileiros, determinando as coordenadas de um mapa religioso estruturado pelo “sincretismo hierárquico”, por uma configuração sociorreligiosa “que combina o não exclusivismo com o reconhecimento da hegemonia institucional católica” (FREESTON, 2007, p. 585). A presença hegemônica

e generalizante católica perpassaria diferentes âmbitos da *polis* brasileira, como as relações de parceria entre Estado e igreja, as fronteiras imprecisas entre ritos religiosos e/ou cívicos (batismo, matrimônio, sepultamento), festividades devocionais e feriados santos que orquestram o calendário nacional, além de instituições de ensino, agências de saúde e programas assistenciais. Diante de tamanha pervasividade cultural, cívica e política, Paula Montero revela que a Igreja Católica no Brasil seria a matriz da distinção entre Estado, sociedade civil e esfera privada (2009, p. 14), sendo que até mesmo a formação sócio-histórica da esfera pública no país teria como “referência simbólica a *civis cristã*” (2012, p. 176).

Mesmo o republicanismo brasileiro tendo herdado o ideário secular, liberal e iluminista que se difundiu com o período revolucionário francês e a experiência norte-americana, constrói-se através de um processo de laicização flexível, com fronteiras porosas entre poderes sacros e seculares, além de uma destacada presença de atores religiosos nas esferas pública e política, historicamente do catolicismo e, recentemente, do protestantismo renovado e neopentecostalismo. A partir da transferência da Coroa Portuguesa (1808) e dos Tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação (1810), o protestantismo de imigração, com destaque aos anglicanos ingleses em 1810 e luteranos suíços em 1819, e de conversão aportaram no Brasil Império (1822–1889) e se propagaram por meio de missões e fundações de igrejas metodistas, presbiterianas, batistas etc. A presença no espaço público se manteve restrita, visto que eram vedadas pelo Estado quaisquer formas de proselitismo, sendo que os cultos eram autorizados apenas em ambientes privados (MENDONÇA, 2004, p. 49-56). Com a Proclamação da República em 1889 e a promulgação da Constituição de 1891, a secularização jurídico-política guiada por princípios laicos, republicanos, positivistas e anticlericais impulsionou o *disestablishment* da Igreja Católica e trouxe condições mais propícias ao pluralismo religioso, liberdade de credo e cisão dos poderes político e eclesiástico (GIUMBELLI, 2008; PIERUCCI, 2008). Nota-se que a Magna Carta republicana de 1891 traz uma significativa alteração legal quanto à defesa da liberdade de culto e crença, segundo o Art. 72, § 3º: “todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum”. Além da determinação legal que corrobora e reforça a

inicial diferenciação das esferas religiosa e política no contexto brasileiro, conforme consta no Art.72, § 7º: “nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência, ou aliança com o Governo da União, ou o dos Estados”.

Não obstante as novas bases constitucionais que visavam superar o regime monopolista, as restrições ao pluralismo religioso se deslocariam para critérios estatais de reconhecimento das religiões legítimas, sendo que os grupos minoritários passariam a ser escrutinados de acordo com o perfil institucional e doutrinário da Igreja Católica. Com efeito, religiões afro-brasileiras, kardecistas e pentecostais clássicas permanecem sem proteção legal, acusadas de curandeirismo, feitiçaria, magia e sortilégios, ao passo que o catolicismo tradicional conserva seus privilégios políticos e laços colaborativos com o nascente Estado laico e republicano brasileiro (MONTERO, 2006, 2009; ORO, 2011; MARIANO, 2011). Desse modo, a laicidade estatal se institucionaliza em uma sociedade marcada pela violência material e simbólica sofrida por minorias religiosas, manifestações de intolerância da sociedade civil e contínuas perseguições policiais que restringiam as expressões e experiências religiosas de umbandistas, candomblecistas, espíritas kardecistas, protestantes históricos e pentecostais clássicos, posto que seus cultos estavam circunscritos a espaços privados e seus meios proselitistas limitados ao evangelismo pessoal, reforçando o *ethos* sectário, o rigorismo moral e o afastamento do mundo. Concordante ao diagnóstico de Paul Freston, “a ocupação do espaço público para fins religiosos era coisa da Igreja Católica, com sua famigerada aliança com os poderes temporais. Para a seita, o espaço público era lugar de perigo” (1994, p. 119).

Para as outras religiões, como o espiritismo e, sobretudo, as religiões afro-brasileiras, o período do Estado Novo foi marcado por repressões policiais e mesmo por invasões aos terreiros. Norton Correa destaca que “a repressão policial, especialmente na segunda metade dos anos 1930, foi muito intensa, em Salvador”. O mesmo ocorreu no Rio de Janeiro. Dizia-se, em ambos os Estados, que os terreiros acobertavam comunistas, justificando, assim, a sua invasão pela polícia. No Rio Grande do Sul a intensidade persecutória foi tanta que “estabeleceu um antes e um depois na história desta repressão”. Por isso, neste Estado, permanece até hoje na memória dos filiados aos terreiros “a lembrança do tempo em que a repressão policial entrava a cavalo em terreiras dos seguidores dos cultos de Umbanda e de Nação” (ORO, 2011, p. 226).

Até a segunda metade do século 20, a política persecutória nacional contrária à liberdade e pluralidade religiosa, comumente identificada em regimes confessionais e

em religiões de Estado, empregou dispositivos regulatórios que impediam a emergência de um mercado religioso pluralista e competitivo e que desaceleravam o processo de desmonopolização católica. Contudo, conforme avançavam o projeto de modernização de Getúlio Vargas, o desenvolvimentismo de Juscelino Kubistchek, o trabalhismo de João Goulart, a abertura da ditadura militar e a redemocratização, sem negligenciar os 21 anos de retrocesso com censura, violência e despotismo militar, os mecanismos de controle se abrandaram gradativamente, o que ressoou na irrupção pública e inserção política de pentecostais de cura divina, protestantes renovados e neopentecostais. A consolidação de uma sociedade urbano-industrial, o avanço da secularização jurídico-política e o fortalecimento de instituições democráticas se desdobraram coetaneamente à crescente tolerância religiosa da sociedade civil, ao retraimento da coação policial e ao reconhecimento estatal das identidades religiosas minoritárias (GIUMBELLI, 2008; MONTERO, 2006). Em meio às dinâmicas modernizantes, acelerada urbanização e otimismo econômico, a *International Church of Foursquare Gospel* promoveu em solo brasileiro a Cruzada Nacional de Evangelização (CNE), iniciada em 1953, tendo papel crucial na publicização do religioso, inovação do evangelismo midiático e transição do sincretismo hierárquico ao pluralismo competitivo (ALEIXO, 2014; FRESTON, 2007, 2010; ROSA, 1977).

Nos anos 1950, o pluralismo religioso e a competição religiosa estavam ainda longe de constituir um parâmetro de ação institucional no campo religioso brasileiro. Sua ascensão se consolidaria somente no último quarto do século, com o processo de redemocratização, o acelerado crescimento dos pentecostais e seu ingresso na tevê e na política partidária. Mas estava em marcha acelerada a destradicionalização religiosa, processo em que a adesão, a filiação, as crenças e as práticas religiosas tornam-se uma questão de opção pessoal consciente, voluntária e deliberada. Fenômeno que contribuiu para legitimar e dinamizar o trânsito religioso no país (MARIANO, 2011, p. 247).

O “pentecostalismo das tendas de lona” se espraia por várias regiões do país, suscitando em seu percurso, de mais de duas décadas, controvérsias sociorreligiosas no que tange à presença da religião em espaços profanos — como praças, cinemas, ginásio, galpões e estádios de futebol —, incorporação de veículos midiáticos com fins proselitistas, publicização de rituais de cura e libertação espiritual, maior liberalidade nos usos e costumes, ruptura com o sectarismo e integração de lideranças pastorais

assembleianas, metodistas e presbiterianas em seu corpo de missionários (FREESTON, 1994; MARIANO, 2010). Entretanto, esse processo de “*aggiornamento* pentecostal” do campo religioso brasileiro, impulsionado pela cruzada quadrangular, não transcorre harmoniosa e pacificamente, ao invés disso, foi acompanhado pela intolerância estatal, repressão policial, conflitos interconfessionais, vilipêndio religioso e prisões de pastores e missionários acusados de charlatanismo, feitiçaria e curandeirismo. Em consonância com a interpretação de Paula Montero, baseada no arcabouço filosófico-sociológico de Jürgen Habermas (2007; 2014), tais controvérsias públicas teriam um efeito imprevisto ao favorecerem a produção de visibilidade e de legitimidade de pentecostais e minorias religiosas não reconhecidas oficialmente (MONTERO, 2012). Além de incidirem nas recentes configurações institucionais, teológicas e ritualísticas de vertentes religiosas tradicionais, como pentecostais clássicas, protestantes históricas e renovadas, católicos carismáticos, no reconhecimento político-jurídico de religiões minoritárias, na ampliação da liberdade e tolerância religiosa, nas condições de possibilidade para emergência do neopentecostalismo brasileiro e nas formas de ativismo cristão na esfera política e em controvérsias públicas.

Propomos, portanto, tomar o conceito de esfera pública de um modo próximo à sugestão de Habermas (2003 e 2007) que a trata como um conjunto de “configurações de visibilidade” constituídas por meio de controvérsias públicas. No paradigma habermasiano isso significa que as “controvérsias” se tornam o equivalente funcional da visibilidade e esta um fator preponderante da produção de legitimidade social. Desse modo, se a legitimidade não é pensada como uma qualidade dos sujeitos, mas como a resultante de um processo discursivo, o mapeamento das controvérsias se torna um instrumento útil para a compreensão dessa dinâmica (MONTERO, 2012, p. 177).

Apoiada em perspectivas sociológicas clássicas e contemporâneas dedicadas à questão da secularização nas sociedades modernas, do pluralismo religioso na esfera pública, das controvérsias em torno do ativismo cristão e dos processos de politização e publicização religiosa, essa pesquisa comparativa parte de uma abordagem contextual, relacional e pragmática dos fenômenos estruturais, institucionais e sociobiográficos que entretecem a singularidade brasileira, particularmente mineira e belo-horizontina. Com o intuito de contribuir com discussões sobre a abrangência e consistência explicativa dos paradigmas teóricos da secularização, ressacralização e do pluralismo religioso, esse

estudo se concentra nas especificidades e similaridades das imbricações entre religião e política em Minas Gerais e Belo Horizonte, unidade federativa e capital estadual, até o momento, pouco exploradas pela sociologia e demais ciências sociais. Embora seus matizes socioculturais, políticos, históricos se mostrem imprescindíveis à compreensão das dinâmicas secularizantes e pluralizantes constitutivas da “laicidade à brasileira” e, porventura, “à mineira e belo-horizontina” (FREESTON, 2008, 2010; GIUMBELLI, 2008; MARIANO, 2011).

4 PANORAMA POLÍTICO-RELIGIOSO EM MINAS GERAIS

4.1 Religiões dos mineiros e belo-horizontinos

Para uma pormenorizada investigação da presença na esfera pública de atores político-religiosos, propõe-se que a atuação parlamentar e a representatividade política das confissões cristãs sejam tratadas em sintonia com o perfil denominacional, escopo doutrinário, modelo de governo eclesiástico e panorama sociodemográfico das filiações religiosas em Minas Geras e em Belo Horizonte. Baseado nos últimos levantamentos censitários realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e em informações sobre as denominações evangélicas e seus representantes eleitos para o poder legislativo estadual e municipal a partir da década de 1980, parte-se de um duplo enfoque analítico. Por um lado, atenta-se aos atores coletivos, aspectos institucionais e dinâmicas societárias, com o intuito de identificar o potencial contingente de eleitores nas respectivas memberships, comparar as estratégias proselitistas com fins eleitorais e conversionistas, analisar os projetos políticos eclesiais, avaliar as consonâncias entre a expansão da bancada evangélica, a desmonopolização católica e a pluralização cristã no contexto mineiro, bem como contrastar a inserção parlamentar por perfil confessional com a distribuição sociodemográfica das memberships em escala estadual e municipal. Por outro, com vistas a desvelar as singularidades dos representantes cristãos, busca-se analisar os atores individuais em um nível microssociológico, contextual, pragmático e relacional, por meio da incorporação de aspectos relativos à trajetória sociobiográfica, como carisma pessoal, reconhecimento dos pares, atribuições eclesiásticas e laços de pertença comunitária, à carreira política, como bases eleitorais, número de mandatos, cargos pleiteados, filiações e coligações partidárias e atividades parlamentares, e ao vínculo religioso, como preceitos teológicos, níveis hierárquicos, investimentos político-eleitorais e estratégias de ocupação da esfera pública política e midiática.

O Censo das Religiões 2010, divulgado em junho de 2012 pelo IBGE, confirmou certas tendências em curso na sociedade brasileira que foram amplamente analisadas pelas ciências sociais nas últimas décadas, como o declínio do catolicismo, incremento das filiações evangélicas, pluralização confessional e aumento dos autodeclarados sem

religião. Entretanto, pelo menos dois fenômenos sociorreligiosos se sobressaíram no panorama nacional, tornando-se temas centrais nas pesquisas vindouras, a primeira queda em números absolutos dos católicos, uma perda próxima de 1,7 milhão de fiéis, e a repentina alta dos evangélicos não determinados, visto que mais de 9,2 milhões de respondentes se autodeclararam, genericamente, como “evangélicos”, “cristãos”, dentre outras identificações similares, sem explicitarem a existência de um vínculo institucional com alguma religião. Até o levantamento censitário de 2000, em uma série histórica que abrange mais de um século, a Igreja Católica continuava em expansão, acompanhando o saldo positivo do crescimento vegetativo da população brasileira, mesmo que em ritmo mais lento dados os recrudescentes processos de modernização e diversificação religiosa dos últimos decênios. Com efeito, o catolicismo sofria perdas relativas, baixas percentuais frente ao rápido avanço evangélico, irrompido em meados do século 20, e ao abrupto acréscimo dos sem religião na virada do milênio. Não obstante a proporção dos sem religião ter se mantido praticamente inalterada entre 2000 e 2010, em torno de 8% da população brasileira, houve um aumento de mais de 2,8 milhões em números absolutos, evidenciando certa tendência ao individualismo religioso e à desregulação institucional das crenças, experiências e identificações, isto é, “do crer sem pertencer”, mais do que ao ateísmo ou agnosticismo. Um deslocamento sociorreligioso que pode auxiliar a compreender a emergência de mais de 8,1 milhões de novos evangélicos sem vínculos confessionais rígidos, sem laços de pertença fixos e exclusivistas ou, ainda, de cristãos *bricoleurs* em trânsito no circuito evangélico (ALEIXO, 2014; FERNANDES *et al.*, 1998; HERVIEU-LÉGER, 2008; MARIZ; GRACINO JR., 2013).

De acordo com o diagnóstico sociorreligioso apresentado no “Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil” sobre o Censo das Religiões 2000, o interior de Minas Gerais, de estados sulistas e o sertão nordestino representavam os bastiões remanescentes do catolicismo que, até então, resistiam às pressões da diversificação religiosa (JACOB *et al.*, 2003; GRACINO JR., 2008). Embora se mantenha como uma das tradicionais fortalezas do catolicismo no Brasil contemporâneo, o contexto mineiro, assim como outras áreas centrais e interioranas, não ficou ileso aos forçosos processos de desmonopolização católica, pluralização cristã e individualização religiosa. Entre 2000 e 2010, a queda relativa da Igreja Católica em escala nacional foi de 73,57% para

64,63% de uma população superior a 190 milhões, enquanto em Minas Gerais houve um encolhimento de 78,70% para 70,43% referente aos 19,6 milhões de habitantes do estado, uma perda de cerca de 290 mil adeptos que representou mais de um $\frac{1}{6}$ do decréscimo absoluto do catolicismo no país. Nesse mesmo período, o recuo católico se mostrou ainda mais expressivo em Belo Horizonte, de 68,84% para 59,87% com o afastamento de 119 mil membros, o equivalente a 41,03% das perdas do catolicismo em Minas Gerais, indício da maior resistência dos agrupamentos e vínculos católicos à individualização, apostasia e concorrência religiosa nas cidades interioranas do que na capital mineira, visto que esta concentra 12,12% da população estadual (IBGE, 2010). Para um paralelo dos percentuais populacionais por religião segundo unidade territorial, Brasil, Minas Gerais e Belo Horizonte, entre os Censos 2000 e 2010, conferir TAB. 1.

Para os autores do referido Atlas, o processo de diversificação religiosa se atrela a três dinâmicas de ocupação territorial. “A urbanização acelerada que favorece o surgimento de novas religiões, ou a difusão de religiões vindas do exterior”, tendência que auxilia na compreensão das reconfigurações sociorreligiosas na capital mineira, região metropolitana e municípios interioranos de médio porte, onde gradativamente a urbanização avança e atrai fluxos migratórios, ainda que em menor proporção do que outros centros urbanos da Região Sudeste. “A preexistência de espaços não católicos ligados à história do povoamento” que contrasta com a pervasividade da Igreja Católica em Minas Gerais. Enfim, “o avanço de frentes pioneiras, onde os pastores pentecostais encontram terreno favorável junto a uma população migrante desenraizada” (JACOB *et al.*, 2003, p. 34). Dinâmica que precisa ser aplicada inversamente ao contexto mineiro para elucidar as fontes de sua relativa resistência à pluralização religiosa, posto que, conforme o Censo 2010, 92,81% da população de Minas Gerais, 94,40% da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e 94,07% de Belo Horizonte não nasceram em outro estado, o que se soma a minorias oriundas das Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte. A predominância de migrações intraestaduais preserva, em certa medida, a herança católica e distingue o contexto mineiro e belo-horizontino em relação a outras unidades federativas, regiões metropolitanas e capitais brasileiras, como Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Cuiabá e Palmas, conhecidas pela elevada recepção migratória e diversidade sociodemográfica (IBGE, 2010).

Tabela 1 — Percentual populacional por religião segundo unidade territorial, Brasil, Minas Gerais e Belo Horizonte, entre os Censos Demográficos 2000 e 2010

Religião	Brasil		Minas Gerais		Belo Horizonte	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Igreja Católica	73,57	64,63	78,70	70,43	68,84	59,87
Evangélicas	15,41	22,16	13,61	20,19	18,10	25,06
Evangélicas de missão	4,09	4,03	3,71	4,09	6,50	6,78
Evangélicas de origem pentecostal	10,37	13,30	9,02	11,52	9,98	11,31
Evangélica não determinada*	0,62	4,83	0,58	4,58	1,22	6,97
Igrejas Batistas	1,86	1,95	2,13	2,57	5,06	5,48
Assembleias de Deus	4,96	6,46	2,94	3,64	2,04	1,87
Congregação Cristã do Brasil	1,47	1,20	1,27	1,08	0,38	0,21
Igreja do Evangelho Quadrangular	0,78	0,95	1,52	1,77	2,96	2,78
Igreja Universal do Reino de Deus	1,24	0,98	0,93	0,81	1,82	1,16
Espírita	1,33	2,02	1,59	2,14	2,74	4,07
Umbanda e Candomblé	0,31	0,31	0,14	0,09	0,27	0,16
Sem religião	7,35	8,04	4,60	5,03	8,04	8,02

* No Censo 2000 consta a categoria “evangélicas sem vínculo institucional”.

Fonte: Elaborada a partir dos Censos Demográficos 2000 e 2010 do IBGE.

Apesar do panorama religioso belo-horizontino apresentar um percentual de católicos menor do que a média mineira e brasileira, com quase 60% da população, permanece acima de outras capitais das Regiões Norte e Sudeste, como São Paulo com 58,20%, Manaus com 53,68%, Rio de Janeiro com 51,09%, Boa Vista com 46,60% e Rio Branco com 39,85%. Ao passo que se encontra abaixo de capitais das Regiões Nordeste e Sul, conhecidas pela tradicional presença da Igreja Católica, como Teresina com 78,95%, Aracaju com 70,85%, Fortaleza com 67,88%, Porto Alegre com 63,68% e Florianópolis com 63,53%. Quando se considera a distribuição das filiações religiosas em toda a unidade federativa, mesmo superando a média nacional, com cerca de 70% dos habitantes autodeclarados católicos, Minas Gerais revela um campo cristão mais homogêneo do que outros estados das Regiões Norte e Sudeste, como São Paulo com 60,06%, Espírito Santo com 53,29%, Roraima com 49,14%, Rondônia com 47,55% e Rio de Janeiro com 45,81%. Mas, em comparação a contextos estaduais das Regiões Nordeste e Sul, passa por um processo mais avançado de desmonopolização católica, como Piauí com 85,08%, Ceará com 78,84%, Paraíba com 76,96%, Maranhão com 74,52% e Santa Catarina com 73,07%. Com vistas a romper com generalizações que negligenciam a heterogeneidade cultural e estabelecem certos rótulos identitários a vastas regiões do país, por exemplo, ao se considerar que a presença do catolicismo se estende, de forma homogênea, por toda a Região Nordeste. Vale ressaltar os casos pernambucano e baiano, nos quais os percentuais de católicos se mostram inferiores aos citados estados e capitais nordestinas, bem como a Minas Gerais e Belo Horizonte, visto que Pernambuco conta com 65,95%, Recife com 54,32%, Bahia com 65,34% e Salvador com 51,55% de fiéis católicos (IBGE, 2010). Tais singularidades contextuais apontam para a necessidade de estudos comparativos dedicados aos matizes políticos, históricos, econômicos e socioculturais consonantes aos fenômenos de modernização, secularização, publicização e politização do religioso em escala local e transnacional (CASANOVA, 1994, 2007; FRESTON, 2001, 2008).

Se realizar pesquisas na área de sociologia da religião no Brasil, desde seus primórdios na década de 1950, inevitavelmente, torna-se uma sociologia do catolicismo em declínio, da perda de seu histórico monopólio, “mesmo os estudos sociológicos sobre religiões não católicas, ao enfocarem a expansão quantitativa ou qualitativa de

uma outra confissão que não a católica, estarão fazendo sempre — pelo avesso — uma sociologia do declínio do catolicismo” (PIERUCCI, 2012, p. 93). Com o propósito de se investigar as formas de ativismo cristão na esfera pública, disputas eleitorais, âmbitos parlamentares, veículos midiáticos e controvérsias político-religiosas, mostra-se preciso atentar às relações associativas e agonísticas entre atores evangélicos e católicos em Minas Gerais e Belo Horizonte, bem como à trajetória sócio-histórica da Igreja Católica, condição institucional monopolista nos períodos colonial e imperial, deposição gradativa do status de religião oficial com a consolidação do governo republicano, reconfiguração dos dispositivos colaborativos e regulatórios do Estado perante a “pluralidade religiosa ativada” e a “liberalização geral da economia das crenças religiosas” (PIERUCCI, 2008, p. 10-13). Os avanços processuais concernentes à diferenciação funcional das esferas seculares e desregulação jurídico-estatal do mercado religioso favoreceram a maior liberdade religiosa, pluralidade confessional e presença na esfera pública de atores cristãos concorrentes ao catolicismo tradicional. Com profusa inserção midiática, ativa produção e difusão de controvérsias e ampla visibilidade pública, destacam-se atores protestantes renovados, pentecostais clássicos e neopentecostais acusados por portavozes seculares, movimentos sociais e grupos minoritários de ameaçarem a laicidade estatal e os direitos fundamentais. Ao passo que a Igreja Católica, por sua longínqua e implícita presença sociocultural, histórica, política e jurídica, usufrui de uma aparente invisibilidade na vida pública, “no sentido de desfrutar, mais do que qualquer outra religião, de legitimidade e oficialidade que a naturalizam na paisagem social brasileira” (ALMEIDA, 2017, p. 6-7). Essa relativa invisibilidade católica tem sido desvelada na esfera pública nacional em razão de recentes mudanças estruturais, tendências globais, dinâmicas socioculturais, econômicas e políticas, atualizações (*aggiornamenti*) da Santa Sé e emergência de contramovimentos seculares e religiosos, por exemplo, com as crescentes associações e reivindicações daqueles prejudicados pelos desdobramentos de agendas políticas conservadoras, particularistas e excludentes. Mas também pela maior abrangência sociodemográfica, organização eclesial e representatividade política de denominações evangélicas que incitam lideranças eclesiais e leigas, vinculadas tanto ao catolicismo tradicional quanto ao carismático, a atualizarem suas estratégias concorrenciais e adotarem posicionamentos colaboracionistas em defesa de interesses

corporativos e preceitos doutrinários comuns às distintas identidades cristãs (ALMEIDA, 2013, 2017; MACHADO, 2000, 2018).

Não obstante a englobante e majoritária presença da Igreja Católica em nível nacional, estadual e municipal, ao se investigar os “estilos culturais de ser católico” com suas variadas gradações locais e regionais, seja devocional ou santorial, erudito ou oficial, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), carismático ou midiático, “não dá para situar o catolicismo brasileiro num quadro de homogeneidade, [...] não se trata de realidades estanques e cristalizadas, mas inserem-se num quadro geral marcado por relações de comunicação, de proximidades, tensões e distanciamentos” (TEIXEIRA, 2005, p. 17). Desse modo, para a identificação das semelhanças e especificidades de Minas Gerais e Belo Horizonte em relação a outros cenários sociorreligiosos regionais, estaduais e municipais, demanda-se que o enfoque analítico se direcione ao acelerado incremento dos convertidos evangélicos como um todo, bem como àquelas confissões cristãs, tratadas separada e relacionalmente, que passaram a predominar e a recompor o contexto mineiro nas últimas décadas. Em números absolutos, os evangélicos no país saltaram de cerca de 26 milhões, 15,41% da população no ano 2000, para mais de 42 milhões em 2010, quando alcançou 22,16% da sociedade brasileira. Desse acréscimo que ultrapassou 16 milhões de novas autodeclarações evangélicas, mais da metade se trata de identificações sem laços explícitos de pertença institucional, somando mais de 9,2 milhões de evangélicos não determinados. Aproximadamente 48% dessa expansão evangélica se deve a evangélicos de origem pentecostal que, com quase 25,5 milhões de adeptos, representam 76,75% dos evangélicos com vínculos institucionais, enquanto os evangélicos de missão abrangem cerca de 7,7 milhões de brasileiros (IBGE, 2010). Percentuais demográficos referentes aos vários tipos de autodeclarações evangélicas, às modalidades de pertencimento religioso e aos contingentes de filiados às principais denominações em nível nacional, estadual e municipal podem ser cotejados a partir dos dados censitários que compõem a TAB. 1.

Com relativa resistência, o campo religioso de Minas Gerais acompanhou essa tendência nacional rumo à pluralização cristã, com o expressivo aumento de 13,61%, 2,4 milhões no ano 2000, para 20,19% da população estadual em 2010, um adendo que superou 1,5 milhão de convertidos, quase 4 milhões de autodeclarados evangélicos

com e sem vínculo institucional. Contudo, essa alta evangélica não se distribuiu no contexto mineiro de modo equitativo entre os perfis denominacionais, mais de 50% se referem a evangélicos não determinados, mais de 40% a pentecostais e menos de 8% a evangélicos de missão. Em sintonia com o maior declínio católico na capital mineira do que no interior do estado e na média nacional, os deslocamentos do contingente evangélico se mostram elucidativos da vida religiosa belo-horizontina, de pouco mais de 400 mil autodeclarados evangélicos no ano 2000, 18,10% dos habitantes no período, para quase 600 mil em 2010, o equivalente a 25,06% da população atual, sendo que desse crescimento menos de 8% resultam dos evangélicos de missão, mais de 20% dos pentecostais e dos não determinados sobressaem mais de 70%. Observa-se que nos cenários nacional e estadual os percentuais de evangélicos pentecostais, de missão e não determinados se encontram mais próximos entre si do que com o cenário municipal, principalmente no que tange às duas últimas subcategorias. O maior peso sociodemográfico dos evangélicos de missão na capital mineira se justifica, em certa medida, pelo predomínio de Igrejas Batistas no mercado religioso local, pois abarcam mais de 80% dos evangélicos de missão e possui a maior membresia evangélica belo-horizontina. Acerca da saliente concentração de evangélicos não determinados, quase 7% da população da capital mineira, compreende-se que sejam fatores explicativos válidos os processos de individualização religiosa, desregulação eclesial dos laços de pertença, intensificação do trânsito e diálogo interdenominacional, consolidação de uma identidade cristã genérica, rotinização dos carismas institucionais e das autoridades eclesiásticas e diversificação da oferta de bens e serviços mágico-religiosos (ALEIXO, 2014; IBGE, 2010; MAFRA, 2013; MARIANO, 2013; MARIZ; GRACINO JR., 2013).

Das quatro denominações cristãs selecionadas para a pesquisa, seguindo as categorias utilizadas na literatura sociológica e nos Censos das Religiões pelo IBGE, três se referem às chamadas evangélicas de origem pentecostal, as Assembleias de Deus representantes do pentecostalismo clássico e da primeira onda da expansão pentecostal no Brasil iniciada nos anos 1910, a Igreja do Evangelho Quadrangular do pentecostalismo de cura divina, do deuteropentecostalismo ou da segunda onda a partir dos anos 1950, e a Igreja Universal do Reino de Deus do neopentecostalismo ou da terceira onda impulsionada no final dos anos 1970 (FREESTON, 1994; MARIANO, 2010).

E uma das denominações corresponde à categoria evangélicas de missão, isto é, as Igrejas Batistas representantes do protestantismo de imigração e, principalmente, de conversão ou missão, divididas entre congregações protestantes históricas e renovadas (CAMARGO, 1973; MENDONÇA, 2004). Embora outras terminologias aplicadas às religiões evangélicas não sejam consideradas aqui por seus enfoques mais localizados e distantes dos objetivos desse estudo e, por vezes, imiscuírem interesses religiosos em propósitos científicos (PIERUCCI, 1999), cada denominação listada anteriormente é acompanhada por classificações recorrentes nas pesquisas dos últimos decênios ao destacarem traços institucionais, teológicos, ritualísticos, evangelísticos, empresariais, comportamentais ou relativos ao período histórico da fundação e expansão no campo religioso brasileiro. Não obstante os variados aspectos confessionais abarcados, os distintos interesses investigativos envolvidos nas categorias e a ausência de consenso entre os estudiosos, em sintonia com a proposta de confrontar tais construtos teórico-conceituais com o campo empírico lançada por Giumbelli, busca-se identificar nessas multifacetadas e abrangentes classificações as continuidades das “perspectivas de observação da realidade e dos resultados que produzem” (2000, p. 89). E, com isso, testar e aprimorar seu potencial explicativo a partir das singulares formas de atuação, propagação e interferência dos atores cristãos no poder legislativo e em controvérsias públicas nos contextos mineiro e belo-horizontino.

Para se discernir as singularidades do campo evangélico e dos processos de politização e publicização do religioso em Minas Gerais e Belo Horizonte, mostra-se vantajoso contrastá-las com o panorama nacional e outros contextos regionais e locais. Diferente do cenário brasileiro em que as Assembleias de Deus encenam como a maior denominação evangélica entre as pentecostais e de missão, com mais de 12 milhões de fiéis, 29,15% dos autodeclarados evangélicos, seguidas pelas Igrejas Batistas com 8,79%, Congregação Cristã do Brasil com 5,41%, Igreja Universal do Reino de Deus com 4,42% e Igreja do Evangelho Quadrangular com 4,29%. As Assembleias de Deus também aparecem como a maior denominação evangélica no contexto mineiro, só que proporcionalmente abaixo da média brasileira, com 18,03% do total de evangélicos com e sem vínculos institucionais, sucedidas pelas Igrejas Batistas com 12,73%, Igreja do Evangelho Quadrangular com 8,77%, Congregação Cristã do Brasil com 5,35% e Igreja

Universal do Reino de Deus com 4,02%. Nota-se que as Igrejas Batistas e a Igreja do Evangelho Quadrangular superam no contexto estadual a distribuição demográfica em escala nacional, o que não ocorre com as Assembleias de Deus, Congregação Cristã do Brasil e Igreja Universal do Reino de Deus. Entretanto, no contexto belo-horizontino as Igrejas Batistas e a Igreja do Evangelho Quadrangular alcançam uma projeção ainda maior, respectivamente, com membesias que abarcam 21,87% e 11,09% do total de evangélicos, encenam como a primeira e a segunda maiores denominações de origem pentecostal e de missão, ao passo que as Assembleias de Deus com 7,46% perdem a liderança ocupada nos níveis nacional e estadual. Já a Igreja Universal do Reino de Deus com 4,63% e a Congregação Cristã do Brasil com 0,84% reproduzem na capital mineira a tendência de esvaziamento de seus templos, visto que, entre os Censos 2000 e 2010, a neopentecostal perdeu em números absolutos aproximadamente 230 mil fiéis brasileiros, cerca de 7 mil mineiros, e a pentecostal clássica quase 200 mil filiados em todo o país, dos quais mais de 15 mil residiam em Minas Gerais. No mesmo intervalo dos levantamentos censitários, as Assembleias de Deus atraíram quase 4 milhões de novos membros brasileiros, as Igrejas Batistas cerca de 560 mil e a Igreja do Evangelho Quadrangular quase 490 mil. Desses novos convertidos, os mineiros contribuíram com 4,80% da expansão assembleiana, mais de 186 mil, com 21,81% da batista, mais de 122 mil, e com 15,16% da quadrangular, mais de 74 mil (IBGE, 2010). Os acréscimos e decréscimos proporcionais das membesias dessas quatro denominações evangélicas, entre os levantamentos censitários de 2000 e 2010, estão disponíveis na TAB. 1.

Para um cotejo dos contextos mineiro e belo-horizontino com outros cenários regionais, vale frisar as configurações estaduais que mais se assemelham à demografia das religiões evangélicas de Minas Gerais, com a prevalência, em ordem decrescente, de assembleianos, batistas e quadrangulares. As duas únicas unidades federativas do país que espelham esse singular panorama religioso se encontram na Região Norte, Acre e Roraima. Distribuições parcialmente semelhantes foram identificadas em outros estados das Regiões Norte e Sul, particularmente, no Pará, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde a Igreja do Evangelho Quadrangular supera as Igrejas Batistas, mas não as Assembleias de Deus. Por sua vez, quanto às configurações das capitais brasileiras, nenhuma outra apresenta uma composição de filiações religiosas similar a

Belo Horizonte, onde batistas e quadrangulares lideram entre as igrejas pentecostais e de missão, abarcando um terço dos evangélicos. Das 27 capitais, apenas na mineira e baiana que os adeptos batistas ultrapassam os assembleianos, porém, em Salvador os quadrangulares se mostram bem menos expressivos do que os iurdianos que aglutinam a terceira maior membresia evangélica soteropolitana. Já Belém e Curitiba constam entre as únicas capitais do país onde as adesões quadrangulares são mais numerosas do que as batistas, embora ambas se mantenham abaixo das assembleianas. Ademais, em outras capitais das Regiões Nordeste, Norte e Sul se observa no mercado religioso local a predominância das Assembleias de Deus acompanhada por Igrejas Batistas e pela Igreja do Evangelho Quadrangular, como Aracaju, Maceió, Boa Vista, Rio Branco e Florianópolis (IBGE, 2010). Essa considerável concentração denominacional em Minas Gerais e Belo Horizonte indica que, nas últimas décadas, o estado tem se tornado um dos principais bastiões religiosos e políticos, não somente do catolicismo tradicional ou carismático, mas também das Assembleias de Deus, das Igrejas Batistas e da Igreja do Evangelho Quadrangular.

Outro traço distintivo do contexto mineiro se refere à disseminada presença do espiritismo, pois se trata da terra natal de lideranças carismáticas de ampla visibilidade nacional e internacional, como Chico Xavier e Zé Arigó. Nascido no município de Pedro Leopoldo, Francisco Cândido Xavier (1910–2002) se tornou conhecido pelos trabalhos filantrópicos e por mais de quatrocentos livros psicografados. Enquanto José Pedro de Freitas (1921–1971), natural da cidade de Congonhas, notabilizou-se pelo atendimento diário de centenas de peregrinos que buscavam cirurgias e curas espirituais, realizadas em transe mediúnico por intermédio do espírito do Dr. Fritz — suposto médico alemão morto na 1ª Guerra Mundial a quem eram atribuídos os diagnósticos, operações e curas (LEWGOY, 2001, 2008; WERNECK, 2015). Das unidades federativas brasileiras com maiores percentuais de autodeclarados espíritas, Minas Gerais se encontra acima da média nacional com 2,14% de sua população, precedida por 2,46% de Goiás, 3,21% do Rio Grande do Sul, 3,29% de São Paulo, 3,50% do Distrito Federal e 4,05% do Rio de Janeiro. E Belo Horizonte encena como a sexta capital espírita, 4,07% dos habitantes, atrás de Goiânia com 4,30%, São Paulo com 4,73%, Rio de Janeiro com 5,90%, Porto Alegre com 6,89% e Florianópolis com 7,31% (IBGE, 2010).

Embora outros estados e capitais com forte presença do espiritismo kardecista e carismático também concentrem umbandistas e candomblecistas, como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, tal consonância entre distintos arranjos cúlticos, modalidades doutrinárias e ritualísticas mediúnicas não se observa em Minas Gerais e Belo Horizonte, onde os números de adeptos das religiões afro-brasileiras se mostram abaixo da média nacional. Essa discrepância no contexto religioso mineiro se acentua, ainda mais, com o avanço do espiritismo e retraimento da Umbanda e do Candomblé entre 2000 e 2010, posto que em nível nacional não apenas os autodeclarados espíritas aumentaram, mas também umbandistas e, em ritmo mais acelerado, candomblecistas. Apesar do crescimento em números absolutos, as religiões afro-brasileiras mantiveram a mesma proporção na população brasileira registrada no censo anterior (IBGE, 2010). Se em outros contextos regionais as dinâmicas de pluralização do mercado religioso e desmonopolização católica contribuíram com a afirmação de identidades afro-brasileiras e com a liberação de tradicionais vínculos eclesiais, o caso de Minas Gerais corrobora a afirmação de Prandi de que “quanto mais tradicionais os redutos pesquisados, mais os afro-brasileiros continuam se declarando, e se sentindo, católicos” (2004, p. 225), uma reconfiguração do tradicional sincretismo hierárquico investigado por Freston (2007, 2010). Além disso, tais fenômenos coetâneos poderiam ocultar deslocamentos internos às religiões mediúnicas decorrentes de aproximações identitárias com o espiritismo kardecista e carismático por adeptos umbandistas e candomblecistas, pressionados pelos intensos ataques pentecostais em pregações, rituais de cura divina e exorcismo, veiculações midiáticas, atuações parlamentares, dentre outras formas de manifestação na esfera pública, bem como por parte dos novos movimentos religiosos e da “nebulosa místico-esotérica” que acarretariam em uma sobrerrepresentação sociodemográfica dos espíritas (ASSIS, 2017; CAMURÇA, 2017; NEGRÃO, 1993; SIQUEIRA, 2002).

A expansão da liberdade de crença no Brasil faria com que mais adeptos do candomblé e umbanda, que antes se escondiam sob a rubrica de católicos e espíritas, se declarassem de religião afro-brasileira. Os números crescentes mostrariam que a religião cresce porque tem mais fiéis ou porque uma parcela maior dos antigos seguidores passa a se declarar abertamente [...]. Certamente, o sincretismo católico, que por quase um século serviu de guarida aos afro-brasileiros, não deve mais lhes ser tão confortável. Quando o próprio catolicismo está em declínio, a âncora sincrética católica pode estar pesando desfavoravelmente para os afro-brasileiros, fazendo-os naufragar. Por outro

lado, é sabido como muitas igrejas neopentecostais têm crescido às custas das religiões afro-brasileiras, sendo que para uma de suas mais bem-sucedidas versões, a Igreja Universal do Reino de Deus, o ataque sem trégua ao candomblé e à umbanda e a seus deuses e entidades é constitutivo de sua própria identidade (PRANDI, 2004, p. 226-227).

A menor expressão das religiões afro-brasileiras e sua progressiva queda no contexto mineiro, assim como na maioria das unidades federativas da Região Nordeste, com exceção da Bahia, embora acompanhem uma tendência nacional revelada pelos levantamentos censitários do IBGE a partir da década de 1980, com o surgimento e institucionalização do neopentecostalismo de matriz carioca, destoam da imprevista reversão captada pelo Censo das Religiões 2010 de aumento em números absolutos dos pertencentes à Umbanda e Candomblé. Um potencial indício contextual de que o tradicional sincretismo hierárquico em Minas Gerais, abalado pelo recente pluralismo competitivo (FREESTON, 2007), estaria se reconfigurando em um singular modelo, uma espécie de “pluralismo hierárquico” cuja ascendência católica seria progressivamente substituída ou compartilhada por denominações evangélicas prevaletes no mercado religioso mineiro, sejam protestantes renovadas ou pentecostais, conhecidas na esfera pública por seus posicionamentos combativos, demonizantes e intolerantes frente às religiões afro-brasileiras. Esse emergente modelo sociorreligioso e político, denominado aqui “pluralismo hierárquico”, caracteriza-se pela crescente diversificação religiosa, mas com a proeminência de confissões cristãs e uma distribuição institucional assimétrica no contexto mineiro, onde o predomínio na esfera pública da Igreja Católica se flexibiliza e inclui as Assembleias de Deus, Igrejas Batistas e Igreja do Evangelho Quadrangular — transição do histórico monopólio católico a um novo oligopólio cristão (YANG, 2007). Contudo, essa singular recomposição hierárquica marcada pela primazia cristã atinge e constrange, além de umbandistas e candomblecistas, minorias religiosas com preceitos doutrinários e valorativos distintos do cristianismo, como tradições indígenas, orientais, esotéricas, espírita kardecista etc., e também aqueles que se identificam como ateus, agnósticos ou sem religião. O “pluralismo hierárquico” restringe, ainda, a presença na esfera pública e representação política de comunidades cristãs menos expressivas no mercado religioso local, particularmente, igrejas com memórias pouco numerosas e poucos recursos institucionais que integram o pentecostalismo autônomo.

4.2 Igrejas Batistas

Das denominações evangélicas selecionadas, as Igrejas Batistas acumulam o maior tempo de implantação e permanência no contexto religioso brasileiro, assim como no mineiro e belo-horizontino, com uma trajetória sócio-histórica próxima de um século e meio. A primeira Igreja Batista que se tem registro no país foi fundada, em setembro de 1871, em uma colônia de migrantes estadunidenses situada no município paulista de Santa Bárbara d'Oeste, seguida pela iniciativa de criação de uma segunda igreja na cidade vizinha de Americana, em janeiro de 1879, ambas nos marcos do protestantismo de imigração que aportou no Brasil Império (CBB, 2017a; TOGNINI; ALMEIDA, 2007, p. 25). Esse modelo eclesial tratado pela literatura especializada como protestantismo de imigração, antecessor do protestantismo de conversão ou de missão, caracteriza-se pela ênfase na comunidade étnica, preservação identitária e transmissão doutrinária por meio de vínculos intergeracionais. Tendo contribuído, nas décadas que precederam a Proclamação da República em 1889, com o processo de adaptação de comunidades protestantes históricas à sociedade receptora, majoritária e oficialmente católica, visto que restringia as influências culturais e modulava as trocas simbólicas, não somente de imigrantes batistas, mas também de luteranos, metodistas, presbiterianos etc. Apesar de seu afastamento do mundo secular, restrição das práticas proselitistas, antagonismo frente a outras identidades religiosas e distanciamento da esfera pública nacional, cujo monopólio católico era resguardado pelo regime de padroado, o protestantismo de imigração disseminou sua herança sociocultural nas tradições religiosas e costumes de várias regiões do país. Além de favorecer a formação, difusão e consolidação de redes evangélicas locais e transnacionais, em sua maioria de origem norte-americana, que cruzariam e conectariam o território brasileiro, a partir da segunda metade do século 19, com o chamado protestantismo de missão ou conversão (CAMARGO, 1973, p. 105-116; MENDONÇA, 2004, p. 49-56).

Cerca de 12 anos antes da primeira Igreja Batista ser fundada no Brasil, tem-se o exemplo pioneiro de Thomas Jefferson Bowen, evangelista estadunidense com longa experiência em missões no continente africano e conhecedor da língua iorubá, residiu

na cidade do Rio de Janeiro no período de 1859 a 1861. Mas seus esforços dedicados à conversão de escravos provocaram suspeitas entre a elite carioca acerca de seus propósitos religiosos e/ou abolicionistas, o que acarretou em sua prisão, agravamento de problemas de saúde e retorno antecipado aos Estados Unidos da América. Não obstante essa efêmera iniciativa missionária, o protestantismo de conversão de matriz batista só se consolidaria no Brasil com as adversidades sociais, econômicas e políticas decorrentes da Guerra de Secessão (1861–1865) que fizeram com que famílias de imigrantes estadunidenses, vinculados à Convenção Batista do Sul do Estados Unidos, seguissem para o interior do estado de São Paulo e, em menor contingente, para a cidade de Santarém no Pará. A polarização provocada pela questão da escravidão entre os estados da União e confederados se estendeu também à denominação batista, visto que, já em 1845, formou-se a Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos a partir de um dissenso com a Sociedade de Missões. Essa instituição representativa do protestantismo batista em nível nacional e com predomínio de líderes nortistas menos conservadores, negou a inclusão de um missionário sulista dono de escravos indicado por uma Igreja Batista da cidade de Augusta, estado da Geórgia. Essa cisão entre os batistas norte-americanos influenciou no perfil dos evangelistas que se dirigiram ao Brasil no final do século 19, uma sociedade agrária, escravocrata e com cristalizadas estruturas coloniais, dado que um dos principais estopins do protestantismo de conversão emergiu entre membros da Igreja Batista de Santa Bárbara d'Oeste que, apesar de seus traços identitários e organizacionais mais afinados ao protestantismo de imigração, solicitaram o envio de novos missionários à Convenção Batista do Sul que, em 1881, providenciou a vinda de dois casais, primeiramente, William e Anne Bagby e, um ano depois, de Zachary e Kate Taylor (PEREIRA, 1979, p. 86-89).

A chegada do protestantismo batista em Minas Gerais remonta à inauguração da cidade de Belo Horizonte em 1897, por meio de ações proselitistas dos referidos casais de missionários estadunidenses, William e Anne Bagby e Zachary e Kate Taylor que acompanhados pelo ex-padre alagoano e evangelista recém-convertido Antônio Teixeira de Albuquerque, fixaram a primeira igreja batista na capital mineira. Esses cinco pioneiros da Obra Batista Missionária, iniciada em 1882, foram os responsáveis por disseminar a doutrina batista por diversas regiões do Brasil, tendo alcançado em

1900 mais de dez capitais, além de cidades do interior dos estados da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Pará e Amazonas (TOGNINI; ALMEIDA, 2007, p. 20-24). Em decorrência do rápido avanço do protestantismo de conversão de matriz batista, um quarto de século após a fundação da primeira igreja constituída por membros brasileiros, instaurada na capital Salvador em outubro de 1882, com 83 igrejas e mais de 4 mil convertidos espalhados pelo país, foi criada a Convenção Batista Brasileira (CBB) em 1907. Desde sua origem, a convenção centenária se volta ao planejamento institucional, preservação doutrinária, cooperação intercongregacional, produção editorial, educação teológica e realização de missões nacionais e internacionais, sendo que, atualmente, reúne mais de 8 mil igrejas, quase 5 mil congregações e mais de um 1,7 milhão de adeptos, o que lhe confere o posto de maior convenção batista da América Latina (CBB, 2017b).

Além da longevidade e pioneirismo da denominação batista no estado de Minas Gerais, a capital mineira foi palco de um decisivo evento sócio-histórico e religioso do movimento reavivalista brasileiro que desencadeou o processo de pentecostalização do protestantismo histórico e desembocou na criação da Convenção Batista Nacional (CBN) no ano de 1967. Entre 1950 e 1960, um profuso avivamento eclodiu em igrejas metodistas, presbiterianas e batistas protagonizado por variados pastores, missionários e televangelistas norte-americanos em países dos continentes africano, americano e europeu (CAMPOS, 2011). Na época a Sexta Igreja Batista de Belo Horizonte, atual Igreja Batista da Lagoinha, fundada em 1957, contava com duas figuras de destacado carisma e sucesso evangélico, o Pr. José Rego do Nascimento e a Miss. Rosalee Mills Appleby. Antes de aportar na capital mineira, o Pr. José Rego do Nascimento havia percorrido outras regiões do país e realizado um bem-sucedido proselitismo na capital do Rio de Janeiro e na cidade de Vitória da Conquista, estado da Bahia. No final dos anos 1950, alcançou ampla visibilidade por meio de suas polêmicas publicações reavivalistas no centenário “O Jornal Batista”, impresso a partir de 1901, e da elevada audiência do programa radiofônico “Renovação Espiritual”, lançado em 1958. Por sua vez, a missionária estadunidense Rosalee Mills Appleby chegou em Belo Horizonte bem antes, em 1924, ao lado de seu marido Rev. David Percy Appleby que faleceria no ano seguinte. No decorrer de mais de três décadas, promoveu campanhas missionárias

pelo Brasil, enfatizando a centralidade do “batismo no espírito” para a renovação do cristianismo, particularmente, da doutrina batista (TOGNINI; ALMEIDA, 2007, p. 48-55). Na tentativa de conter a efervescência reavivalista protagonizada pelo Pr. José Rego do Nascimento e pela Miss. Rosalee Mills Appleby, no ano de 1965, a Convenção Batista Brasileira excluiu de seu quadro 52 igrejas renovadas, sob a acusação de desvirtuarem os tradicionais princípios doutrinários do protestantismo batista com a incorporação teológico-ritualística de dons pentecostais (TOGNINI; ALMEIDA, 2007, p. 156-157). Em contrapartida, o Pr. José Rego do Nascimento, aliado a lideranças pastorais e membros não reconhecidos pelos representantes batistas históricos, fundou a Convenção Batista Nacional (CBN) em 1967, inicialmente composta por 21 igrejas renovadas, hoje integra cerca de 2,5 mil igrejas e quase 0,5 milhão de fiéis, com missões em mais de 2 dezenas de países (CBN, 2017).

Esse breve panorama sócio-histórico da expansão do protestantismo batista no Brasil, com destaque a Minas Gerais e Belo Horizonte, permite elucidar as formas de atuação na esfera pública política de seus representantes eclesiásticos e leigos, já que as congregações pentecostalizadas revelaram um maior envolvimento em instituições políticas e veículos midiáticos do que as batistas históricas. Possível reflexo da maior acomodação ao mundo secular, abertura às dinâmicas modernizantes, flexibilização do rigorismo moral, aumento das inserções midiáticas e investimentos em evangelismo de massa quando comparadas às concorrentes de perfil denominacional mais tradicional, sejam católicas ou protestantes. Quanto ao protagonismo político-eleitoral, nota-se que na última eleição realizada na ditadura militar, em 1982, foram eleitos pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) dois membros de congregações vinculadas à renovada Convenção Batista Nacional. Na casa legislativa belo-horizontina, destaca-se Roberto Vital, médico e empresário formado pelo Colégio Batista Mineiro, que como vereador ocupou a presidência da CMBH entre 1983 e 1986, interrompeu seu mandato para tomar posse como deputado federal em 1987, quando participou da Assembleia Constituinte. Sem conseguir se reeleger à Câmara dos Deputados em 1990, Roberto Vital tentou sem sucesso retornar ao poder legislativo municipal nas corridas eleitorais de 1992 e 1996. Já na casa legislativa mineira, foi identificado o historiador, advogado, empresário e membro batista Paulo Almada que, após seu mandato como deputado

estadual de 1983 a 1987, concorreu a deputado federal em 1986 e, mesmo com a 3ª suplência pelo PMDB, assim como Roberto Vital, pôde assumir o cargo de deputado constituinte no período de 1987 a 1988, incrementando a representação parlamentar batista e evangélica nesse momento determinante da redemocratização nacional. Nos pleitos seguintes, candidatou-se sem êxito ao poder legislativo federal em 1990 e ao nível estadual em 1998 e 2002 (FRESTON, 1993). Conforme se observa nesses casos pioneiros, a eficácia político-eleitoral focalizada nas eleições 1982 e 1986 pode ser melhor compreendida pela ampla mobilização de atores da sociedade civil acionada pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) de Tancredo Neves (1910-1985) e que se efetivou com o fim da ditadura militar. Ao passo que a instabilidade das carreiras políticas a médio e longo prazo dos representantes batistas se desvela pela ausência de um projeto político denominacional coeso que apoiasse as candidaturas leigas. Condição acentuada pela descentralização do modelo de governo eclesiástico congregacional e por um perfil denominacional que, mesmo parcialmente renovado e mais acomodado ao mundo secular, nos anos 1980 e início dos 1990, mantinha certo afastamento da esfera pública política.

Na segunda eleição para o poder legislativo municipal do período democrático, duas congregações batistas renovadas foram bem-sucedidas ao lançarem pastores ao cargo de vereador de Belo Horizonte. Em meio ao turbulento processo de impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, pressionado pela ineficiência de sua política econômica nacional, pela intensa veiculação midiática dos escândalos de corrupção e pelas manifestações populares, estudantis e de organizações da sociedade civil, como o “Movimento pela Ética na Política” e os chamados “caras-pintadas”, identifica-se que as candidaturas com vínculos religiosos se beneficiaram, midiática e eleitoralmente, ao se apresentarem como alternativas políticas idôneas e ilibadas, ressaltarem os valores cristãos, instrumentalizarem os laços de pertença religiosa e investirem na construção e difusão de uma imagem pública incorruptível (FRESTON, 1993; PIERUCCI; PRANDI, 1996). Um fato ilustrativo dessa moralização religiosa da política que se acentua com o transcorrer histórico foi a mudança de nome do partido político de Fernando Collor de Mello que, até a iminência do impeachment, também abrigava o vice-presidente Itamar Franco, de Partido da Reconstrução Nacional (PRN) foi renomeado, no ano 2000, para

Partido Trabalhista Cristão (PTC). Dirigidas ao poder legislativo belo-horizontino, duas congregações batistas renovadas locais se sobressaíram na eleição municipal de 1992, Igreja Batista Nacional e Igreja Batista da Floresta. A primeira elegeu seu pastor Raul Lima Neto, cofundador da Igreja Batista Príncipe da Paz no bairro Cardoso em 1996, vereador pelo Partido Democrata Cristão (PDC) que na metade do mandato renunciou para ser empossado deputado estadual na ALMG em 1995, mas não se reelegeu pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 1998, vindo a falecer em 2002. Já a segunda alçou ao cargo de vereador o pastor Glycon Terra Pinto Jr. pelo Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB) em 1992, reeleito pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB) em 1996, mas deixou as atribuições na CMBH ao conquistar o posto de deputado federal pelo Partido Liberal (PL) em 1998. No pleito de 2002, não obteve o mesmo êxito na disputa à Câmara do Deputados pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Ao longo de sua trajetória parlamentar e pastoral, Pr. Glycon Terra Pinto Jr. contou com o capital político e religioso de seu pai Pr. Glycon Terra Pinto, empresário, advogado, pastor presidente da Igreja Batista da Floresta e deputado estadual por três mandatos diretos na ALMG, eleito em 1990, 1994 e 1998 pelo Partido Progressista (PP) (ALMG, 2018; TSE, 2018).

No impeachment, o comportamento dos parlamentares evangélicos voltou a refletir o fisiologismo. A recém-fundada Associação Evangélica os pressionou para que votassem a favor. Tanto esta como o Movimento Evangélico Progressista (MEP), de maneiras diversas, procuram diferenciar a política evangélica. O surgimento de um progressismo organizado foi a reação de segmento *evangelical* à política protestante pós-86, facilitado pelo fim do ateísmo militante de esquerda e pelo retorno da democracia política num contexto de crise política e econômica. Na assimetria social brasileira das confissões, a ditadura favorece a esquerdização católica, e a democracia, a esquerdização protestante (FREESTON, 1993, p. 283).

Ainda nas eleições 1992, a Igreja Batista Central de Belo Horizonte (IBCBH) associada à centenária Convenção Batista Brasileira desde sua fundação em 1961, conhecida representante local do protestantismo histórico, embora se identifique com uma “posição doutrinária central, sem ser tradicional e tampouco renovada” (IBCBH, 2014), expandiu a representação política cristã ao eleger dois vereadores, renovando, em certa medida, a composição parlamentar e partidária na capital mineira. O primeiro caso se refere a Betinho Duarte, escritor, graduado em Administração de Empresas e

militante político filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) de 1982 ao final dos anos 1990, ou seja, desde a primeira corrida eleitoral do partido em Minas Gerais. Ativista em campanhas e associações socioassistenciais, coordenou o Movimento de Solidariedade a Henfil, Betinho e Chico Mário na década de 1980 e liderou o Projeto Solidariedade dedicado ao acolhimento de crianças em situação de rua — cujo primeiro núcleo foi inaugurado na ICBH em parceria com comunidades católicas e evangélicas em 1991. Elegeu-se vereador por três vezes consecutivas, nos anos 1992, 1996 e 2000, embora não tenha vencido nas eleições 2004 pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e em 2008 pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), permaneceu atuante na esfera pública em defesa dos direitos humanos e com a divulgação de seus livros autobiográficos e históricos sobre a ditadura militar, como “Rua Viva”, “Morrer é lucro de hoje não passa”, “Estamos vivos. A volta será pior: o DNA do terrorismo de direita em Minas”, dentre outros. Outro representante batista que iniciou sua duradoura carreira política nas eleições municipais de 1992 foi o membro da ICBH João Leite, historiador, ex-atleta profissional de futebol, com destaque à atuação como goleiro na Seleção Brasileira e no Clube Atlético Mineiro, e cofundador do ministério Atletas de Cristo em 1979 que estabeleceu um elo estratégico entre os campos esportivo e evangélico. Mas permaneceu pouco tempo na CMBH em razão da posse na ALMG em 1995 e, desde então, segue como deputado estadual, atualmente no sétimo mandato ininterrupto pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). João Leite concorreu à Prefeitura de Belo Horizonte também pelo PSDB nas eleições 2016, só que os 47% dos votos válidos recebidos no 2º turno favoreceram o candidato estreante na política mineira Alexandre Kalil, empresário, engenheiro civil, presidente do Clube Atlético Mineiro de 2008 a 2014 e filiado ao Partido Humanista da Solidariedade (PHS) (ALMG, 2018; CMBH, 2018; TSE, 2018). Apesar de ambos os casos bem-sucedidos nas casas legislativas mineira e belo-horizontina estarem vinculados à mesma igreja, nota-se que suas ascendentes carreiras resultam menos do investimento institucional da Igreja Batista Central de Belo Horizonte do que dos carismas pessoais e das trajetórias sociobiográficas assentadas em distintas bases eleitorais, ideologias político-partidárias e iniciativas assistenciais e evangélicas. Frente à predominância de representantes batistas renovados no poder legislativo estadual e municipal durante as legislaturas referidas, compreende-se que o

singular fenômeno na IBCBH, irrompido no início da década de 1990, não abrange todo protestantismo histórico batista, embora não impeça que lideranças e membesias de congregações tradicionais apoiem, mesmo que indiretamente, candidatos pertencentes a outras denominações evangélicas, históricas, renovadas ou pentecostais.

Com esse levantamento dos pioneiros batistas na esfera política mineira desde a última eleição do período ditatorial até os anos iniciais da Nova República, observa-se o predomínio de atores político-religiosos com bases eleitorais concentradas em Belo Horizonte e municípios da região metropolitana (RMBH). Desse modo, reproduzem uma tendência sociodemográfica e denominacional identificada na maioria das confissões cristãs pesquisadas, como a Igreja do Evangelho Quadrangular e a Igreja Universal do Reino de Deus, com exceção das Assembleias de Deus cujos templos, membesias e representantes se mostram mais descentralizados e distribuídos pelo interior de Minas Gerais. Essa geopolítica religiosa que se apoia nos principais polos urbano-industriais e áreas de maior densidade demográfica do território estadual reflete em uma desigual representatividade política dos municípios metropolitanos e interioranos, bem como na composição e atuação parlamentar das bancadas evangélicas na Assembleia de Minas e na Câmara dos Deputados. Apesar dos desafios na angariação de votos, difusão do marketing político e coesão confessional e partidária em mais de 800 cidades mineiras de pequeno e médio porte, nas últimas décadas, representantes oriundos de outras regiões mineiras com expressivo peso econômico e populacional também avançaram na esfera política estadual e federal. Como o caso do professor de história e liderança leiga batista Gilmar Machado que iniciou sua trajetória política no Triângulo Mineiro, filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 1981, militante do Movimento Evangélico Progressista (MEP) e membro da Igreja Batista Central de Uberlândia — congregação protestante histórica fundada em 1959 e associada à Convenção Batista Brasileira (CBB). No transcorrer dos anos 1980, ainda nos tempos de graduação na Universidade Federal de Uberlândia, projetou-se na esfera pública com os cargos de secretário da Associação de Moradores do Bairro Luizote de Freitas em Uberlândia, presidente do Diretório Acadêmico de Geografia e História, presidente da Juventude Batista do Triângulo Mineiro (JUBATRIM), vice-presidente da Juventude Batista Mineira (JUBAM), presidente do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-

UTE/MG) e diretor da Central Única dos Trabalhadores em Minas Gerais (CUT-MG). Com uma trajetória política que aglutina bandeiras religiosas, educacionais e sindicais, Gilmar Machado se elegeu deputado estadual em 1990 e 1994 e deputado federal em 1998, 2002, 2006 e 2010. Renunciou na metade de seu último mandato na Câmara dos Deputados para tomar posse como prefeito de Uberlândia em 2013, mas ao tentar a reeleição em 2016 obteve somente 10,28% dos votos válidos, inferiores aos 72,05% dos votos recebidos pelo deputado federal Odelmo Leão do Partido Progressista (PP) e aos 16,63% dirigidos a Alexandre Andrade do Partido Socialista Brasileiro (PSB), ex-secretário municipal de Trânsito e Transportes em 2014. Novamente se candidatou ao poder legislativo federal na coligação “Juntos com o povo” (PT/PR/PSB/DC/PCdoB) em 2018, mas alcançou a 6ª suplência com 42.923 votos (ALMG, 2018; CD, 2019; TSE, 2018). Suas recentes perdas eleitorais coincidem com a expansão de partidos políticos conservadores no país, retração das bancadas parlamentares sindicais, avanço das manifestações antipetistas, midiaticização dos escândalos de corrupção e reivindicações populares por renovação política. Situação que se agravou com a operação “Kms de Vantagem” promovida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) que determinou a prisão temporária e preventiva de Gilmar Machado e Alexandre Andrade às vésperas das eleições 2018, ambos acusados de irregularidades em licitações de transporte escolar da Prefeitura de Uberlândia em 2014 (OLIVEIRA, 2018).

Na virada do milênio, mobilizadas pela crescente participação na esfera política de denominações evangélicas concorrentes, como as Assembleias de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular e Igreja Universal do Reino de Deus, outras Igrejas Batistas renovadas passaram a promover candidatos de seu quadro eclesiástico, evidenciando uma progressiva aproximação dos interesses religiosos com os poderes temporais, mundanos e seculares. Nas eleições 1998, candidata-se ao cargo de deputado federal por Minas Gerais na legenda do Partido Social Trabalhista (PST) o Pr. Lincoln Portela, conferencista, apresentador de TV, radialista e presidente da Igreja Batista Solidária (IBS) desde 1992. Fundada no ano de 1959 em um terreno doado pela Miss. Rosalee Mills Appleby e em meio ao processo reavivalista do protestantismo histórico batista, a Igreja Batista Solidária conta com expressiva visibilidade no mercado religioso local, reforçada pela projeção política de seu líder e familiares. Com passagem por várias

siglas partidárias, Partido Social Trabalhista (PST), Partido Social Liberal (PSL), Partido Liberal (PL) e Partido Republicano Brasileiro (PRB), o Pr. Lincoln Portela está em seu sexto mandato ininterrupto como deputado federal ao qual se reelegeu, em 2018, pelo Partido da República (PR) com 105.731 votos. Apoiado em seu influente capital político e religioso, o Pr. Lincoln Portela investiu na candidatura à ALMG de seu filho Pr. Léo Portela, advogado e administrador, eleito deputado estadual em 2014 pelo PRB e em 2018 pelo PR que, não por acaso, acompanhou as filiações partidárias do pai. Já em seu primeiro mandato, o Pr. Léo Portela se notabilizou com a replicação inédita na casa legislativa mineira do “Programa Escola Sem Partido” no sistema estadual de ensino, além de outros projetos de lei em defesa de interesses corporativos evangélicos. Dois anos depois, o presidente da Igreja Batista Solidária promoveu a candidatura à CMBH de sua esposa Marilda Portela que venceu com 8.457 votos, também pelo PRB (ALMG, 2018; CD, 2019; TSE, 2018). Professora, conferencista, apresentadora dos programas “A mulher na política” na Rádio Itatiaia e “Bom dia alegria” na Rádio Rede do Bem, Marilda Portela alcançou considerável projeção no campo evangélico, assim como no político, ao ocupar os cargos de coordenadora nas campanhas eleitorais e legislaturas de seu marido Pr. Lincoln Portela e filho Pr. Léo Portela, presidente estadual do Partido Social Liberal em Minas Gerais (PSL-MG), secretária municipal de Desenvolvimento Econômico em Santa Luzia e assessora parlamentar e chefe de gabinete na Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH, 2018).

Em sintonia com movimento exponencial do ativismo político-eleitoral cristão, no início dos anos 2000, a Igreja Batista da Lagoinha (IBL), berço da pentecostalização batista na capital mineira, sob a presidência do Pr. Márcio Valadão desde 1972 e com mais de 80 mil membros, lançou a candidatura do Pr. Vanderlei Miranda, integrante do núcleo eclesial da igreja, empresário e apresentador do programa “Noite & Cia” pela Rede Super de Televisão. Esse canal gospel comprado pela IBL no ano 2000, com elevada audiência, abrangente cobertura UHF e transmissão ao vivo pela internet de cultos e programas de temáticas diversas, consolidou-se como um estratégico e eficaz veículo de marketing institucional e evangelismo de massa (IBL, 2018; REDE SUPER, 2018). Amparado por uma pervasiva rede midiática e eclesial com centenas de igrejas subsidiárias, pastores oficiais e voluntários, ministérios, missões e células, Pr. Vanderlei

Miranda se tornou o segundo vereador mais votado nas eleições 2004, com quase 18 mil votos pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Mas logo renunciou ao mandato na CMBH para tomar posse como deputado estadual, eleito com aproximadamente 48 mil votos pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em 2006. Conservou o cargo na ALMG por três legislaturas, sendo interrompido no último pleito em que os quase 35 mil votos o deixaram na 6ª suplência pela coligação “#Juntos por Minas” (PDT/PSB/PRB/PV/MDB/PODE), pressionado por outros parlamentares que também disputaram o eleitorado batista e evangélico mineiro, como o veterano João Leite da Igreja Batista Central de Belo Horizonte que ultrapassou 56 mil votos pelo PSDB e o Pr. Léo Portela, vinculado à Igreja Batista Getsêmani (IBGET) e à Igreja Batista Solidária (IBS), que conseguiu atrair mais de 39 mil novos votos em sua primeira reeleição pelo PR. O acréscimo eleitoral do Pr. Léo Portela entre 2014 e 2018, um salto de 54.602 para 93.895 votos, revela-se um fator explicativo central acerca da retração de seus correligionários, já que João Leite passou de 63.623 para 56.298 votos, sendo a perda do Pr. Vanderlei Miranda ainda mais expressiva, de 45.774 para 34.872 votos (TSE, 2018). A perda de representatividade política da IBL no poder legislativo estadual, foi compensada, em grande medida, no nível federal com a entrada de dois parlamentares estreantes na Câmara dos Deputados em 2018: Pr. Lucas Gonzalez, advogado, pós-graduado em Gestão Empresarial, empresário do ramo de transporte na cidade de Betim e pastor voluntário da IBL, eleito com 64.022 votos pelo Partido Novo (NOVO); e André Janones, advogado e membro da IBL que se tornou conhecido nas redes sociais como um dos porta-vozes e defensores da greve dos caminhoneiros irrompida meses antes das eleições, somou 178.660 votos pelo AVANTE, terceira maior votação dentre os 53 deputados federais de Minas Gerais eleitos em 2018 (JORNAL BELVEDERE, 2018; MAAKAROUN, 2018; TSE, 2018). Ademais, sobressai um significativo e inédito acréscimo em representação política e visibilidade na esfera pública, a nomeação pelo presidente Jair Bolsonaro de Damares Alves ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), advogada, assessora parlamentar do senador e cantor assembleiano Magno Malta entre 2014 e 2018, pastora oriunda da Igreja do Evangelho Quadrangular recentemente incorporada ao núcleo eclesial da Igreja Batista da Lagoinha, conhecida no circuito evangélico por suas ações assistenciais e pregações

em defesa da criança e contra a “ideologia de gênero”. Logo após noticiada a indicação da pastora batista Damares Alves, o pastor-presidente da IBL Márcio Valadão publicou a seguinte nota no site institucional:

Para nós é motivo de alegria e uma grande honra saber que a pastora da nossa amada Igreja da Lagoinha Damares Alves assumiu o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos no Governo Federal. Isso representa um sinal de esperança para um Brasil mais justo e para todos. E, como irmãos dela, temos um compromisso de orar para que, ali no Governo, ela possa resplandecer a bondade e a misericórdia de Cristo. Sabemos que o nosso Senhor, mais do que qualquer pessoa, passou nesta terra olhando sempre com amor e atenção para as minorias, para as mulheres e as famílias (VALADÃO, 2018).

De 2004 em diante, a Igreja Batista da Lagoinha renovou seu projeto político-religioso e ampliou sua presença na esfera pública política com a candidatura de Sérgio Fernando Pinho Tavares, advogado e liderança leiga ligada a comunidades católicas e evangélicas, eleito vereador em 2008 pelo Partido Humanista da Solidariedade (PHS) e em 2012 pelo Partido Verde (PV), com quem a igreja estabeleceu estreita aliança ao longo dos dois mandatos. A partir das eleições 2012, nota-se uma maior concentração de seu apoio institucional em lideranças eclesiais, como o Pr. Elvis Cortês, batizado na IBL em 1999 e consagrado pastor na Primeira Igreja Batista do bairro Milionários, eleito vereador pelo Partido Social Democrata Cristão (PSDC) em 2012 e pelo Partido Social Democrático (PSD) em 2016 — candidatou-se a deputado federal pelo Partido Humanista da Solidariedade (PHS) em 2018, encenando como 4º suplente da coligação “Compromisso por Minas” (PHS/PRP). Já na disputa eleitoral de 2016, direcionou seus investimentos político-eleitorais a outro pastor oriundo de seu núcleo eclesial, Pr. Fernando Borja, empresário, advogado, gestor da IBL e apresentador do programa gospel “Geração José” pela Rede Super de Televisão que se elege vereador pela sigla do Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB). Esse redirecionamento do projeto político da Igreja Batista da Lagoinha em favor de candidatos com cargos eclesiais repercutiu na pulverização de sua base eleitoral em 2016, dividida entre um líder leigo católico e um renomado pastor. Bem como no relativo fracasso nas urnas de Sérgio Tavares que, mesmo com votação superior ao pastor e gestor da IBL, um montante de 5.596 votos direcionados ao advogado cristão, a perda de mais de 1.300 eleitores em relação às eleições 2012, impediu o Partido Verde (PV) de atingir o quociente eleitoral. Ao passo

que Pr. Fernando Borja foi eleito por média com 4.384 votos pelo Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB). Nas eleições 2014, Sérgio Tavares concorreu a uma vaga de deputado estadual novamente pelo PV, com 17.782 votos alcançou a 6ª suplência pela coligação “Minas Avança” (PDT/PV), sendo que, após essas duas tentativas de inserção no poder legislativo estadual e municipal, afastou-se das corridas eleitorais em 2018. Diferente do Pr. Fernando Borja que, ainda em seu primeiro mandato, candidatou-se a deputado federal e com 35.595 votos alçou à 1ª suplência pelo AVANTE, votação 2,4 vezes maior do que a conquistada nas eleições 2014, quando concorreu à Câmara dos Deputados e ficou como 7º suplente pela coligação “+Minas” (PTdoB/PRP/PHS/PEN) (CMBH, 2018; TSE, 2018).

Fundada em 1974 no bairro Aeroporto em Belo Horizonte, atualmente sediada no bairro Dona Clara e sob a presidência do Pr. Jorge Linhares desde 1982, a Igreja Batista Getsêmani se tornou uma destacada congregação batista renovada no mercado religioso da capital mineira, ao lado da Igreja Batista da Lagoinha que a auxiliou durante o período fundacional e com a qual mantém, ainda hoje, estreitos laços colaborativos (IBGET, 2014). A partir da corrida eleitoral de 1996, a IBGET solidificou sua presença e representação no poder legislativo municipal ao eleger uma liderança leiga oriunda de sua membresia, o administrador de empresas Walter Tosta, fundador da União dos Paraplégicos de Belo Horizonte (Unipabe) no ano de 1978. Vereador por três mandatos consecutivos, o primeiro pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) e os seguintes pelo Partido da Mobilização Nacional (PMN), Walter Tosta disputou uma vaga na ALMG em 1998 e 2002, mas só se elegeu deputado estadual em 2006, tornando-se o candidato mais bem votado do PMN com 41.565 votos, e deputado federal em 2010 com 86.192 votos, a maior votação alcançada por um candidato da coligação “Unidos por Minas” (PSL/PSDC/PMN). Filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD) pelo qual concorreu à reeleição em 2014, mas os 77.535 votos não permitiram que ultrapasse a 2ª suplência pela coligação “A vez de Minas” (DEM/PSDB/PP/PR/PSD/SD). Após se aposentar pelo Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais (IPLEMG) em 2015, não se afastou da vida pública, migrou para o Partido da República (PR) e, mantendo suas bandeiras religiosas e em defesa das pessoas com deficiência, candidatou-se, pela terceira vez, ao posto de deputado federal em 2018, entretanto, os 51.606 votos o

deixaram na 2ª suplência pela coligação “Juntos com o povo” (PT/PR/PSB/DC/PCdoB) (ALMG, 2018; TSE, 2018). Sua representatividade parlamentar se soma à iniciativa do Pr. Jorge Linhares que, com vistas a coordenar ações sociais, missionárias e políticas voltadas à sociedade civil, mídia e órgãos públicos entre distintas denominações cristãs, criou, em 5 de dezembro de 2000, o Conselho de Pastores e Ministros Evangélicos do Estado de Minas Gerais (CPEMG), sob sua liderança desde a fundação (LOURENÇO JR., 2016). Não obstante as derrotas eleitorais sofridas pelo deputado federal Walter Tosta, representante da Igreja Batista Getsêmani ao longo de quase duas décadas, o Pr. Jorge Linhares não deixou de apoiar outros candidatos batistas, cristãos ou afinados a seus interesses denominacionais, dos quais sobressaem quatro novos parlamentares provenientes de sua própria congregação. A liderança eclesiástica Pr. Léo Portela que ingressou na ALMG pelo PRB em 2014 e retornou pelo PR em 2018, a professora, conferencista, comunicadora e apresentadora Marilda Portela que, com uma trajetória que une experiência político-partidária e reconhecimento dos pares religiosos, tornou-se vereadora pelo PRB em 2016, e o membro Eduardo Santos Guimarães, empresário do ramo de relógios de ponto que passou a se dedicar a ações assistenciais voltados ao acesso a serviços de saúde e a oferecer transporte voluntário de pacientes, o que lhe conferiu a alcunha de Eduardo da Ambulância e alicerçou sua entrada como vereador na CMBH em 2016 pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) — sigla renomeada para Podemos (PODE) (IBGET, 2016; TSE, 2018).

A recente ascensão na política estadual e municipal de representantes da Igreja Batista Getsêmani favoreceu sobretudo a projeção nacional alcançada nas eleições 2018, particularmente com a candidatura ao Senado do jornalista e membro batista Carlos Viana. Graduado em Comunicação Social, pós-graduado em Gestão Estratégica de Marketing, jornalista, radialista, apresentador de televisão, professor e filiado à Igreja Batista Getsêmani há mais de duas décadas, tornou-se uma destacada figura pública em Minas Gerais por sua carreira jornalística na mídia impressa, radiofônica e televisiva desde os anos 1990. Atuou, por exemplo, na Rede Minas, TV Alterosa e TV Globo Minas, e, até 2018, amparava-se em abrangente publicidade como apresentador dos programas “MG Record” na Record TV Minas e “Plantão da Cidade” veiculado durante doze anos na Rádio Itatiaia — emissora fundada na capital mineira em 1952 (SOUTO,

2018; VIANA, 2018). A numerosa e diversificada base eleitoral de Carlos Viana não se restringiu às Igrejas Batistas, visitou proeminentes congregações das Assembleias de Deus e sua posição na emissora do Bpo. Edir Macedo, somada à identidade evangélica compartilhada, rendeu-lhe o apoio da Igreja Universal do Reino de Deus, já que o PRB não lançou no estado um candidato a senador (ADBH, 2017; FARIA, 2018; TSE, 2018). Dentre os investimentos pela maior articulação política e interdenominacional, avultam ações da Igreja Batista Getsêmani e do Conselho de Pastores e Ministros Evangélicos de Minas Gerais, ambos presididos pelo Pr. Jorge Linhares, ao organizar um culto no templo-sede, em 29 de maio de 2018, ocasião em que o pré-candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro discursou e foi abençoado pelos pastores. Nesse evento que atraiu a atenção da mídia e da opinião pública compareceram conhecidos aliados que disputariam as eleições 2018, como o jornalista e membro da IBGET Carlos Viana, o deputado federal e pastor batista Lincoln Portela, o deputado estadual e pastor batista Léo Portela e o deputado federal e membro da Igreja Cristã Maranata Marcelo Álvaro Antônio, então presidente estadual do PSL em Minas Gerais e atual ministro do Turismo (CIPRIANI, 2018).

Em sintonia com as profusas reivindicações por renovação político-partidária, Carlos Viana não se filiou a partidos estabelecidos para sua primeira disputa eleitoral, como dos candidatos a governador Antonio Anastasia (PSDB), Adalclever Lopes (MDB) e Fernando Pimentel (PT), mas sim ao Partido Humanista da Solidariedade (PHS) que, apesar da menor expressão na política brasileira, ganhou certa visibilidade no contexto mineiro com a eleição do atual prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil que endossou a candidatura e atuou na campanha eleitoral do correligionário (SCARDOELLI, 2018). Contudo, devido às incertas negociações no processo de incorporação do PHS pelo Podemos por não atingir o quociente eleitoral, tanto o prefeito Alexandre Kalil quanto o senador Carlos Viana aderiram ao Partido Social Democrático (PSD) no início de 2019. Com um eleitorado heterogêneo que se articulou a partir da publicidade jornalística e midiática, grupos evangélicos e alianças político-partidárias, Carlos Viana conquistou a segunda vaga de senador por Minas Gerais com 3.568.658 votos, atrás do advogado, professor e ex-deputado federal Rodrigo Pacheco que totalizou 3.616.864 votos pelo Democratas (DEM). Sua votação ultrapassou a de renomados concorrentes estaduais,

como a ex-presidenta da República Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT), o empresário e deputado estadual por cinco mandatos Dinis Pinheiro do Solidariedade (SD) apoiado pela Igreja do Evangelho Quadrangular, e o empresário e engenheiro civil Rodrigo Paiva do Partido Novo (NOVO) filiado à mesma sigla do empresário Romeu Zema — eleito no 2º turno com 71,80% dos votos válidos contra o ex-governador e senador Antonio Anastasia para o Governo de Minas Gerais (TSE, 2018).

Embora os representantes batistas com títulos e cargos eclesiásticos e oriundos de congregações renovadas tenham sobressaído a partir do final da década de 1990, também foi identificado um crescente número de novos parlamentares leigos que se beneficiam de seus laços de pertença em comunidades batistas, sem necessariamente constarem entre os candidatos oficiais promovidos pelas instituições religiosas. Como o já citado Walter Tosta, administrador, fundador da Unipabe e membro da Igreja Batista Getsêmani, Dr. João Gonçalves de Medeiros vinculado à Igreja Batista do bairro São Paulo, eleito vereador pelo Partido Social Trabalhista (PST) em 1996 e 2º suplente em 2000, e Elaine Matozinhos, advogada, professora e delegada-geral da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, eleita vereadora pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 1996 e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 2004, 2008 e 2012, após não se reeleger à CMBH em 2016, dirigiu-se à vaga de deputada federal e atingiu a 8ª suplência da coligação “Unidos por Minas” (PSC/PTB/PMN) nas eleições 2018. Nota-se que todos esses três vereadores se elegeram em 1996, evidenciando uma substantiva ampliação da representação parlamentar batista e evangélica na CMBH. Tem-se, ainda, o jornalista e narrador esportivo da Rádio Itatiaia Alberto Rodrigues Lima, conhecido pelos ouvintes como “Vibrante”, eleito vereador por dois mandatos, pelo Partido Liberal (PL) em 2004 e pelo Partido Verde (PV) em 2008, e ocupou a Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude no governo estadual de Aécio Neves de 2010 a 2011. A base eleitoral de Alberto Rodrigues Lima se divide entre os públicos esportivo e evangélico, de um lado, apoia-se em sua projeção midiática pela Rádio Itatiaia como narrador dos jogos de futebol do Cruzeiro Esporte Clube, de outro, em seu filho Arthur Rodrigues “Vibrantinho” que obteve certa notoriedade como pastor da Igreja Batista Getsêmani e apresentador de programas esportivos na TV Alterosa e Rede Super de Televisão da Igreja Batista da Lagoinha. A última eleição que concorreu foi em 2012, não obstante

sua expressiva votação que totalizou quase seis mil votos pelo Partido Verde (PV), ficou abaixo do cálculo do quociente eleitoral (CMBH, 2018; TSE, 2018). Outro exemplo de vereador na capital mineira sem atribuições eclesiásticas e que despontou no mesmo período foi João Oscar de Souza Costa, líder leigo da Igreja Batista de Venda Nova e gerente regional de Assistência Social em Venda Nova de 2006 a 2008 — cargo público que fortaleceu sua candidatura pelo Partido Republicano Progressista (PRP) em 2008, após duas disputas eleitorais malsucedidas. Alcançou ampla visibilidade com a autoria do controverso projeto de lei, assinado por outros 21 parlamentares cristãos e aliados, que autorizava a venda de trechos de vias públicas à Igreja Batista da Lagoinha que pretendia ampliar seu templo-sede com lotação máxima de 7 mil para 30 mil pessoas. Aprovado em 2º turno com 23 votos favoráveis, o PL nº 1.802/2011 foi suspenso pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais no ano seguinte (MACIEL, 2012). Terminado seu único mandato na CMBH, João Oscar visou o cargo de deputado estadual em 2010 e de vereador em 2012 e 2016, porém, seus repetidos insucessos eleitorais refletiram a tendência das congregações batistas renovadas locais à concentração de seus projetos políticos e investimentos eleitorais em candidaturas oficiais vinculadas ao seu núcleo eclesiástico, apoiando indireta e circunstancialmente lideranças leigas.

Nos últimos dois pleitos pelo poder legislativo belo-horizontino se destacaram outras cinco lideranças leigas batistas. O membro da Igreja Batista Central do Barreiro, profissional de educação física e pós-graduado em Gestão Pública de Projetos Sociais Juliano Lopes, conhecido pela atuação como árbitro da Federação Mineira de Futebol (FMF) e Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e, principalmente, pela criação do projeto Academia Móvel que oferece aulas de educação física em espaços públicos da capital mineira há mais de uma década. Eleito com 7.907 votos pelo Partido Social Democrata Cristão (PSDC), atual Democracia Cristã (DC), em 2012, e com 7.714 votos pelo Partido Trabalhista Cristão (PTC) em 2016, lançou-se deputado federal em 2018, com 26.950 votos despontou como o candidato mais votado de sua legenda partidária e o 3º suplente da coligação “Renovação” (PATRI/PTC/PMB). O empresário e dono de restaurante Juninho Los Hermanos, representante da Igreja Batista da Lagoinha que se projetou na arena pública local com trabalhos assistenciais no bairro Alípio de Melo, especialmente com o Natal Solidário que reúne esforços de clientes e moradores para

atender milhares de crianças, elegeu-se vereador pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB) com 6.461 votos em 2012 e pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) com 12.866 votos em 2016. Filiou-se ao AVANTE, antigo Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB), pelo qual disputou a vaga de deputado federal em 2018, só que os 24.342 votos lhe deixaram na 2ª suplência (CMBH, 2018; TSE, 2018).

Os outros três membros batistas se encontram em seus primeiros mandatos na CMBH: Eduardo Santos Guimarães, empresário, voluntário no transporte de pacientes com suas três ambulância e adepto da Igreja Batista Getsêmani, eleito com 4.441 votos pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN); Marilda Portela, professora, comunicadora e conferencista com considerável experiência em campanhas eleitorais e cargos político-partidários, duplamente vinculada à Igreja Batista Getsêmani e Igreja Batista Solidária, eleita com 8.457 votos pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB); e Wesley Moreira Pinho, empresário, formado em Marketing, ex-funcionário da Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte (PRODABEL) e filho do líder pastoral e vice-presidente da Convenção da Igreja Batista em Chamas Bpo. Nelsino Reis de Pinho, tornou-se conhecido como Wesley Autoescola por ser dono de uma empresa do ramo na Regional Barreiro, eleito com 3.341 votos pelo Partido Humanista da Solidariedade (PHS), transferiu-se para o Partido Republicano Progressista (PRP) pelo qual pleiteou o cargo de deputado estadual em 2018, atingindo a 1ª suplência com 10.020 votos na coligação com o Partido Pátria Livre (PPL) (CMBH, 2018; TSE, 2018). Em decorrência do descumprimento da cláusula de barreira por ambos os partidos políticos nas últimas eleições, no final de 2018, o PRP iniciou seu processo de fusão ao Patriota (PATRI) e o PPL ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) (CALGARO *et al.*, 2018; CONGRESSO EM FOCO, 2018; GÓES, 2018).

Com base nesse levantamento dos parlamentares batistas mineiros por quase quatro décadas, identifica-se que as trajetórias dos representantes leigos, apesar de bem-sucedidas em curto prazo, mostram-se mais instáveis e dependentes do carisma pessoal e de eleitorados heterogêneos que ultrapassem as fronteiras denominacionais, ao passo que as lideranças pastorais contam com o apoio oficial, carisma institucional e vultosos recursos eclesiais, financeiros e midiáticos dos grupos religiosos de origem. Desse modo, as lideranças leigas que se aventuram nas disputas eleitorais se ancoram

em bases eleitorais mais fragmentadas, difusas e diversificadas e, por meio de esforços individualizados, investimentos partidários e alianças localizadas, procuram conciliar os interesses das comunidades de fé com públicos atraídos por outros fatores relativos a suas trajetórias sociobiográficas, como empreendimentos empresariais, atribuições em cargos públicos, ações socioassistenciais, carreiras esportivas, atuações jornalísticas, projeções midiáticas etc.

4.3 Assembleias de Deus

Diferente das demais denominações evangélicas selecionadas nesse estudo que surgem na Região Sudeste e, gradativamente, difundem-se para outras regiões do país por meio de redes missionárias, como as Igrejas Batistas em 1871 e a Igreja do Evangelho Quadrangular em 1951 no interior do estado de São Paulo, além da Igreja Universal do Reino de Deus em 1977 na capital do Rio de Janeiro, as Assembleias de Deus nascem em 1911 na Região Norte, na cidade de Belém no estado do Pará. Seus fundadores foram os missionários suecos Gunnar Vingren e Daniel Berg, após cisão da Igreja Batista de Belém da qual eram membros e que estava sob a liderança do diácono e moderador José Plácido da Costa. Tensionada por divergentes visões doutrinárias, protestantes histórica e renovada, bem como pela adesão à prédica pentecostal por sua liderança eclesial, a Igreja Batista de Belém expulsou pouco mais de uma dezena de fiéis que, seguindo José Plácido da Costa, Gunnar Vingren e Daniel Berg, fundaram a primeira Assembleia de Deus no Brasil. A nacionalidade sueca dos fundadores revela outra singularidade assembleiana em relação à batista e quadrangular que se fixaram no país através de esforços de missionários estadunidenses ou, ainda, à iurdiana cujo pioneiro brasileiro se formou sob a influência pastoral de um evangelista canadense com ativa participação em missões cristãs no país vizinho. No entanto, Gunnar Vingren e Daniel Berg também estavam atrelados ao protestantismo e pentecostalismo norte-americano, posto que migraram aos Estados Unidos da América no início do século 20, integraram comunidades batistas e se aproximaram do pentecostalismo impulsionado pelo *Apostolic Faith Movement*, idealizado pelo pastor metodista estadunidense Charles Fox Parham conhecido como precursor do reavivamento pentecostal, que reconfigurou

diversas vertentes cristãs contemporâneas a partir de 1901. Em decorrência da herança reavivalista, distinguindo-se da identidade batista de origem e das confissões cristãs concorrentes de matriz protestante histórica, o primeiro nome conferido à nova igreja ou movimento evangélica paraense por Gunnar Vingren e Daniel Berg foi Missão da Fé Apostólica, alterado para Assembleia de Deus em 1914, poucos meses após a criação do primeiro concílio pentecostal norte-americano, o Concílio Geral da Assembleias de Deus nos Estados Unidos (ARAÚJO, 2007; CAMPOS, 2005).

De acordo com os registros históricos dessa pioneira denominação pentecostal clássica, a expansão das Assembleias de Deus pelo Brasil pode ser dividida em cinco períodos: de 1911 a 1929, período da formação dos primeiros pastores e missionários de nacionalidade brasileira que, não obstante a escassez de recursos e a intolerância religiosa, foram responsáveis por levarem sua prédica pentecostal e fundarem templos assembleianos nas Regiões Nordeste, Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste; de 1930 a 1950, quando suas igrejas alcançaram todas as capitais estaduais e a maioria dos grandes centros urbanos brasileiros, além de surgirem as primeiras revistas voltadas às escolas bíblicas dominicais, o jornal Mensageiro da Paz e a Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), nessa época perpetuaram os esforços de evangelistas pioneiros que enfrentavam medidas restritivas e persecutórias por parte de agentes estatais, eclesiásticos e da sociedade civil; de 1951 a 1970, considerado o período áureo da denominação no país, caracterizado pelo acelerado crescimento institucional, eficácia das táticas proselitistas, consolidação da imprensa assembleiana, construção de escolas e institutos bíblicos e publicização das festividades em torno do jubileu de ouro; de 1971 até atualmente, marcado pela difusão do modelo evangelístico de massa, crescente investimento midiático, promoção de cruzadas evangelísticas e convenções em âmbito nacional, hibridização com neopentecostalismo, abrandamento dos traços sectários, ampliação da representação política com o processo de redemocratização e maior presença na esfera pública (ARAÚJO, 2007, p. 39-55).

A primeira igreja das Assembleias de Deus foi fundada em Minas Gerais no fim do primeiro período de expansão da denominação pelo território brasileiro, em março de 1927, no bairro Carlos Prates em Belo Horizonte, a partir do trabalho missionário do comerciante e migrante colombiano Pr. Clímaco Bueno Aza. Incentivado por seu líder

pastoral Gunnar Vingren, deixou o estado do Pará e estabeleceu as primeiras igrejas assembleianas nas capitais do Amapá em 1916, Maranhão em 1921 e Minas Gerais em 1927, onde presidiu o ministério da Sociedade Evangélica Assembleia de Deus durante quatro anos. Em 1931, transferiu seu cargo ministerial na capital mineira ao evangelista sueco Pr. Nils Kastberg com o intuito de retomar suas campanhas missionárias, o que resultou na fundação, no mesmo ano, da primeira Assembleia de Deus no interior de Minas Gerais, localizada na cidade de Juiz de Fora. Conforme registros históricos da Assembleia de Deus Ministério Belo Horizonte (ADBH), o período fundacional na capital foi acompanhado por recorrentes manifestações violentas, intolerantes, vilipendiosas e persecutórias promovidas principalmente por católicos, com destaque ao evento, no início dos anos 1930, quando Pr. Nils Kastberg “em uma de suas visitas evangelísticas à região de Venda Nova, enquanto dirigia um culto, foi cercado por uma multidão que, quebrando um muro, o apedrejou (ADBH, 2016b, p. 10).

A centenária presença assembleiana na sociedade brasileira e os mais de nove décadas no contexto mineiro revelam uma longínqua trajetória denominacional e sócio-histórica que, em grande medida, contribuiu com a formação do campo evangélico no país, com a adesão da maior membresia pentecostal e de missão em escala nacional e estadual, mas também com sua maior representação parlamentar e pervasividade na esfera pública. Apesar das candidaturas oficiais assembleianas na política mineira se mostrarem menos numerosas, coesas e organizadas do que às concorrentes cristãs até a virada do milênio, já no pleito de 1992, identificou-se um destacado representante no poder legislativo belo-horizontino. Bacharel em Teologia pela Escola de Preparação de Obreiros Evangélicos das Assembleias de Deus, o missionário capixaba e pastor Enilson Oliveira Heiderick se elegeu vereador duas vezes consecutivas, em 1992 pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em 1993 migrou para o Partido Social Cristão (PSC) e na eleição seguinte venceu pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) com quase oito mil votos. Após a última vitória em 1996, seu eleitorado sofreu um progressivo retraimento ao concorrer, novamente, a vereador pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), atingindo mais de seis mil votos em 2000, e pelo Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB) em 2004, quando alcançou pouco mais de dois mil eleitores. O que se soma à inexitosa disputa pelo cargo de deputado estadual pelo Partido da Mobilização Nacional

(PMN) em 1998, cujos 11.627 votos o deixaram na 6ª suplência pela coligação Frente da Mobilização Popular (PAN/PRTB/PMN/PSC). Depois de uma série de derrotas nas urnas, a partir de 2004, o Pr. Enilson Heiderick se distancia das corridas eleitorais e, atualmente, dedica-se às atribuições de pastor da Assembleia de Deus Ministério do Belém, professor de Teologia, conferencista internacional e integrante do Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos no Brasil (CIMEB). Embora se mantenha envolvido na política nacional por ser uma reconhecida liderança pastoral a quem os candidatos, evangélicos ou não, recorrem em busca de apoio eleitoral (HEIDERICK, 2015; TSE, 2018; TV AD BELÉM, 2018; UFMG, 1997).

Para um contraponto com a carreira parlamentar do Pr. Enilson Heiderick, cabe frisar o percurso mais estável e duradouro de outro representante assembleiano que também ingressou na CMBH no início dos anos 1990, Moamed Rachid Gariff, natural de Ipatinga, comerciante e membro assembleiano há mais de quatro décadas. Em seu primeiro pleito pelo cargo legislativo municipal, elegeu-se com 2.872 votos pelo Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB), já para sua reeleição contou com o acréscimo de quase 5 mil eleitores, totalizando 7.807 votos pelo Partido Social Trabalhista (PST) em 1996 e, mantendo a ascensão política impulsionada por sua candidatura ao Senado em 1998, atingiu 11.461 votos nas eleições municipais do ano 2000. O vereador se notabilizou no contexto político-religioso mineiro com sua candidatura a senador, mesmo filiado a um pequeno partido político, despontou como o terceiro mais votado em Minas Gerais com mais de 207 mil votos pelo PST, perdendo para o empresário José Alencar Gomes da Silva que aglutinou quase 3 milhões de votos pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e que, com o término do mandato, viria a ocupar a vice-presidência nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva. A expressiva projeção política e religiosa de Moamed Rachid ajuda a compreender os coetâneos decréscimos das votações do Pr. Enilson Heiderick, indicando uma intensificação da concorrência intradenominacional e cisão do eleitorado constituído por assembleianos e outras identidades cristãs. Entre 1993 e 2016, Moamed Rachid acumulou seis mandatos ininterruptos como vereador na capital mineira em estreito diálogo não somente com as Assembleias de Deus, mas também com Igrejas Batistas e outras denominações evangélicas. Contudo, observa-se um progressivo declínio de sua base eleitoral a cada pleito, do ápice de mais de 11 mil

votos no ano 2000 restaram pouco mais de mil em 2016, apesar da 1ª suplência pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 2012, foi empossado em março de 2013, só que na eleição seguinte os votos foram insuficientes para se reeleger à 7ª legislatura. Essa paulatina retração do capital político acompanhou as tentativas malogradas de se tornar deputado estadual em 2002 e 2010, respectivamente, pelo Partido Verde (PV) e Partido Democrático Trabalhista (PDT). Embora estivesse ancorado em uma extensa trajetória parlamentar, sobressaem as dificuldades do representante assembleiano em ultrapassar as fronteiras eleitorais da capital mineira, particularmente das comunidades religiosas locais, sendo reforçadas pela fragmentação congregacional e pulverização dos investimentos políticos em nível estadual. Tais restrições se agravaram, ainda mais, nas últimas eleições municipais com o difundido anseio de renovação política, quando Moamed Rachid disputou o eleitorado assembleiano com dois novos candidatos da denominação, Cláudio Duarte pelo Partido da Mobilização Nacional (PMN) e Miss. Jair Di Gregório pelo Partido Progressista (PP). Cada um dos novatos se elegeu com mais de 4 mil votos, enquanto o veterano contou com pouco mais de mil votos pelo Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB), sua menor votação em mais de duas décadas (CMBH, 2018; EU AMO IPATINGA, 2012; TSE, 2018).

No decorrer das últimas eleições do período democrático, as Assembleias de Deus incrementaram, progressivamente, sua representação parlamentar na Assembleia Legislativo de Minas Gerais e na Câmara Municipal de Belo Horizonte por meio de uma maior articulação intercongregacional e centralização de seu projeto político no contexto mineiro, visto que seu ativismo político-eleitoral se destaca em outras regiões, unidades federativas e capitais brasileiras desde o alvorecer da redemocratização e instauração da Assembleia Constituinte (FREESTON, 1993; PIERUCCI, 1996). Conforme observado nas últimas legislaturas na ALMG e na CMBH, elegeram-se com apoio institucional de convenções, congregações e comunidades assembleianas, tanto autônomas quanto aliadas eclesial e politicamente, três deputados estaduais, Cabo Júlio, Noraldino Júnior e Rosângela Reis, e dois vereadores, Cláudio Duarte e Jair Di Gregório (TSE, 2018). No entanto, sua representação no poder legislativo não se restringe aos parlamentares citados, a fragmentação denominacional e a autonomia administrativa resultantes do governo eclesiástico congregacional favorecem alianças locais e circunstanciais, como

nos casos do deputado estadual Ivair Nogueira, da vereadora Nely Aquino e de outros representantes que, durante as campanhas eleitorais, contaram com o apoio extraoficial de parcela da membresia assembleiana mineira e belo-horizontina para a promoção de suas candidaturas. Devido ao caráter episódico, pontual e instável de tais parcerias político-religiosas, à atuação parlamentar guiada por bases eleitorais diferenciadas e às pautas legislativas relativamente afastadas das bancadas evangélicas, optou-se nessa pesquisa por se dirigir o enfoque analítico aos atores individuais com laços de pertença efetivos, que se autodeclararam publicamente representantes denominacionais e/ou que receberam investimentos político-eleitorais oficiais de alguma comunidade local, congregação ou convenção assembleiana.

Dos deputados estaduais em exercício na legislatura 2015–2019 associados às Assembleias de Deus, somente um apresenta laço de pertença religiosa e atribuições pastorais concernentes a essa denominação pentecostal clássica. Trata-se de Júlio César Gomes dos Santos, conhecido nas urnas e na mídia como Cabo Júlio, militar reformado do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, ex-policia militar, pastor, bacharel em Teologia, advogado, pós-graduado em Ciências Penais e mestre na área de Direito Público (ALMG, 2018). Iniciou sua carreira política como o deputado federal mais bem votado por Minas Gerais nas eleições 1998, com 217.088 votos pelo Partido Liberal (PL). Um ano após se tornar conhecido como um dos líderes da histórica greve da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais em prol de melhores salários, cuja ação exitosa repercutiu em movimentos reivindicatórios similares em outras unidades federativas brasileiras (SANTIAGO; PEIXOTO; PRATES, 1997; LAGÔA, 2017). A greve foi narrada por Cabo Júlio em seu livro “O dia em que a polícia parou: a verdadeira história da greve da polícia mineira que parou o Brasil”, publicado em 2002. Sua notoriedade política, militar e religiosa se soma ao livro “Das trevas para a luz”, também lançado em 2002, e aos investimentos em assistência social e saúde pública com a fundação do Centro de Recuperação de Dependentes Químicas Projeto Restaurando Vidas no município de Sarzedo-MG no ano 2000 (ALMG, 2018). Reelegeu-se, em 2002, com 116.506 votos pelo Partido Social Trabalhista (PST), migrou para o Partido Social Cristão (PSC) em 2003, e para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em 2005, filiação partidária que mantém ainda hoje. Contudo, em 2006, outro evento

trouxe ampla visibilidade nacional ao Cabo Júlio, a “Operação Sanguessuga” da Polícia Federal que o acusou de fraude em licitação e corrupção passiva, revelando que teria recebido propina ao chefiar, entre 2001 e 2005, um abrangente esquema de compra irregular de ambulâncias por 20 prefeituras mineiras (CONGRESSO EM FOCO, 2006). Esse escândalo refletiu nas eleições 2006, quando foi o 7º suplente da coligação “A força do povo” (PMDB/PRB/PCdoB/PT) com 58.198 votos, uma perda de metade dos eleitores se comparada à votação de 2002. Embora não tenha sido reeleito pela terceira vez consecutiva ao poder legislativo federal, Cabo Júlio não se afastou da política, dois anos depois venceria o pleito para vereador com 6.739 votos belo-horizontinos (TSE, 2018).

Em abril de 2010, recuperando-se de um problema de saúde, confessou seus crimes em carta postada em seu blog pessoal, na qual pedia perdão aos familiares, amigos, colegas de profissão, líderes religiosos e, principalmente, a Deus, conforme consta em seu testemunho: “Deixei de confiar em Deus na hora do aperto. Esqueci que o mesmo Deus que me tirou da barraca de camelô, que se eu fosse fiel, ele me permitiria continuar. Mas a ambição falou mais alto que a fé” (RUBENS, 2010). No mesmo ano, dirigiu-se à ALMG e os 44.215 eleitores lhe garantiram a 1ª suplência pelo PMDB. Permaneceu no poder legislativo municipal até o último mês do mandato, sendo empossado deputado estadual em dezembro de 2012, após uma reorganização de seu partido político. Nessa nova fase de sua trajetória parlamentar, publicou dois livros em 2013, “Um líder que faz a diferença em sua geração” e “Derrubando muralhas” (ALMG, 2018). Nas eleições 2014, seguiu para seu segundo e último mandato como deputado estadual, para o qual foi eleito pelo PMDB com 44.367 votos na coligação “Minas para todos” (PMDB/PRB/PROS/PT). Somente em junho de 2018, 12 anos após iniciada a “Operação Sanguessuga”, foi condenado pela Justiça Federal a 6 anos de prisão em regime semiaberto, com autorização para frequentar a casa legislativa estadual, entre 8 e 18h, em razão das atribuições parlamentares até o término da legislatura em janeiro de 2019 (G1 MG, 2018). Na última corrida eleitoral, recorrendo da sentença e impedido de se candidatar pela “Lei da Ficha Limpa” — Lei Complementar nº 135 de 4 de junho de 2010 —, Cabo Júlio lançou a candidatura para deputado federal por Minas Gerais de seu filho Bruno Júlio que, com 11.710 votos, foi o 7º suplente pelo Partido Humanista da

Solidariedade (PHS) unido ao Partido Republicano Progressista (PRP) na coligação “Compromisso por Minas” (TSE, 2018). Ex-secretário nacional de Juventude no governo Michel Temer, Bruno Júlio, então filiado ao PMDB, demitiu-se do cargo, em janeiro de 2017, dadas as declarações ao jornal O Globo e em sua página do Facebook a respeito das tragédias em presídios de Roraima e Amazonas: “tinha era que matar mais, tinha que fazer uma chacina por semana”. Além dessa declaração inconstitucional, contrária aos direitos humanos e prejudicial à imagem político-religiosa, Bruno Júlio responde a acusações de assédio sexual de uma funcionária e de agressão física contra duas ex-mulheres (G1, 2017).

O mais recente representante das Assembleias de Deus na casa legislativa mineira é Noraldino Lúcio Dias Júnior, administrador público, graduado em Turismo, pós-graduado em Gestão Ambiental em Problemas Urbanos. Em 2008 e 2012, elegeu-se vereador no município de Juiz de Fora e ocupou vários cargos de chefia em órgãos voltados a questões socioambientais, como a superintendência da Agência de Gestão Ambiental, a secretaria executiva do Conselho Municipal de Meio Ambiente, a gerência do Bolsa Família no Departamento de Gestão da Informação da Prefeitura de Juiz de Fora, a presidência do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna e do Consórcio Intermunicipal da Bacia dos Rios Preto e Paraibuna (ALMG, 2018; DIAS JÚNIOR, 2018a). Nas eleições 2010, concorreu ao poder legislativo federal pelo Partido Social Cristão (PSC), mas os 9.276 votos o levaram à 3ª suplência, atrás de duas lideranças políticas e eclesiais da Igreja do Evangelho Quadrangular, o Rev. Mário de Oliveira, único candidato eleito do partido com 100.811 votos, e o Pr. Stefano Aguiar, 1º suplente com 57.268 votos, que assumiria definitivamente o cargo com a renúncia do tio em 2013. Entretanto, nas eleições 2014, quintuplicou a votação recebida quatro anos antes, assumindo sua primeira legislatura na ALMG com 51.871 votos pelo PSC, o segundo candidato mais bem votado da coligação “Minas Melhor” (PSC/PTC/PSL), à frente de parlamentares experientes, como o presidente estadual do Partido Trabalhista Cristão em Minas Gerais (PTC-MG) Anselmo José Domingos. Logo no primeiro ano de mandato, refletindo as bandeiras ambientalistas e em defesa da vida que norteiam sua atuação parlamentar, instalou a Comissão Extraordinária de Proteção

dos Animais que coordena desde a fundação em abril de 2015 (DIAS JÚNIOR, 2018a; TSE, 2018).

Não obstante Noraldino Júnior se autodeclarar adepto da Igreja Metodista, foi lançado candidato oficial da Convenção Estadual das Assembleias de Deus no Estado de Minas Gerais Ministério de Madureira (CONEMAD-MG) ao poder legislativo estadual nas eleições 2018, ao lado do Pr. Nelquiades Fernandes, líder pastoral da Assembleia de Deus em Cataguases, candidato a deputado federal. Conhecido nas urnas como Pr. Nelquiades de Madureira, os insuficientes 27.712 votos o deixaram na 3ª suplência na coligação “Unidos Por Minas” (PSC/PTB/PMN) (DIAS JÚNIOR, 2018c; JP, 2018; TSE, 2018). Considerada a segunda maior convenção assembleiana do país, a Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil Ministério de Madureira (CONAMAD) está sob a liderança nacional do presidente vitalício e Bispo Primaz Dr. Manoel Ferreira desde 1982, quando assumiu o cargo em razão do falecimento do pastor fundador do Ministério de Madureira Paulo Leivas Macalão, e cujo projeto de poder político concorre diretamente e, por vezes, estabelece alianças com a Assembleia de Deus Ministério do Belém (BALLOUSSIER, 2018). Presidente estadual do PSC-MG a partir de abril de 2018, Noraldino Júnior, com propagandas eleitorais guiadas pelo slogan “um deputado que luta por toda a forma de vida” e amparado por uma diversificada base eleitoral, aglutinou assembleianos, metodistas e defensores de pautas ecológicas e protetoras dos animais, encenou como o candidato do PSC com maior votação em Minas Gerais, sendo reeleito com 114.807 votos para a atual legislatura na ALMG, o que evidenciou a fidelização de quase 63 mil novos eleitores em relação às corridas eleitorais de 2014 (DIAS JÚNIOR, 2018b; TSE, 2018).

A terceira deputada estadual parceira da Assembleia de Deus apresenta uma duradoura trajetória política, em seu quarto mandato ininterrupto na ALMG, Rosângela Reis, graduada em Pedagogia e pós-graduada em Didática, foi professora do ensino fundamental da rede pública, orientadora e supervisora escolar. Ingressou na Câmara Municipal de Ipatinga em 2000 e se reelegeu em 2004, quando foi vice-presidente da Mesa Diretora entre 2005 e 2006, deixou o cargo de vereadora para a ser empossada deputada estadual em 2007. Seu reconhecimento na política local tem como substrato a carreira na educação e o envolvimento em projetos sociais em favor da qualificação

profissional e inserção no mercado de trabalho de jovens e adultos, promovidos pela Associação Ação Social pela Vida que fundou em Ipatinga há cerca de duas décadas (ALMG, 2018; REIS, 2018). Foi candidata oficial da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), comandada pelo Pr. José Wellington Costa Júnior que, em 2017, substituiu o pai Pr. José Wellington Bezerra da Costa que ocupava a presidência da convenção há três décadas e que, atualmente, está na liderança da Assembleia de Deus Ministério do Belém e também da Convenção Fraternal das Assembleias de Deus no Estado de São Paulo (CONFRADESP) (CPAD NEWS, 2014, 2017).

Apesar do apoio institucional da CGADB, a maior convenção assembleiana do país, e de proeminentes congregações, como Assembleia de Deus Ministério do Belém, Rosângela Reis se apresenta publicamente como “cristã”, uma autodeclaração genérica que, ao escapar do exclusivismo confessional, mostra-se aberta ao diálogo com outros grupos religiosos e eleitores cristãos e simpatizantes, conservando sua proximidade e seus laços colaborativos com evangélicos e católicos. Nos últimos quatro pleitos, nota-se que a deputada estadual se ampara em um estável contingente eleitoral, em 2006 se elege com 66.519 votos pelo Partido Verde (PV), em 2010 com 67.559 votos também pelo PV, em 2014 com 58.725 votos pelo Partido Republicano da Ordem Social (PROS) na coligação “Minas para todos” (PROS/PT/PMDB/PRB), e em 2018 com 70.040 votos supera as votações anteriores pelo Podemos (PODE) na coligação “#Juntos por Minas” (PDT/PSB/PRB/PV/MDB/PODE) (TSE, 2018). Em março de 2015, Rosângela Reis se envolve na criação e assume a presidência da Comissão Extraordinária das Mulheres na ALMG dedicada à defesa da igualdade de gênero, promoção de políticas públicas, incentivo à representação política feminina e combate ao feminicídio e violência contra a mulher (O TEMPO, 2015). Em decorrência das ações bem-sucedidas da comissão, em julho de 2018, a partir da iniciativa da deputada estadual Marília Campos do Partido dos Trabalhadores (PT), deixou de ser provisória ao se instituir a Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher (ALMG NOTÍCIAS, 2018a). Além do mais, a atuação parlamentar de Rosângela Reis se distingue por priorizar questões socioambientais e assistenciais, visto que lidera várias frentes parlamentares na casa legislativa estadual, por exemplo: Defesa dos Recursos Hídricos e Preservação das Nascentes em Minas

Gerais, Apoio à Agricultura Familiar, Apoio ao Voluntariado Transformador, Apoio ao Terceiro Setor e às Entidades Filantrópicas de Minas Gerais etc. (REIS, 2018).

Na corrente legislatura no poder legislativo belo-horizontino, foram identificados dois vereadores com vínculos assembleianos, Cláudio Duarte e Miss. Jair Di Gregório que iniciaram suas carreiras políticas na última eleição municipal, ocupando as vagas deixadas na CMBH por conhecidos parlamentares dessa mesma denominação, como Moamed Rachid, reeleito por seis mandatos consecutivos, desde a disputa eleitoral de 1992 até sua derrota nas urnas em 2016, o presbítero Edson Ribeiro Souza, eleito apenas em 2008, com votações insuficientes em 2012 e 2016, e o pastor Cabo Júlio, ex-deputado federal, também eleito vereador em 2008 e que seguiu para a ALMG no final de seu único mandato na CMBH, sendo reeleito deputado estadual em 2014. Nas eleições 2016, filiado ao Partido da Mobilização Nacional (PMN), Cláudio Duarte entrou em sua primeira disputa eleitoral e se elegeu com 4.513 votos, em seguida, candidatou-se a deputado estadual nas eleições 2018, tendo alcançado a 2ª suplência pelo Partido Social Liberal (PSL) com 20.323 votos. Tal partido político responsável pela candidatura de Jair Bolsonaro à Presidência da República saltou de zero para seis cadeiras na casa legislativa mineira, o que lhe conferiu o quarto lugar em representação partidária na ALMG, atrás somente do Partido dos Trabalhadores (PT) com dez parlamentares, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ambos com sete parlamentares (TSE, 2018). Farmacêutico e empresário do ramo, conhecido por fundar, em 2015, a União dos Moradores pelo Desenvolvimento Social do Bairro Céu Azul em Belo Horizonte e por seus projetos socioassistenciais, educativos e culturais, lançou-se na corrida eleitoral com o nome Cláudio da Drogaria Duarte, explicitando suas bandeiras em defesa da família tradicional, costumes judaico-cristãos, direitos dos idosos e pessoas com deficiência, bem como seu status religioso de membro da tradicional Assembleia de Deus Ministério Belo Horizonte (ADBH). No início de abril de 2019, o mandato de Cláudio Duarte foi interrompido ao ser preso pela Polícia Civil sob a acusação de peculato e organização criminosa, suspeito de liderar a prática fraudulenta denominada “rachadinha”, quando o político exige dos funcionários de seu gabinete o repasse, integral ou parcial, dos salários (CMBH, 2018; RAGAZZI; MOTTA, 2019).

Por seu turno, o empresário, proprietário de escola infantil, gravadora e ótica, ex-cantor de dupla sertaneja e missionário assembleiano Jair Gregório de Souza, com o nome artístico Jair Di Gregório que utiliza nos meios musical, político e religioso, iniciou sua carreira política como assessor do prefeito Márcio Lacerda na Regional Noroeste, de 2009 a 2012, e coordenador de captação do Programa Adote o Verde da Secretaria Municipal de Governo, de 2012 a 2016. Enfatizando seus vínculos com a Assembleia de Deus Ministério Belo Horizonte (ADBH), defendendo em suas campanhas eleitorais, blog e redes sociais valores familiares a partir de uma perspectiva cristã conservadora, e combatendo o comunismo, a “erotização infantil” e a chamada “ideologia de gênero”, elegeu-se vereador da CMBH com 4.621 votos em 2016. Sua primeira participação em disputas eleitorais remonta a 2008, quando concorreu ao poder legislativo municipal pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), atingindo a 1ª suplência com 3.747 votos, atrás do concorrente e correligionário partidário e religioso Moamed Rachid eleito com 6.897 votos. Em 2012, após acumular capital político como assessor do então prefeito Márcio Lacerda filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), voltou a pleitear uma vaga na CMBH sob a legenda do PSB, embora tenha conseguido ampliar seu eleitorado para 4.555 votos, não ultrapassou a 4ª suplência. Em 2014, na coordenação do Programa Adote o Verde, candidatou-se deputado estadual pelo PSB, novamente em uma sigla partidária de centro-esquerda, só que os 19.388 votos lhe renderam a 3ª suplência na coligação “Minas quer mudança” (PSB/PPL/PRTB). Nas eleições 2016, vivenciou uma virada ideológico-partidária ao migrar para um partido reconhecidamente de direita, o Partido Progressista (PP), no qual conseguiu se eleger vereador, porém, essa façanha eleitoral não se repetiu ao se lançar deputado estadual em 2018, com 28.226 votos, mais de 8,8 mil votos do que em 2014, conquistou a 9ª suplência pela coligação “Juntos para reconstruir Minas” (PSDB/PPS/DEM/PP/PSD) (ADBH, 2016a, 2017; CMBH, 2018; SOUZA, 2018; TSE, 2018).

Membro da Assembleia de Deus há mais de 20 anos, atual líder de bancada do Progressistas (PP), presidente da Frente Parlamentar Cristã e 2º vice-presidente da Mesa Diretora da CMBH no biênio 2019–2020, o vereador e empresário Miss. Jair Di Gregório atingiu ampla visibilidade pública e midiática com controversas filmagens no Palácio das Artes (CMBH, 2018; SOUZA, 2018). No dia 4 de outubro de 2017, dirigiu a

uma professora da rede pública de ensino falsas acusações de levar seus alunos a uma exposição artística considerada imprópria para menores de 18 anos, a exposição “Faça você mesmo sua Capela Sistina” do artista mineiro Pedro Moraleida. Não obstante a professora informar que, na realidade, os estudantes assistiam a curtas-metragens do Festival Internacional de Curtas de Belo Horizonte (FestCurtasBH) no Cine Humberto Mauro, o parlamentar assembleiano impulsionou a veiculação do vídeo em suas redes sociais e manteve acusações públicas de que as crianças foram submetidas a conteúdo que fazia apologia às drogas, pornografia, pedofilia e vilipêndio religioso. O episódio recebeu o depreciativo nome de “aberração no Palácio das Artes”, cunhado pelo próprio denunciante e reproduzido, profusamente, em redes sociais e propagandas eleitorais em 2018. Cinco dias depois, o acusador publica uma nota de esclarecimento na qual “reconhece que houve constrangimento por causa da dimensão que o caso tomou e pede publicamente desculpas à professora e alunos que foram filmados, reafirmando que eles não têm relação com a denúncia feita”. E arremata com o seguinte discurso panfletário similar ao observado ao seu material de campanha eleitoral: “A luta contra a erotização infantil, pedofilia e ideologia de gênero continua, por uma BH onde a família seja respeitada!” Em meio à controvérsia artístico-religiosa, o prefeito Alexandre Kalil visitou a exposição de Pedro Moraleida, no dia 8 de outubro de 2017, e concluiu: “Isso aqui é uma galeria de arte, você pode não gostar ou não vir, absolutamente normal e não acredito que nenhum homem do século 21 se choque de verdade com o que viu”. A polêmica se estendeu ao cantor Caetano Veloso que, em passagem pelo Palácio das Artes, após shows na capital mineira, criticou os ataques ao que considerou “tradição das artes” e se contrapôs às tentativas de cancelamento da exposição (DOTTA, 2017; FÓRNEAS, 2017). Apesar do pedido público de desculpas e explícito reconhecimento da falsidade das acusações em nota de esclarecimento, no ano eleitoral seguinte, o candidato a deputado estadual Miss. Jair Di Gregório incluiu a atitude combativa no Palácio das Artes em seu material de campanha, especificamente no rol de atividades parlamentares em defesa da família, da infância e da doutrina cristã, conforme ilustrado pelo trecho de sua carta divulgada nas redes sociais e endereçada às Assembleias de Deus de Minas Gerais:

Em 2016, fui eleito vereador em Belo Horizonte com maciço apoio dos irmãos da ADBH. Tendo como bandeira a “DEFESA DA FAMÍLIA”, sou líder da Bancada Cristã, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário; e Presidente Municipal do Progressistas (ex-partido PP). Hoje, sou um vereador conhecido e influente em todo Brasil por causa do episódio da aberração no Palácio das Artes, quando defendi a família e as crianças contra a exposição pornográfica. COMO VEREADOR EM BELO HORIZONTE: Denunciei a aberração do Palácio das Artes; exposição pornográfica (vídeo denúncia viralizado na internet); Derrubei decreto que criava o conselho LGBT na secretaria de educação; Sou autor da PELO 03, proposta de emenda que proíbe IDEOLOGIA DE GÊNERO nas escolas; Sou um dos autores do projeto ESCOLA SEM PARTIDO; Sou um dos autores do projeto INFÂNCIA SEM PORNOGRAFIA e vários outros projetos em tramitação na CMBH; Sou autor da homenagem aos 90 anos da ADBH. [...] A Assembleia de Deus é um gigante no Estado de Minas Gerais, que está sem representantes na Assembleia Legislativa há alguns anos. É chegada a hora de unirmos e elegermos nosso Deputado Estadual da Assembleia de Deus! Com o apoio dos irmãos da ADMG, quero defender a família, a vida, a ética, os valores e princípios cristãos na Assembleia Legislativa, VOTE NA RENOVÇÃO E DEFESA DA FAMÍLIA, VOTE JAIR DI GREGÓRIO DEPUTADO ESTADUAL (SOUZA, 2018).

Nas eleições 2018, diante do impedimento judicial da candidatura do deputado estadual Cabo Júlio (MDB) e da derrota de seu filho Bruno Júlio (PHS) no nível federal, da não reeleição do aliado esporádico e deputado estadual Ivair Nogueira (MDB), da tentativa inexitosa do Pr. Nelquiades Fernandes (PSC) como deputado federal e dos malogros eleitorais dos vereadores Cláudio Duarte (PSL) e Miss. Jair Di Gregório (PP) que concorreram ao poder legislativo estadual, poder-se-ia concluir, apressadamente, que as Assembleias de Deus perderam representatividade política no contexto mineiro. No entanto, somam-se à quarta vitória da deputada estadual Rosângela Reis (PODE) e à segunda do deputado estadual Noraldino Júnior (PSC) duas candidaturas estreadas bem-sucedidas ao poder legislativo federal, os membros assembleianos Enéias Reis e Léo Motta. Graduado em Rede de Computadores, pós-graduado em Gestão Pública e em Energias Renováveis e presbítero da Assembleia de Deus Enéias Reis se elegeu vereador no município mineiro Coronel Fabriciano por dois mandatos pelo PTdoB, em 2012 e 2016. Com a repercussão nacional da legenda partidária do presidenciável Jair Bolsonaro, aderiu ao PSL e atingiu a 1ª suplência com 28.884 votos, sendo empossado após Marcelo Álvaro Antônio, filiado à Igreja Cristã Maranata, ser anunciado Ministro do Turismo. Já o cantor gospel Léo Motta ocupou os cargos de investigador da Polícia Civil de Minas Gerais, presidente do Partido Trabalhista Cristão (PTC), secretário-geral do Partido Progressista (PP) e vereador em Contagem, cidade metropolitana conurbada à

capital mineira. Eleito vereador em 2012 pelo PSL e em 2016 pelo PSDC, retornou ao PSL em 2018, atraindo 51.073 votos que o alçaram à Câmara Federal (CD, 2019; CMC, 2017; MOURÃO, 2018; O TEMPO, 2018; TSE, 2018).

4.4 Igreja do Evangelho Quadrangular

A Igreja do Evangelho Quadrangular, detentora da maior membresia evangélica de origem pentecostal da capital mineira e da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), manteve seu número de fiéis relativamente estável nos dois últimos censos, abarcando cerca de 11% do total de autodeclarados evangélicos residentes na capital mineira. Ao passo que, entre 2000 e 2010, em nível nacional apresentou um aumento de meio milhão de adeptos e no âmbito estadual de quase 75 mil filiados, conservando seu posto de terceira maior religião evangélica do estado de Minas Gerais, precedida somente pelas Igrejas Batistas e Assembleias de Deus (IBGE, 2010). A *International Church of Foursquare Gospel* (ICFG) foi fundada em janeiro de 1923 pela missionária canadense Aimee Semple McPherson, concomitante à inauguração do *Angelus Temple* na cidade estadunidense de Los Angeles, Califórnia, ainda hoje, sede internacional da denominação. Conforme estimativa institucional de 2019, está presente em 150 países, com cerca de 8,4 milhões de adeptos e mais de 80 mil templos e locais de encontro (FEFC, 2019). Em 1951, foi organizada a primeira Igreja do Evangelho Quadrangular no Brasil pelo missionário Harold Williams, localizada no município paulista de São João da Boa Vista. A acelerada expansão quadrangular pelo território brasileiro se iniciou com a Cruzada Nacional de Evangelização (CNE), considerada o estopim do pentecostalismo de cura divina ou, como também é conhecido, “pentecostalismo das tendas de lona”. Inaugurada no dia 1º de março de 1953 na capital paulista, em um templo cedido pela Igreja Presbiteriana Independente do Cambuci, a cruzada em poucas semanas atraiu milhares de pessoas motivadas pelos rituais de cura e libertação, louvores embalados por guitarras elétricas e emocionadas pregações dos carismáticos missionários norte-americanos Harold Williams e Raymond Boatright, ex-atores de filmes de faroeste que foram enviados pela sede internacional da *Foursquare Church* — na época presidida pelo Pr. Rolf McPherson, herdeiro do cargo denominacional após a morte de sua mãe,

a evangelista e fundadora do pentecostalismo quadrangular Aimee Semple McPherson (1890–1944) (ALEIXO, 2014; ROSA, 1977).

No transcorrer das décadas de 1950 e 1960, a cruzada alcança considerável sucesso conversionista, atraindo para seu quadro missionário líderes pastorais e leigos de diversas denominações cristãs, protestantes históricas e pentecostais clássicas, e propagando suas prédicas e práticas evangelísticas por variadas unidades federativas brasileiras. Conforme a cronologia dos primeiros decênios do avanço quadrangular pelo país, parte do estado de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Alagoas, até aportar em Minas Gerais. Em meio à rápida e pervasiva disseminação do pentecostalismo de cura divina, a primeira Igreja do Evangelho Quadrangular de Belo Horizonte foi criada pelo missionário Mário de Oliveira em 1972. Ao lado de seu irmão e também missionário Antônio Genaro que, simultaneamente, dirigiu seu proselitismo a outras cidades da RMBH, estabelecendo a primeira IEQ no município de Contagem em 1973. Conhecido como “menino-prodígio da evangelização”, o Miss. Mário de Oliveira iniciou seu evangelismo de massa através de um programa diário na Rádio Itatiaia chamado “Visita ao seu lar”, com duração de apenas dez minutos, mas que em dois meses se tornou líder de audiência, levando a emissora a lhe conceder mais dez minutos para veiculação de outro programa gospel, o “Cadeia da prece”. Atualmente, programas transmitidos pela Rádio 107,5 FM, “A rádio do povo de Deus”, resgatam os mesmos nomes e formatos dos pioneiros, solidificando a memória quadrangular no contexto mineiro. Desde 1998, a emissora é administrada pela Igreja do Evangelho Quadrangular Ministério Templo dos Anjos (IEQ-TA), sediada no bairro Barroca em Belo Horizonte e presidida pelo fundador Pr. Jerônimo Onofre da Silveira e por seu filho Pr. Germano Aguiar da Silveira. Aliás, a conversão e formação pastoral do presidente da IEQ-TA foram diretamente acompanhadas pelo Pr. Mário de Oliveira, logo após se estabelecer em Belo Horizonte (ALEIXO, 2014; RÁDIO 107,5 FM, 2012). Os investimentos em evangelismo midiático a partir dos anos 1970, somados ao carisma pessoal, pregações, louvores e rituais performáticos de cura divina e libertação espiritual, revelaram expressiva eficácia na conversão de novos membros, sendo que em poucos meses os cultos do Pr. Mário de Oliveira em um pequeno galpão alugado no bairro Carlos Prates receberiam mais de duas mil pessoas (ROSA, 1977).

Assim como as Igrejas Batistas impulsionaram a renovação do protestantismo histórico em meados do século 20, a Igreja do Evangelho Quadrangular protagonizou o amplo processo de pluralização, publicização e pentecostalização do mercado religioso nacional, contribuindo com a emergência de condições propícias ao reavivamento do pentecostalismo clássico, ao recrudescimento da renovação do protestantismo histórico e ao surgimento do neopentecostalismo carioca na década de 1980, além de se tornar mais uma força emulativa perante o catolicismo tradicional. Em consonância com certos traços identitários que remontam ao período fundacional na Califórnia dos anos 1920, como a maior acomodação a dinâmicas modernizantes, investimentos em evangelismo midiático, abertura ao diálogo interdenominacional e liberalidade dos usos e costumes, identifica-se entre os líderes pastorais e missionários brasileiros um singular pioneirismo político e progressiva publicização das práticas religiosas (ALEIXO, 2014; FRESTON, 1994; MARIANO, 2010). Um caso pioneiro foi o agricultor, pecuarista, alfaiate, graduado em Ciências Jurídicas e pastor Jayme Paliarin que, após integrar a Assembleia de Deus e a Igreja Metodista, tornou-se missionário da Cruzada Nacional de Evangelização em 1954. Como pastor quadrangular foi eleito vereador na cidade paulista de Bauru, onde cumpriu dois mandatos consecutivos, de 1965 a 1973, e também deputado constituinte pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A notoriedade político-religiosa lhe rendeu o cargo institucional de Secretário Executivo do Conselho Nacional de Diretores (CND) da IEQ por quase vinte anos, de 1976 a 1988, de 1992 a 1993, de 1996 a 2000, e 1º vice-presidente do CND da IEQ de 2008 a 2012. Embora tenha concorrido, coetaneamente a sua carreira político-religiosa ascendente, ao posto de presidente nacional da IEQ no Brasil, Pr. Jayme Paliarin não obteve êxito, pois se deparou com um adversário detentor de um elevado capital simbólico, político e religioso, o Pr. Mário de Oliveira (CD, 2019; FRESTON, 1993; IEQ, 2014; ROSA, 1977).

Prodígio da evangelização e da política, o Pr. Mário de Oliveira, mesmo sem o consentimento da sede internacional da *Foursquare Church*, tampouco do presidente da IEQ no Brasil, o pastor norte-americano Rev. Dr. George Russell Faulkner, lançou-se ao poder legislativo federal pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) nas eleições 1982, antes da derrocada da ditadura militar e, exatamente, uma década após sua chegada na capital mineira. Daí em diante, o Pr. Mário de Oliveira seria eleito

sete vezes deputado federal, exceto no mandato de 2003 a 2007, quando concorreu ao Senado pelo Partido Social Cristão (PSC), só que seus mais de 700 mil votos foram insuficientes. Todavia, não se afastou da política, constar entre os cinco candidatos a senador mais votados em Minas Gerais e integrar a coligação partidária do governador estadual eleito, asseguraram-lhe o cargo de assessor especial no governo Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Além da bem-sucedida e duradoura inserção na política secular, o Pr. Mário de Oliveira também se envolveu em disputas políticas internas à denominação quadrangular, ao se candidatar à presidência nacional da IEQ no Brasil em 1992, quatro anos após a emancipação administrativa das igrejas brasileiras perante a sede estadunidense. Não obstante ter perdido seu primeiro pleito eclesial para o pastor paranaense Eduardo Zdrojewski, amparado em uma trajetória religiosa que remonta aos tempos da Cruzada Nacional de Evangelização, bem como em um capital político acumulado no decorrer de três legislaturas na Câmara Federal, venceu em 1996 e nas eleições subsequentes, hoje se encontra em seu sexto mandato ininterrupto como presidente do CND da IEQ no Brasil (FREESTON, 1993; IEQ, 2014, 2018b; TSE, 2018).

Durante a sétima legislatura no Congresso Nacional, pressionado pelo inquérito do Supremo Tribunal Federal (STF) fundado em numerosas acusações, como desvio de recursos públicos, sonegação fiscal, falsidade ideológica, formação de quadrilha, corrupção de testemunhas e assassinio encomendado, Pr. Mário de Oliveira renunciou ao cargo de deputado federal (MELLO, 2013). Entretanto, isso não acarretou perda de representação parlamentar à IEQ, o posto foi imediatamente preenchido com a posse de seu suplente, sobrinho e pastor quadrangular Stefano Aguiar filiado ao Partido Social Cristão (PSC). Reeleito pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) com 144.153 votos em 2014, migrou para o Partido Social Democrático (PSD) em 2016, pelo qual se reelegeu com 115.795 votos em 2018. Graduado em Administração de Empresas e em Teologia pelo Instituto Teológico Quadrangular (ITQ), auxiliar administrativo na Rádio Educativa Quadrangular de 2003 a 2005, Pr. Stefano Aguiar ingressou na vida política sob a tutela do tio, como assessor especial do governo Aécio Neves de 2005 a 2010. Na tentativa de duplicar seu número de deputados federais por Minas Gerais, nas eleições 2010, a IEQ promoveu as candidaturas do Pr. Mário de Oliveira e do Pr. Stefano Aguiar, ambos

pelo PSC, o primeiro se elegeu com 100.811 votos, já o segundo atingiu a 1ª suplência com 57.268 votos. Atualmente, espelhando sua carreira política, Pr. Stefano Aguiar tem atribuições eclesiais prestigiadas na hierarquia quadrangular, coordena o Seminário de Crescimento Espiritual, a Superintendência da 57ª Região e a Secretaria Estadual de Cidadania da IEQ em Minas Gerais (AGUIAR, 2017; CD, 2019; TSE, 2018).

Ademais, a trajetória político-religiosa do Rev. Mário de Oliveira está atrelada a do irmão Rev. Antônio Genaro que também estreou nas eleições 1982, elegendose vereador em Belo Horizonte e deputado estadual por sete mandatos consecutivos, de 1987 a 2015. Seguindo os passos do irmão, na corrida eleitoral de 2014 não concorreu à ALMG, deslocando os recursos denominacionais à candidatura de seu filho Leandro Genaro, pastor titular da IEQ Cidade Nova, coordenador metropolitano de Contagem, superintendente da 20ª Região da IEQ em Minas Gerais e apresentador do programa “À luz da palavra” pela Rádio 107,5 FM (ALMG, 2018). Desde o final dos anos 1990, a Rádio 107,5 FM, “A rádio do povo de Deus”, tornou-se um estratégico instrumento do evangelismo midiático e do proselitismo quadrangular no campo religioso mineiro, visto que é líder de audiência no segmento gospel na RMBH, com cobertura em mais de 120 municípios, além de dispor de site e aplicativo com transmissão ao vivo (RÁDIO 107,5 FM, 2012). Nas eleições 2010, o investimento denominacional duplicou tanto no nível federal quanto no estadual, quando o Pr. Leandro Genaro concorreu, pela primeira vez, à ALMG ao lado de seu pai Rev. Antônio Genaro, ambos na legenda do Partido Social Cristão (PSC), o pai se elegeu com 81.159 votos, mas o filho ficou com a 2ª suplência com 51.151 votos. Ao ser lançado como o único candidato quadrangular em 2014, o Pr. Leandro Genaro despontou como o terceiro deputado estadual mais votado ao aglutinar 127.868 eleitores pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Acompanhando seu primo Pr. Stefano Aguiar, aderiu ao Partido Social Democrático (PSD) e, nas eleições 2018, foi reeleito com 98.717 votos (TSE, 2018).

Quanto ao envolvimento de representantes quadrangulares na casa legislativa belo-horizontina, além do referido pioneiro Rev. Antônio Genaro, encenam outros três vereadores. O Pr. Henrique Braga do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), graduado pelo Instituto Teológico Quadrangular (ITQ), conselheiro da Rádio 107,5 FM, superintendente da 6ª Região Eclesiástica da IEQ em Belo Horizonte, coordenador do

megaevento gospel “Grande Sermão da Montanha” e presidente da Mesa Diretora da CMBH no biênio 2017–2018, encontra-se no oitavo mandato consecutivo de uma longa e estável trajetória parlamentar iniciada em 1989, quando preencheu a vaga deixada por seu mentor pastoral Rev. Antônio Genaro. Convertido no ano de criação da primeira IEQ em Contagem pelo Rev. Antônio Genaro, de 1973 em diante, o Pr. Henrique Braga foi missionário nas Regiões Norte e Nordeste, onde edificou cerca de 30 novas igrejas, e ao retornar à capital mineira, a IEQ do bairro Amazonas, do Barreiro de Baixo e do Barreiro de Cima. Esta última, chamada Igreja do Evangelho Quadrangular Catedral de Moriá foi fundada dia 6 de junho de 1980, no bairro Santa Cruz na Regional Barreiro, na qual o Pr. Henrique Braga segue como pastor titular ao longo de quase quatro decênios (BRAGA, 2018; CMBH, 2018).

Nas eleições 2000, o projeto político da IEQ incorporou um segundo candidato a vereador, graduado em Direito, pós-graduado em Administração Pública, assessor parlamentar do Rev. Mário de Oliveira por cerca de 20 anos e ex-pastor quadrangular Carlos Willian que foi eleito pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB). Mas renunciou, depois do pleito de 2002, em favor do cargo de deputado federal pelo Partido Social Trabalhista (PST). Com a bem-sucedida ampliação da representação denominacional no poder legislativo municipal e substituindo Carlos Willian, em 2004, a IEQ elegeu o Pr. Autair Gomes pelo Partido Social Cristão (PSC). Em seu quarto mandato ininterrupto, atual líder de bancada do PSC na CMBH e superintendente da 21ª Região Eclesiástica da IEQ em Belo Horizonte, Pr. Autair Gomes se projetou na vida pública com trabalhos pastorais e assistenciais no início da década de 1980 e, sobretudo, pela proximidade de seu líder espiritual Rev. Mário de Oliveira. Além da atuação como assessor parlamentar do deputado federal e presidente nacional quadrangular, o advogado e ex-pastor Carlos Willian foi um crucial aliado nos empreendimentos do Rev. Mário de Oliveira e do Pr. Jerônimo Onofre da Silveira, com destaque ao período entre 1998 e 2000, quando foi presidente da Rádio 107,5 FM, o que culminou na candidatura oficial a vereador. No entanto, dissensos com a cúpula eclesiástica surgiram com sua vitória nas eleições 2002, já que Carlos Willian não teria cumprido as exigências do presidente nacional quadrangular para que continuasse na vereança e cedesse a vaga de deputado federal ao suplente Pr. Antônio Carlos — líder quadrangular e na época vereador do município

mineiro de Ipatinga. Sem chegarem a um acordo, Carlos Willian foi desligado do núcleo eclesiástico da IEQ em 2005, o que não impediu sua reeleição ao Congresso Nacional pelo Partido Trabalhista Cristão (PTC) em 2006. A contenda político-religiosa atingiria seu auge em 2007, com as denúncias de que o Rev. Mário de Oliveira havia contratado um pistoleiro para assassinar o antigo aliado e de que o Pr. Jerônimo Onofre da Silveira empregava indevidamente recursos públicos da Prefeitura de Contagem destinados ao tratamento de dependentes químicos. Em contraposição, Carlos Willian seria acusado de manifestar interesses políticos no evento denominacional “Sermão da Montanha” em 2003 e de desviar receitas durante a presidência na Rádio 107,5 FM, “A rádio do povo de Deus” (CD, 2019; CEDP, 2007; CMBH, 2018; LISBOA, 2007; TSE, 2018).

Ao se analisar a participação quadrangular na política mineira ao longo de mais de três décadas, nota-se que seu modelo de governo eclesiástico episcopal favoreceu a centralização decisória e a cristalização personalista, concentrando sobremaneira o poder político e eclesiástico nas figuras do presidente nacional Rev. Mário de Oliveira e do presidente estadual Rev. Antônio Genaro que, aliás, prolongam a influência através das candidaturas de seus familiares, sobrinho e filho, e discípulos pastorais e políticos. O que corrobora a avaliação de Paul Freston, formulada há mais de vinte anos em meio ao turbulento processo de redemocratização, de que o Rev. Mário de Oliveira comanda a Igreja do Evangelho Quadrangular mineira como um “feudo pessoal” (1993, p. 204).

Por isso, a relação [de Mário de Oliveira] com a igreja é diferente da dos políticos da AD e da IURD. Ele não precisa passar por prévias e disputar a lealdade de oligarcas, nem curvar-se diante de um todo-poderoso bispo-fundador. E o melhor exemplo brasileiro da categoria restrita de pessoas, raras nas sociedades modernas, que ocupam posições de destaque numa igreja e num partido político [...]. Notabilizou-se pela ausência dos trabalhos constituintes. Consoante com o *ethos* da IEQ, em contraste com o da AD, Mário de Oliveira cultiva estilo e aparência desinibidos e modernos (FRESTON, 1993, p. 204-205).

Contudo, as práticas personalistas, unilaterais e verticalizadas arraigadas no contexto mineiro destoam do modelo oficial de escolha das candidaturas disseminado e organizado em âmbito nacional pela Secretaria Geral de Cidadania. Também chamada “Cidadania Quadrangular”, atualmente sob a coordenação do Rev. Flávio Hermes, essa secretaria tem como objetivos estabelecer diretrizes normativas, elaborar e apresentar

relatórios financeiros e de atividades internas ao CND, direcionar recursos, selecionar e preparar candidaturas prévias e oficiais por meio de debates, seminários, congressos e cursos de capacitação (IEQ, 2016). Conforme estabelecido no manual do candidato e nas diretrizes das prévias internas pela Secretaria Geral de Cidadania, “é assegurado o direito de voto nas prévias dos cargos eletivos [...] aos ministros, aspirantes e obreiros credenciados titulares e auxiliares com nomeação em tempo integral” (IEQ, 2018a). A inclusão dos níveis inferiores da hierarquia eclesiástica nas prévias em nível municipal se trata de uma recente alteração promovida pela Secretaria Geral de Cidadania, visto que o Art. 14 do Estatuto da Igreja do Evangelho Quadrangular, publicado em 1999, determina: “Os candidatos a cargos político-partidários no âmbito federal e estadual são escolhidos pelas convenções estaduais e, no âmbito municipal, em uma prévia pelos pastores titulares da região ou campo missionário” (IEQ, 1999). Perante o afastamento da membresia e da concentração decisória nos líderes eclesiásticos, faz-se necessário matizar as afirmações de Ari Pedro Oro (2003a), acerca dos pleitos porto-alegrenses e gaúchos no início do milênio, de que o sistema quadrangular de prévias não refletiria o verticalismo iurdiano, mas que se assemelharia ao congregacionalismo assembleiano, com procedimentos democráticos similares aos partidos políticos. Argumenta-se aqui que o projeto político quadrangular estaria em uma posição intermediária se comparado ao perfil iurdiano centralizado e ao assembleiano descentralizado, um modelo híbrido que conjuga traços episcopais com congregacionais e que, nas últimas eleições, não obstante o persistente personalismo político, tem-se mostrado mais flexível, dialógico e participativo. Tais reconfigurações institucionais com vistas a aperfeiçoar os critérios de seleção e promoção de candidaturas e a integrar as iniciativas municipais e estaduais ao projeto nacional avançaram com a criação da Secretaria Geral de Cidadania que, a partir de 2012, uniu os Projetos Cidadania IEQ, dispersos e circunscritos aos contextos locais e regionais, atualizando o papel exercido pela Coordenação Nacional de Ação Política. No período de articulação nacional da secretaria, foi convidado para organizar cursos de capacitação ao quadro político quadrangular o deputado federal pelo estado de São Paulo, atual primeiro vice-presidente do CND da IEQ, advogado, comunicador e pastor Jefferson Campos que, até 2016, cumpriu o mandato inaugural na coordenação da “Cidadania Quadrangular” (CD, 2019; IEQ, 1999, 2018b; MACHADO, 2015).

A Secretaria Geral de Cidadania é responsável pela implantação, desenvolvimento e coordenação dos programas referente à doutrina social e política da Igreja do Evangelho Quadrangular. O objetivo é trabalhar dentro do princípio da Palavra de Deus, conscientizar o ministério e a membresia para exercer o direito à cidadania político-social, buscar o bem-estar do povo, por meio de uma postura missionária, e colaborar com as autoridades, buscando espaços de atuação (IEQ, 2016).

Para combater a agravada crise moral, política e econômica no Brasil, no final de maio de 2017, o Conselho Estadual de Diretores (CED) da IEQ em São Paulo iniciou a campanha “Ore pelo Brasil” na qual o Rev. Rocco Digilio Filho, bacharel em Direito, empresário, pastor quadrangular há 45 anos e presidente do CED-SP, instruiu os fiéis para que: “Ao menos, dez minutos de seu dia, durante os cultos, célula, em casa e em família, ore para os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário sejam alcançados, pelo favor do Senhor”. Em referência aos escândalos de corrupção, elevado desemprego e papel do ativismo político cristão, o Pr. Rinaldi Digilio, filho do presidente do CED-SP, advogado, eleito vereador na capital paulista pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB), ex-secretário estadual de comunicação e então coordenador nacional de jovens da IEQ, argumentava: “Só a força de Deus é capaz de mudar a situação que o país vive, que é grave do ponto de vista econômico. Só Deus e nós cristãos que iremos conduzir a nação para um caminho melhor, com uma nova política” (LOPES, 2017). Poucos meses depois do lançamento da campanha de oração no contexto paulista, em novembro de 2017, a IEQ incorpora e adapta a iniciativa estadual ao seu projeto político em escala nacional com a “Campanha IEQ pela Pátria”. Em matéria e vídeo promocional, o Rev. Mário de Oliveira convoca a membresia quadrangular a “uma forma de protesto cívico e patriótico”, a “profetizar bênçãos e vitórias”, a hastear a bandeira do Brasil na porta das igrejas e casas e a enviar fotos da bandeira pelo Instagram e WhatsApp acompanhadas do nome do pastor titular, região, bairro e cidade, “não vamos às ruas brigar, criticar, falar mal de ninguém”. As datas de começo e término da “Campanha IEQ pela Pátria” envolvem tanto o simbolismo quadrangular quanto da história política brasileira, iniciada dia 15 de novembro de 2017, data da Proclamação da República e da comemoração do 66º aniversário da primeira IEQ no Brasil, e encerrada dia 21 de abril de 2018, feriado nacional de Tiradentes, ícone da Inconfidência Mineira. Atento às próximas eleições e

incitando o *ethos* político quadrangular, o Rev. Mário de Oliveira, apoiado no versículo bíblico “não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos pela renovação da vossa mente” (BÍBLIA, Romanos, 12:2), frisa que “o povo cristão precisa se posicionar, clamar e abalar esta nação!” (OLIVEIRA, 2017).

Embora o projeto político quadrangular tenha se revitalizado com a articulação da Secretaria Geral de Cidadania e realização da campanha “IEQ pela Pátria”, nota-se uma gradativa retração do eleitorado nos últimos pleitos no contexto mineiro. Em 2010, quando foram lançadas as duplas candidaturas às casas legislativas, o Rev. Mário de Oliveira e seu sobrinho Pr. Stefano Aguiar que disputavam postos de deputado federal somaram 158.079 votos, enquanto no nível estadual o Rev. Antônio Genaro e seu filho Pr. Leandro Genaro totalizaram 132.310 votos. Já em 2014, quando os dois herdeiros políticos concorreram isoladamente, o Pr. Stefano Aguiar atraiu 144.153 e seu primo Pr. Leandro Genaro 127.868 votos, respectivamente, 13.926 e 4.442 a menos do que os eleitorados aglutinados ao lado dos pastores pioneiros. Por fim, em 2018, tem-se uma queda mais brusca, o deputado federal perdeu 28.358 e o deputado estadual 29.151 votos (TSE, 2018). Se o primeiro e desigual decréscimo eleitoral, com uma diferença de quase 9,5 mil votos, poderia ser compreendido pelo tipo de vínculo parental, eficácia na transferência do capital político, concorrência interdenominacional e singularidade da trajetória sociobiográfica. O segundo, com perdas equiparadas, indicaria um potencial desdobramento denominacional decorrente da recente controvérsia protagonizada pelo presidente nacional quadrangular. Em junho de 2018, na 67ª Convenção Nacional da IEQ realizada no município catarinense de Itajaí, o Rev. Mário de Oliveira teria difamado a memória da fundadora Aimee Semple McPherson e pregado que certos personagens bíblicos eram fictícios, que não existia pecado contra o Espírito Santo e que era psicose a insistência no “novo nascimento” e no quarto pilar doutrinário de que “Jesus voltará”. Essas declarações polêmicas, às vésperas das eleições, renderam-lhe acusações de blasfêmias e heresias, petição pública ao Conselho Nacional de Diretores e Comissão de Ética Nacional Quadrangular e denúncias ao Conselho Global Quadrangular que exigiu sua renúncia (BATISTA, 2018; NAÇÃO QUADRANGULAR, 2018). O presidente da IEQ brasileira reagiu: “nós não temos sobre a nossa igreja nenhuma ingerência de qualquer outro conselho fora do Brasil, nós não temos nenhuma submissão a qualquer

outra igreja internacional ou conselho global, porque nós temos a nossa estrutura de 67 anos” (WILL FILHO, 2018). Com a repercussão nacional da controvérsia e as ameaças de cismas denominacionais, Rev. Mário de Oliveira, sua esposa Pra. Bianca de Oliveira e lideranças do CND da IEQ Brasil se reuniram com o Conselho Global Quadrangular em Miami, dia 24 de janeiro de 2019. Ambas as partes se desculparam pelos excessos, os representantes brasileiros reconheceram a autoridade do conselho transnacional e firmaram parcerias em projetos missionários (IEQ, 2019). Resta saber se o acordo será suficiente para minimizar o descontentamento dos fiéis, conter a crescente apostasia e conservar a coesão denominacional. Conforme carta do Conselho Global Quadrangular à Família Quadrangular Global com os principais resultados da reunião, assinada pelos presidentes da *Foursquare Church* nos Estados Unidos Dr. Glenn Burris e no Sri Lanka Dr. Leslie Keegel:

Dr. Glenn Burris, vice-presidente do Conselho Global Quadrangular, reconheceu que o processo usado pelo Conselho Global ao abordar o Pastor Mario de Oliveira e o Conselho de Diretores Quadrangular do Brasil não foi o correto. A forma de comunicação se mostrou ofensiva, e pediu desculpas a eles. Por sua vez, o Pastor Mário reconheceu que os conceitos que ele abordou durante a última convenção brasileira eram apenas teorias, nunca pretendendo ser declarações doutrinárias. Ele indicou que nunca deveria ter compartilhado estas teorias, e pediu perdão por fazê-lo, prometendo que isso nunca acontecerá novamente. De fato, tanto o pastor Mário quanto os membros do Conselho Nacional do Brasil presentes reconheceram a autoridade espiritual da comunidade Quadrangular Global e seu Conselho Global e expressaram seu desejo de se envolverem plenamente com seus irmãos globais a partir deste ponto em parcerias e missões globais (IEQ, 2019).

4.5 Igreja Universal do Reino de Deus

A Igreja Universal do Reino de Deus, apesar da acentuada apostasia entre os levantamentos censitários de 2000 e 2010, permanece com a quinta maior membresia evangélica de Minas Gerais e a quarta de Belo Horizonte, somente 4% do contingente de autodeclarados evangélicos, abaixo dos proeminentes concorrentes assembleianos, batistas, quadrangulares e espíritas. No mesmo período em escala nacional, ocorreu uma retração de quase 230 mil membros, restando aproximadamente 1,8 milhão de fiéis (IBGE, 2010), ao passo que sua representação política e abrangência na esfera pública se manteve ascendente. A institucionalização da denominação começa a partir

de 1977 na capital carioca, dois anos após o rompimento do Bpo. Edir Macedo com a Igreja de Nova Vida, precursora do neopentecostalismo e televangelismo no campo religioso brasileiro, fundada em 1960 pelo Bpo. Robert McAlister, missionário nos anos 1950 da Cruzada Nacional de Evangelização organizada pela *International Church of Foursquare Gospel* (MARIANO, 2010). Em 1982, a Igreja Universal do Reino de Deus instala seu primeiro templo em Minas Gerais na Rua Anfibólios nº 331 no bairro Bonfim em Belo Horizonte, próximo à região central, que se tornou conhecido como a Igreja da Avenida Dom Pedro II, resultado do projeto eclesial expansionista para outras unidades federativas brasileiras centrado nas principais capitais estaduais e centros urbanos de médio e grande porte (MARIANO, 2004; JUAN, 2012).

Porém, a denominação neopentecostal só inicia seu ativismo na esfera política nacional nas campanhas eleitorais de 1986, nos primórdios da Nova República, quando elege um deputado federal à Assembleia Nacional Constituinte e, nas eleições 1990, multiplica o número de candidatos eleitos com três deputados federais e seis deputados estaduais. Nos primeiros pleitos do período democrático em nível municipal e estadual, a Igreja Universal do Reino de Deus foca seus investimentos eleitorais nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, apenas um decênio depois da fundação do templo belo-horizontino que estende seu plano de poder a Minas Gerais (MARIANO, 2004; ORO, 2003b). Nas eleições 1992, ingressa na CMBH com a candidatura do radialista, jornalista, contador e advogado iurdiano João Paulo Gomes da Silva pelo Partido Social Democrático (PSD). Na corrida eleitoral seguinte, dobra o número de parlamentares ao apoiar duas lideranças leigas, reelegendo João Paulo Gomes da Silva pelo PSD com mais de 6 mil votos e, para seu primeiro e único mandato, Maria Helena Alves Soares pelo Partido da Frente Liberal (PFL) com mais de 13 mil votos (CD, 2019; FGV, 2009a; TSE, 2018). Obreira da Igreja Universal do Reino de Deus no bairro belo-horizontino Savassi e conhecida pela ativa participação em projetos assistenciais promovidos pela Associação Beneficente de Caridade, organização de utilidade pública administrada e fixada na capital mineira a partir de iniciativa da Associação Beneficente Cristã (ABC). Essa pioneira representante feminina na política mineira, única mulher identificada entre 1982 e 2006 consideradas as quatro confissões cristãs da amostra, mesmo recebendo mais de 7 mil votos nas eleições municipais de 2000, não conseguiu se reeleger pelo

PFL, acusada de coagir eleitores, instrumentalizar e se beneficiar politicamente de seus vínculos denominacionais e trabalhos assistenciais. Em setembro de 2000, ao lado de outros oito candidatos mineiros da Igreja Universal do Reino de Deus, a vereadora foi alvo de investigações da Justiça Eleitoral e da Polícia Federal suspeita de distribuir à membresia folhetos intitulados “Compromisso de Voto”, cujas 12 páginas traziam dados do candidato oficial e espaço para preenchimento do nome, endereço, número, seção e zona do título de eleitor para posterior fiscalização. Essa espécie de adaptação religiosa do “voto de cabresto” incrementava o proselitismo político-religioso ao determinar que cada membro distribuisse cópias do folheto a 11 novos eleitores. Os demais candidatos sob apuração disputavam a vereança em cidades metropolitanas e interioranas: Betim, dois em Contagem, Governador Valadares, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Uberaba e Uberlândia (BRAGON, 2000; TSE, 2018; UFMG, 1998). Entrevistado pela Agência Folha em Belo Horizonte, o deputado estadual e pastor iurdiano George Hilton justificou a controversa prática proselitista:

Quando você fala em compromisso de voto, você está se referindo àquele candidato que tem propostas, que desperta no eleitor o compromisso de votar, então acho que é válido. Acho que o eleitor tem o direito de estabelecer um compromisso com o candidato em quem ele quer votar. Se ele não quiser manter o seu voto secreto, ele pode declarar sua preferência (FOLHA DE S. PAULO, 2000).

Após acumular conquistas eleitorais na capital mineira e em outras cidades e unidades federativas brasileiras, em 1994, lança duas candidaturas oficiais a deputado estadual em Minas Gerais, só que ambas não lograram, refletindo uma ainda incipiente articulação de seu projeto político-religioso no estado, embora já estivesse estabelecido e operando com expressiva eficácia eleitoral nos contextos carioca, paulista e baiano (MARIANO, 2004; ORO, 2003b). Nas eleições 1998, alcança êxito com a candidatura do teólogo e apresentador de programas televisivos e radiofônicos Pr. George Hilton pelo Partido Social Trabalhista (PST), reeleito deputado estadual e que cumpriu três mandatos consecutivos como deputado federal em seis diferentes legendas partidárias. A partir da segunda metade dos anos 1990, amplia sua visibilidade midiática e pastoral como apresentador na Rádio Bahia em Salvador e na Rádio Atalaia, Rádio Cidade e Sistema Hoje de Rádio em Belo Horizonte, em 2000, apresentou o programa “Minas na

TV” da Rede Record de Televisão e, em 2002, o programa “Pastor George” na Rádio Manchester em Juiz de Fora (ALMG, 2018; TSE, 2018). Sua trajetória político-religiosa se notabiliza ao assumir o Ministério do Esporte de 2015 a 2016, no segundo governo de Dilma Rousseff em meio ao processo de impeachment, mas seu envolvimento em escândalos de corrupção fragilizou sua imagem pública e base partidária, ocasionando a ruptura com o Partido Republicano Brasileiro (PRB), adesão ao Partido Republicano da Ordem Social (PROS) e não reeleição pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 2018 (CD, 2019; MATOSO, 2016; TERRA, 2014; TSE, 2018). Ainda nas eleições 1998, a Igreja Universal do Reino de Deus foi bem-sucedida ao lançar a candidatura de outro representante na ALMG, o vereador na CMBH João Paulo Gomes da Silva, liderança leiga que, mesmo não integrando o corpo eclesiástico iurdiano, tornou-se fundamental aliado nos mandatos de deputado estadual, entre 1999 e 2003, e de deputado federal, entre 2003 e 2007. No pleito de 2006, tentou sem sucesso se reeleger à Câmara dos Deputados, em um momento em que sua denominação deslocava os recursos políticos aos candidatos com cargos ou títulos eclesiásticos em detrimento de lideranças leigas, privilegiando a candidatura oficial ao poder legislativo federal do Pr. George Hilton, que encerrava sua segunda legislatura na ALMG (TSE, 2018).

Nas corridas eleitorais de 2000, a IURD renova seus investimentos eleitorais na CMBH ao apoiar oficialmente pelo Partido Liberal (PL) o Pr. Carlos Henrique, vereador por três mandatos ininterruptos até concorrer a deputado estadual nas eleições 2010, atualmente no terceiro mandato na casa legislativa mineira pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB). Assim como o Pr. George Hilton assume o Ministério do Esporte no governo Dilma Rousseff, a aliança da Igreja Universal do Reino de Deus com o Partido dos Trabalhadores se reforça, em nível estadual, quando o Pr. Carlos Henrique ocupa a Secretaria de Estado de Esportes de Minas Gerais, de 2015 a 2017, durante o governo Fernando Pimentel. Já nas eleições 2002, desponta o pastor iurdiano, graduado em Teologia e Ciências Sociais, pós-graduado em Gestão Financeira e Orçamentária em Organizações Pública, ex-presidente estadual do PRB em Minas Gerais e apresentador de rádio e televisão Bpo. Gilberto Abramo que, após quatro legislaturas diretas como deputado estadual, elege-se deputado federal pelo PRB em 2018. No pleito de 2004, conjuntamente ao Pr. Carlos Henrique, a IURD promove a candidatura de um segundo

vereador, Bpo. Ricardo Chambarelle, reeleito ao segundo mandato também pelo PRB. Depois do Pr. Carlos Henrique deixar a CMBH para ser empossado na ALMG, desfez-se o apoio oficial ao Bpo. Ricardo Chambarelle. Com vistas a preencher as lacunas na casa legislativa belo-horizontina, em 2012, a denominação demonstra a eficácia de seu projeto político e organização episcopal, elegendo dois novos pastores de seu núcleo eclesiástico estreados na esfera política, Pr. Jorge Santos (PRB) e Bpo. Fernando Luiz (PSB). Ambos conseguem se reeleger em 2016, enfatizando nas narrativas biográficas e propagandas eleitorais suas trajetórias pastorais e projetos assistenciais de combate às drogas e reintegração social de dependentes químicos — área de saúde pública com explícita centralidade na atuação parlamentar, composição ritualística e produção audiovisual iurdiana. Conhecido também por trabalhos missionários na América Latina, nas últimas duas eleições municipais, o Bpo. Fernando Luiz atraiu a atenção da mídia, pesquisadores e analistas políticos ao encenar como o vereador mais votado em 2012 e o quinto em 2016, respectivamente, com 11.950 e 12.645 votos (ALMG, 2018; CMBH, 2018; TSE, 2018).

Nas eleições 2018, ocorreram estratégicas mudanças no plano político iurdiano no contexto mineiro, sendo que o único parlamentar que permaneceu no mesmo cargo foi o deputado estadual Pr. Carlos Henrique, reeleito para sua terceira legislatura com 79.088 votos pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB). Após seu quarto mandato, o Bpo. Gilberto Abramo foi alçado do poder legislativo estadual ao federal com 162.092 votos pelo PRB, o sexto deputado federal mais votado em Minas Gerais, substituindo o Pr. George Hilton que, afastado do PRB e sob denúncias de corrupção, concorreu pelo Partido Social Cristão (PSC), mas os 23.091 votos não lhe permitiram ultrapassar a 5ª suplência da coligação “Unidos por Minas” (PSC/PTB/PMN). Para preencher a cadeira deixada pelo Bpo. Gilberto Abramo na ALMG, a cúpula iurdiana transferiu do estado do Rio de Janeiro uma de suas seletas lideranças eclesiásticas. Bacharel em Teologia, pós-graduado em Ciências Políticas, ex-gerente de conteúdo do Portal ArcaCenter, ex-diretor comercial da Editora Unipro, ex-diretor de Mercado Leitor do Jornal Hoje em Dia, comunicador, palestrante motivacional e pastor Charles Santos que, sem experiência política, aglutinou 67.193 votos que o elegeram deputado estadual também pelo PRB. Por meio de um projeto político coeso e verticalizado que conjuga proselitismo eleitoral

e religioso, recursos midiáticos com abrangente cobertura e alianças suprapartidárias e interdenominacionais, a Igreja Universal do Reino de Deus expandiu sua representação política no Senado e na ALMG ao eleger dois apresentadores da Record TV Minas. O membro da Igreja Batista Getsêmani e apresentador do programa “MG Record” Carlos Viana, eleito senador com 3.568.658 votos pelo Partido Humanista da Solidariedade (PHS). E o jornalista e apresentador do programa “Balanço Geral MG” Mauro Tramonte que somou 516.390 votos pelo PRB, segundo deputado estadual mais votado no Brasil em 2018, atrás somente da advogada e professora Janaína Paschoal que, filiada ao Partido Social Liberal (PSL), fidelizou 2.060.786 eleitores no estado de São Paulo. Cifra histórica que reflete sua visibilidade pública como coautora do pedido de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, as reivindicações por renovação política e a vinculação à imagem do candidato a presidente de sua sigla partidária, dado que Janaína Paschoal foi convidada para compor a chapa como vice-presidente de Jair Bolsonaro (ARAÚJO, 2018; FARIA, 2018; RÁDIO ASSEMBLEIA, 2018; SCHMITT, 2018; SOUTO, 2018; TSE, 2018).

Não obstante a ênfase concedida pelas ciências sociais ao ativismo político iurdiano na política brasileira desde a redemocratização, no contexto mineiro sobressai o pioneirismo batista e quadrangular que, ainda na última corrida eleitoral sob o regime ditatorial militar, ascenderam ao poder legislativo nas eleições diretas de 1982. Ora, tal inserção precedeu em um decênio a presença iurdiana no contexto mineiro e em um quadriênio na política nacional, inaugurada com a candidatura exitosa de um deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro nas eleições diretas e democráticas de 1986. O ativismo pioneiro e protagonista das denominações batistas e quadrangulares permite relativizar, pelo menos nos contextos mineiro e belo-horizontino das décadas de 1980 e 1990, a tese de Ari Pedro Oro (2003a, 2003b), baseada na teoria girardiana, de que o carisma institucional e o proselitismo eleitoral da IURD teriam um efeito mimético em outros grupos religiosos, marcadamente evangélicos, interessados em incrementar seu alcance representativo e capital político.

O sucesso político da IURD parece estar produzindo um efeito mimético no campo religioso. Assim, por exemplo, uma parcela da Assembleia de Deus vê a IURD como uma igreja que precisa ser imitada. Foi o que declarou o pastor João Ferreira Filho, presidente daquela Igreja no Rio Grande do Sul, no dia seguinte às eleições

municipais de 2000, quando viu o fracasso eleitoral de sua denominação, que lançou em Porto Alegre quatro candidatos a vereador não elegendo nenhum, diferentemente da IURD, que lançou dois candidatos, elegendo ambos. Disse ele: “eu admiro muito a Universal, temos que imitá-la”. Vai na mesma direção o depoimento do conhecido pastor da Assembleia de Deus, Silas Malafaia: “Queremos exaltar o bonito exemplo da Igreja Universal, que define muito bem seus representantes no legislativo. As outras denominações deveriam imitá-la [...]” (*apud* Machado, 2001, p. 7) (ORO, 2003a, p. 59).

De 1982 a 2018, a Igreja do Evangelho Quadrangular foi a única denominação evangélica selecionada que elegeu somente representantes originários de seu núcleo eclesiástico, associados diretamente aos presidentes nacional e estadual, Rev. Mário de Oliveira e Rev. Antônio Genaro, e cujas bases eleitorais se concentraram na capital mineira e Região Metropolitana de Belo Horizonte, estabelecendo uma extensa, estável e eficaz participação política nos níveis federal, estadual e municipal. Enquanto entre as Igrejas Batistas e Assembleias de Deus se nota uma atuação política menos aguerrida, pois, nos anos 1980, não foram identificados parlamentares com vínculos eclesiásticos, somente lideranças leigas que com recursos e carismas pessoais construíram suas trajetórias políticas, contando com apoio parcial e indireto de suas igrejas de origem. A partir da década de 1990, foram eleitos os primeiros pastores batistas, assembleianos e iurdianos às casas legislativas mineira e belo-horizontina. Uma considerável mudança, principalmente, nos projetos políticos de Igrejas Batistas renovadas que tenderam a se acomodar mais à política secular, revelando possíveis reflexos da concorrência religiosa e do efeito mimético não só iurdiano, mas também quadrangular (ORO, 2003a, 2003b). Argumenta-se que o modelo de governo eclesiástico episcopal, com sua centralização administrativa, planejamento institucional verticalizado e investimento em candidaturas oficiais, conferiu maior eficácia às estratégias de proselitismo eleitoral e estabilidade às carreiras políticas de atores quadrangulares e iurdianos, diferente do descentralizado congregacionalismo batista e assembleiano, caracterizado por carreiras políticas mais instáveis, maior número de candidaturas autônomas e projetos políticos fragmentados. O que se soma ao fato de que aqueles representantes que renunciaram ao mandato por razões excepcionais foram, eficaz e rapidamente, substituídos pelas denominações episcopais ao realocarem suas lideranças eclesiásticas, tecendo, assim, uma cadeia político-religiosa persistente e cristalizada que se estende por mais de três décadas em Minas Gerais.

Apesar do pioneirismo das Igrejas Batista e Quadrangular na política mineira, entre as eleições 1992 e 2018, a Igreja Universal do Reino de Deus recuperou cerca de um decênio de afastamento do contexto estadual, ultrapassando os quadrangulares em número de parlamentares e reduzindo a diferença frente a batistas e assembleianos. A eficácia de suas estratégias de angariação de votos se explica pela consolidação de um projeto político ancorado em uma organização episcopal hierarquizada e centralizada na figura do Bpo. Edir Macedo e na sede carioca. Além de estar atrelado a táticas de proselitismo político-religioso de amplo alcance eclesial, midiático e territorial, dirigidas à conscientização e mobilização dos fiéis e pastores acerca da importância do ativismo político cristão. Nos últimos vinte anos, dois terços das novas candidaturas iurdianas na política mineira vieram de outras unidades federativas, quatro do Rio de Janeiro, uma de São Paulo e uma da Bahia, não por acaso, dos três contextos estaduais nos quais alicerçou seu plano de poder antes de se espriar pelo restante do Brasil. Reforçando os investimentos em prol da evangelização política da membresia, o Bpo. Edir Macedo e o Bpo. Carlos Oliveira publicaram a cartilha “Plano de Poder: Deus, os cristãos e a política” em 2008. A seguir, um trecho ilustrativo dos recursos institucionais aplicados na formação do *ethos* político iurdiano: “há muitas pessoas que, apesar de confessarem uma fé cristã, não conseguem identificar e assimilar o objetivo de Deus para o seu povo (o projeto de poder político de nação)”. Defendendo a escolha consciente, autônoma e orientada por critérios racionais pelos eleitores, não pela fé, emoção ou determinação eclesiástica, os bispos iurdianos afirmam que: “muitos desperdiçam a oportunidade de promover mudanças através do poder do voto racional, ou seja, consciente” (MACEDO; OLIVEIRA, 2008, p. 20-21).

Entretanto, do pleito de 2004 em diante, nota-se um crescente sucesso nas urnas de candidatos batistas, superando a representação parlamentar quadrangular e iurdiana tanto na ALMG quanto na CMBH, o que evidencia um recente processo interno de “episcopalização” da Igreja Batista da Lagoinha, da Igreja Batista Getsêmani e da Igreja Batista Solidária que, com a expansão de sua membresia e de sua visibilidade pública, reestruturaram seu projeto político e suas estratégias concorrenciais. A primeira e a segunda, respectivamente, presididas pelo Pr. Márcio Valadão e Pr. Jorge Linhares, tendem a substituir candidaturas leigas por membros de seu próprio corpo eclesiástico,

ao passo que a terceira, liderada pelo deputado federal Pr. Lincoln Portela, mostra-se mais tradicionalista e personalista ao lançar membros de seu núcleo familiar. Embora com significativa atuação e representação política em outros contextos estaduais e em âmbito nacional desde a redemocratização, maiores investimentos na centralização e articulação dos projetos políticos das Assembleias de Deus se mostraram tardios em Minas Gerais, há menos de uma década, revelando uma relativa episcopalização que não abandona alianças interconfessionais e representantes leigos, protagonizada pela Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB) e Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil Ministério de Madureira (CONAMAD). Em suma, ao se considerar a pervasiva participação de candidatos evangélicos nas casas legislativas mineiras, depreende-se que o progressivo e estratégico avanço nos poderes temporais, mundanos e seculares decorreria, por um lado, da concorrência no mercado religioso local e dos investimentos eclesiais em candidaturas oficiais, promovendo líderes leigos e pastorais oriundos do próprio núcleo eclesiástico. Por outro lado, essa reconfiguração indicaria uma instrumentalização eleitoral por parte dos atores político-religiosos de uma “identidade cristã genérica” (MARIZ; GRACINO JR., 2013), permitindo que a angariação de votos superasse os limites identitários das comunidades de fé, que ultrapassasse as fronteiras doutrinárias e que atraísse eleitores pertencentes a outras confissões cristãs. Afinal, conforme o Censo de 2010, cerca de 4,6% da população de Minas Gerais e 7% de Belo Horizonte foram classificados como evangélicos não determinados, com efeito, esse contingente fluido e multiforme representaria um potencial e numeroso eleitorado, por partilharem de uma identificação genérica com religiões cristãs, não estabelecerem vínculos eclesiais exclusivistas e transitarem autonomamente pelo “circuito evangélico” (ALEIXO, 2014; FERNANDES *et al.*, 1998; HERVIEU-LÉGER, 2008).

5 ATORES EVANGÉLICOS NO PODER LEGISLATIVO

5.1 Bancadas evangélicas na ALMG e na CMBH

Nas eleições 2014, diante da expressiva ascensão ao poder legislativo federal de representantes de segmentos guiados por agendas políticas conservadoras, como religiosos, militares, empresários, gestores e ruralistas, Antônio Augusto de Queiroz, jornalista, analista político e diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), transmitiu um emblemático e contundente diagnóstico político sobre a composição da Câmara Federal: “o novo Congresso é, seguramente, o mais conservador do período pós-1964” (SOUZA; CARAM, 2014). Tal pronunciamento incitou, ainda mais, o meio acadêmico, imprensa, sociedade civil e opinião pública ao salientar imprevistos desdobramentos eleitorais e sociopolíticos das manifestações de rua que eclodiram a partir de junho de 2013. Após um conturbado período marcado pela exponencial crise política e econômica, processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, prisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2018 e por dois anos e meio do governo de Michel Temer. Logo após o 1º turno das eleições 2018, com menor proximidade histórica das Jornadas de Junho, o porta-voz das radiografias legislativas lançadas pelo DIAP novamente se pronunciou: “o novo Congresso Nacional será mais liberal na economia, mais conservador nos costumes e mais atrasado em relação aos direitos humanos e ao meio ambiente do que o atual”. Ressaltou que, desde o término da ditadura militar, ocorria a maior renovação de deputados federais e senadores, respectivamente, 52% e 85% dos parlamentares, acompanhada pela maior representatividade das bancadas conservadoras ao longo de quatro decênios, as quais se beneficiaram, por exemplo, da expressiva redução de 35% da bancada sindical e da crise política e econômica instaurada nos últimos quatro anos (QUEIROZ, 2018). Além de refletir o recrudescimento, na última legislatura, do conservadorismo político e moral, agendas neoliberais, pautas empresariais privatistas e ataques a associações sindicais, movimentos sociais, população LGBT, educação e direitos humanos, com destaque aos embates na esfera pública política e midiática durante o controverso e ligeiro processo

de aprovação da Reforma Trabalhista que concretizou uma das principais promessas do governo Michel Temer em 2017.

A relevância interpretativa das análises conjunturais do diretor do DIAP se deve à inquietante aproximação entre configurações políticas e socioculturais irreconciliáveis, entre democracia e ditadura militar, entre sociedade livre e autoritária, paradoxalmente ou não, no ano das comemorações dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e dos 30 anos da Constituição da República Federativa do Brasil. Agravado pela instabilidade política e econômica, nas eleições 2018, o antagonismo político-partidário expandiu sua visibilidade midiática, incorporou-se à esfera pública e dividiu eleitores e candidatos que passaram a se identificar e a serem rotulados como progressistas ou conservadores, categorias até então pouco usuais no contexto político nacional. A pesquisa de intenção de voto para presidente da República, realizada pelo Instituto Datafolha no dia 25 de outubro de 2018, a três dias do 2º turno, ofereceu dados elucidativos dessa polarização no campo religioso. Ao serem considerados somente os votos válidos, alinharam-se ao candidato conservador Jair Bolsonaro do PSL a maioria dos católicos (51%), dos espíritas kardecistas e espiritualistas (55%), dos judaístas (61%) e dos evangélicos (69%), enquanto a maioria dos sem religião (55%), dos ateus (64%) e dos umbandistas, candomblecistas e de outras religiões afro-brasileiras (70%) declararam voto ao progressista Fernando Haddad do PT (DATAFOLHA, 2018). Tendo em vista a abrangência sociodemográfica das confissões evangélicas, principalmente das pentecostais cuja intenção de voto atingiu 72%, tais dados evidenciam o peso de seu eleitorado na vitória de Jair Bolsonaro e de outros tantos candidatos aos poderes executivo e legislativo, bem como seu protagonismo na chamada “onda conservadora” (ALMEIDA, 2017). Apesar das acusações dirigidas aos atores religiosos conservadores envolvidos na esfera pública política, sejam católicos, evangélicos ou de outros credos, de que comprometem a democracia e a laicidade estatal, argumenta-se que o contexto brasileiro contemporâneo encena um paradoxo inerente às sociedades democráticas, caracterizadas pela pluralidade agonística de ideias, crenças, valores e identidades, logo, as religiões não deveriam ser consideradas, necessária e essencialmente, atores espúrios na arena pública ou ameaçadores do sistema político, desde que os princípios laicos, republicanos e democráticos prevaleçam em relação a agendas particularistas,

intolerantes e excludentes (ALMEIDA, 2017, CAMURÇA, 2014; HABERMAS, 2007, 2013; MOUFFE, 2003, 2005). Ademais, o processo de redemocratização impulsionou a mobilização e legitimou a participação política de atores plurais, favorecendo a maior presença e representatividade na esfera pública política de representantes de religiões minoritárias ou em rápida ascensão, concorrentes ao tradicional catolicismo, além do confronto com grupos religiosos e movimentos sociais guiados por bandeiras distintas de seus preceitos morais e doutrinários.

De um ponto de vista mais estritamente político, pode-se mencionar o impacto da mobilização social nos últimos anos da ditadura militar, facilitada pela relativa liberalização do regime (retorno ao pluripartidarismo, restabelecimento do calendário eleitoral com exceção da Presidência da República, diminuição da repressão ao movimento sindical e aos movimentos sociais populares). Esse impacto significou pelo menos três coisas para o pentecostalismo: a) a percepção de uma oportunidade de sair da invisibilidade e reclamar o acesso à esfera pública institucional que outros setores emergentes começavam a ter; b) a emergência de uma agência interna empurrando para a publicização como caminho para a saída da condição de minoria política e culturalmente subalternizada, e questionando o apoliticismo; c) a confrontação com os setores mais “avançados” dos movimentos sociais — movimento feminista, negro, ambientalista e LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) — e com o mundo da esquerda partidária, cujas bandeiras desafiavam a autocompreensão pentecostal da política e da participação social (MACHADO; BURITY, 2014, p. 604-605).

Essa tendência conservadora identificada nas casas legislativas federais, mais na Câmara dos Deputados do que no Senado, foi corroborada no contexto mineiro e belo-horizontino pelos resultados das urnas em 2014 e 2016. Particularmente com o aumento das candidaturas apoiadas por segmentos religiosos, na maioria dos casos, católicos e evangélicos interessados em incrementarem sua representação e influência na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Em ambos os níveis do poder legislativo, nota-se que as disputas eleitorais de 2014 e 2016 resultaram nos maiores números de parlamentares evangélicos eleitos desde a derrocada da ditadura militar e primórdios do processo de redemocratização. Com base em um levantamento que parte de 1982, ano das últimas eleições do período ditatorial, e centrado em representantes das quatro confissões cristãs selecionadas, foi possível identificar uma progressiva politização do religioso e uma crescente ocupação da esfera pública pelas Igrejas Batistas, Assembleias de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular

e Igreja Universal do Reino de Deus em Minas Gerais. Para a última legislatura na ALMG, de 2015 a 2019, elegeram-se três deputados estaduais com vínculos político-religiosos efetivamente batistas, João Leite, Pr. Léo Portela e Pr. Vanderlei Miranda, três assembleianos, Cabo Júlio, Noraldino Júnior e Rosângela Reis, um quadrangular, Pr. Leandro Genaro, e dois iurdianos, Pr. Carlos Henrique e Bpo. Gilberto Abramo. Por sua vez, cumprem o corrente mandato na CMBH, de 2017 a 2020, sete vereadores com vínculos efetivamente batistas, Eduardo da Ambulância, Pr. Elvis Cortês, Pr. Fernando Borja, Juliano Lopes, Juninho Los Hermanos, Marilda Portela e Wesley Autoescola, dois assembleianos, Cláudio Duarte e Miss. Jair Di Gregório, dois quadrangulares, Pr. Autair Gomes e Pr. Henrique Braga, e dois iurdianos, Bpo. Fernando Luiz e Pr. Jorge Santos.

Destoando da composição confessional que distingue a bancada evangélica da Câmara dos Deputados, eleita para a legislatura 2015–2019, em que predominavam representantes das Assembleias de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus, respectivamente, com 34,70% e 15,28% do total de 72 deputados federais evangélicos, considerados somente os congressistas com efetivos, estáveis e explícitos vínculos religiosos entre cerca de 200 deputados federais e senadores que integram a chamada Frente Parlamentar Evangélica (FPE). No poder legislativo mineiro e belo-horizontino as Igrejas Batistas lideram em representação política, 33,33% dos 9 deputados estaduais e 53,85% dos 13 vereadores vinculados às quatro denominações cristãs selecionadas. Seguida pelas Assembleias de Deus com 33,33% e 15,38%, Igreja Universal do Reino de Deus com 22,22% e 15,38 e, por fim, pela Igreja do Evangelho Quadrangular com 11,11% dos deputados estaduais e 15,38% dos vereadores evangélicos. Vale ressaltar que no poder legislativo federal as Igrejas Batistas aparecem em terceiro lugar com 9,72%, as Igrejas Presbiterianas com 6,94%, a Igreja do Evangelho Quadrangular com 5,55%, assim como a Igreja Mundial do Poder de Deus que também elegeu 4 dos 72 deputados federais evangélicos (ALMEIDA, 2017).

Faz-se necessário reiterar que somente os parlamentares cristãos com vínculos político-religiosos efetivos foram selecionados para a pesquisa, ou seja, aqueles que se declaram publicamente representantes de interesses confessionais, que ocupam algum cargo eclesiástico, que receberam coeso apoio institucional e/ou que mantiveram uma atuação parlamentar afinada às bases eleitorais religiosas. Recorrentes alianças se

estabelecem no decorrer do mandato em torno de certas pautas legislativas, sejam com indivíduos, partidos ou bancadas evangélicas, mas se mostram circunstanciais, breves sinalizações a um potencial e numeroso eleitorado. Ao longo do levantamento e análise de dados sobre a representação e atuação parlamentar na ALMG e CMBH, foi possível identificar os principais aliados episódicos tanto em defesa de agendas compartilhadas indistintamente por atores cristãos, com destaque a católicos e evangélicos, quanto de interesses corporativistas e particularistas referentes a denominações e comunidades religiosas específicas. Eis alguns casos ilustrativos: o deputado estadual Anselmo José Domingos, presidente estadual do Partido Trabalhista Cristão (PTC-MG), aliou-se a católicos, evangélicos e espíritas; o deputado estadual Ivair Nogueira, ex-prefeito do município de Betim, a católicos e evangélicos, em especial a assembleianos; o vereador Carlos Henrique Dias à Igreja Mundial do Poder de Deus; a vereadora Nely Aquino a evangélicos em geral e a congregações locais das Assembleias de Deus; o vereador Reinaldo Gomes, autodeclarado cristão evangélico, às Igrejas Batistas e Assembleias de Deus; e o vereador Wellington Magalhães que recebeu, no último pleito, apoio oficial da Igreja Internacional da Graça de Deus. Ademais, com as eleições 2014 e 2016, dois parlamentares estreantes se somaram às bancadas evangélicas estadual e municipal, o deputado estadual Márcio Santiago, missionário da denominação neopentecostal Igreja Mundial do Poder de Deus, agente prisional e sobrinho do fundador e líder da IMPD Ap. Valdemiro Santiago, eleito com 76.551 votos pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). E, também em seu primeiro mandato, o vereador Irlan Melo, advogado e pastor auxiliar da Igreja Presbiteriana Pentecostal, congregação protestante renovada localizada no bairro Betânia, eleito com 4.047 votos pelo Partido da República (PR) (ALMG, 2018; CMBH, 2018; TSE, 2018). Tamanha pluralidade confessional e de alianças episódicas indicam o considerável dinamismo e porosidade das fronteiras identitárias e ideológicas das bancadas evangélicas, além de revelarem um crucial fenômeno retroalimentativo em que, conforme expandem sua representação política e atuação na esfera pública, atraem novos simpatizantes, eleitores e aliados político-religiosos.

Dentre os nove deputados estaduais vinculados, efetivamente, às confissões cristãs selecionadas, quatro não possuem cargos ou títulos eclesiásticos conferidos pelas denominações, congregações ou comunidades religiosas que representam, um

batista e todos os três assembleianos. Já as candidaturas oficiais de pastores e bispos predominam nos projetos políticos da Igreja do Evangelho Quadrangular e da Igreja Universal do Reino de Deus. Com proporção e distribuição confessional similares às encontradas na ALMG, 6 dos 13 vereadores da CMBH correspondem a membros sem funções pastorais ou atribuições eclesiásticas, 5 dos 7 representantes batistas e 1 dos 2 assembleianos, sendo que o outro se apresenta como missionário, título esse menos recorrente na amostra e, conforme a hierarquia das Assembleias de Deus, subordinado a pastores, presbíteros e evangelistas. Quanto aos candidatos oficiais quadrangulares e iurdianos, permanecem prioritários os investimentos em líderes provenientes do núcleo eclesiástico. Informações sobre as quatro denominações representadas e os tipos de vínculos eclesiais dos parlamentares eleitos em 2014 e 2016 constam no QUADRO 1 da ALMG e no QUADRO 2 da CMBH. Essa clivagem confessional de parlamentares por tipo de vínculo eclesial, em que sobressaem representantes leigos nas Igrejas Batistas e Assembleias de Deus e pastores e bispos na Igreja do Evangelho Quadrangular e Igreja Universal do Reino de Deus, reflete os distintos modelos de governo eclesiástico, respectivamente, congregacionalismo e episcopado. No caso das primeiras, embora não impeçam a promoção de nomes oficiais tampouco proibam que membros lancem suas próprias candidaturas individualmente e sem apoio denominacional direto e coeso, seu arranjo institucional marcado pela maior autonomia administrativa, descentralização decisória e diversidade identitária das congregações levam à fragmentação dos votos e pulverização dos investimentos eleitorais. Ao passo que entre as segundas, a estrutura institucional com maior centralização hierárquica, coordenação dos projetos políticos e homogeneidade doutrinária favorecem a concentração dos membros votantes e do proselitismo eleitoral em candidaturas oficiais, em sua maioria lideranças pastorais, além de restringirem o lançamento isolado e a autopromoção de candidaturas leigas não autorizadas pela denominação, o que permite minimizar a concorrência interna e a divisão do potencial eleitoral. Fenômenos similares concernentes à eficácia político-eleitoral e à representação parlamentar associadas ao modelo de governo eclesiástico congregacional e episcopal, envolvendo candidaturas assembleianas, quadrangulares e iurdianas, foram analisados por Ari Pedro Oro (2003a) durante as eleições 2000 e 2002, respectivamente, para as casas legislativas porto-alegrense e gaúcha.

Os próprios líderes religiosos da Assembleia de Deus reconhecem, porém, que a dificuldade de eleger os candidatos “oficiais” se deve ao fato de que outros membros da Igreja também se lançam candidatos, dividindo, conseqüentemente, os votos dos irmãos. Como se pode notar, a política da Assembleia de Deus consiste na indicação e na declaração de alguns candidatos por parte da cúpula dirigente local, mas dá liberdade aos seus fiéis de votar em quem desejarem, e não desaconselha outros fiéis a apresentarem seus nomes a cargos eletivos (ORO, 2003a, p. 59).

A eficácia político-eleitoral do episcopado pode ser verificada pela quantidade de votos de cada deputado estadual eleito em 2014, visto que seus candidatos com cargos e títulos eclesiásticos atraíram os maiores eleitorados, quais sejam, o pastor quadrangular Leandro Genaro com 127.868 votos, o terceiro candidato mais votado à ALMG, concentrando o equivalente a um terço da membresia estadual da IEQ, seguido pelos iurdianos Pr. Carlos Henrique com 65.769 votos e Bpo. Gilberto Abramo com 70.653 votos, sendo que juntos aglutinaram cerca de 85% dos adeptos mineiros da IURD. Conforme o Censo das Religiões 2010, a Igreja Universal do Reino de Deus se ampara na menor membresia estadual dentre as quatro denominações evangélicas, 0,81% da população, enquanto a Igreja do Evangelho Quadrangular se apoia em mais que o dobro de filiados, 1,77% dos residentes em Minas Gerais. Já as Igrejas Batistas e Assembleias de Deus, com contingentes de adeptos bem mais numerosos no contexto mineiro que as concorrentes episcopais, respectivamente, 3,64 e 2,57% da população estadual, alcançaram mais cadeiras na ALMG, três cada uma, só que com votações por representante relativamente inferiores. De um lado, têm-se os batistas João Leite com 63.623, Pr. Léo Portela com 54.602 e Pr. Vanderlei Miranda com 45.774, de outro, os assembleianos Cabo Júlio com 44.367, Noraldino Júnior com 51.871, Rosângela Reis com 58.725 votos (TSE, 2018). A pulverização das bases eleitorais religiosas reflete a maior autonomia administrativa e descentralização dos projetos políticos eclesiais, já a média superior de votos dirigidos aos protestantes históricos e renovados do que aos pentecostais clássicos oferece outro indício de que o processo de episcopalização se encontra em um estágio mais avançado entre Igrejas Batistas, com destaque àquelas congregações pentecostalizadas, e, em menor medida, entre as Assembleias de Deus dada a maior resistência, modulação e constrangimento tanto pelo escopo doutrinário quanto pelo modelo de governo eclesiástico.

Quadro 1 — Deputados estaduais eleitos por denominação evangélica, vínculo eclesial, partido político, número de votos e mandatos na ALMG, 2015–2019

Deputado estadual	Denominação	Vínculo eclesial	Partido político	Número de votos	Mandato
João Leite	IB	Membro	PSDB	63.623	6º
Léo Portela	IB	Pastor	PR	54.602	1º
Vanderlei Miranda	IB	Pastor	PMDB	45.774	3º
Cabo Júlio	AD	Membro	PMDB	44.367	2º
Noraldino Júnior	AD	Aliado	PSC	51.871	1º
Rosângela Reis	AD	Aliada	PROS	58.725	3º
Leandro Genaro	IEQ	Pastor	PSB	127.868	1º
Carlos Henrique	IURD	Pastor	PRB	65.769	2º
Gilberto Abramo	IURD	Bispo	PRB	70.653	4º

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa e do Tribunal Superior Eleitoral (2018).

As candidaturas leigas, porém, para serem bem-sucedidas precisam se apoiar em bases eleitorais bem mais heterogêneas do que as eclesísticas, por exemplo: Pr. Léo Portela se ancora na Igreja Batista Getsêmani e Igreja Batista Solidária, aquela presidida pelo Pr. Jorge Linhares e essa por seu pai Pr. Lincoln Portela em sua sexta legislatura ininterrupta como deputado federal; Pr. Vanderlei Miranda da Igreja Batista da Lagoinha acumulou três mandatos como deputado estadual. Por seu turno, Cabo Júlio que cumpriu duas legislaturas como deputado estadual e como deputado federal e uma como vereador, conta com o apoio de bombeiros, policiais militares e profissionais da segurança pública; Noraldino Júnior, vereador por dois mandatos no município de Juiz de Fora, não obstante seu pertencimento à Igreja Metodista, foi candidato oficial da Convenção Estadual das Assembleias de Deus no Estado de Minas Gerais Ministério de Madureira (CONEMAD-MG), além de atrair eleitores que prezam pela preservação

ambiental e proteção dos animais; Rosângela Reis, duas vezes vereadora na cidade de Ipatinga e candidata oficial da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), integra um variado eleitorado com sua atuação parlamentar voltada a grupos católicos e evangélicos em geral, e dedicada à defesa da mulher, educação, terceiro setor, agricultura familiar, recursos hídricos e meio ambiente; e João Leite, conhecido ex-jogador de futebol do Clube Atlético Mineiro, fundador da ONG Atletas de Cristo e com uma estável carreira política, reeleito para seu sexto mandato consecutivo como deputado estadual, cuja influência política ultrapassa o campo esportivo e as fronteiras eclesiais da Igreja Batista Central de Belo Horizonte (IBCBH) da qual é membro (ALMG, 2018; DIAS JR., 2018c; REIS, 2018). Com o intuito de melhor ilustrar e fundamentar a análise comparativa acerca da eficácia político-eleitoral das confissões selecionadas, o QUADRO 1 traz números de votos por deputado estadual, bem como outros aspectos distintivos de sua trajetória política e pertença religiosa.

No poder legislativo municipal, o modelo de governo eclesiástico permanece influenciando na diferença de votos entre representantes episcopais e congregacionais, mas de forma não tão evidente e bem mais matizada do que o observado no nível estadual. Ao se atentar aos vereadores com cargos ou títulos eclesiásticos, os quadrangulares e iurdianos concentram maiores eleitorados do que assembleianos e batistas, sendo que a eficácia político-eleitoral da Igreja Universal do Reino de Deus, novamente, mostra-se superior na promoção de candidaturas oficiais. Não obstante o menor contingente de sua membresia no campo belo-horizontino, conseguiu mobilizar mais de 21 mil eleitores divididos entre o Bpo. Fernando Luiz com 12.645 e o Pr. Jorge Santos com 8.503 votos, ambos reeleitos pela primeira vez e que, respectivamente, despontaram como o quinto e o décimo vereadores mais bem votados da legislatura corrente. Enquanto a principal concorrente episcopal, a Igreja do Evangelho Quadrangular, totalizou cerca de 13,5 mil votos, dos quais o Pr. Henrique Braga contou com 6.939 para seu oitavo mandato e o Pr. Autair Gomes com 6.615 votos, seguindo para seu quarto mandato (TSE, 2018).

Nas disputas eleitorais de 2016, destacaram-se três membros batistas cujas votações superaram parcela dos pastores e bispos episcopais, Juninho Los Hermanos, Juliano Lopes e Marilda Portela. Após sua primeira legislatura, Juninho Los Hermanos praticamente dobrou seu eleitorado, de 6.641 em 2012 pelo PRB para 12.866 votos em

2016 pelo PSDB, figurando como o representante evangélico com o maior número de votos da amostra da pesquisa e como o quarto do total de parlamentares que compõem a CMBH. Em parte, esse sucesso nas urnas se explica pela expansão de sua base eleitoral religiosa tanto em comunidades batistas quanto demais evangélicas, mas se faz necessário considerar também seus projetos assistenciais, como o Natal Solidário, ligados ao restaurante que possui no bairro Alípio de Melo e promovidos há mais de uma década, e sua atuação parlamentar aberta ao meio ambiente, agricultura urbana, idosos, pessoas com deficiência e demandas de moradores de sua região de origem, mantendo certo afastamento de polêmicas pautas conservadoras e corporativistas. A votação alcançada pelo educador físico Juliano Lopes, 7.714 votos que o levaram ao segundo mandato, também se justifica pelo eleitorado diversificado, além da condição de membro da Igreja Batista Central do Barreiro da qual recebe explícito e coeso apoio institucional, tornou-se conhecido pela criação do projeto Academia Móvel que, há 12 anos, incentiva a prática de atividade física em atendimentos à população em espaços públicos, como avenidas, praças e pistas de caminhadas de vários bairros da capital mineira, bem como pela atuação parlamentar voltada à promoção do esporte e saúde pública. Já a professora, comunicadora e conferencista Marilda Portela obteve 8.457 votos na primeira eleição que concorreu, resultado acima da média dos representantes evangélicos que, por um lado, reflete o capital político e religioso de seu marido Pr. Lincoln Portela, deputado federal e presidente da Igreja Batista Solidária, e de seu filho Pr. Léo Portela, deputado estadual e pastor auxiliar da Igreja Batista Getsêmani, por outro, a vereadora também tem uma vasta experiência política como coordenadora dos mandatos do marido e filho, presidenta estadual do Partido Social Liberal (PSL-MG) e em cargos públicos na Prefeitura de Belo Horizonte e de Santa Luzia (CMBH, 2018; LOPES, 2018; TSE, 2018). Para um panorama dos eleitorados aglutinados pelos 13 representantes evangélicos, acompanhados por informações sobre filiação religiosa, vínculo eclesial, partido político e número de mandatos no poder legislativo municipal, conferir QUADRO 2.

Quadro 2 — Vereadores eleitos por denominação evangélica, vínculo eclesial, partido político, número de votos e mandatos na CMBH, 2017–2020

Vereador	Denominação	Vínculo eclesial	Partido político	Número de votos	Mandato
Eduardo da Ambulância	IB	Membro	PTN	4.441	1º
Elvis Cortês	IB	Pastor	PSD	4.867	2º
Fernando Borja	IB	Pastor	PTdoB	4.384	1º
Juliano Lopes	IB	Membro	PTC	7.714	2º
Juninho Los Hermanos	IB	Membro	PSDB	12.866	2º
Marilda Portela	IB	Membro	PRB	8.457	1º
Wesley Autoescola	IB	Membro	PHS	3.341	1º
Cláudio Duarte	AD	Membro	PMN	4.513	1º
Jair Di Gregório	AD	Missionário	PP	4.621	1º
Autair Gomes	IEQ	Pastor	PSC	6.615	4º
Henrique Braga	IEQ	Pastor	PSDB	6.939	8º
Fernando Luiz	IURD	Bispo	PSB	12.645	2º
Jorge Santos	IURD	Pastor	PRB	8.503	2º

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa e do Tribunal Superior Eleitoral (2018).

A distribuição das filiações partidárias se refere a outra dimensão elucidativa das singularidades das bancadas evangélicas na Câmara Municipal de Belo Horizonte e na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Ao se analisar o perfil de legendas das candidaturas evangélicas registradas nas eleições 2014 e 2016, não se identificou uma consonância direta entre identidades confessionais e partidárias, com exceção de um vereador e dois deputados estaduais filiados ao Partido Republicano Brasileiro (PRB), sigla conhecida nacionalmente pelo predomínio de representantes da Igreja Universal

do Reino de Deus. Ora, líderes de seu núcleo eclesiástico ocupam os atuais cargos de presidente nacional e estadual do partido, respectivamente, Bpo. Marcos Pereira (PRB-SP) e Bpo. Gilberto Abramo (PRB-MG), ambos eleitos deputados federais em 2018, o que se soma a proeminentes filiados, como o ex-senador e prefeito do Rio de Janeiro Bpo. Marcelo Crivella (PRB-RJ), sobrinho do Bpo. Edir Macedo. A vereadora batista Marilda Portela permanece vinculada à legenda que a elegeu, totalizando com os três bispos iurdianos, o vereador Jorge Santos e os deputados estaduais Gilberto Abramo e Carlos Henrique, quatro filiados ao PRB, a maior concentração de eleitos por partido político somados os representantes evangélicos da CMBH e ALMG. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) aparece com o segundo maior número de adesões, três parlamentares de diferentes confissões, o deputado estadual e membro batista João Leite mais dois vereadores, o pastor quadrangular Henrique Braga e o membro batista Juninho Los Hermanos. Em seguida, com dois filiados cada, encontram-se o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Social Cristão (PSC) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB): o primeiro com dois deputados estaduais, o assembleiano Cabo Júlio e o pastor batista Vanderlei Miranda; o segundo com um vereador, o pastor quadrangular Autair Gomes, e um deputado estadual, o adepto metodista com vínculos assembleianos Noraldino Júnior, presidente estadual do PSC-MG nas eleições 2018; o terceiro com um vereador, o bispo iurdiano Fernando Luiz, e um deputado estadual, o pastor quadrangular Leandro Genaro (ALMG, 2018; CMBH, 2018). A distribuição das siglas partidárias por candidatos evangélicos, registradas nas eleições 2014 e 2016, pode ser consultada no QUADRO 1 relativo à casa legislativa estadual e no QUADRO 2 à municipal.

Efeitos do sistema multipartidário brasileiro podem ser identificados em ambas as casas legislativas, nas quais cada partido político apresentou, no máximo, dois filiados evangélicos eleitos em 2014 e 2016, conforme os casos dos dois parlamentares estaduais do PMDB e PRB, e dos dois municipais lançados pelo PSDB e PRB. Com 7 siglas partidárias divididas por 9 deputados estaduais e 11 por 13 vereadores, nota-se que critérios mais pragmáticos guiam as escolhas de partidos pelos candidatos, dadas as potenciais vantagens nas eleições proporcionais e no cálculo do quociente eleitoral, do que afinidades pessoais, institucionais ou ideológicas entre identidade doutrinária e

partidária, exceto no caso da presença majoritária dos iurdianos no PRB. Para evitar tal dispersão partidária de seus representantes, a Assembleia de Deus Ministério do Belém por meio da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB) e de sua numerosa membresia, presididas pelo Pr. José Wellington Bezerra da Costa e seu filho Pr. José Wellington Costa Júnior, investe na criação do Partido Republicano Cristão (PRC), cuja aprovação depende das 486 mil assinaturas exigidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e que terá como secretário-geral o deputado Paulo Freire (PR-SP), em seu terceiro mandato na Câmara Federal, também filho do líder nacional assembleiano do Ministério do Belém (BALLOUSSIER, 2017). Não obstante a heterogeneidade e pulverização partidária, entre os integrantes das bancadas evangélicas mineira e belo-horizontina se identifica uma significativa tendência, qual seja, a maioria das filiações partidárias se alinham ideologicamente ao centro e à direita, e apenas duas se inclinam à centro-esquerda, especificamente, ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). As exceções que indicam o maior peso de motivações pragmáticas frente às ideológicas, bem como os riscos da dissolução da identidade partidária em favor de uma política personalista, foram o deputado estadual e pastor quadrangular Leandro Genaro, que migrou para o Partido Social Democrático (PSD) em 2016, e o vereador e bispo iurdiano Fernando Luiz, único parlamentar iurdiano da amostra que não integra o PRB em Minas Gerais, filiado ao PSB desde sua primeira eleição em 2012, cujos 11.950 eleitores, 0,95% dos votos válidos, conferiram ao estreante na política belo-horizontina o posto de candidato mais votado (CMBH, 2018; TSE, 2018).

O destacado pragmatismo político e tendência ideológica ao centro e à direita dos parlamentares evangélicos mineiros favorecem, ainda, a formação de coalizações suprapartidárias, alianças denominacionais e parcerias pessoais em torno de agendas conservadoras e interesses corporativos, como em questões relativas a direitos sexuais e reprodutivos, bandeiras feministas, defesa da vida, população LGBT, identidade de gênero, instituição familiar heteronormativa, currículo escolar, religiões afro-brasileiras, discriminação religiosa etc. (MACHADO, 2018; MARIANO, 2016; NATIVIDADE, 2006; PRANDI; SANTOS, 2017). Esses desdobramentos do pragmatismo político e relativo alinhamento ideológico constitutivos do multipartidarismo se sobressaem na legislatura corrente na CMBH, com o crescente número de projetos de lei de autoria coletiva,

responsáveis por um terço das proposições e mais da metade das aprovações de PLs entre 2017 e 2018, unindo representantes de diferentes partidos políticos e identidades religiosas, sejam católicas, evangélicas ou espíritas. Embora tal fenômeno associativo não aconteça na mesma magnitude na ALMG, onde predominam autorias individuais de projetos de lei e atuações parlamentares menos colaborativas, os vereadores na CMBH se mostram mais propensos ao diálogo interdenominacional e à cooperação legislativa em defesa de interesses e princípios compartilhados por distintas confissões cristãs. Contudo, pode-se afirmar que em ambas as casas legislativas a identidade confessional prevalece em relação à partidária ou, concordante à leitura bourdieusiana de Carlos Steil, que o carisma da instituição religiosa tende a predominar em relação ao capital de função transferido pelo partido político.

Aos candidatos religiosos dificilmente se poderá pedir um alto investimento no partido, uma vez que seu prestígio em última instância não depende deste, mas de suas instituições religiosas. De modo que, aos políticos dos partidos que existem enquanto tal, como afirma Bourdieu, não há a possibilidade de negarem a sua filiação partidária sem negarem a si mesmos, visto que estão investidos do seu carisma institucional. Aos políticos religiosos a filiação partidária se apresenta menos decisiva para sua carreira, visto que o carisma institucional com que eles contam não lhes advém propriamente do partido, mas da instituição religiosa [...]. É evidente que toda esta reflexão parte do pressuposto de que se é verdade que o carisma institucional vem sempre associado ao carisma pessoal, também é preciso ter em conta que esta associação se revela com diferentes intensidades. De modo que podemos nos deparar frequentemente com situações em que o carisma ou a notoriedade pessoal se sobrepõe ao carisma da instituição religiosa ou do partido (STEIL, 2001, p. 82-83).

Outro fenômeno que acompanha as escolhas pragmáticas e personalistas no sistema multipartidário envolve as mudanças de filiações pelos representantes políticos que, embora sejam frequentes nos diferentes níveis do poder legislativo, na maioria das vezes, não se dirigem a partidos com ideologias políticas afastadas do vínculo anterior. No decorrer das legislaturas analisadas na ALMG e CMBH, ocorreram seis migrações partidárias: a deputada estadual com laços assembleianos Rosângela Reis que se desvinculou do Partido Republicano da Ordem Social (PROS) em favor do Podemos (PODE), antigo Partido Nacional Trabalhista (PTN); o deputado estadual quadrangular Pr. Leandro Genaro que saiu do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e se filiou ao Partido Social Democrático (PSD); o vereador batista Pr. Elvis Cortês eleito pelo PSD, seguiu

para o Partido Humanista da Solidariedade (PHS) que foi incorporado pelo Podemos (PODE); o vereador batista Wesley Autoescola que, lançado pelo PHS, transferiu-se ao Partido Republicano Progressista (PRP), recentemente fundido ao Patriota (PATRI), antigo Partido Ecológico Nacional (PEN); o vereador batista Juninho Los Hermanos que se elegeu pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e hoje está no Avante, antigo Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB); e o vereador assembleiano Cláudio Duarte que abandonou o Partido da Mobilização Nacional (PMN) para aderir ao Partido Social Liberal (PSL) (ALMG, 2018; CMBH, 2018). Entre 2017 e 2018, mostram-se recorrentes as alterações nos nomes dos partidos como parte de amplos esforços pela renovação da política nacional ou, tão somente, da imagem e propaganda partidária, mobilizados por reivindicações populares desde as Jornadas de Junho. Ademais, cabe salientar que cinco das seis novas adesões partidárias foram de representantes de denominações congregacionais, dois assembleianos e três batistas, dentre os quais apenas um exerce funções eclesiásticas, o vereador batista Pr. Elvis Cortês que se dirigiu ao PHS, sigla que elegeu o atual prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil. Um potencial indício de que os projetos políticos congregacionais mais descentralizados e flexíveis conferem a seus membros maior autonomia nas escolhas partidárias do que as episcopais.

O Partido Social Liberal (PSL), com diminuta expressão na política nacional até as eleições 2018, notabilizou-se com a candidatura à Presidência da República de Jair Bolsonaro, recordes de votação e um expressivo aumento do número de parlamentares eleitos nos níveis federal e estadual. Tornou-se o quarto maior partido na ALMG com seis, antecedido pelo Partido dos Trabalhadores (PT) com dez, Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ambos com sete deputados estaduais (ALMG NOTÍCIAS, 2018b). Ainda nas últimas disputas eleitorais, o PSL saltou de 1 para 52 deputados federais, atrás somente do PT com 56, além de eleger 4 senadores e 3 governadores, esses em 2º turno nos estados de Rondônia, Roraima e Santa Catarina (CAESAR, 2018). A representação partidária nacional pode se ampliar com as negociações em curso, antes mesmo da posse, e com a formação das Mesas Diretoras na Câmara dos Deputados e Senado, bem como mobilizar novos filiados nas arenas políticas estaduais e municipais interessados em se unir ao notório e ascendente partido do presidente da República. No entanto, seu sucesso depende dos

desdobramentos da crise partidária, iniciada nos primeiros meses de governo, e dos consequentes prejuízos à imagem pública enfrentados pelo PSL, dadas as acusações de lançar candidaturas de fachada, em sua maioria mulheres, e de usar irregularmente recursos públicos. Tais denúncias ocasionaram na demissão do ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República Gustavo Bebianno por ocupar o cargo de presidente nacional do partido nas últimas eleições (JUCÁ, 2019).

O atual ministro do Turismo Marcelo Álvaro Antônio, reeleito deputado federal em 2018 e presidente estadual do Partido Social Liberal em Minas Gerais (PSL-MG) durante as últimas eleições, também sofre as pressões das investigações da Polícia Federal e do Ministério Público quanto ao esquema nacional de candidaturas femininas “laranjas”. Também acusado de descumprimento da Lei 9.504 de 30 de setembro de 1997, conhecida como “Lei das Eleições” que determina o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas masculinas e femininas por partido ou coligação, diferente de Gustavo Bebianno, não foi exonerado do cargo. Cabe frisar que, a partir das eleições municipais 2012, Marcelo Álvaro Antônio despontou na política mineira entre os atores evangélicos, membro da Igreja Cristã Maranata há cerca de duas décadas, iniciou sua carreira política como vereador na CMBH pelo Partido Republicano Progressista (PRP) em 2103, cargo que deixou em 2015 para ser empossado na Câmara Federal, eleito novamente pelo PRP com 60.384 votos na coligação “+Minas” (PTdoB/PRP/PHS/PEN), além de ter concorrido a prefeito da capital mineira pelo Partido da República (PR) em 2016, quando atraiu 2,71% dos votos válidos. Depois de se filiar ao Partido Republicano Progressista (PRP), Partido da Mulher Brasileira (PMB) e Partido da República (PR), em 2018, recebeu o convite do candidato à Presidência da República para concorrer pelo Partido Social Liberal (PSL). Com a nova filiação partidária, amparado pelo cargo de presidente estadual do partido e popularidade do candidato a presidente, Marcelo Álvaro Antônio encenou como o deputado federal mais votado no estado, concentrando 230.008 votos distribuídos em 848 dos 853 municípios de Minas Gerais (ANTÔNIO, 2018; SHALDERS, 2019; TSE, 2018).

Após as eleições 2018, a Emenda Constitucional nº 97 de 4 de outubro de 2017 também tem influído no maior trânsito partidário, afetando vereadores que cumprem o atual mandato na CMBH. Aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado entre

setembro e outubro de 2017, a Proposta de Emenda Constitucional nº 33 de 2017, constitutiva da tão reivindicada e questionada reforma política brasileira, estabeleceu cláusulas progressivas de desempenho eleitoral no período que se estende de 2018 até 2030. Com o objetivo de conter a pluralização do multipartidarismo, favorecer a fusão entre partidos políticos, enfraquecer legendas menores, impedir coligações partidárias em pleitos proporcionais a partir de 2020 e reduzir o dispêndio de recursos públicos. Nas eleições 2018, cada partido político já foi obrigado a atingir a nova cota eleitoral na Câmara dos Deputados, isto é, eleger nove deputados federais oriundos de um terço das unidades federativas, ou alcançar 1,5% dos votos válidos também de um terço das unidades federativas com 1% dos votos válidos em cada. Nos casos em que os partidos políticos não cumpriram o desempenho eleitoral estipulado pela EC nº 97/2017, vedou-se o acesso ao fundo partidário e ao tempo no rádio e televisão de propaganda eleitoral gratuita. Ademais, os critérios se tornarão mais rigorosos até as eleições 2030, com a exigência de no mínimo 15 deputados federais ou 3% dos votos válidos em 9 unidades federativas, cada uma responsável por 2% dos votos válidos (CALGARO *et al.*, 2018; SENADO NOTÍCIAS, 2017).

Dentre os 35 partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nas eleições 2018, 14 não escaparam da cláusula de barreira e, com vistas a evitarem sua fragilização ou extinção ao longo da atual legislatura, alguns já se fundiram a outros partidos, por exemplo, o Partido Humanista da Solidariedade (PHS) que se integrou ao Podemos (PODE) do senador e candidato a presidente Álvaro Dias em 2018. Só que outros partidos ainda buscam uma alternativa frente ao risco de dissolução, como o Rede Sustentabilidade (REDE), fundado em 2015 por Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente, ex-senadora e candidata à Presidência da República em 2018, que negocia sua fusão com o Partido Verde (PV) e o Partido Popular Socialista (PPS), ao mesmo tempo em que pede liminar ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra determinação da chamada “Lei dos Partidos Políticos”, a Lei nº 9.096/1995 que proíbe a incorporação ou fusão de partidos políticos criados há menos de cinco anos. No poder legislativo belo-horizontino, três vereadores batistas estavam filiados a siglas impedidas pela cláusula de barreira: Pr. Elvis Cortês do PHS que se uniu ao Podemos (PODE), Juliano Lopes do Partido Trabalhista Cristão (PTC) que aguarda fusão com o Patriota (PATRI) por

causa de divergências quanto na elaboração do novo estatuto, e Wesley Autoescola do Partido Republicano Progressista (PRP) que concluiu as negociações e se fundiu ao Patriota (PATRI) em dezembro de 2018. O Patriota alcançou certa visibilidade pública com as polêmicas atreladas à candidatura a presidente da República do ex-deputado federal, bombeiro militar e pastor da Assembleia de Deus Cabo Daciolo. Quanto ao posicionamento ideológico das legendas mais afetadas pela EC nº 97/2017 na política nacional, não obstante a imprecisão identitária de muitas delas, observa-se que em as perdas foram mais expressivas aos partidos de esquerda do que de centro e direita, metade das 14 legendas que não atingiram as cláusulas de desempenho eleitoral em 2018, um fenômeno que integra e reforça a onda conservadora que avança nos últimos anos na sociedade brasileira. Para uma avaliação mais precisa dos desdobramentos na política nacional e mineira da EC nº 97/2017, faz-se necessário aguardar as potenciais fusões, atualmente em curso, ou erosões de partidos políticos menores que, apesar dos menores eleitorados, mostram-se influentes na esfera pública, como os históricos de esquerda Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e os mais recentes de direita inspirados em princípios cristãos, o Democracia Cristã (DC) e o Partido Trabalhista Cristão (PTC) (CALGARO *et al.*, 2018; DANTAS, 2018; GÓES, 2018; GUERRA, 2018).

5.2 Representação política e sociodemográfica

Tendo em vista as recorrentes reivindicações de atores evangélicos por maior representação política e respaldo jurídico, acompanhadas por declarações de que se encontram em uma condição minoritária em que sua liberdade religiosa e presença na esfera pública sofreriam restrições pelo Estado laico, partidos políticos de esquerda, movimentos sociais progressistas, veículos midiáticos seculares e por concorrentes no mercado religioso, como o catolicismo majoritário e as religiões mediúnicas de matriz kardecista e afro-brasileira (MACHADO; BURITY, 2014; MAFRA, 2002; MARIANO, 2016), propõe-se um paralelo entre a distribuição em números absolutos e percentuais das denominações cristãs selecionadas no que tange aos candidatos eleitos ao poder legislativo estadual e contingentes de filiados na população de Minas Gerais, bem como

quanto aos representantes eleitos ao poder legislativo municipal e quantidade de fiéis residentes em Belo Horizonte. As informações sociodemográficas das quatro confissões evangélicas consideradas nessa análise comparativa correspondem ao levantamento censitário realizado pelo IBGE em 2010, enquanto os dados acerca da representação política batista, assembleiana, quadrangular e iurdiana na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e Câmara Municipal de Belo Horizonte se amparam na análise documental de artefatos religiosos coletados em redes sociais, canais digitais e sites pessoais e institucionais de parlamentares, comunidades, convenções e denominações, de documentos jurídicos e do acervo digital do Tribunal Superior Eleitoral. Os números absolutos e percentuais concernentes à representação política e sociodemográfica das quatro confissões cristãs que alicerçaram essa análise comparativa entre parlamentares e membrasias evangélicas estão disponíveis na TAB. 2 dedicada ao contexto estadual e na TAB. 3 ao municipal.

Sua retórica bélica e maniqueísta constitui eficiente estratégia política e mobilizadora num meio religioso minoritário dominado pelo constante temor persecutório e conspiratório de perder a liberdade religiosa, por forte e disseminado sentimento de discriminação e pela ânsia de superá-lo. Por isso mesmo, tal retórica bíblica serve para enfrentar as tensas relações de oposição e confronto que estabelecem com outros grupos sociais; isto é, funciona como arma e munição tanto para defender seus modelos de família e de casamento, seu ideário moral, seus direitos e suas posições políticas conservadoras quanto para combater os adversários e as transformações liberalizantes em curso nos arranjos familiares, na sexualidade, nas relações de gênero, nos valores morais, nos direitos, na legislação (MARIANO, 2016, p. 722).

Antes de prosseguir a análise comparativa acerca da representação política e sociodemográfica dos evangélicos no contexto mineiro, faz-se necessária a ressalva de que esse paralelo tem um caráter ilustrativo e exploratório, com o intuito de auxiliar na compreensão das reivindicações, justificativas e declarações dos atores evangélicos quanto à reclamada condição minoritária, suposta marginalização na esfera pública e aparente sub-representação política. Não pretende encerrar, sumariamente, os debates sociológicos sobre essa questão de interesse teórico e empírico, posto que tratar a representatividade centrada na equivalência percentual entre parlamentares eleitos e adeptos na população por religião e unidade territorial simplificaria, demasiadamente, a multiplicidade de atores que compõem a sociedade democrática brasileira, a pluralidade

identitária das denominações evangélicas, o dinamismo sincrético do campo religioso, as relações de poder internas às comunidades cristãs, as distribuições assimétricas das igrejas por regiões do estado e centros urbanos, bem como os fatores socioculturais, políticos e econômicos fundamentais à legítima e equitativa representação na esfera pública política. Embora o contingente de filiados seja uma dimensão analítica central, não explica isoladamente a representação política das quatro confissões cristãs, pois a composição parlamentar na ALMG e na CMBH não espelha, idêntica e diretamente, a distribuição demográfica das autodeclarações religiosas no estado e na capital mineira. Afinal, denominações evangélicas com maiores memberships atingiram números iguais ou inferiores de representantes eleitos do que concorrentes menores, sinalizando que outros fatores se conjugam nas múltiplas dimensões analíticas elucidativas das atuais composições das bancadas parlamentares evangélicas e de seus desdobramentos na esfera pública. Desse modo, guiado pela metáfora dos hologramas proposta por Mafrá (2013), esse enfoque interpretativo visa, a partir das singularidades sociorreligiosas e políticas dos contextos mineiro e belo-horizontino, diluir as rígidas fronteiras dos “mapas das religiões”, multiplicar as dimensões topográficas do social, do religioso e do político, aproximar as visões panorâmicas das especificidades locais e conferir movimento aos “retratos estáticos” oferecidos pelos levantamentos censitários.

Todos sabemos da importância das metáforas na construção das teorias sobre a vida social. Para o caso das religiões, sugiro que, de uma vez por todas, substituamos a metáfora do mapa — das religiões como uma topografia unidimensional com fronteiras que ocasionalmente se sobrepõem e vazam — por outra, de um holograma, com unidades em constante movimento, com ramificações chegando a ordens inimagináveis de extensões e nós. Se focarmos na metáfora do holograma, seremos conduzidos a fazer operações mais ousadas e flexíveis com os números do que as que temos realizado até o presente momento (MAFRA, 2013, p. 18).

Do total de 77 vagas na ALMG, as Assembleias de Deus elegeram 3 deputados estaduais para a última legislatura, de 2015 a 2019, 3,90% das cadeiras disponíveis, ao passo que seus mais de 700 mil membros representam 3,64% da população mineira. As Igrejas Batistas conquistaram o mesmo número de representantes, mas com uma membership menor do que a assembleiana, pouco mais de meio milhão de adeptos, revelaram uma sobrerrepresentação política quando comparada aos 2,57% de sua

abrangência sociodemográfica. Essa situação se inverte com a Igreja do Evangelho Quadrangular que se mostrou sub-representada ao eleger um único deputado estadual, o equivalente a 1,30% dos parlamentares, visto que sua membresia de mais de 340 mil adeptos abarca 1,77% dos habitantes. A Igreja Universal do Reino de Deus foi a que demonstrou maior sobrerrepresentação política, ao empossar 2 deputados estaduais, 2,60% das vagas da casa legislativa, manteve-se acima de seu percentual populacional de 0,81% composto por aproximadamente 160 mil fiéis residentes no estado. Apesar de sua relativa sub-representação, o único candidato quadrangular Pr. Leandro Genaro, com mais de 127 mil votos, foi o mais votado dentre os 9 candidatos, o que evidencia uma menor eficácia político-eleitoral se comparada à concorrente neopentecostal. Vale lembrar que, nas eleições 2010, na tentativa de expandir sua representação na política mineira, a Igreja do Evangelho Quadrangular investiu em três candidatos a deputados estaduais pelo Partido Social Cristão (PSC), Rev. Antônio Genaro, Pr. Leandro Genaro e Pr. Marcos Vinícius Alves Silva. Mas o único eleito foi o Rev. Antônio Genaro com 81.159 votos, a maior votação do partido, seguido por seu filho estreante nas disputas eleitorais Pr. Leandro Genaro, cujos 51.151 votos lhe conferiram a 2ª suplência, e pelo pastor auxiliar, advogado, radialista, apresentador de televisão e vereador no município de Divinópolis, atualmente em seu quarto mandato, Marcos Vinícius Alves Silva que alcançou a 3ª suplência com 18.963 votos (IBGE, 2010; TSE, 2018). Ao se cotejar os deputados estaduais e as membresias das denominações evangélicas conjuntamente, considerando que um número próximo de 7 parlamentares indicaria uma representação política equilibrada com a demografia religiosa mineira, constata-se que tais confissões cristãs estavam sobrerrepresentadas na última legislatura, 9 representantes ocupavam 11,70% das vagas da ALMG e superavam 8,79% da população estadual, isto é, mais de 1,7 milhão de autodeclarados batistas, assembleianos, quadrangulares e iurdianos residentes em Minas Gerais.

Tabela 2 — Números absolutos e percentuais de deputados na ALMG, 2015–2019, e de membros na população de Minas Gerais por denominação evangélica

Denominações	ALMG*		Minas Gerais**	
	N	%	N	%
Igrejas Batistas	3	3,90	503.022	2,57
Assembleias de Deus	3	3,90	713.593	3,64
Igreja do Evangelho Quadrangular	1	1,30	346.722	1,77
Igreja Universal do Reino de Deus	2	2,60	159.198	0,81
Total	9	11,70	1.722.535	8,79

* Cálculo da porcentagem baseado no total de 77 vagas para deputados estaduais na ALMG.

** População estadual com 19.597.330 habitantes, conforme o Censo 2010 (IBGE).

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

A sobrerrepresentação política das denominações evangélicas selecionadas se mostra ainda mais elevada no nível municipal do que no estadual, onde foram eleitos 13 vereadores para a atual legislatura, de 2017 a 2020, o que corresponde a 31,71% das 41 vagas da CMBH, sendo que juntas arrebanham quase 270 mil adeptos, 11,29% dos residentes em Belo Horizonte. Diferente da ALMG em que se identifica uma sub-representação dos quadrangulares e uma representação relativamente isonômica dos assembleianos, as quatro confissões cristãs estão sobrerrepresentadas na CMBH, com destaque às Igrejas Batistas responsáveis pela composição de metade da bancada evangélica belo-horizontina, com 7 vereadores que preenchem 17,07% das vagas da CMBH e com mais de 130 mil membros, 5,48% da população municipal. Novamente, a Igreja Universal do Reino de Deus, mesmo com a menor membresia, desponta entre as mais sobrerrepresentadas, com dois vereadores e cerca de 27,5 mil filiados, apesar de aglutinar apenas 1,16% da população local, conserva quase 5% das vagas da casa legislativa belo-horizontina desde o pleito de 2004, sem se abalar pela alta rotatividade de seus representantes ao longo dos últimos mandatos. As Assembleias de Deus e a Igreja do Evangelho Quadrangular também elegeram dois vereadores, só que aquela encena com a terceira maior sobrerrepresentação, apoiada em seus 44 mil fiéis, 1,87%

dos residentes na capital mineira, embora sua participação política seja mais flutuante em razão da fragmentação e descentralização de seu modelo de governo eclesiástico congregacional. Ao passo que esta aparece como a quarta mais sobrerrepresentada, com aproximadamente 66 mil adeptos, 2,78% dos habitantes belo-horizontinos, além de ser a denominação da amostra que reeleger por mais tempo os mesmos vereadores, 4 e 8 mandatos consecutivos, respectivamente, Pr. Autair Gomes e Pr. Henrique Braga, ambos provenientes do núcleo eclesiástico quadrangular (IBGE, 2010; TSE, 2018). Os representantes das outras confissões cristãs, tanto episcopais quanto congregacionais, percorrem trajetórias parlamentares mais breves e instáveis do que os quadrangulares, porém, a partir de um enfoque longitudinal, observa-se que essa maior rotatividade não compromete a representação política batista, assembleiana ou iurdiana, ao invés disso, acompanham e reforçam uma tendência ascendente nos últimos mandatos do período democrático.

Tabela 3 — Números absolutos e percentuais de vereadores na CMBH, 2017–2020, e de membros na população de Belo Horizonte por denominação evangélica

Denominações	CMBH*		Belo Horizonte**	
	N	%	N	%
Igrejas Batistas	7	17,07	130.134	5,48
Assembleias de Deus	2	4,88	44.458	1,87
Igreja do Evangelho Quadrangular	2	4,88	65.911	2,78
Igreja Universal do Reino de Deus	2	4,88	27.564	1,16
Total	13	31,71	268.067	11,29

* Cálculo da porcentagem baseado no total de 41 vagas para vereadores na CMBH.

** População municipal com 2.375.151 habitantes, conforme o Censo 2010 (IBGE).

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

A sobrerrepresentação mais acentuada no poder legislativo municipal do que no estadual pode ser compreendida pelo fato das candidaturas em geral, não apenas as evangélicas, exigirem votações bem menos numerosas, o que permite a concentração

do proselitismo eleitoral em instituições religiosas de origem, aliadas e subsidiárias, tais como templos, missões, células, grupos de oração, veículos midiáticos, associações filantrópicas, organizações comerciais etc. Essa prerrogativa nas eleições municipais de atores político-religiosos com fortes bases locais, mas sem amplo apoio denominacional e com visibilidade restrita aos grupos de origem, pode se tornar um obstáculo pessoal e institucional àqueles que visam cargos legislativos nos níveis estadual e federal e, principalmente, que concorrem ao poder executivo. Conforme o exemplo do deputado estadual João Leite, membro da Igreja Batista Central, reeleito para sua 7ª legislatura ininterrupta em 2018, mas que perdeu no 2º turno a última disputa pela Prefeitura de Belo Horizonte. Certamente que o diferencial de votos necessários à eleição e a maior eficácia proselitista de determinados atores individuais e coletivos refletem, em alguma medida, o contingente de membros de cada confissão cristã, só que essa consonância não permite estabelecer uma relação de causalidade unidimensional. Caso houvesse um nexos causal direto e exato, não somente o predomínio assembleiano poderia ser explicado no contexto estadual, mas também a inversão representativa quadrangular e iurdiana. Já no contexto municipal, embora a fórmula se aplique às Igrejas Batistas majoritárias no mercado religioso local, não elucida suficientemente as amplas margens de sobrerrepresentação política das Assembleias de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus quando comparadas à Igreja do Evangelho Quadrangular.

Outra dimensão que contribui com esse trabalho interpretativo se refere ao modelo de governo eclesiástico e, como corolário, à suposição de que denominações episcopais, devido à maior centralização decisória, verticalização hierárquica e coesão institucional, teriam projetos de expansão política melhor organizados e seriam mais bem-sucedidas nas corridas eleitorais do que as congregacionais, caracterizadas pela descentralização administrativa, fragmentação eclesial e autonomização comunitária. Entretanto, em ambos os cenários a única denominação episcopal que corrobora essa hipótese é a Igreja Universal do Reino de Deus que, apesar da membresia mineira menos numerosa, revela um desempenho político-eleitoral equivalente ou superior às concorrentes. Por exemplo, a também episcopal Igreja do Evangelho Quadrangular que, mesmo possuindo mais que o dobro de membros em relação aos iurdianos tanto no contexto mineiro quanto belo-horizontino, apresentou menor eficácia político-eleitoral

na CMBH e constou como a única sub-representada na ALMG. O carisma institucional, rigidez hierárquica, estrutura centralizada e não participativa, assim como os reflexos desses aspectos eclesiais no projeto político iurdiano, foram detidamente investigados em processos eleitorais após a redemocratização e salientados como desencadeadores de um efeito mimético em outras instituições religiosas interessadas em expandirem seu capital político e presença na esfera pública (FRESTON, 1993, 1999; ORO, 2003a, 2003b; MARIANO, 2004). A respeito das reverberações iurdianas na arena político-religiosa brasileira, Paul Freston frisa que seu crescimento acarretou um considerável desequilíbrio e iniciou uma inédita polarização no meio evangélico. E acrescenta que seu poder político, financeiro e midiático e suas pretensões hegemônicas devem ser tratados por “qualquer discussão das implicações do protestantismo para a democracia hoje. Embora não determine (ainda) a face pública do protestantismo, sua influência ultrapassa em muito a de qualquer outra denominação” (1999, p. 336). Assim sendo, o efeito mimético da Igreja Universal do Reino de Deus em concorrentes cristãs e seus projetos políticos se revela influente, mas parcialmente, visto que as Assembleias de Deus e a Igreja do Evangelho Quadrangular se mostram menos invasivas e restritivas quanto à autonomia do membro ao votar ou se candidatar. Ademais, a Secretaria Geral de Cidadania, também chamada “Cidadania Quadrangular”, antes de cada corrida eleitoral coordena as prévias e eleições internas que definem as candidaturas oficiais, sejam leigas ou eclesiásticas, embora lideranças pastorais predominem nos resultados. De acordo com Ari Pedro Oro (2003a), similarmente aos procedimentos decisórios em partidos políticos, o processo interno de consulta, votação e seleção dos candidatos na Igreja do Evangelho Quadrangular seria mais horizontal, participativo e democrático do que na Igreja Universal do Reino de Deus, demonstrando que a estrutura eclesiástica episcopal pode operar de modo mais flexível, dialógico e descentralizado na criação e coordenação dos projetos políticos, na escolha dos representantes denominacionais e no planejamento dos investimentos eleitorais.

Dessa forma, a prática política da Quadrangular apresenta uma diferença tanto em relação à Assembleia de Deus como à Universal. Enquanto essas igrejas não realizam prévias internas, a Quadrangular assim procede, de maneira semelhante ao que ocorre nos partidos políticos. Ou seja, essa Igreja privilegia um procedimento democrático de escolha de candidatos “oficiais”, cuja eficácia é superior à produzida na Assembleia de Deus. Assim, nota-se que tanto a

Assembleia de Deus como a Quadrangular “imitam” a Universal até certo ponto. Não compartilham com o verticalismo desta última e reconhecem a liberdade do fiel de escolher seu próprio candidato, evangélico ou não, mesmo que indicado pelas igrejas (ORO, 2003a, p. 60).

Dentre as denominações cristãs que adotam o modelo de governo eclesiástico congregacional, as Igrejas Batistas se destacam pela sobrerrepresentação parlamentar e eficácia política superior às Assembleias de Deus, o que não surpreende no cenário municipal em que os batistas aglutinam quase três vezes mais membros do que os assembleianos, mas a distribuição demográfica se altera no cenário estadual, visto que os assembleianos superam os batistas em mais de 210 mil autodeclarados. No caso das Assembleias de Deus, sobressaem consistentes projetos políticos, que remontam ao fim da ditadura militar e primórdios do processo de redemocratização, e alianças congregacionais para promoção de candidaturas oficiais, mormente organizados pelas duas maiores e mais influentes convenções assembleianas do país, a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB) e Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil Ministério de Madureira (CONAMAD) (FREESTON, 1993; PIERUCCI, PRANDI, 1996). Por seu turno, a condição majoritária e sobrerrepresentada das Igrejas Batistas no poder legislativo municipal, com mais vereadores do que a soma de todos representantes das demais confissões estudadas, reflete a maior concentração de fiéis batistas na capital mineira, 25,87% de sua membresia estadual, do que assembleianos que tendem a se distribuir mais pelas cidades interioranas de pequeno e médio porte, com apenas 6,23% de seus filiados mineiros residindo em Belo Horizonte (IBGE, 2010). Além do coeso papel representativo das longevas organizações protestantes de cariz histórico e renovado, respectivamente, Convenção Batista Brasileira (CBB) fundada em 1907 e Convenção Batista Nacional (CBN) em 1967, argumenta-se que determinadas congregações batistas com sede local, com destaque às pentecostalizadas, estariam passando por um processo interno de episcopalização, caracterizado pela crescente inserção midiática, expansão da membresia, proliferação de subsidiárias filantrópicas e missionárias, centralização decisória e proeminência do carisma institucional, conforme se percebe nas trajetórias sócio-históricas da Igreja Batista Central, Igreja Batista da Lagoinha e Igreja Batista Getsêmani. O poder simbólico dessas congregações batistas tem ultrapassado as fronteiras comunitárias e denominacionais, seus bens e serviços

mágico-religiosos se disseminado pelo circuito gospel mineiro, brasileiro e transnacional (ROSAS, 2013, 2015), e suas estratégias de proselitismo político-religioso mobilizado potenciais adeptos e eleitores pertencentes a confissões concorrentes, sem vínculos institucionais ou identificados genericamente como “cristãos” ou “evangélicos”.

Além das eleições 2014 e 2016 alçarem às casas legislativas mineira e belo-horizontina o maior número de representantes religiosos, também ocasionaram a mais expressiva renovação dos integrantes das bancadas evangélicas desde o começo do processo de redemocratização. Duas das confissões cristãs investigadas conquistaram novas cadeiras na ALMG, as Igrejas Batistas e as Assembleias de Deus, e uma delas, a Igreja do Evangelho Quadrangular, substituiu seu líder pastoral veterano reeleito sete vezes consecutivas. No caso dos batistas históricos e renovados, o pastor auxiliar Léo Portela da Igreja Batista Getsêmani e da Igreja Batista Solidária se juntou ao membro João Leite da Igreja Batista Central de Belo Horizonte e ao pastor Vanderlei Miranda da Igreja Batista da Lagoinha. Quanto à pentecostal clássica, o adepto metodista e aliado das Assembleias de Deus Ministério de Madureira Noraldino Júnior se uniu ao membro assembleiano Cabo Júlio e à aliada das Assembleias de Deus Ministério do Belém Rosângela Reis. Enquanto ao pastor quadrangular Leandro Genaro foram transferidos os investimentos políticos, carisma institucional e base eleitoral de seu pai Rev. Antônio Genaro, ex-deputado estadual e presidente do Conselho Estadual de Diretores da IEQ em Minas Gerais (CED-MG). Enfim, as vagas ocupadas pelos parlamentares iurdianos, Pr. Carlos Henrique e Bpo. Gilberto Abramo, permaneceram inalteradas nas disputas eleitorais de 2010 e 2014. A representação política alcançada na legislatura 2011–2015 pelas quatro denominações evangélicas, se comparada à proporção de adeptos na população mineira identificada pelo Censo das Religiões 2010, conservava a mesma sobrerrepresentação iurdiana e a sub-representação quadrangular da legislatura 2015–2019, ao passo que a denominação assembleiana se encontrava sub-representada e a batista ocupava uma posição intermediária na ALMG. Essa crescente representação política das Igrejas Batistas e Assembleias de Deus indica significativas reconfigurações de seus projetos políticos e reflete o processo interno de episcopalização das referidas congregações. Por exemplo, com o apoio à candidatura de Noraldino Júnior a deputado estadual pela Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil Ministério de

Madureira, bem como com as articulações intercongregacionais em favor do Pr. Léo Portela entre a Igreja Batista Getsêmani e a Igreja Batista Solidária, ancoradas em uma diversificada e hierarquizada rede de associações religiosas, missionárias, filantrópicas, midiáticas e comerciais, tanto parceiras quanto subsidiárias.

É válido ressaltar que a renovação da bancada evangélica mineira contou com o inédito reforço da Igreja Mundial do Poder de Deus (IMPD) ao eleger o Miss. Márcio Santiago, agente de segurança prisional em Juiz de Fora e sobrinho do Ap. Valdemiro Santiago, com mais de 76 mil votos pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), além do deputado federal Pr. Franklin Lima, radialista e ex-diretor geral da TV Mundial, eleito pelo Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB) com mais de 58 mil votos, sendo que ambos despontaram como os primeiros candidatos oficiais dessa denominação neopentecostal a ingressarem no poder legislativo estadual e federal por Minas Gerais (ALMG, 2018; CD, 2019). Tais conquistas políticas, porém, não se repetiram nas eleições 2018, visto que o Miss. Márcio Santiago e o Pr. Franklin Lima tiveram seus mandatos cassados pela Justiça Eleitoral por abuso de poder em evento religioso com fins eleitorais que, no dia anterior ao pleito de 2014, concentrou cerca de 20 mil fiéis na Praça da Estação, situada na região central de Belo Horizonte, como corolário, tornaram-se inelegíveis por 8 anos, sentença que também foi aplicada ao Ap. Valdemiro Santiago (FAQUINI, 2015; TRIBUNA DE MINAS, 2018). Com efeito, a IMPD optou por lançar a esposa do Miss. Márcio Santiago, a missionária Leda Santiago pelo Partido da República (PR), só que os mais de 33 mil votos não foram suficientes para elegê-la à ALMG, ao passo que o Pr. Franklin Lima manteve sua candidatura à reeleição na Câmara Federal em 2018, mas foi impugnada pelo Ministério Público Eleitoral de Minas Gerais (MPF, 2018). Com o intuito de nortear a análise comparativa da representação política e composição da bancada evangélica estadual nas legislaturas 2011–2015 e 2015–2019, o QUADRO 3 traz informações pormenorizadas dos 7 deputados estaduais cristãos eleitos em 2010, caracterizados conforme a denominação evangélica, tipo de vínculo eclesial, filiação partidária, número de votos e mandatos.

Quadro 3 — Deputados estaduais eleitos por denominação evangélica, vínculo eclesial, partido político, número de votos e mandatos na ALMG, 2011–2015

Deputado estadual	Denominação	Vínculo eclesial	Partido político	Número de votos	Mandato
João Leite	IB	Membro	PSDB	84.316	5º
Vanderlei Miranda	IB	Pastor	PMDB	64.929	2º
Cabo Júlio	AD	Membro	PMDB	44.215	1º
Rosângela Reis	AD	Aliada	PV	67.559	2º
Antônio Genaro	IEQ	Pastor	PSC	81.159	7º
Carlos Henrique	IURD	Pastor	PRB	35.983	1º
Gilberto Abramo	IURD	Bispo	PRB	52.994	3º

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa e do Tribunal Superior Eleitoral (2018).

Com o pleito eleitoral de 2016, a ampliação e renovação da bancada evangélica municipal se revelou ainda mais acentuada do que a estadual, apesar dessa dinâmica se restringir às lideranças batistas e assembleianas, já que entre as quadrangulares e iurdianas se identificou a manutenção do número de vagas e das mesmas candidaturas oficiais e eclesiásticas. Ambas as episcopais se mantiveram sobrerrepresentadas nas legislaturas precedente e corrente, cada uma com dois vereadores, os quadrangulares Pr. Autair Gomes e Pr. Henrique Braga que se reelegem ao cargo há mais de dez anos, e os iurdianos Pr. Jorge Santos e Bpo. Fernando Luiz, ambos na primeira reeleição, visto que substituíram, nas eleições 2012, os vereadores Bpo. Ricardo Chambarelle que cumpriu duas legislaturas e Pr. Carlos Henrique que após três mandatos na CMBH se dirigiu à ALMG, sendo eleito deputado estadual pela terceira vez em 2018. Por sua vez, as congregacionais foram responsáveis pela posse de seis novos representantes e retirada de três vereadores com carreiras relativamente estáveis e duradouras no poder legislativo municipal, ou seja, acumulavam mais de um mandato consecutivo. Dentre os representantes com maior tempo de permanência que não foram reeleitos em 2016, destaca-se o comerciante e pastor assembleiano Moamed Rachid, vereador por seis

legislaturas, desde 1993, também aliado de congregações batistas, que não conseguiu se reeleger ao dividir sua base eleitoral com outros dois candidatos. O farmacêutico e liderança leiga assembleiana Cláudio Duarte, fundador da União dos Moradores pelo Desenvolvimento Social do Bairro Céu Azul e conhecido por seus projetos assistenciais na Regional Pampulha, e o empresário, cantor e missionário Jair Di Gregório, vinculado à Assembleia de Deus Ministério Belo Horizonte (ADBH), que inicia sua carreira política em 2009, como assessor do prefeito Márcio Lacerda e coordenador de captação do programa municipal “Adote o Verde” na Regional Noroeste (CMBH, 2018; TSE, 2018).

Enquanto as Igrejas Batistas saltaram de cinco para sete representantes, dos quais três foram reeleitos, Pr. Elvis Cortês da Igreja Batista em Milionários, Juninho Los Hermanos, empresário, adepto batista e fundador do projeto assistencial Natal Solidário no bairro belo-horizontino Alípio de Melo, e Juliano Lopes, educador físico, idealizador do projeto Academia Móvel e membro da Igreja Batista Central do Barreiro. Só que dois vereadores não se reelegeram, Elaine Matozinhos, filiada batista, advogada, professora e delegada-geral da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, interrompeu sua carreira política no quarto mandato, e Sérgio Tavares, advogado cuja atuação parlamentar em duas legislaturas consecutivas esteve próxima tanto a católicos quanto evangélicos em geral, particularmente, à Igreja Batista da Lagoinha. Os quatro vereadores batistas que incrementaram a renovação da bancada evangélica belo-horizontina, ao lado de dois assembleianos, substituíram representantes com bases eleitorais mais heterogêneas e com vínculos eclesiais mais tênues do que os líderes pastorais e leigos estreados na arena política, mas estreitamente ligados a suas comunidades religiosas, quais sejam: Eduardo da Ambulância, membro da Igreja Batista Getsêmani; Fernando Borja, gestor e pastor da Igreja Batista da Lagoinha; Marilda Portela duplamente vinculada à Igreja Batista Solidária, presidida por seu marido e deputado federal Pr. Lincoln Portela, e à Igreja Batista Getsêmani, presidida pelo Pr. Jorge Linhares e onde seu filho e deputado estadual Léo Portela é pastor auxiliar; e Wesley Autoescola, filho do vice-presidente da Convenção da Igreja Batista em Chamas Bpo. Nelsino Reis de Pinho (TSE, 2018). Para um cotejo da representação parlamentar e da composição das bancadas evangélicas municipais eleitas em 2012 e 2016, no QUADRO 4 constam dados sobre 10 vereadores em exercício na legislatura 2013–2016 na CMBH.

Quadro 4 — Vereadores eleitos por denominação evangélica, vínculo eclesial, partido político, número de votos e mandatos na CMBH, 2013–2016

Vereador	Denominação	Vínculo eclesial	Partido político	Número de votos	Mandato
Elaine Matozinhos	IB	Membro	PTB	6.175	4º
Elvis Cortês	IB	Pastor	PSDC	3.537	1º
Juliano Lopes	IB	Membro	PSDC	7.907	1º
Juninho Los Hermanos	IB	Membro	PRB	6.461	1º
Sérgio Tavares	IB	Aliado	PV	6.916	2º
Moamed Rachid	AD	Membro	PDT	4.650	6º
Autair Gomes	IEQ	Pastor	PSC	8.052	3º
Henrique Braga	IEQ	Pastor	PSDB	5.279	7º
Fernando Luiz	IURD	Bispo	PSB	11.950	1º
Jorge Santos	IURD	Pastor	PRB	7.008	1º

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa e do Tribunal Superior Eleitoral (2018).

Desse modo, nas legislaturas atual e anterior, nota-se que as Igrejas Batistas e as Assembleia de Deus elevaram sobremaneira sua representação política em relação à presença sociodemográfica, um possível indicativo da maior eficácia de seus projetos políticos e estratégias proselitistas na capital mineira, o que refletiria na ampliação de suas bases eleitorais, bem como no contingente de novos convertidos a ser mensurado pelo próximo Censo Demográfico do IBGE. No entanto, a considerável atualização e expansão da bancada evangélica municipal ultrapassou as fronteiras das confissões selecionadas, contando com potenciais aliados de outras religiões cristãs, todos em seu primeiro mandato, como o advogado e pastor auxiliar Irlan Melo da Igreja Presbiteriana Pentecostal, o administrador Carlos Henrique Dias associado à Igreja Mundial do Poder de Deus e a atual presidente da Mesa Diretora da CMBH Nely Aquino que disputa o

eleitorado evangélico local e recebe apoio de algumas congregações assembleianas. Com uma membresia menos numerosa do que as quatro denominações evangélicas predominantes na arena político-religiosa mineira e belo-horizontina, a Igreja Mundial do Poder de Deus seguiu a tendência de centralização dos investimentos eleitorais e de expansão da representação parlamentar observada entre suas principais concorrentes. Ao eleger seu primeiro representante na CMBH em 2016, Carlos Henrique Dias, e, nas eleições 2014, um deputado estadual na ALMG Miss. Márcio Santiago e um deputado federal por Minas Gerais Pr. Franklin Lima, contudo, seu projeto político se enfraqueceu devido aos processos judiciais e inelegibilidade dos dois deputados em 2018 (CMBH, 2018; TSE, 2018).

Já a candidatura bem-sucedida do advogado e pastor presbiteriano Irlan Melo pode ser compreendida mais por sua trajetória sociobiográfica e carisma pessoal do que por iniciativas institucionais e estratégias políticas coesas de Igrejas Presbiterianas, por exemplo, pela criação do movimento “#AcordaBH” voltado aos direitos dos cidadãos e a problemas urbanos de Belo Horizonte. Com isso, sua base eleitoral se divide entre apoiadores do movimento social, a Igreja Presbiteriana Pentecostal localizada no bairro belo-horizontino Betânia, e comunidades evangélicas parceiras, com destaque à Igreja Batista da Lagoinha, proprietária da Rede Super de Televisão, emissora responsável por ampliar a visibilidade pública do Pr. Irlan Melo ao convidá-lo, semanalmente, para participar do programa “O Seu Advogado” dedicado ao esclarecimento de dúvidas e aconselhamento jurídico baseado em dúvidas levantadas por telespectadores (CMBH, 2018; MELO, 2018). A segunda maior denominação evangélica de missão no contexto estadual e municipal, com mais de 150 mil adeptos mineiros e 13 mil belo-horizontinos, a Igreja Presbiteriana contou, no decorrer de quase uma década, com o representante e líder leigo Leonardo Quintão, graduado em Administração de Empresas e Economia, eleito vereador à CMBH no ano 2000, deputado estadual à ALMG em 2002 e deputado federal em 2006, somando três mandatos consecutivos até 2019, sempre pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), só que, em 2018, os 56.644 votos o deixaram na 1ª suplência pela coligação “#Minas para todos” (PDT/PSB/PV/PRB/MDB) (ALMG, 2018; CD, 2019; IBGE, 2010; TSE, 2018). Em certa medida, o capital político-religioso de Leonardo Quintão teve como substrato o de seu pai Sebastião Quintão,

fazendeiro, advogado e pastor presbiteriano, eleito duas vezes prefeito do município de Ipatinga também pelo PMDB, em 2008 e 2016, mas em ambas as ocasiões foi cassado por abuso de poder econômico e captação ilícita de recursos na campanha eleitoral de 2008. Determinação judicial que se estendeu à última eleição municipal por meio da aplicação retroativa da conhecida “Lei da Ficha Limpa”, a Lei Complementar nº 135 de 4 de junho de 2010, que por decisão do Supremo Tribunal Federal passou a abranger casos ocorridos antes da publicação da lei (BELO, 2018). Com efeito, os prejuízos na imagem pública de Sebastião Quintão podem ter repercutido no afastamento de mais da metade do eleitorado de seu filho Leonardo Quintão, já que em 2014 os mais de 118 mil eleitores o tornaram o 9º deputado federal mais votado por Minas Gerais, uma perda de quase 60 mil votos em 2018. Nas eleições 2008, ainda em sua primeira legislatura como deputado federal, Leonardo Quintão se notabilizou com a candidatura à Prefeitura de Belo Horizonte pelo PMDB, mas, com uma pequena diferença de menos de 30 mil votos, perdeu para o empresário Márcio Lacerda do Partido Socialista Brasileiro (PSB) no 2º turno, esse apoiado por uma controversa aliança partidária entre Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), na época reeleito governador de Minas Gerais, e Fernando Pimentel do Partido dos Trabalhadores (PT) no término do segundo mandato como prefeito da capital mineira (TSE, 2018). Cabe ainda frisar que, há uma década, o representante presbiteriano Leonardo Quintão articulou uma pioneira aliança política cristã nas disputas eleitorais pelo poder executivo municipal, aglutinando em torno de uma mesma chapa católicos e evangélicos. Concorreu ao lado do candidato a vice-prefeito Eros Biondini, liderança leiga da Renovação Carismática Católica (RCC) filiada ao Partido Humanista da Solidariedade (PHS), que, em 2008, encontrava-se na metade de sua primeira legislatura como deputado estadual e, atualmente, no terceiro mandato ininterrupto como deputado federal por Minas Gerais (ALMG, 2018; CD, 2019).

Médico veterinário, cantor, apresentador de televisão e ex-presidente estadual do Partido Republicano da Ordem Social em Minas Gerais (PROS-MG), Eros Biondini se tornou conhecido no circuito musical católico como vocalista da banca Nova Aliança, formada no final dos anos 1990, e, posteriormente, em carreira solo. Dentre as várias ações assistenciais, missionárias e midiáticas que sedimentaram sua trajetória político-religiosa, destacam-se: a fundação em 2005 da comunidade carismática Missão Novo

Mundo situada na Regional Venda Nova de Belo Horizonte; sua ampliação em 2011 com a Arena Novo Mundo que acolhe mais de dois mil membros; a criação do projeto Mundo Novo Sem Drogas e parcerias com centros de recuperação de dependentes químicos; a presidência da Comunidade Canção Nova de Belo Horizonte acompanhada por seus esforços para retornar a transmissão da TV Canção Nova Minas na Região Metropolitana de Belo Horizonte em 2008; e a apresentação nesse canal de TV católico do programa “Mais Brasil” (BIONDINI, 2017; MISSÃO NOVO MUNDO; 2017). Depois da tentativa ao lado de Leonardo Quintão em 2008, candidatou-se à Prefeitura de Belo Horizonte em 2016, tendo na chapa para vice-prefeito o empresário Wallace Brandão também filiado ao PROS, mas os votos válidos inferiores a 4% foram insuficientes. Nas eleições 2018, com quase 22 mil votos a menos do que em 2014, Eros Biondini atraiu 157.394 eleitores, o que lhe rendeu a posição de oitavo deputado federal mais votado por Minas Gerais e de primeiro em sua legenda (TSE, 2018).

A entrada de Eros Biondini no poder legislativo estadual e federal foi favorecida pelas vagas deixadas por outra liderança católica leiga nas eleições 2006 e 2010, trata-se do militar da reserva da Aeronáutica, controlador de tráfego aéreo, engenheiro e historiador Miguel Martini, um dos precursores na política mineira ao atrelar sua atuação parlamentar às comunidades da Renovação Carismática Católica, seguindo o exemplo do pioneiro da RCC Osmânio Pereira. Elegeu-se por três mandatos consecutivos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em 1994, pelo Partido da Solidariedade Nacional (PSN) em 1998 e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 2002. Quando Eros Biondini pleiteou, pela primeira vez em 2006, a vaga de deputado estadual pelo Partido Humanista da Solidariedade (PHS), Miguel Martini disputou o cargo de deputado federal filiado ao mesmo partido político de seu correligionário católico, estratégia eleitoral que expandiu nos dois níveis do poder legislativo a representação mineira tanto do PHS quanto do catolicismo carismático. Em 2010, Eros Biondini direcionou sua candidatura à Câmara dos Deputados pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), enquanto Miguel Martini concorreu ao Senado pelo PHS, mas os quase 275 mil votos resultaram na quinta posição estadual — um eleitorado expressivo, mas inferior aos 7,5 milhões de votos aglutinados por Aécio Neves (PSDB) e aos mais de 5,1 milhões de votos por Itamar Franco pelo Partido Popular Socialista

(PPS) (TSE, 2018). Falecido em 2013, Miguel Martini percorreu uma trajetória político-religiosa ancorada em vários projetos evangelísticos e socioassistenciais iniciados no contexto belo-horizontino dos anos 1980, com a fundação da Comunidade Renovada Santo Antônio de Pádua (CRESAP) no bairro Liberdade em 1989, atualmente sediada no bairro Santa Rosa, dedicada ao tratamento de dependentes químicos, atendimento psicológico, grupos de oração e doação de medicamentos e cestas básicas. Suas ações socioassistenciais se conjugam a destacadas atuações religiosas, missionárias e midiáticas, como pregador, apresentador do programa “Encontro com Jesus” pela TV Canção Nova, coordenador da RCC em Minas Gerais por cinco anos, autor do livro “A segunda vinda de Cristo” publicado pela Editora Canção Nova em 2007, presidente da Associação dos Amigos do Hospital Mário Pena desde 2005, membro do Conselho Nacional da Renovação Carismática Católica e do Grupo Mundial de Evangelização de Políticos e Empresários. Ampliou sua visibilidade na esfera pública política e midiática como um dos autores e porta-vozes do PL nº 478/2007, conhecido como “Estatuto do Nascituro”, em coautoria com Luiz Carlos Bassuma, espírita kardecista, engenheiro e deputado federal filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) eleito pelo estado da Bahia (CANÇÃO NOVA NOTÍCIAS, 2013; FGV, 2013). Ainda hoje em processo de tramitação no Congresso Nacional, esse controverso projeto de lei representa uma das principais bandeiras compartilhadas por católicos, evangélicos, espíritas e militantes pró-vida, ao defender que o aborto se torne crime hediondo em casos de violência sexual. Uma proposição de alteração jurídica que dividiu a opinião pública, atraiu a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) e mobilizou associações da sociedade civil com bandeiras voltadas aos direitos sexuais e reprodutivos, visto que o direito ao aborto a vítimas de estupro corresponde a uma garantia constitucional desde 1940 (CANÇÃO NOVA NOTÍCIAS, 2011; CARTA CAPITAL, 2013).

Ainda que a Constituição Federal aponte o direito à vida como inviolável (artigo 5º), a aprovação de uma lei que exclua qualquer dúvida sobre quando começa esse direito é fundamental. “O artigo 5º já está com interpretação difusa: os pró-vida defendem que a garantia do direito à vida começa na concepção; já outros, no entanto, entendem que a vida é protegida apenas depois do nascimento. Daí a necessidade urgente do Estatuto do Nascituro, pois toda a legislação ordinária que hoje existe trata dos direitos apenas depois do nascimento, e o Estatuto trata desde a concepção, garantindo já nessa fase a proteção do Estado”, explica Martini (CANÇÃO NOVA NOTÍCIAS, 2011).

O pioneiro Osmânio Pereira antecedeu Miguel Martini em quatro anos em sua trajetória política atrelada a comunidades da Renovação Carismática Católica, somando quatro mandatos ininterruptos como deputado federal por Minas Gerais. Elegeu-se pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em 1990, 1994, 1998 e 2002, embora tenha transitado por outras siglas, como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Minas Gerais, iniciou sua militância política como membro da organização de esquerda Ação Popular (AP), fundada em 1962 a partir da Juventude Universitária Católica (JUC). Cofundador da Associação dos Amigos do Hospital Mário Penna, do Centro Nacional de Formação Tristão de Ataíde e da Fundação São João Bosco para a Infância, responsável pela manutenção do Instituto Mineiro de Oncologia, representante legal da Associação dos Amigos de Palmópolis no Vale do Jequitinhonha, membro da Comissão Arquidiocesana de Leigos do Brasil e presidente, por 15 anos, da Comissão e Conselho Nacional da Renovação Carismática Católica. Entretanto, Osmânio Pereira encerrou sua duradoura e influente carreira política em 2006, quando renunciou poucos meses antes do término de sua quarta legislatura e optou por não concorrer à Câmara dos Deputados. Esse repentino afastamento ocorreu após o deputado federal católico, eleito com mais de 100 mil votos em 2002, ser citado na “Operação Sanguessuga” da Polícia Federal que averiguava fraudes na compra de ambulâncias envolvendo mais de 70 parlamentares e 20 municípios mineiros, um esquema de corrupção responsável por um prejuízo bilionário aos cofres públicos que provocou a opinião pública e acarretou ampla cobertura midiática (CD, 2019; FERREIRA JR., 2006; FGV, 2009b; TSE, 2018).

Outro parlamentar cuja trajetória política se consolidou por meio do apoio de comunidades carismáticas católicas em Minas Gerais foi o advogado Odair Cunha, membro da Comunidade Javé Nissi, fundada em 1991 em Pouso Alegre, município situado no sul do estado. Desde 2002 deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT), atualmente em seu quinto mandato, incrementou seu capital político ao ocupar a presidência estadual de seu partido a partir de 2013, o que lhe garantiu mais de 201 mil votos nas eleições 2014, além da Secretaria de Governo do Estado de Minas Gerais de 2015 a 2018, a pedido do então governador Fernando Pimentel (PT). Não obstante seu

afastamento da legislatura na Câmara dos Deputados e severos desgastes da imagem pública de sua identidade partidária, dado o recrudescimento da polarização política e das manifestações antipetistas na última corrida eleitoral, Odair Cunha se reelegeu com quase 88 mil votos em 2018. Evidenciando uma retração expressiva em seu eleitorado se comparado ao pleito anterior, aproximadamente 114 mil votos, e uma cisão interna da membresia católica em escala estadual, intensificada pelos clamores populares e midiáticos em prol de renovação política e pelo crescente ativismo eleitoral conservador que, recuperando discursos e acusações anticomunistas dos tempos da Guerra Fria, retratou a esquerda partidária como ameaçadora da moral cristã, da instituição familiar e da liberdade religiosa (CUNHA, 2017; GORTÁZAR; ALESSI, 2018; TSE, 2018).

Embora não se pretenda apresentar um exaustivo levantamento e análise dos representantes católicos na esfera pública política em Minas Gerais, dado o enfoque analítico na representação política e sociodemográfica evangélica, mostra-se pertinente ressaltar as pioneiras lideranças estaduais ligadas à Renovação Carismática Católica. Seu protagonismo revela um movimento reativo dentro do próprio catolicismo tradicional ou, ainda, um “efeito mimético” decorrente da organização, expansão e atualização de projetos político-religiosos gestados, no decorrer de mais de três décadas de governo democrático, não somente pela Igreja Universal do Reino de Deus (ORO, 2003a, 2003b), mas também, conforme as singularidades da realidade local, por denominações distintas de matriz protestante histórica e renovada, pentecostal clássica, de cura divina e neopentecostal. Concomitantemente às recentes baixas dos filiados ao catolicismo tradicional no contexto mineiro e belo-horizontino, iniciativas eclesiais e leigas vindas do catolicismo carismático se disseminaram no mercado religioso local e se estabeleceram como atrativas, estratégicas e competitivas alternativas religiosas, bem como políticas. Com um arranjo doutrinário e proselitista eficiente em fortalecer laços de pertença de católicos praticantes, reativar vínculos institucionais de católicos não praticantes e atrair adeptos pertencentes a outras religiões, a reconfiguração irradiada pela RCC também contribuiu com a promoção de candidaturas leigas, a coesão das bases eleitorais e a renovação das formas tradicionais de atuação política da Igreja Católica. Idealizado no Congresso Nacional da RCC em 1995 e impulsionado pela Campanha da Fraternidade da CNBB em 1996, o Ministério Fé e Política (MFP) exerce um destacado papel na

evangelização da política e na politização do religioso (MACHADO, 2015; PROCÓPIO, 2014). Baseado na Instrução Normativa nº 2 de 2015 da RCCBRASIL, Sérgio Zavaris, professor, engenheiro civil e coordenador nacional do MFP nas eleições 2018, discorre sobre o discernimento institucional e pessoal dos “vocacionados à vida pública”:

Os colegiados do Conselho Estadual e do Conselho Nacional, reunidos para discernir o que fazer e como melhor enfrentar a dinâmica da disputa eleitoral, podem definir primícias a serem lançadas como as melhores opções de representantes para aquele pleito. Diante desse discernimento, a RCC anuncia a seu povo o resultado do discernimento, evitando que atores individuais ou pequenos grupos o façam como forma de apoio oficial. A orientação não é obrigar ou persuadir os eleitores carismáticos a votarem em um nome. Tampouco assume que determinado candidato é o candidato da RCC, pois a RCC não é um partido político, e isso iria ferir a Legislação Eleitoral. Quando um Conselho da RCC faz um verdadeiro discernimento no Espírito Santo de Deus e o anuncia de forma responsável, o que se concretiza é a oferta de um elemento a mais no conjunto de variáveis que sustentarão o eleitor em sua decisão final. A RCC quer seu povo protagonista eleitoral, dono do voto, autor da decisão. E essa responsabilidade deve ser exercida através do discernimento pessoal — orar, jejuar, adorar, entregar a Deus e decidir livremente em quem votar (ZAVARIS, 2018, p. 4).

Em grande medida, os representantes católicos continuam a se beneficiar da condição majoritária no campo religioso brasileiro e da invisibilidade ou naturalização de sua presença na esfera pública e política institucional (ALMEIDA, 2017), marcada por concordatas, parcerias em campanhas e projetos socioassistenciais, participação em eventos cívicos, concessões midiáticas, apoio a instituições de ensino, disseminação de símbolos religiosos em espaços públicos, dentre outros mecanismos com raízes sócio-históricas, culturais e políticas que remontam aos períodos colonial e imperial, à posição privilegiada de religião monopolista e aos laços colaborativos que persistiram com a Proclamação da República (GIUMBELLI, 2008; MONTERO, 2006, 2009). No entanto, pode-se identificar nas casas legislativas mineira e belo-horizontina a emergência de uma forma carismática de atuação política católica que, diferente da forma tradicional ou das comunidades eclesiais de base guiadas pelos princípios e práticas da Teologia da Libertação, instrumentaliza midiática e eleitoralmente sua pertença religiosa, além de se mostrar mais adaptada aos novos meios de comunicação e aos fluxos comunicativos e performativos das redes sociais, aguerrida em controvérsias públicas, afinada com agendas políticas conservadoras nos costumes e favoráveis a ações suprapartidárias e

interconfessionais (DÁVILA, 2005; MACHADO, 2015). Conforme se nota nos casos de negociações e votações de projetos de lei que envolvem interesses compartilhados por distintas identidades cristãs representadas na ALMG ou, ainda, da Frente Parlamentar Cristã que coaduna os esforços de parlamentares católicos, evangélicos, espíritas etc. na CMBH, a forma carismática de atuação na esfera pública da Igreja Católica contribui com a ampliação da representatividade política e potencialização do ativismo cristão.

6 ATIVISMO CRISTÃO NA ESFERA PÚBLICA POLÍTICA

6.1 Formas evangélicas de atuação parlamentar

Se, por um lado, a análise da representação político-religiosa nos contextos estadual e municipal se beneficia com uma abordagem macroanalítica das dimensões sociodemográficas, parlamentares e denominacionais, por outro, guiado por enfoques sociológicos de alcance intermediário, a compreensão do fenômeno representativo se aprofunda com a ênfase nas dimensões contextuais, relacionais e pragmáticas relativas às formas de ativismo cristão na esfera pública. Para isso, faz-se necessário atentar ao perfil e eficácia da atuação parlamentar por denominação evangélica, avaliados com base em uma análise comparativa dos números absolutos e percentuais de projetos de lei, proporções de proposições e aprovações, tipos de autoria e áreas de intervenção legislativa. Essas distintas classificações dos 972 projetos de lei registrados intentam identificar se existe uma forma evangélica de atuação parlamentar compartilhada pelas bancadas religiosas estadual e municipal, se há padrões denominacionais orientados por traços identitários e preceitos doutrinários ou, ainda, se os perfis de ativismo cristão correspondem não às dimensões institucionais e estruturais, mas sim às singularidades contextuais, relacionais e práticas em que se encontram os atores político-religiosos. Inspirado pela pergunta de Maria das Dores Campos Machado (2003) elaborada em sua investigação sociológica dedicada à atuação de parlamentares evangélicos nas casas legislativas do estado do Rio de Janeiro e da capital carioca — “existe um estilo evangélico de fazer política?” —, esse estudo comparativo aplica essa pergunta aos contextos mineiro e belo-horizontino, mas também se questiona acerca das potenciais variações de estilos por confissão cristã. As Igrejas Batistas, as Assembleias de Deus, a Igreja do Evangelho Quadrangular e a Igreja Universal do Reino de Deus apresentariam estilos próprios de fazer política? Contudo, sem negligenciar as contribuições teóricas e metodológicas de abordagens sociológicas de médio alcance, contextuais, relacionais e pragmatistas que ressaltam o papel dos atores individuais e coletivos e das situações de interação na emergência de regularidades culturais e institucionais, bem como na reprodução ou mudança de processos socioestruturais (BARTHE *et al.*, 2016; CEFAÏ,

2009; VANDENBERGUE, 2006). De acordo com a crítica pragmatista de Paula Montero (2016) à tese weberiana da diferenciação das esferas seculares e religiosa, incorporada à teoria dos campos bourdieusiana, concebe-se que por meio dessas abordagens de alcance intermediário, atentas à agência individual, interações sociais e singularidades contextuais, seja possível articular perspectivas sociológicas macro e microanalíticas dirigidas a dinâmicas de publicização e politização tecidas por atores político-religiosos, tendo como substrato empírico os contextos mineiro e belo-horizontino.

As “religiões” perdem sua condição de objetos empíricos pré-construídos, ou sistemas unificados de significação a partir dos quais se podem deduzir as práticas dos agentes nas arenas públicas: nada seria mais simplificador do que tratar o agente a partir da fórmula “eles creem que”, na qual o ator é representado como o portador de uma visão unitária e consensual de uma cosmologia religiosa. A própria teoria dos campos acaba por considerar pré-constituídos os grupos de pressão portadores das “opiniões”, tais como classes, sindicatos, sociedade civil, lideranças religiosas, etc. Já na abordagem aqui proposta, os atores coletivos não preexistem às narrativas e performances que tornam públicos determinados temas. Ao contrário, a própria atividade coletiva de colocar em cena certos confrontos constroem determinados atores como “religiosos” e a religião como “pública”. [...] Trata-se, pois, de compreender a “religião pública” como o resultado das dinâmicas de publicização colocadas em ação pelos atores na disputa pela atenção pública (MONTERO, 2016, p. 143-144).

Na última legislatura na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, de 2015 a 2019, os 9 deputados estaduais vinculados às 4 denominações evangélicas selecionadas foram responsáveis por 631 proposições e 144 aprovações, uma média de 70,11 PLs por representante cristão, equiparável à média de 70,53 se considerados os 77 parlamentares. Ao passo que na Câmara Municipal de Belo Horizonte, entre 2017 e 2018, os 13 vereadores lançaram 341 e sancionaram 51, uma média de 26,23 PLs por representante cristão, superior à média de 16,54 dos 41 parlamentares. O dobro do período analisado no nível estadual dilata a diferença das médias frente ao municipal, porém, ao se harmonizar os recortes temporais, os cristãos na CMBH permanecem abaixo com quase 9 PLs a menos do que na ALMG. Essa acentuada diferença entre as casas legislativas não reflete um *ethos* político evangélico, mas sim a recorrência de autorias individuais e de propostas na área de utilidade pública na ALMG, visto que a média dos cristãos praticamente se iguala a dos demais deputados estaduais religiosos ou não. Já na CMBH, com frequentes autorias coletivas e áreas de intervenção mais

diversificadas, os representantes evangélicos se mostram mais proativos com cerca de 10 PLs a mais do que a média total de vereadores (ALMG, 2019; CMBH, 2019).

As Assembleias de Deus e Igrejas Batistas que elegeram a maior parcela de representantes, três deputados estaduais cada uma, despontaram com as mais ativas e eficazes atuações parlamentares. As primeiras com 300 proposições e 72 aprovações somadas às segundas com 221 propostas das quais 60 foram sancionadas totalizaram 82,56% dos PLs e 91,67% das alterações na legislação protagonizadas pela bancada evangélica mineira. A Igreja Universal do Reino de Deus se revelou menos eficaz, suas 104 propostas corresponderam a 16,48% e as 12 sanções a 8,33% da amostra, sendo que 11,5% de seus PLs foram bem-sucedidos, enquanto as concorrentes assembleiana e batista alcançaram cerca de 25% de aprovação. A Igreja do Evangelho Quadrangular, por sua vez, distingue-se das demais confissões cristãs pela atuação menos aguerrida no que tange aos projetos de lei, com baixo número de proposições, somente seis PLs, e nenhuma aprovação (ALMG, 2019). É certo que atribuições parlamentares envolvem outras tantas funções que possibilitam a construção de singulares trajetórias políticas, como o representante quadrangular Pr. Leandro Genaro que dirige maior parte de seus esforços a requerimentos e homenagens. Vale ressaltar, ainda, que as proposições e aprovações de projetos de lei, devido às intervenções diretas e focalizadas na esfera pública, constituem um dos principais recursos para ampliação da visibilidade individual e eclesial, incremento do marketing político, concretização de promessas eleitorais e fidelização do eleitorado. Todavia, relacionar a eficácia do ativismo político apenas às aprovações de projetos de lei poderia negligenciar pautas legislativas que, mesmo impedidas de serem sancionadas em razão de inconstitucionalidade, ausência de apoio parlamentar e interesses corporativos e particularistas, ao serem propostas e discutidas em plenário, eventos acadêmicos, veículos midiáticos, redes sociais e grupos religiosos, sinalizam às bases eleitorais, cumprem promessas eleitorais, promovem candidaturas, alimentam persistentes controvérsias e geram ampla visibilidade na esfera pública. A seguir na TAB. 4, estão disponíveis os números absolutos e percentuais de proposições e aprovações de PLs por deputados estaduais segundo denominação evangélica na legislatura 2015–2019.

Tabela 4 — Números absolutos e percentuais de proposições e aprovações de PLs por deputados estaduais da ALMG segundo denominação evangélica, 2015–2019

Denominações	Proposições		Aprovações	
	N	%	N	%
IB	221	35,02	60	41,67
AD	300	47,54	72	50,00
IEQ	6	0,95	0	0
IURD	104	16,48	12	8,33
Total	631	100,00	144	100,00

Fonte: Dados da pesquisa a partir do acervo da ALMG (2019).

Para se avaliar o perfil e eficácia da atuação parlamentar no poder legislativo municipal, delimitou-se a primeira metade da legislatura corrente na CMBH, de 2017 a 2018, período em que os vereadores com laços efetivamente evangélicos propuseram 341 e aprovaram 51 PLs, cerca de 15%, do total de proposições. Representada por 7 lideranças leigas e eclesiais, as Igrejas Batistas aparecem como as mais ativas e eficazes, com 188 PLs propostos e 28 aprovados, lançaram aproximadamente 55% das proposições e aprovações da bancada evangélica belo-horizontina. Em seguida, as Assembleias de Deus se destacam pelo segundo maior número de proposições, 74 PLs ou 21,70% da amostra, o que evidencia uma intensa atuação parlamentar de seus 2 vereadores, só que acompanhada por uma menor eficácia em sancionar suas pautas legislativas em relação às demais confissões cristãs, visto que 8% de seus projetos de lei foram aprovados. Quanto ao número de proposições, a Igreja Universal do Reino de Deus se apresenta em terceiro lugar, com 56 PLs ou 16,42%, e com uma eficácia para aprová-los equiparável aos batistas, posto que abarca 13,73% das aprovações com o apoio de somente 2 vereadores. Em sintonia com o perfil de atuação parlamentar na ALMG, a Igreja do Evangelho Quadrangular permanece com o menor investimento em projetos de lei, apenas 23 PLs ou 6,74%, porém, ao conseguir aprovar mais de 43% de suas proposições, sobressai-se com o segundo maior número de aprovações, 10 PLs

ou 19,61%, e a maior eficácia relativa, superando, até mesmo, as Igrejas Batistas com 15% de aprovação (CMBH, 2019). Supõe-se que essa singularidade da forma de ativismo político quadrangular reflete a condição de seus dois representantes que se amparam em um estável apoio institucional e sólidas bases eleitorais, além de serem os mais antigos na casa legislativa municipal dentre os vereadores cristãos selecionados, Pr. Henrique Braga se encontra em seu oitavo e Pr. Autair Gomes no quarto mandato consecutivo. Embora o único deputado estadual quadrangular por Minas Gerais tenha cumprido seu primeiro mandato entre 2015 e 2019, tal fato não seria suficiente para invalidar a suposição anterior, pois o Pr. Leandro Genaro, reeleito em 2018, herdou o capital político e religioso do pai Rev. Antônio Genaro, presidente estadual da Igreja do Evangelho Quadrangular em Minas Gerais, acumulado no decorrer de um mandato no poder legislativo municipal e sete legislaturas ininterruptas no âmbito estadual, desde seus primeiros cargos políticos na CMBH em 1983 e na ALMG em 1987 (ALMG, 2018; CMBH, 2018). A seguir na TAB. 5, constam os números absolutos e percentuais dos projetos de lei propostos e aprovados pelos vereadores evangélicos durante a primeira metade da atual legislatura na CMBH, entre 2017 e 2018.

Tabela 5 — Números absolutos e percentuais de proposições e aprovações de PLs por vereadores da CMBH segundo denominação evangélica, 2017–2018

Denominações	Proposições		Aprovações	
	N	%	N	%
IB	188	55,13	28	54,90
AD	74	21,70	6	11,76
IEQ	23	6,74	10	19,61
IURD	56	16,42	7	13,73
Total	341	100,00	51	100,00

Fonte: Dados da pesquisa a partir do acervo da CMBH (2019).

Com o intuito de identificar o nível de coesão ou fragmentação da atuação parlamentar das bancadas evangélicas na ALMG e CMBH, durante o levantamento dos projetos de lei se optou pela classificação em tipos de autoria, individual ou coletiva, e por confissão cristã e seus respectivos representantes. Na casa legislativa estadual, apenas 12,36% do total de projetos de lei, 78 das 631 proposições foram em coautoria, dos quais 67 partiram de parlamentares vinculados às Assembleias de Deus, 10 às Igrejas Batistas, 1 à Igreja Universal do Reino de Deus e nenhum à Igreja do Evangelho Quadrangular. Das 300 proposições de autoria assembleiana, 22,33% foram coletivas, percentual elevado quando comparado às batistas e iurdianas, respectivamente, 4,52% de 221 e 0,96% de 104 PLs. Observa-se que na legislatura 2015–2019 predominaram proposições assinadas individualmente, indicando uma maior fragmentação da bancada evangélica estadual e uma atuação parlamentar mais personalista quanto à defesa de pautas legislativas. Mesmo entre os representantes das Assembleias de Deus, a maior proporção de proposições em coautoria se deve não a agendas religiosas e interesses corporativos compartilhados pelas confissões cristãs, dado que um único parlamentar, Noraldino Júnior, foi responsável por 65 dos 67 PLs coletivos, em sua maioria, lançados em dupla ou trio em torno de pautas voltadas ao meio ambiente, defesa dos animais e saúde pública. Outro deputado estadual que se mostrou aberto a ações em parceria foi João Leite, com 7 dos 10 PLs coletivos batistas, o equivalente a 11,11% de suas 63 proposições, mas também não tratam de assuntos religiosos ou interesses corporativos cristãos, senão de áreas como administração pública, meio ambiente, esporte e lazer. Com tamanha pulverização dos esforços parlamentares evangélicos no último mandato na ALMG, não se percebe consonâncias entre o número de proposições em coautoria com maiores chances de aprovação em plenário, visto que 137 dos 553 PLs individuais foram sancionados frente a somente 7 dos 78 coletivos, sendo que dentre estes bem-sucedidos, 4 tiveram como coautor o representante assembleiano e membro metodista Noraldino Júnior (ALMG, 2019). Os números absolutos e percentuais de PLs propostos e aprovados por deputados estaduais na legislatura 2015–2019 na ALMG, classificados por tipo de autoria individual e coletiva segundo denominação evangélica, compõem a TAB. 6.

Tabela 6 — Números absolutos e percentuais de proposições e aprovações de PLs na ALMG por tipo de autoria segundo denominação evangélica, 2015–2019

Denominações	Autoria individual				Autoria coletiva			
	Proposições		Aprovações		Proposições		Aprovações	
	N	%	N	%	N	%	N	%
IB	211	38,16	59	43,07	10	12,82	1	14,29
AD	233	42,13	67	48,91	67	85,90	5	71,43
IEQ	6	1,08	0	0,00	0	0,00	0	0,00
IURD	103	18,63	11	8,03	1	1,28	1	14,29
Total	553	100,00	137	100,00	78	100,00	7	100,00

Fonte: Dados da pesquisa a partir do acervo da ALMG (2019).

Em contraste com o personalismo das atuações parlamentares e atomização dos representantes religiosos no poder legislativo estadual, a bancada evangélica belo-horizontina se mostra mais coesa, articulada e aberta a alianças interdenominacionais e suprapartidárias, visto que um terço de suas proposições foram coletivas, 115 dos 341 PLs apresentados entre 2017 e 2018. Do total de ações legislativas conjuntas, 53,91% envolveram vereadores batistas, 19,13% iurdianos, 16,52% assembleianos e 10,43% quadrangulares. Essa discrepância entre as Igrejas Batistas e as demais confissões se justifica pelo maior número de representantes eleitos, 7 dos 13 vereadores evangélicos selecionados, o que não significa que batistas tenham uma forma mais colaborativa de atuação parlamentar do que outras confissões cristãs. Os vereadores assembleianos, iurdianos e quadrangulares, considerados individualmente, apresentaram números de PLs em coautoria similares e, até mesmo, superiores aos batistas, o que, em certa medida, atesta que a maior coesão das atuações parlamentares corresponde a uma tendência da bancada evangélica belo-horizontina, compartilhada pela maioria de seus integrantes e que influi em sua eficácia legislativa. Afinal, mais da metade das sanções conquistadas na primeira metade da atual legislatura decorreram de proposições em coautoria, 27 dos 51 PLs aprovados, 12 com a participação de batistas, 6 de iurdianos,

5 de quadrangulares e 4 de assembleianos. Cabe frisar o exemplo do vereador e pastor quadrangular Henrique Braga, parlamentar evangélico da amostra com mais mandatos consecutivos e menos aguerrido em proposições coletivas, 3 de seus 12 PLs, mas que alcançou aprovação de todos os 3 dirigidos às áreas de segurança e administração pública (CMBH, 2019). Para fundamentar a análise comparativa entre a quantidade de PLs individuais e coletivos nas casas legislativas estadual e municipal, a TAB. 7 oferece os números absolutos e percentuais de proposições e aprovações por denominação evangélica na CMBH, entre 2017 e 2018.

Tabela 7 — Números absolutos e percentuais de proposições e aprovações de PLs na CMBH por tipo de autoria segundo denominação evangélica, 2017–2018

Denominações	Autoria individual				Autoria coletiva			
	Proposições		Aprovações		Proposições		Aprovações	
	N	%	N	%	N	%	N	%
IB	126	55,75	16	66,67	62	53,91	12	44,44
AD	55	24,34	2	8,33	19	16,52	4	14,81
IEQ	11	4,87	5	20,83	12	10,43	5	18,52
IURD	34	15,04	1	4,17	22	19,13	6	22,22
Total	226	100,00	24	100,00	115	100,00	27	100,00

Fonte: Dados da pesquisa a partir do acervo da CMBH (2019).

Diferente dos deputados estaduais que pouco se integram na elaboração de PLs guiados por interesses comuns, a bancada evangélica belo-horizontina desenvolve atividades legislativas mais coordenadas, o que favorece o processo de tramitação e aprovação em plenário, priorizando em suas proposições coletivas pautas relativas a interesses corporativos evangélicos, administração pública, direitos humanos focados em pessoas com deficiência, idosas, mulheres e crianças, distantes de reivindicações feministas e da população LGBT, educação, indústria, comércio e serviços, trânsito e transporte. A maior representação evangélica na CMBH, 31,71% dos 41 vereadores, do

que na ALMG, 11,69% dos 77 deputados estaduais, contabilizados somente os 22 parlamentares das 4 denominações selecionadas, seria um dos principais fatores para a maior coesão da bancada evangélica municipal, além de contribuir com sua expansão ao mobilizar aliados de outras filiações religiosas e partidárias que compartilham certas pautas políticas e visam ampliar sua base eleitoral e visibilidade pública. Enquanto na bancada estadual não se identificam, na mesma magnitude, iniciativas suprapartidárias e interdenominacionais por uma maior institucionalização e conciliação dos deputados estaduais evangélicos ou cristãos em geral. Já no primeiro ano da legislatura corrente, em setembro de 2017, formou-se a Frente Parlamentar Cristã na CMBH, conhecida também como bancada cristã, tendo o missionário assembleiano Jair Di Gregório do Progressistas (PP) como presidente, o adepto católico Pedrão do Depósito do Partido Popular Socialista (PPS) como vice-presidente, líder comunitário ligado a movimentos de base da Igreja Católica, e o pastor quadrangular Autair Gomes do Partido Social Cristão (PSC) como coordenador. Suas pautas conservadoras centradas nos costumes e na moralidade cristã, defensoras da instituição familiar heteronormativa, combativas da suposta “ideologia de gênero” no sistema escolar e avessas à ampliação dos direitos da comunidade LGBT, integraram evangélicos, católicos, espíritas e outros parceiros com valores e crenças afinados a essa agenda política, o que permitiu que a bancada cristã duplicasse sua representação parlamentar ao reunir, logo no início da legislatura 2017–2020, mais de 60% dos vereadores (ALVES, 2017; MOTTA, 2017).

Com vistas a se aprofundar a investigação das singularidades das formas de ativismo cristão e o delineamento dos perfis evangélicos de atuação parlamentar nas casas legislativas mineira e belo-horizontina, os 972 PLs propostos na última legislatura na ALMG, de 2015 a 2019, e na primeira metade da corrente legislatura na CMBH, de 2017 a 2018, foram classificadas em 15 áreas de atuação legislativa: administração pública; denominação de próprio público; direitos humanos; educação; esporte e lazer; evangélicos; indústria, comércio e serviços; meio ambiente; patrimônio histórico e cultura; saúde pública; segurança pública; trabalho, emprego e renda; trânsito e transporte; tributos; utilidade pública. Todas essas proposições coletadas em acervos públicos digitais, disponíveis nos sites da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e da Câmara Municipal de Belo Horizonte, foram previamente relacionadas a

mais de um assunto, tema ou área, o que tornou necessária a avaliação do conteúdo de cada projeto de lei para que fosse classificado, objetiva e precisamente, em apenas uma das 15 áreas, tendo como critério aquela com maior destaque e interferência da atuação legislativa. Vale ressaltar que, não raras as vezes, as classificações adotadas na pesquisa não corresponderam aos rótulos prévios conferidos pelos parlamentares, visto que suas propostas e justificativas de alterações no regime jurídico estadual e municipal, na tentativa de incrementarem seu marketing político, facilitarem o processo de tramitação e alcançarem apoio para aprovação em plenário, acionam estratégias discursivas que escamoteiam assuntos específicos, interesses corporativos e leituras controversas dos princípios constitucionais em enfoques abrangentes, aparentemente, legítimos e consensuais. Além disso, essa classificação das principais áreas legisladas permite demonstrar a homogeneidade ou heterogeneidade das atuações parlamentares entre os representantes das bancadas evangélicas e das confissões cristãs, ao oferecer informações sobre os desdobramentos práticos, observáveis e mensuráveis, passíveis de serem contrastados com os preceitos doutrinários e projetos políticos compartilhados e defendidos, publicamente, em pronunciamentos no plenário, pregações em templos, veículos midiáticos e campanhas eleitorais.

Diferente do que faz supor a recente profusão de reportagens, manifestações públicas, postagens em redes sociais e controvérsias político-religiosas envolvendo parlamentares evangélicos conservadores, a bancada evangélica estadual legisla sobre diversas áreas, não se restringindo a pautas relativas aos bons costumes, moral cristã, educação, identidade de gênero, instituição familiar e direitos sexuais e reprodutivos. Os deputados estaduais com vínculos efetivamente evangélicos, na legislatura 2015–2019, concentraram seus projetos de lei em 191 declarações de utilidade pública para organizações da sociedade civil com fins assistenciais, religiosos, culturais, ecológicos, educacionais, desportivos, profissionais etc., área que abarcou 30,27% das proposições e 80,56% das aprovações totais. Em seguida, destacam-se as 84 propostas legislativas sobre meio ambiente, preservação da biodiversidade e recursos hídricos, proteção dos animais e sustentabilidade, com 13,31% das proposições das quais 3 foram aprovadas. Dentre as áreas de maior interesse da bancada evangélica mineira também constam saúde pública em 11,57%, educação em 10,30%, segurança pública em 6,81%, direitos

humanos em 6,50%, e indústria, comércio e serviços em 6,34%, sendo que essas 7 áreas totalizaram 85,10% dos PLs. Quanto aos assuntos cujas proposições foram mais bem-sucedidos na ALMG, embora apresentem percentuais bem menores do que as declarações de utilidade pública, estão educação com 4,17%, segurança pública com 4,17%, saúde pública com 2,78%, sendo que as 4 áreas juntas abrangeram 91,68% dos PLs sancionados (ALMG, 2019), conforme se pode observar na TAB. 8.

Apesar da análise comparativa considerar períodos simultâneos, posto que os primeiros dois anos do mandato corrente no poder legislativo municipal, 2017 e 2018, correspondem à segunda metade da legislatura estadual, a bancada evangélica belo-horizontina revela uma atuação parlamentar devotada a pautas distintas da mineira, o que evidencia que as dimensões institucionais das casas legislativas, as singularidades das trajetórias sociobiográficas dos candidatos eleitos, as demandas dos cidadãos e a maior proximidade dos representantes em relação a suas bases eleitorais tiveram maior peso do que eventos de ampla repercussão pública em escala estadual e nacional. Em ordem decrescente, as áreas mais legisladas pelos integrantes da bancada evangélica belo-horizontina foram educação com 18,18%, direitos humanos com 13,20%, indústria, comércio e serviços com 10,85%, trânsito e transporte com 10,26%, saúde pública com 9,97%, administração pública com 9,38%, meio ambiente com 6,74% e interesses corporativos evangélicos com 6,45%, sendo que essas 8 áreas envolveram 85,03% do total de PLs. Os números absolutos e percentuais de PLs propostos e aprovados pela bancada evangélica na CMBH por área de atuação podem ser consultados na TAB. 9. Nota-se que as declarações de utilidade pública que receberam elevados investimentos dos deputados estaduais se mostram inexpressivas entre os vereadores, 1,17% das proposições, em números absolutos foram quatro tentativas de legislação sobre o tema, das quais uma indicava ao poder executivo que uma associação fosse declarada de utilidade pública, mas que não foi sancionada (CMBH, 2019). Essa diferença se deve a uma questão procedimental das casas legislativas, no âmbito municipal as declarações de utilidade pública dependem do escrutínio e decreto do poder executivo, cabendo aos vereadores transmitirem suas indicações ao prefeito. Enquanto no nível estadual, os parlamentares possuem maior autonomia no processo de tramitação dessa matéria em relação ao governador, o que torna as declarações de utilidade pública mais atrativas

aos deputados estaduais do que aos vereadores, interessados em rápidos e efetivos retornos a seus eleitorados. Outra área mais enfatizada pela bancada evangélica na ALMG se refere à segurança pública, o que se justifica não pela violência urbana ser uma questão de menor relevância na capital mineira do que no interior do estado, mas sim pelo fato das principais instituições e carreiras profissionais legisladas, como Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Militar e Sistema Prisional e Socioeducativo, terem suas corporações e regulamentações vinculadas ao poder estadual de Minas Gerais.

Já as áreas que alcançaram maior aprovação pela bancada evangélica belo-horizontina foram denominações de próprio público com 29,41%, administração pública com 17,65%, educação com 17,65%, interesses corporativos evangélicos com 17,65%, e indústria, comércio e serviços com 5,88%, que somaram 88,24% dos PLs inseridos na legislação municipal. As denominações de próprio público que incluem nomeações de ruas, avenidas, praças e viadutos, talvez seja a área legislada que mais se aproxima na CMBH dos investimentos parlamentares em declarações de utilidade pública na ALMG, por apresentarem maior celeridade na tramitação, resultados explícitos nas localidades e atenderem diretamente às demandas das bases eleitorais. Quanto às outras áreas de atuação legislativa salientes somente na bancada evangélica municipal, destacam-se administração pública, interesses corporativos evangélicos e trânsito e transporte. A abrangência desta última área na CMBH, mais de 10% das proposições, compreende-se pelo disseminado uso de transporte público e recorrentes problemas relacionados ao trânsito na capital, o que não se observa na mesma magnitude no interior do estado, ao passo que os projetos de lei sobre o tema tramitados na ALMG se dirigem, na maioria das vezes, às rodovias estaduais, segurança nas estradas, prevenção de acidentes e transporte de cargas (ALMG, 2019; CMBH, 2019). A seguir, distribuições em números absolutos e percentuais dos PLs propostos e aprovados pelas bancadas evangélicas da ALMG e da CMBH segundo área de atuação se encontram, respectivamente, na TAB. 8 e na TAB. 9.

Tabela 8 — Números absolutos e percentuais de proposições e aprovações de PLs pela bancada evangélica da ALMG segundo área de atuação, 2015–2019

Áreas de atuação	Proposições		Aprovações	
	N	%	N	%
Administração Pública	13	2,06	0	0,00
Denominação de Próprio Público	6	0,95	2	1,39
Direitos Humanos	41	6,50	2	1,39
Educação	65	10,30	6	4,17
Esporte e Lazer	3	0,48	0	0,00
Evangélicos	11	1,74	0	0,00
Indústria, Comércio e Serviços	40	6,34	0	0,00
Meio Ambiente	84	13,31	3	2,08
Patrimônio Histórico e Cultura	9	1,43	3	2,08
Saúde Pública	73	11,57	4	2,78
Segurança Pública	43	6,81	6	4,17
Trabalho, Emprego e Renda	16	2,54	1	0,69
Trânsito e Transporte	21	3,33	1	0,69
Tributos	15	2,38	0	0,00
Utilidade Pública	191	30,27	116	80,56
Total	631	100,00	144	100,00

Fonte: Dados da pesquisa a partir do acervo da ALMG (2019).

Tabela 9 — Números absolutos e percentuais de proposições e aprovações de PLs pela bancada evangélica da CMBH segundo área de atuação, 2017–2018

Áreas de atuação	Proposições		Aprovações	
	N	%	N	%
Administração Pública	32	9,38	9	17,65
Denominação de Próprio Público	16	4,69	15	29,41
Direitos Humanos	45	13,20	1	1,96
Educação	62	18,18	9	17,65
Esporte e Lazer	3	0,88	0	0,00
Evangélicos	22	6,45	9	17,65
Indústria, Comércio e Serviços	37	10,85	3	5,88
Meio Ambiente	23	6,74	1	1,96
Patrimônio Histórico e Cultura	5	1,47	0	0,00
Saúde Pública	34	9,97	2	3,92
Segurança Pública	9	2,64	1	1,96
Trabalho, Emprego e Renda	13	3,81	0	0,00
Trânsito e Transporte	35	10,26	0	0,00
Tributos	1	0,29	0	0,00
Utilidade Pública	4	1,17	1	1,96
Total	341	100,00	51	100,00

Fonte: Dados da pesquisa a partir do acervo da CMBH (2019).

Seu maior envolvimento em questões relativas à administração pública e defesa de interesses corporativos evangélicos reflete a representação política alcançada pelos atores cristãos nas últimas eleições municipais e, certamente, a recente consolidação da Frente Parlamentar Cristã, em setembro de 2017, ao coordenar mais da metade dos vereadores, sejam evangélicos, católicos, espíritas ou de outros credos. Essa presença massiva na casa legislativa municipal conferiu maior legitimidade e poder decisório aos representantes evangélicos, posto que 9,38% de suas proposições e 17,65% de suas aprovações se dirigiram à administração pública, diferente dos deputados estaduais que propuseram apenas 2,06% de seus PLs sobre esse assunto, dos quais nenhum se transformou em norma jurídica. A posição majoritária na CMBH também contribuiu para que as pautas diretamente favoráveis aos grupos evangélicos fossem mais numerosas e bem-sucedidas do que na ALMG. Enquanto os vereadores direcionaram 6,45% de suas proposições a essa área crucial à proteção e fortalecimento das denominações, das quais 9 foram sancionadas, o equivalente a 17,65% do total de aprovações, os deputados estaduais se limitaram a 1,74% de seus 631 PLs, mas sem nenhum êxito no processo de tramitação. Entretanto, essas distinções entre as bancadas evangélicas se mostram relativas e parciais, já que as agendas político-religiosas compartilhadas por representantes de diferentes níveis de poder, unidades federativas e confissões cristãs, desde a Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional até as comunidades locais, em grande medida, permanecem guiando a atuação parlamentar. Afinal, com pequenas variações percentuais, cinco das áreas mais legisladas se sobressaem na atuação parlamentar de ambas as bancadas evangélicas: direitos humanos priorizando pessoas com deficiência, idosos, mulheres e crianças, sem referências à comunidade LGBT; educação com propostas de semanas educativas, combate à violência escolar e alterações curriculares, como o controverso “Escola Sem Partido”; indústria, comércio e serviços com destaque ao direito do consumidor; meio ambiente envolvendo limpeza urbana, reciclagem, produtos biodegradáveis, desenvolvimento sustentável, desperdício de água, integridade dos recursos hídricos, preservação da biodiversidade e proteção dos animais; e saúde pública com ênfase em prevenção de doenças, campanhas de vacinação, dependência química e acesso a ambulâncias (ALMG, 2019; CMBH, 2019).

Tratar as bancadas como atores coletivos coesos e homogêneos que conciliam agendas políticas confessionais singulares e que coordenam suas ações em defesa de interesses religiosos permite esboçar padrões evangélicos de atuação parlamentar na ALMG e CMBH, assim como a constituição de formas de ativismo cristão no contexto mineiro e belo-horizontino. Esse enfoque analítico abrangente se mostra elucidativo acerca das dinâmicas institucionais, políticas e sociorreligiosas que permeiam as casas legislativas, veículos midiáticos, circuito evangélico, logo, a esfera pública. No entanto, ao se priorizar uma concepção unitária e substancialista das bancadas evangélicas, em detrimento das singularidades dos atores individuais e coletivos e dos contextos em que se situam e desencadeiam suas relações, discursos e práticas, pode-se negligenciar os matizes percebidos entre os níveis de poder legislativo estadual e municipal, bem como a heterogeneidade interna às bancadas evangélicas. Para se evitar tais riscos analíticos decorrentes do distanciamento da dimensão microssociológica, as seções seguintes oferecem discussões sobre as formas de ativismo cristão por denominação evangélica atentas às potenciais convergências das trajetórias sociobiográficas e práticas político-religiosas dos deputados estaduais e vereadores vinculados à mesma ou a distintas confissões, mas também às consonâncias ou não dos perfis de atuação parlamentar de representantes batistas, assembleianos, quadrangulares e iurdianos com seus escopos doutrinários, modelos de governo eclesiástico e projetos políticos denominacionais.

6.2 Perfis denominacionais e atores individuais

Com vistas a se delinear as formas institucionais de ativismo cristão no poder legislativo e na esfera pública, foram realizados levantamento, classificação e análise de 972 projetos de lei, 631 propostos por deputados estaduais e 341 por vereadores, divididos por 15 áreas de atuação, etapa de tramitação e tipo de autoria individual ou coletiva. Em números absolutos, os representantes batistas se destacaram com a maior quantidade de proposições e aprovações de PLs na CMBH e com o segundo lugar na ALMG, precedidos somente pelos assembleianos. Na última legislatura na ALMG, entre 2015 e 2019, os deputados estaduais batistas propuseram 221 PLs que abrangeram todas as áreas, privilegiando 7 delas que envolveram 83,26% das proposições totais,

35,75% dedicados a atribuições de títulos de utilidade pública, 14,03% a educação, 13,12% a saúde pública, 5,88% a direitos humanos, 5,43% a segurança pública, 4,98% a indústria, comércio e serviços e 4,07% a meio ambiente. Apesar da expressividade numérica e variedade temática, 86,87% das aprovações se concentraram na área de utilidade pública, ao passo que educação, saúde pública e direitos humanos somaram 10% com duas sanções cada, e as duas restantes se voltaram às áreas denominação de próprio público e patrimônio histórico e cultura (ALMG, 2019). Por seu turno, entre 2017 e 2018, os vereadores batistas assinaram 55,13% das proposições coletadas na CMBH, um montante de 188 PLs dirigidos a 14 áreas, atuação legislativa com maior abrangência e variedade temática dentre os representantes das 4 confissões cristãs. Da quase totalidade de áreas, 9 delas abarcaram 89,88% dos PLs batistas, o que indica uma distribuição mais uniforme dos interesses e investimentos políticos: educação com 20,74%, direitos humanos com 14,89%, indústria, comércio e serviços com 10,11%, saúde pública com 9,57%, administração pública com 8,51%, trânsito e transporte com 7,45%, denominação de próprio público com 6,38%, pautas corporativas evangélicas com 6,38% e meio ambiente com 5,85%. Diferente dos resultados observados na casa legislativa estadual, das 28 aprovações conquistadas no nível municipal, 39,29% foram em denominações de próprio público, 14,29% em interesses evangélicos, 14,29% em educação e 14,29 em administração pública, seguidas por direitos humanos, indústria, comércio e serviços, meio ambiente, saúde pública e utilidade pública, cada qual com uma lei sancionada (CMBH, 2019). As tabelas 10 e 11 dispõem os números absolutos e percentuais de PLs propostos e aprovados pelos parlamentares batistas classificados por área de atuação, respectivamente, na ALMG, de 2015 a 2019, e na CMBH, de 2017 a 2018.

Ao se considerar as cinco áreas mais legisladas que distinguem as formas de ativismo das bancadas evangélicas mineira e belo-horizontina — direitos humanos, educação, indústria, comércio e serviços, meio ambiente e saúde pública —, nota-se que todas elas foram priorizadas pelos representantes batistas na ALMG e CMBH, com variações próprias de cada nível do poder legislativo. No nível estadual sobressaem as áreas de segurança pública e utilidade pública, refletindo uma tendência que abarca assembleianos e iurdianos, e no municipal se destacam administração pública, pautas

corporativas evangélicas, trânsito e transporte e denominação de próprio público. Com exceção dessa última, monopolizada pelos vereadores batistas e, em menor proporção, por quadrangulares, as outras três áreas compõem o conjunto de interesses partilhados pelas quatro confissões cristãs pesquisadas. Tendo em vista que os representantes batistas corresponderam a 45,45% da amostra de parlamentares evangélicos, 33,33% dos deputados estaduais e 53,85% dos vereadores, compreende-se porque seu perfil denominacional de atuação no poder legislativo é o que mais se assemelha às formas de ativismo político das bancadas evangélicas mineira e belo-horizontina. Entretanto, sua sobrerrepresentação amostral em relação aos assembleianos, quadrangulares e iurdianos, sua estreita correspondência de áreas legisladas nas duas casas legislativas e sua elevada similaridade com blocos parlamentares evangélicos não se deve à maior homogeneidade de seus atores individuais, à articulação centralizada e hierarquizada de congregações batistas ou à coordenação de um projeto político denominacional coeso, consensual e monolítico. Trata-se, antes, de um fenômeno emergente resultante da convergência, em certa medida, espontânea e imprevisível, de agendas político-religiosas e de trajetórias sociobiográficas singulares, com variáveis marcas pessoais, doutrinárias, das atribuições eclesiásticas e das bases eleitorais específicas, mas que se mostram afinadas e interdependentes quando consideradas coletivamente.

Tabela 10 — Números absolutos e percentuais de proposições e aprovações de PLs por atores batistas na ALMG segundo área de atuação, 2015–2019

Áreas de atuação	Proposições		Aprovações	
	N	%	N	%
Administração Pública	5	2,26	0	0,00
Denominação de Próprio Público	2	0,90	1	1,67
Direitos Humanos	13	5,88	2	3,33
Educação	31	14,03	2	3,33
Esporte e Lazer	2	0,90	0	0,00
Evangélicos	3	1,36	0	0,00
Indústria, Comércio e Serviços	11	4,98	0	0,00
Meio Ambiente	9	4,07	0	0,00
Patrimônio Histórico e Cultura	4	1,81	1	1,67
Saúde Pública	29	13,12	2	3,33
Segurança Pública	12	5,43	0	0,00
Trabalho, Emprego e Renda	6	2,71	0	0,00
Trânsito e Transporte	9	4,07	0	0,00
Tributos	6	2,71	0	0,00
Utilidade Pública	79	35,75	52	86,67
Total	221	100,00	60	100,00

Fonte: Dados da pesquisa a partir do acervo da ALMG (2019).

Tabela 11 — Números absolutos e percentuais de proposições e aprovações de PLs por atores batistas na CMBH segundo área de atuação, 2017–2018

Áreas de atuação	Proposições		Aprovações	
	N	%	N	%
Administração Pública	16	8,51	4	14,29
Denominação de Próprio Público	12	6,38	11	39,29
Direitos Humanos	28	14,89	1	3,57
Educação	39	20,74	4	14,29
Esporte e Lazer	2	1,06	0	0,00
Evangélicos	12	6,38	4	14,29
Indústria, Comércio e Serviços	19	10,11	1	3,57
Meio Ambiente	11	5,85	1	3,57
Patrimônio Histórico e Cultura	2	1,06	0	0,00
Saúde Pública	18	9,57	1	3,57
Segurança Pública	5	2,66	0	0,00
Trabalho, Emprego e Renda	7	3,72	0	0,00
Trânsito e Transporte	14	7,45	0	0,00
Tributos	0	0,00	0	0,00
Utilidade Pública	3	1,60	1	3,57
Total	188	100,00	28	100,00

Fonte: Dados da pesquisa a partir do acervo da CMBH (2019).

A análise em escala individual dos deputados estaduais batistas se mostra ainda mais elucidativa, já que somente as declarações de utilidade pública se destacam na atuação dos três representantes, ao passo que os perfis parlamentares do membro da Igreja Batista Central João Leite e do pastor auxiliar da Igreja Batista Getsêmani Léo Portela apresentam maior similaridade entre si do que com o pastor da Igreja Batista da Lagoinha Vanderlei Miranda. Embora compartilhem, mesmo que parcialmente, o rol de interesses pelas áreas de direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde pública, segurança pública e utilidade pública, nota-se que o Pr. Léo Portela produziu 2,2 vezes mais projetos de lei do que João Leite e 7,3 vezes mais do que o Pr. Vanderlei Miranda, concentrando mais de um terço de suas proposições nas áreas de educação e saúde pública. Além disso, distingue-se pelos investimentos políticos na defesa de interesses corporativos evangélicos, área que não foi tratada diretamente no último mandato de João Leite e do Pr. Vanderlei Miranda. Em sua primeira legislatura na ALMG, o Pr. Léo Portela se notabilizou pelo envolvimento em temas controversos, por exemplo, com a autoria individual do PL nº 1.904/2015 pela inserção da doutrina criacionista na grade curricular de escolas públicas e privadas, do PL nº 3.571/2016 pelo estabelecimento do “Programa de Integração Família e Escola” no ensino fundamental, do nº PL 3.781/2016 pela instituição da “Semana da Bíblia”, do PL nº 4.247/2017 pela implementação do “Programa Escola Sem Partido” na rede estadual de ensino, do PL nº 5.249/2018 pelo combate à erotização infantil em escolas públicas e do PL nº 5.481/2018 pela proibição de nomes relacionados ao comunismo na nomeação de bens públicos. Em contraponto, observa-se na atuação parlamentar de João Leite temas mais consensuais na área educacional, como o PL nº 1.564/2015 pela instalação na rede pública de ensino das “Comissões de Acompanhamento do Controle Social e Ambiental”, o PL nº 1.574/2015 pela inclusão do jogo de xadrez como atividade extracurricular, o PL nº 1.581/2015 que, transformado em lei estadual, tornou obrigatório que alunos informem e registrem nas escolas públicas e privadas seu grupo sanguíneo e fator RH, o PL nº 1.585/2015 pelo estabelecimento de “Comissões de Prevenção de Acidentes” no ensino médio e o PL nº 2.079/2015 pela instauração de “Conselhos Escolares Antidrogas” nos níveis de ensino fundamental e médio. Enquanto o Pr. Vanderlei Miranda, com o segundo menor número de PLs da amostra de parlamentares, à frente apenas do pastor quadrangular Leandro

Genaro, manteve certa coerência em suas 19 proposições ao priorizar pautas relativas ao consumo de drogas e assistencialismo. Uma de suas iniciativas na área de saúde pública objetivava promover campanhas publicitárias antidrogas em sintonia com mais de 84% de seus PLs que reclamavam declarações de utilidade pública a organizações assistenciais, com destaque àquelas centradas na dependência química, em grande medida, vinculadas a grupos evangélicos (ALMG, 2019).

Quanto aos representantes batistas na CMBH, não obstante as gradações dos sete atores individuais, foi possível identificar que as áreas de intervenção legislativa mais recorrentes foram administração pública, direitos humanos, educação, interesses corporativos evangélicos, indústria, comércio e serviços e saúde pública. A perspectiva microanalítica permitiu delinear dois grupos, o primeiro com predominância de líderes eclesiásticos e leigos com fortes vínculos denominacionais e apoiados por eleitorados mais homogêneos, já a composição do segundo envolveu membros batistas com laços de pertença religiosa mais flexíveis e bases eleitorais mais diversificadas. O primeiro se distingue pela maior incidência legislativa nas áreas de direitos humanos e educação, sendo formado pelo pastor da Igreja Batista em Milionários Elvis Cortês, pelo membro da Igreja Batista Getsêmani Eduardo da Ambulância, pelo pastor da Igreja Batista da Lagoinha Fernando Borja e pela liderança leiga duplamente vinculada à Igreja Batista Solidária e à Igreja Batista Getsêmani Marilda Portela. Considerando essas duas áreas conjuntamente, direitos humanos e educação corresponderam a 37,51% dos PLs do Pr. Elvis Cortês, 50% do Pr. Fernando Borja, 44,06% de Marilda Portela e 30% de Eduardo da Ambulância, elevados percentuais que revelam considerável interesse por pautas relativas aos costumes, moralidade cristã, formação infanto-juvenil, instituição familiar, mulheres, idosos e pessoas com deficiência. Já o segundo tende a priorizar as áreas de administração pública e indústria, comércio e serviços com a participação do membro da Igreja Batista Central do Barreiro e educador físico Juliano Lopes, do membro da Igreja Batista da Lagoinha, empresário e dono de restaurante Juninho Los Hermanos e do empresário e filho do pastor e vice-presidente da Convenção da Igreja Batista em Chamas Wesley Autoescola. Somadas essas duas áreas de intervenção legislativa, administração pública e indústria, comércio e serviços abarcaram exatos 50% dos PLs de Juninho Los Hermanos, 43,75% de Wesley Autoescola e 21,74% de Juliano Lopes,

cujo menor percentual se explica pelos maiores investimentos em denominações de próprio público, quase um terço de suas proposições que, aliás, foram aprovadas em sua totalidade (CMBH, 2019). Se, por um lado, as legislações dedicadas aos direitos humanos e educação se encontram envoltas em controvérsias públicas e acusações de vieses subjetivos, políticos, religiosos, valorativos e ideológicos, por outro, intervenções nas áreas de administração pública e de indústria, comércio e serviços se legitimam e justificam socialmente com menores atritos na arena pública em razão das supostas objetividade e imparcialidade técnica, jurídica, burocrática e econômica.

O levantamento e classificação dos projetos de lei permitiu identificar que os deputados estaduais vinculados às Assembleias de Deus superaram os representantes das Igrejas Batistas, Igreja do Evangelho Quadrangular e Igreja Universal do Reino de Deus em números absolutos de proposições e sanções, além de encenarem como os que mais legislaram nas áreas de utilidade pública, meio ambiente, segurança pública e indústria, comércio e serviços. De 300 projetos de lei apresentados entre 2015 e 2019, 32,33% foram dedicados a declarações de utilidade pública, 22,33% a meio ambiente, 8,33% a segurança pública, 7% a saúde pública, 6,67% a indústria, comércio e serviços e 6,33% a educação, conjuntamente essas 6 áreas corresponderam a 83% dos PLs. Ao passo que as 72 leis sancionadas predominaram nas áreas de utilidade pública com 76,39%, segurança pública com 8,33%, meio ambiente com 4,17%, totalizando 88,89% de suas aprovações. Por seu turno, os vereadores assembleianos foram responsáveis pelo segundo maior número de propostas legislativas, abaixo apenas dos batistas que contavam com 3,5 vezes mais representantes. A maioria de seus PLs se distribuíram em 7 áreas, 17,57% em direitos humanos, 14,86%, em trânsito e transporte, 12,16% em indústria, comércio e serviços, 10,81% em educação, 10,81% em saúde pública, 9,46% em administração pública e 8,11% em meio ambiente, as quais aglutinaram 83,78% das proposições assembleianas. Desse modo, os parlamentares vinculados às Assembleias de Deus se destacaram pela maior produção de projetos de lei em números absolutos ou proporcionalmente, conforme o nível estadual ou municipal do poder legislativo, só que sua eficácia nos processos de tramitação na ALMG não se repetiu na CMBH. As sanções se limitaram a seis, o menor resultado no paralelo com os demais vereadores cristãos investigados, divididas em interesses corporativos evangélicos, administração

pública, denominação de próprio público, educação e indústria, comércio e serviços (ALMG, 2019; CMBH, 2019). Essa inversão se explica pela menor experiência política e capacidade de articulação parlamentar dos dois vereadores novatos, posto que ambos estavam no exercício de seus primeiros mandatos e a maioria das aprovações partiram de projetos de lei assinados coletivamente, logo, com restrições ideológicas, partidárias ou confessionais mais brandas. Os levantamentos completos dos projetos de lei dos deputados estaduais e vereadores assembleianos, classificados por áreas legisladas e em números absolutos e percentuais, encontram-se, respectivamente, na TAB. 12 e na TAB. 13.

Apesar das discrepâncias quanto aos investimentos, estratégias e seus reflexos na eficácia dos processos de tramitação nas casas legislativas estadual e municipal, nota-se uma considerável semelhança entre os focos das proposições, visto que quatro das cinco áreas que caracterizam as formas de ativismo político-religioso das bancadas evangélicas se encontram entre os interesses prioritários tanto de deputados estaduais quanto de vereadores assembleianos: educação; indústria, comércio e serviços; meio ambiente; e saúde pública. Seguindo as tendências das bancadas na ALMG e CMBH, as áreas de segurança pública e utilidade pública se sobressaem somente entre os deputados estaduais, enquanto entre os vereadores, administração pública e trânsito e transporte. Ao se considerar a atuação parlamentar de representantes das Assembleias de Deus como um ator coletivo internamente homogêneo e as classificações por área legislada como formas abstratas independentes de atributos acidentais concernentes às especificidades do conteúdo, às dinâmicas de ressignificação e a seus desdobramentos práticos, depreende-se que há um alto nível de similaridade da forma assembleiana de ativismo com a batista, intermediário com a iurdiana e baixo com a quadrangular. No entanto, ao se abrir a caixa-preta, romper com concepções essencialistas e totalizantes para se ater aos atores individuais, percebe-se que suas singularidades preponderam em relação às similaridades institucionais.

Tabela 12 — Números absolutos e percentuais de proposições e aprovações de PLs por atores assembleianos na ALMG segundo área de atuação, 2015–2019

Áreas de atuação	Proposições		Aprovações	
	N	%	N	%
Administração Pública	5	1,67	0	0,00
Denominação de Próprio Público	3	1,00	1	1,39
Direitos Humanos	14	4,67	0	0,00
Educação	19	6,33	2	2,78
Esporte e Lazer	0	0,00	0	0,00
Evangélicos	3	1,00	0	0,00
Indústria, Comércio e Serviços	20	6,67	0	0,00
Meio Ambiente	67	22,33	3	4,17
Patrimônio Histórico e Cultura	2	0,67	2	2,78
Saúde Pública	21	7,00	1	1,39
Segurança Pública	25	8,33	6	8,33
Trabalho, Emprego e Renda	10	3,33	1	1,39
Trânsito e Transporte	10	3,33	1	1,39
Tributos	4	1,33	0	0,00
Utilidade Pública	97	32,33	55	76,39
Total	300	100,00	72	100,00

Fonte: Dados da pesquisa a partir do acervo da ALMG (2019).

Tabela 13 — Números absolutos e percentuais de proposições e aprovações de PLs por atores assembleianos na CMBH segundo área de atuação, 2017–2018

Áreas de atuação	Proposições		Aprovações	
	N	%	N	%
Administração Pública	7	9,46	1	16,67
Denominação de Próprio Público	1	1,35	1	16,67
Direitos Humanos	13	17,57	0	0,00
Educação	8	10,81	1	16,67
Esporte e Lazer	0	0,00	0	0,00
Evangélicos	4	5,41	2	33,33
Indústria, Comércio e Serviços	9	12,16	1	16,67
Meio Ambiente	6	8,11	0	0,00
Patrimônio Histórico e Cultura	0	0,00	0	0,00
Saúde Pública	8	10,81	0	0,00
Segurança Pública	0	0,00	0	0,00
Trabalho, Emprego e Renda	5	6,76	0	0,00
Trânsito e Transporte	11	14,86	0	0,00
Tributos	1	1,35	0	0,00
Utilidade Pública	1	1,35	0	0,00
Total	74	100,00	6	100,00

Fonte: Dados da pesquisa a partir do acervo da CMBH (2019).

Entre os deputados estaduais com vínculos assembleianos, apenas as áreas de educação e utilidade pública foram compartilhadas equitativamente pelos três atores individuais, os demais focos legislativos se dispersaram ou aglomeraram conforme as especificidades pessoais, das bases eleitorais, dos interesses político-religiosos e das trajetórias sociobiográficas. As proposições do teólogo, advogado, ex-policia militar e bombeiro militar reformado Cabo Júlio se distinguiram pela concentração em segurança pública, cerca de 30% de seus 64 PLs e 76% do total assembleiano dedicado a essa área, particularmente, na valorização das carreiras e atendimento às reivindicações de policiais militares, bombeiros militares, agentes prisionais e socioeducativos. No caso do adepto metodista e aliado assembleiano Noraldino Júnior, administrador público, graduado em Turismo e pós-graduado em Gestão Ambiental, a área de meio ambiente representou mais de 40% de seus 152 PLs e 91% dos assembleianos com finalidades ecológicas, em sua maioria direcionados a medidas protetivas de animais silvestres e, principalmente, domésticos. Sua bandeira em defesa dos animais, ilustrada pelo slogan “um deputado que luta por toda forma de vida”, reforça-se com iniciativas convergentes em saúde pública no controle de zoonoses e na área de indústria, comércio e serviços na regulamentação de pet shops, clínicas veterinárias e estabelecimentos similares. Já a aliada assembleiana Rosângela Reis, professora, graduada em Pedagogia e pós-graduada em Didática, embora tenha se dedicado substancialmente à educação, meio ambiente e saúde pública, encenou como a parlamentar em toda a amostra com maior investimento em trabalho, emprego e renda, centrados no setor minerário, capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho, e também na área de utilidade pública, ao assinar mais de 53% das proposições e de 45% das aprovações assembleianas nessa temática (ALMG, 2019). Por sua vez, entre os dois vereadores das Assembleias de Deus, dada a considerável produtividade e abrangência de seus PLs, identificou-se uma maior semelhança entre as áreas de direitos humanos, educação, saúde pública e trânsito e transporte, ao passo que suas dissonâncias residiram nos investimentos em administração pública por Cláudio Duarte e em interesses corporativos evangélicos e indústria, comércio e serviços pelo Miss. Jair Di Gregório, por exemplo, com a autoria individual do PL nº 214/2017 que pretende instituir o dia municipal do evento gospel “Graça Brasil”, organizado pela Assembleia de Deus e voltado ao público jovem, e do

PL nº 212/2017 que visa impedir a emissão de alvará pela Prefeitura de Belo Horizonte e a instalação de sex shop próximo a áreas residenciais e escolas de nível fundamental e médio (CMBH, 2019).

O único representante da Igreja do Evangelho Quadrangular no último mandato na ALMG se sobressaiu pelo baixo investimento parlamentar em projetos de lei, menos de 1% da amostra, foram apenas 6 proposições, sem autoria coletiva e sem nenhuma sanção, o menor número absoluto e percentual dentre os representantes evangélicos selecionados em ambas as casas legislativas. Tendo em vista a limitada expressividade numérica, os conteúdos dos poucos projetos de lei apresentaram elevado peso relativo e evidenciaram as áreas de maior interesse do Pr. Leandro Genaro, dado que 50% se voltaram à defesa da instituição familiar, conforme um modelo tradicionalmente cristão, patriarcal, biparental e heteronormativo, por meio da criação de datas comemorativas, o que levou à classificação de três PLs na área de interesses corporativos evangélicos. Referem-se ao PL nº 3.307/2016 em defesa da inclusão no calendário oficial de Minas Gerais do “Dia das Mães”, PL nº 3.308/2016 do “Dia dos Pais” e PL nº 3.560/2016 do “Dia Estadual da Família”. Em seguida, 33,33% das proposições se dirigiram a ações de conscientização relativas à saúde pública, um pela promoção da saúde mental, PL nº 4.936/2018, e outro pelo combate ao consumo de drogas, PL nº 2.820/2017. Enfim, apenas uma proposta se dirigiu à indústria, comércio e serviços, com foco no direito do consumidor e sensível às reconfigurações familiares, ao propor o PL nº 3.041/2015 que determina a instalação obrigatória de fraldários em banheiros públicos masculinos para atender sejam pais divorciados ou desacompanhados dos cônjuges, sob a justificativa da igualdade entre os sexos masculino e feminino (ALMG, 2019). Para a apreciação do conjunto de PLs propostos e aprovados por pastores quadrangulares na ALMG e na CMBH, classificados segundo área de intervenção, conferir as tabelas 14 e 15.

Tabela 14 — Números absolutos e percentuais de proposições e aprovações de PLs por ator quadrangular na ALMG segundo área de atuação, 2015–2019

Áreas de atuação	Proposições		Aprovações	
	N	%	N	%
Administração Pública	0	0,00	0	0,00
Denominação de Próprio Público	0	0,00	0	0,00
Direitos Humanos	0	0,00	0	0,00
Educação	0	0,00	0	0,00
Esporte e Lazer	0	0,00	0	0,00
Evangélicos	3	50,00	0	0,00
Indústria, Comércio e Serviços	1	16,67	0	0,00
Meio Ambiente	0	0,00	0	0,00
Patrimônio Histórico e Cultura	0	0,00	0	0,00
Saúde Pública	2	33,33	0	0,00
Segurança Pública	0	0,00	0	0,00
Trabalho, Emprego e Renda	0	0,00	0	0,00
Trânsito e Transporte	0	0,00	0	0,00
Tributos	0	0,00	0	0,00
Utilidade Pública	0	0,00	0	0,00
Total	6	100,00	0	0,00

Fonte: Dados da pesquisa a partir do acervo da ALMG (2019).

Tabela 15 — Números absolutos e percentuais de proposições e aprovações de PLs por atores quadrangulares na CMBH segundo área de atuação, 2017–2018

Áreas de atuação	Proposições		Aprovações	
	N	%	N	%
Administração Pública	5	21,74	3	30,00
Denominação de Próprio Público	3	13,04	3	30,00
Direitos Humanos	1	4,35	0	0,00
Educação	2	8,70	1	10,00
Esporte e Lazer	0	0,00	0	0,00
Evangélicos	2	8,70	1	10,00
Indústria, Comércio e Serviços	3	13,04	0	0,00
Meio Ambiente	1	4,35	0	0,00
Patrimônio Histórico e Cultura	1	4,35	0	0,00
Saúde Pública	1	4,35	1	10,00
Segurança Pública	2	8,70	1	10,00
Trabalho, Emprego e Renda	1	4,35	0	0,00
Trânsito e Transporte	1	4,35	0	0,00
Tributos	0	0,00	0	0,00
Utilidade Pública	0	0,00	0	0,00
Total	23	100,00	10	100,00

Fonte: Dados da pesquisa a partir do acervo da CMBH (2019).

Já os dois vereadores quadrangulares, Pr. Autair Gomes e Pr. Henrique Braga, entre 2017 e 2018 do atual mandato na CMBH, também propuseram o menor número de projetos de lei se comparado aos parlamentares das demais confissões evangélicas. Somaram 23 PLs distribuídos por 12 áreas de atuação, com ênfase em 6 delas, 21,74% em administração pública, 13,04% em denominação de próprio público e em indústria, comércio e serviços, 8,70% em educação, em interesses corporativos evangélicos e em segurança pública. Juntas essas 6 áreas representaram cerca de 74% das proposições quadrangulares em nível municipal, das quais administração pública e denominação de próprio público corresponderam a 60% das leis sancionadas, ambas com 3 inserções legislativas bem-sucedidas, seguidas por 4 áreas, cada qual com uma aprovação — educação, interesses corporativos evangélicos, saúde pública e segurança pública. Dessa forma, percebe-se uma baixa e parcial similaridade entre as formas de ativismo quadrangular e das bancadas evangélicas no poder legislativo estadual e municipal, posto que as áreas de direitos humanos e meio ambiente não concernem a interesses prioritários, a ênfase em educação e saúde pública se mostra variável conforme o cargo ocupado, e somente as áreas indústria, comércio e serviços e interesses corporativos evangélicos figuram entre os alvos legislativos compartilhadas pelos representantes da Igreja do Evangelho Quadrangular com os blocos parlamentares evangélicos (ALMG, 2019; CMBH, 2019).

Ao se atentar às singularidades individuais dos representantes quadrangulares, a heterogeneidade entre os vereadores se mostra ainda maior, o Pr. Henrique Braga investe em administração pública e denominação de próprio público, enquanto o Pr. Autair Gomes em educação, interesses corporativos evangélicos e indústria, comércio e serviços. As áreas legisladas pouco convergem, discrepâncias que sinalizam para uma maior flexibilidade do projeto político quadrangular e menor constrangimento eclesial da atuação parlamentar. Ademais, dos dez PLs aprovados na CMBH, metade foi assinada individualmente pelo Pr. Henrique Braga, três em denominações de próprio público, um em administração pública e o outro em saúde pública, este último se refere ao PL nº 288/2017 que instituiu o “Janeiro Branco”, com conteúdo similar ao PL nº 4.936/2018 do deputado estadual Pr. Leandro Genaro, dedicado a campanhas educativas e promoção da saúde mental. As outras cinco leis aprovadas partiram de iniciativas coletivas, duas

em administração pública e uma em segurança pública com o coparticipação do Pr. Henrique Braga, e as duas restantes em educação e pautas corporativas evangélicas com o envolvimento do Pr. Autair Gomes, respectivamente, o PL nº 303/2017 que criou o “Programa de Educação no Trânsito” no sistema municipal de ensino, liderado pelo vereador e missionário assembleiano Jair Di Gregório, e o PL nº 289/2017 que instituiu o “Dia da Reforma Protestante” com comemoração anual no dia 31 de outubro e que autoriza o poder público a realizar ações educativas para preservar sua memória. Essa proposição em favor do “Dia da Reforma Protestante” contou com o Pr. Autair Gomes como primeiro autor, seguido por uma dúzia de vereadores coautores filiados a cinco denominações de matriz protestante e pentecostal — batista, assembleiana, iurdiana, presbiteriana e quadrangular —, sendo apoiado por vasta maioria dos parlamentares cristãos e simpatizantes durante o processo de tramitação (CMBH, 2019).

O fato dos pastores Henrique Braga e Autair Gomes apresentarem as carreiras políticas mais duradouras e estáveis da amostra tanto na ALMG quanto na CMBH, oito e quatro mandatos ininterruptos — períodos equiparáveis apenas ao deputado estadual e membro batista João Leite, eleito sete vezes consecutivas —, ajuda a compreender de que modo os representantes da Igreja do Evangelho Quadrangular, mesmo menos aguerridos na produção de projetos de lei, conseguiram aprovar mais de 43% de suas proposições legislativas, alcançando mais sanções em números absolutos do que os vereadores assembleianos e iurdianos, bem como um resultado proporcionalmente superior aos batistas. O direcionamento dos investimentos político-religiosos às áreas de administração pública e denominação de próprio público pelo veterano Pr. Henrique Braga, que ocupou a presidência da Mesa Diretora da CMBH no biênio de 2017–2018, indica um maior conhecimento das regras do jogo político e capacidade de articulação com potenciais aliados, o que influi na eficiência e pragmatismo de suas escolhas por temas atrelados à gestão pública ou que não tocam, explicitamente, em interesses particularistas, confessionais, ideológicos ou partidários divergentes. Quanto ao caso do deputado estadual Pr. Leandro Genaro, embora estivesse no exercício de sua primeira legislatura, ampara-se em sólido apoio denominacional e cristalizado capital político-religioso que não dependem de sua atuação parlamentar ou carisma pessoal, posto que foram herdados de seu pai Rev. Antônio Genaro, atual presidente do CED da IEQ

em Minas Gerais e deputado estadual por sete mandatos, mas também de seu tio Rev. Mário de Oliveira, eleito deputado federal por sete vezes, a partir de 1982, e presidente nacional da IEQ no Brasil desde 1996 (ALMG, 2018, 2019; CMBH, 2018, 2019; IEQ, 2018b). Além disso, em comparação com a acentuada produção legislativa, visibilidade midiática e pró-atividade em controvérsias político-religiosas de representantes batistas, assembleianos e iurdianos, observa-se certo afastamento das lideranças parlamentares e eclesiásticas da Igreja do Evangelho Quadrangular da linha de frente no combate por pautas controversas, no mais das vezes, particularistas, corporativistas e sensíveis à opinião pública. Um potencial indício de que sua forma de ativismo no poder legislativo e na esfera pública, política e midiática, tem-se mostrado mais rotinizada no contexto mineiro e aberta às demandas sociopolíticas de caráter mais universalista, abrangente e consensual, seja entre atores cristãos conservadores ou não, logo, menos onerosas a seus recursos institucionais e imagem pública.

Na última legislatura na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, os bispos e pastores iurdianos eleitos deputados estaduais revelaram um perfil parlamentar focado em 7 áreas que abarcaram 83,64% dos 104 PLs propostos: saúde pública com 20,19%, educação e utilidade pública ambas com 14,42%, direitos humanos com 13,46%, meio ambiente e indústria, comércio e serviços cada uma com 7,69%, e segurança pública com 5,77%. Do total de proposições apresentadas entre 2015 e 2019, 11,54% foram bem-sucedidas no processo de tramitação, mas se limitaram a 3 áreas, somente 1 se concentrou em saúde pública, 2 em educação, enquanto a maioria das sanções, exatos 75%, voltaram-se a declarações de utilidade pública. Por sua vez, na Câmara Municipal de Belo Horizonte, os representantes iurdianos dirigiram sua atuação parlamentar, nos dois primeiros anos da legislatura corrente, às áreas de educação com 23,21%, trânsito e transporte com 16,07%, saúde pública com 12,50%, indústria, comércio e serviços com 10,71%, meio ambiente com 8,93%, administração pública com 7,14% e interesses corporativos evangélicos também com 7,14%, sendo que esses 7 campos envolveram 85,70% dos 56 PLs. De modo distinto à distribuição de investimentos parlamentares e de aprovações identificadas no poder legislativo estadual, dos 12,50% dos projetos de lei transformados em normas jurídicas no nível municipal, 1 se dedicou à administração pública, 1 à indústria, comércio e serviços, 2 a interesses corporativos evangélicos e 3 à

educação, sendo que as 2 últimas abarcaram 71,43% das sanções conquistadas pela denominação neopentecostal (ALMG, 2019; CMBH, 2019). As tabelas 16 e 17 expõem os números absolutos e percentuais de proposições e aprovações de PLs na ALMG e na CMBH pelos representantes iurdianos, divididos por área de atuação legislativa.

Em certa medida, é possível traçar um perfil iurdiano de atuação parlamentar que se estende pelas duas casas legislativas, visto que predominaram nos projetos de lei de deputados estaduais e vereadores propostas ligadas à educação, saúde pública, meio ambiente e indústria, comércio e serviços. Essas quatro áreas mais legisladas, na maioria dos PLs analisados, não se restringem a pautas exclusivistas da denominação ou de evangélicos em geral, ao invés disso, indicam um empenho político dirigido ao atendimento de reivindicações mais universalistas e consensuais entre variados setores da sociedade civil. A maior abrangência e diversificação das atividades parlamentares figura como uma eficaz estratégia de ocupação e competição na esfera pública ao acenar para bases eleitorais menos focalizadas, concorrer diretamente com agendas de outros atores políticos, sejam representantes religiosos ou seculares, e contrabalancear os desgastes na imagem denominacional resultantes do envolvimento em controvérsias públicas em favor de interesses corporativos, por vezes, intolerantes, excludentes e inconstitucionais. Das cinco áreas ressaltadas pelas bancadas evangélicas estadual e municipal, considerado o conjunto das denominações evangélicas amostradas, quatro também se sobressaíram no perfil parlamentar da Igreja Universal do Reino de Deus, educação, saúde pública, meio ambiente e indústria, comércio e serviços, com exceção da área de direitos humanos cuja maior incidência na ALMG não se repetiu na CMBH. Os vereadores iurdianos dirigiram, em maior medida do que os deputados estaduais, investimentos individuais e institucionais a assuntos educacionais, o que os colocou proporcionalmente à frente dos assembleianos, batistas e quadrangulares no que tange a intervenções relativas ao sistema de ensino belo-horizontino. Em decorrência das diferenças regulatórias e procedimentais entre os níveis do poder legislativo, as áreas de utilidade pública e segurança pública se mantiveram como uma singularidade da atuação parlamentar dos deputados estaduais. E acompanhando a tendência da atual bancada evangélica na capital mineira, seus vereadores se envolveram nas áreas de administração pública e interesses corporativos evangélicos, mas com protagonismo

relativamente inferior aos demais representantes confessionais. Somente um projeto de lei de autoria individual foi proposto sobre tais questões, especificamente administração pública, ao passo que as outras sete participações iurdianas resultaram de articulações políticas da Frente Parlamentar Cristã em torno de interesses coletivos, suprapartidários e interdenominacionais (ALMG, 2019; CMBH, 2019).

Trazendo o enfoque analítico à escala individual, percebe-se que parlamentares iurdianos possuem maior similaridade entre seus perfis de atuação parlamentar do que batistas, assembleianos e quadrangulares, reflexo da estrutura eclesiástica episcopal, da acentuada centralização decisória e da coesão do plano de poder político da Igreja Universal do Reino de Deus. Na ALMG, o Pr. Carlos Henrique e o Bpo. Gilberto Abramo privilegiaram as áreas de direitos humanos, educação, indústria, comércio e serviços, meio ambiente, saúde pública, segurança pública e declarações de utilidade pública, enquanto na CMBH, o Bpo. Fernando Luiz e o Pr. Jorge Santos se empenharam em educação, interesses corporativos evangélicos, meio ambiente, saúde pública e trânsito e transporte. Apesar da expressiva homogeneidade iurdiana atrelada ao cargo político e ao nível de poder ocupado que se estende, parcialmente, entre as casas legislativas, faz-se necessário salientar certas singularidades dos atores individuais, devido à sua centralidade na composição de uma possível e emergente forma denominacional de ativismo político-religioso. No caso do deputado estadual Bpo. Gilberto Abramo, nota-se um maior envolvimento na defesa de interesses corporativos evangélicos do que seu correligionário Pr. Carlos Henrique, por exemplo, com as controversas proposições de autoria individual do PL nº 945/2015 que pretende instituir o “Dia do Pastor” e do PL nº 3.805/2016 que defende a isenção tributária da energia elétrica consumida por templos de qualquer religião. Já o vereador Pr. Jorge Santos se mostrou mais aguerrido do que o Bpo. Fernando Luiz nas áreas educacional e de direitos humanos, por exemplo, com o PL nº 208/2017 que incentiva parcerias público-privadas através do “Programa Adote uma Escola Municipal”, o PL nº 510/2018 pela meia-entrada em eventos culturais para professores da rede pública e privada, o PL nº 560/2018 que exige que instituições de ensino superior ofereçam creches para crianças de até três anos, o PL nº 537/2018 que obriga estabelecimentos bancários a instalarem sistema de senha em braile e áudio, e

o PL nº 642/2018 que determina que programas habitacionais priorizem na concessão de imóveis mulheres vítimas de violência doméstica (ALMG, 2019; CMBH, 2019).

Tabela 16 — Números absolutos e percentuais de proposições e aprovações de PLs por atores iuridianos na ALMG segundo área de atuação, 2015–2019

Áreas de atuação	Proposições		Aprovações	
	N	%	N	%
Administração Pública	3	2,88	0	0,00
Denominação de Próprio Público	1	0,96	0	0,00
Direitos Humanos	14	13,46	0	0,00
Educação	15	14,42	2	16,67
Esporte e Lazer	1	0,96	0	0,00
Evangélicos	2	1,92	0	0,00
Indústria, Comércio e Serviços	8	7,69	0	0,00
Meio Ambiente	8	7,69	0	0,00
Patrimônio Histórico e Cultura	3	2,88	0	0,00
Saúde Pública	21	20,19	1	8,33
Segurança Pública	6	5,77	0	0,00
Trabalho, Emprego e Renda	0	0,00	0	0,00
Trânsito e Transporte	2	1,92	0	0,00
Tributos	5	4,81	0	0,00
Utilidade Pública	15	14,42	9	75,00
Total	104	100,00	12	100,00

Fonte: Dados da pesquisa a partir do acervo da ALMG (2019).

Tabela 17 — Números absolutos e percentuais de proposições e aprovações de PLs por atores iuridianos na CMBH segundo área de atuação, 2017–2018

Áreas de atuação	Proposições		Aprovações	
	N	%	N	%
Administração Pública	4	7,14	1	14,29
Denominação de Próprio Público	0	0,00	0	0,00
Direitos Humanos	3	5,36	0	0,00
Educação	13	23,21	3	42,86
Esporte e Lazer	1	1,79	0	0,00
Evangélicos	4	7,14	2	28,57
Indústria, Comércio e Serviços	6	10,71	1	14,29
Meio Ambiente	5	8,93	0	0,00
Patrimônio Histórico e Cultura	2	3,57	0	0,00
Saúde Pública	7	12,50	0	0,00
Segurança Pública	2	3,57	0	0,00
Trabalho, Emprego e Renda	0	0,00	0	0,00
Trânsito e Transporte	9	16,07	0	0,00
Tributos	0	0,00	0	0,00
Utilidade Pública	0	0,00	0	0,00
Total	56	100,00	7	100,00

Fonte: Dados da pesquisa a partir do acervo da CMBH (2019).

6.3 Educação, gênero e laicidade em controvérsias

As controvérsias públicas em torno da educação, gênero, instituição familiar, direitos humanos e laicidade têm se difundido pelo país a partir de profusas atividades parlamentares, expressões midiáticas, incursões em redes sociais, eventos religiosos, dentre outras manifestações na esfera pública (CAMURÇA, 2017; GIUMBELLI, 2008; MONTERO, 2009, 2012, 2015). Embora com distintos matizes regulatórios, agendas político-culturais e incidências nos comportamentos, intimidade, corpos e sexualidade, identifica-se a predominância de certas controvérsias, como os recrudescentes embates de atores favoráveis a avanços dos direitos da população LGBT, a reivindicações do movimento feminista e à legitimidade de múltiplos arranjos familiares — ancorados em marcos legais, demandas relativas aos direitos humanos e investigações científicas e filosóficas das teorias de gênero —, com defensores de políticas públicas orientadas por um modelo familiar patriarcal, padrão comportamental heteronormativo, preceitos cristãos tradicionais e escopos doutrinários criacionistas. Contudo, nota-se que tanto atores considerados progressistas quanto conservadores nos costumes incorporam e ressignificam questões morais, investigações científicas e fundamentos jurídicos com vistas a corroborarem suas concepções plural ou dual, sócio-histórica ou naturalista, culturalista ou biologizante da sexualidade humana, identidade de gênero e instituição familiar. Nas últimas décadas, as controvérsias públicas tenderam a se concentrar em torno do currículo escolar e da “ideologia de gênero”, categoria construída com intentos detratores por lideranças eclesiais e leigas católicas na segunda metade dos anos 1990. Com a estratégica ressignificação, hibridização e operacionalização do clássico conceito sociológico, a categoria rapidamente se disseminou entre defensores católicos e evangélicos, unidos por um substrato teológico-valorativo comum às várias vertentes cristãs. Ao passo que os alvos das críticas, acusações e justificativas conservadoras, como profissionais da educação, pesquisadores, movimentos sociais e representantes políticos progressistas, argumentam que os termos “teorias de gênero” ou “identidades de gênero” seriam mais condizentes a suas abordagens didático-pedagógicas, agendas político-partidárias e pesquisas científico-filosóficas (BUTLER, 2018; MACHADO, 2000, 2012, 2018; MONTERO; SILVA; SALES, 2018).

Estamos frente a uma disputa que envolve segmentos organizados em movimentos sociais, ONGs e instituições confessionais com visões de mundo e interesses bem distintos: os cristãos com leitura a-histórica da bíblia, bem como uma concepção heteronormativa e patriarcal da sociedade, e os setores sociais que valorizam a autonomia dos sujeitos sobre seus corpos e sexualidade. Nesta contenda cultural e política, a categoria gênero desenvolvida por acadêmicas feministas e adotada como linguagem de política pública global pelas agências internacionais é vista pela Igreja Católica e segmentos pentecostais como um recurso ideológico que é pernicioso para a ordem social. Valorizando a dimensão cultural, esta categoria tem um efeito desestabilizador nos princípios naturalistas desenvolvidos pela ciência moderna que ajudaram a atualizar o discurso cristão da criação da espécie humana por Deus. As/os intelectuais cristãs/aos que participam da disputa simbólica em torno da categoria de gênero percebem claramente que, nesta nova cruzada, o discurso não pode ser só de cunho religioso; ele tem que buscar fundamentação no campo científico onde a argumentação feminista foi desenvolvida. E foi a interpretação da ideologia enquanto mistificação ou falseamento da realidade que estes/as intelectuais acionaram contra a gramática de gênero das feministas (MACHADO, 2018, p. 13).

Idealizado há cerca de 15 anos, o “Escola Sem Partido” figura como um evento aglutinador e mobilizador de controvérsias político-religiosas sobre educação, gênero e laicidade na esfera pública nacional. Conforme informado no site homônimo por Miguel Nagib, adepto católico, advogado, procurador do Estado de São Paulo e fundador do movimento, o “Escola Sem Partido” seria “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (ESP, 2014). Não obstante sua vasta abrangência na rede de ensino, desde as escolas primárias até universidades públicas e privadas, o fundador relata que a iniciativa surgiu a partir de seu descontentamento após a filha, que cursava a 8ª série no Colégio Sigma em Brasília, retornar da escola e informar que o professor de História comparou Ernesto Guevara a São Francisco de Assis. De acordo com a analogia narrada pelo pai em entrevista concedida ao El País Brasil, o professor teria dito que ambos renunciaram às benesses mundanas em favor de uma ideologia, o que os diferenciaria seria tão somente que um se orientava por uma ideologia política e o outro por uma religiosa. Explica, então, que se indignou com tal paralelo ao deduzir que o docente insinuava que o revolucionário cubano socialista teria a mesma santidade que o frade italiano. Na entrevista o advogado católico conclui que “as pessoas que querem fazer a cabeça das crianças associam as duas coisas e acabam dizendo que Che Guevara é um santo” (BEDINELLI, 2016). Em setembro de

2003, o pai descontente redigiu uma carta aberta ao professor de História, entregou também aos setores de direção e orientação escolares, além de distribuir 300 cópias a pais e mães que passavam pelo colégio, o que ocasionou ampla reação dos estudantes em favor do professor, com manifestações no pátio da escola, confecção de cartazes e envio de e-mails a Nagib. Entretanto, o que mais impressionou o idealizador do ESP foi a ausência de apoio das famílias às acusações transmitidas na carta, em suas palavras: “O mais grave, porém, foi a reação dos pais. Ou melhor: a não reação, já que nenhum deles me procurou para comentar, apoiar ou criticar a iniciativa. Silêncio total” (ESP, 2011).

A carta que inaugura o movimento em setembro de 2003, intitulada “Carta ao Professor Iomar”, inicia-se com a oração de São Francisco, difundida entre católicos tradicionais e carismáticos, além de ter sido transformada em música que se tornou amplamente conhecida nas vozes de cantores como Fagner, Joanna e Maria Bethânia, e de padres cantores como Pe. Zezinho, Pe. Antônio Maria, Pe. Marcelo Rossi, dentre outros. Aos primeiros versos da oração: “Senhor, fazei de mim um instrumento de vossa paz./Onde houver ódio, que eu leve o amor./Onde houver ofensa, que eu leve o perdão./Onde houver discórdia, que eu leve a união./Onde houver dúvida, que eu leve a fé./Onde houver erro, que eu leve a verdade [...]”. O fundador do ESP contrapõe uma citação atribuída a Ernesto Guevara sobre o ódio como fator da luta revolucionária, não ocasionalmente, retirada do controverso livro “Guia politicamente incorreto da América Latina” escrito pelos jornalistas Leandro Narloch e Duda Teixeira: “O ódio intransigente ao inimigo, que impulsiona além das limitações naturais do ser humano e o converte em uma efetiva, violenta, seletiva e fria máquina de matar. Nossos soldados têm que ser assim. Um povo sem ódio não pode triunfar sobre um inimigo brutal”. Seguindo uma concepção polarizadora entre amor e ódio, bem e mal, cristianismo e comunismo, o advogado católico considera absurda a comparação “entre um dos santos mais amados da Igreja e um assassino frio e calculista, um apologista do ódio, [...] ‘Che’ Guevara era tão parecido com Francisco de Assis quanto um discípulo de satanás se parece com um discípulo de Nosso Senhor”. Acusa, ainda, o docente de aplicar um modelo dualista próprio de estórias infantis, “onde o Mal jamais se confunde com o Bem”, em análises de eventos históricos complexos, por exemplo, “a Idade Média é ‘do mal’ e o Iluminismo

é ‘do bem’; os capitalistas são ‘do mal’ e os socialistas são ‘do bem’; os conservadores são ‘do mal’ e os revolucionários são ‘do bem’; os Estados Unidos são ‘do mal’, a ONU e Cuba são ‘do bem’, e por aí vai” (NAGIB, 2003). Diante desse maniqueísmo sócio-histórico, pedagógico e teológico, sobressai a posição tolerante e dialógica do atual sumo pontífice da Igreja Católica Apostólica Romana. Em entrevista concedida ao jornal italiano *La Repubblica*, dia 11 de novembro de 2016, questionado sobre o que pensava de uma sociedade de tipo marxista, afirmou que “são os comunistas que pensam como os cristãos”. Não obstante a procedência histórica e teológica da doutrina cristã, o Papa Francisco apontou para a consonante defesa dos valores democráticos e da justiça social: “Cristo falou de uma sociedade onde os pobres, os fracos, os excluídos devem ser os únicos a decidir. Não demagogos, nem Barrabás, mas o povo, os pobres, os que têm fé no Deus transcendente ou não, são aqueles que devemos ajudar a obter a igualdade e a liberdade” (SCALFARI, 2016).

O referido Guia de Narloch e Teixeira, consultado e indicado por Nagib, compõe a chamada “Biblioteca Politicamente Incorreta”, disponível no site “Escola Sem Partido”, que oferece sugestões de sites, livros e redes sociais, no mais das vezes, defensores de perspectivas conservadoras nos costumes, liberais na economia e combativas da suposta doutrinação escolar por militantes de esquerda, tais como: o livro “Por uma crítica da geografia crítica” do geógrafo Luis Lopes Diniz Filho e a página do Facebook “Equibatismo e Professor não é educador” difusora de publicações do filósofo Armindo Moreira, “Professor não é educador”, “Equibatismo: nem socialismo nem capitalismo privilegialista” e “Equibatismo cria riqueza e elimina miséria” (ESP, 2014). Essas indicações de leitura se somam a textos do ensaísta católico Olavo de Carvalho, visto que o acesso à carta na íntegra se dá a partir de um hiperlink que direciona o leitor ao site *Sapientiam Autem Non Vincit Malitia* — referência ao versículo da Bíblia católica “contra a sabedoria, o mal não prevalece” (BÍBLIA, Livro da Sabedoria, 7:30) —, que reúne informações biográficas, links de jornais, vídeos do YouTube e trechos de livros de Olavo de Carvalho. Além disso, a “Carta ao Professor Iomar” é antecedida por um breve comentário do ensaísta, intitulado “O estupro intelectual da infância”, escrito em setembro de 2003 em meio à efervescente atmosfera sociopolítica do primeiro ano da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (CARVALHO, 2003). É válido ressaltar que um

dos primeiros apoiadores do nascente “Escola Sem Partido”, Olavo de Carvalho, mais de um decênio depois, seria um dos principais consultores político-eleitorais do atual presidente Jair Bolsonaro e de seus filhos, o senador Flávio Bolsonaro e o deputado federal Eduardo Bolsonaro (COLETTA, 2018).

O Projeto de Lei Escola Sem Partido, sob o falso argumento do apartidarismo e da neutralidade no ensino, é a expressão de ações e orientações ideológicas de um movimento mais amplo, cujo ponto crucial e, portanto, mais grave, é que essas ações se inserem em um processo de judicialização da educação escolar brasileira, por meio da criminalização da função social do professor, pela prerrogativa da vulnerabilidade do estudante. Parte-se de um princípio valorativo que transforma exceções em regra, ao generalizar o que é particular, com base em uma determinada visão de mundo. E é esta a questão que nos parece essencial ao debate, que em si se mostra desprovido de nexos com a realidade social e escolar, quando, ao contrário, seu espírito político-religioso compreende-se perfeitamente na lógica político-econômica do tempo presente. Não se trata de um movimento casual de extrema direita, mas de um movimento integrante da nova racionalidade mundial (RODRIGUES; PUCCI; PADILHA, 2017, p. 270).

Enquanto o autor da carta acusa o docente de impingir às “consciências frágeis das crianças sua visão de mundo e compromissos político-partidários” (NAGIB, 2003), justificando seus argumentos em defesa da infância e da família cristã com trechos do Novo Testamento, por exemplo, as instruções de Jesus Cristo a seus discípulos sobre escândalos: “É inevitável que haja escândalos, mas ai daquele que os causar! Melhor lhe fora ser lançado ao mar com uma pedra de moinho enfiada no pescoço do que escandalizar um só destes pequeninos. Acautelai-vos!” (BÍBLIA, Lucas, 17:1-2). Por sua vez, Olavo de Carvalho denomina a situação de “abuso intelectual de menores” e se solidariza com Miguel Nagib e outros pais ao compartilhar que um filho seu também foi vítima desse “legado macabro” deixado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e perpetuado pelo noviço governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Dirigindo suas críticas tanto ao ministro da Educação Paulo Renato Souza, que teria feito “o possível para aplanar os caminhos do demônio”, quanto ao primeiro ano de seu sucessor Cristovam Buarque, Olavo de Carvalho acredita que “o método pedagógico implantado neste país é o do estupro intelectual, calculado por Antonio Gramsci para alcançar suas vítimas numa idade em que seus cérebros não estejam prontos para reagir criticamente a um assédio publicitário incansável e brutal”. Essa questionável e polêmica concepção do

método pedagógico em voga nas instituições de ensino nacionais se baseia não só em uma interpretação parcial e idiossincrática do pensamento gramsciano, mas também da teologia da libertação para compor o que chama de “mentira perversa”, ou seja, uma “doutrina oficial ou pelo menos oficiosa do governo brasileiro, condensada na ‘teologia da libertação’, personificada no guru presidencial Frei Betto e retransmitida diariamente a milhões de crianças brasileiras nas escolas públicas e particulares” (CARVALHO, 2003). Antes mesmo da veiculação da carta originária do ESP, Olavo de Carvalho já contestava as obras de outros renomados intelectuais brasileiros, como Leonardo Boff, Leandro Konder, Marilena Chauí, Emir Sader e, mais enfaticamente, Paulo Freire. Em julho de 1999, durante entrevista concedida à Revista Educação, o cientista social Luís Mauro Sá Martino perguntou ao ensaísta católico sobre a importância de Paulo Freire no cenário intelectual brasileiro e se deparou com a seguinte resposta: “Paulo Freire é um sujeito oco, o tipo acabado do pseudo-intelectual militante. Sua fama baseia-se inteiramente no lucro político que os comunistas obtêm do seu método [...] para reduzir a educação à doutrinação sectária. Um dia teremos vergonha de ter dado atenção a essa porcaria” (CARVALHO, 1999). O educador, pedagogo e filósofo Paulo Freire, autor dos célebres “Educação como prática de liberdade” (1967), “Pedagogia do oprimido” (1968), “Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa” (1997) etc., foi declarado Patrono da Educação Brasileira pela Lei 12.612 de 13 de abril de 2012, em meio ao primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff (PT), a partir do projeto de lei da deputada federal Luiza Erundina, na época filiada ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e atualmente ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) (CD, 2019; IPF, 2012).

Tanto na casa legislativa mineira quanto belo-horizontina, os projetos de lei em defesa da instauração do “Programa Escola Sem Partido” nas redes de ensino estadual e municipal, reproduziram os artigos, a estrutura, o anexo e, até mesmo, a justificativa do modelo disponibilizado no site do movimento, salvo algumas pontuais e superficiais revisões que não alteram substantivamente o conteúdo da proposta original. Os anexos dos anteprojeto de lei nos níveis federal, estadual e municipal para parlamentares, bem como de decretos para governadores e prefeitos, elaborados por Miguel Nagib e com acesso livre no site, propõem seis deveres do professor que deveriam ser afixados

em todas as salas de aula do ensino fundamental e médio, por meio de cartazes com o tamanho mínimo de 42 cm de largura e 59,4 cm de altura, contendo o seguinte texto:

1 O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.

2 O Professor não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.

3 O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.

4 Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa — isto é, com a mesma profundidade e seriedade —, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria.

5 O Professor respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

6 O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula (ESP, 2018).

No contexto belo-horizontino, a primeira proposição legislativa em defesa do “Programa Escola Sem Partido” surge na CMBH com o PL nº 1.911/2016, publicado dia 2 de março de 2016, assinado individualmente pelo vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares, católico com laços evangélicos, aliado da Igreja Batista da Lagoinha e filiado ao Partido Verde (PV). No entanto, o projeto de lei foi retirado de tramitação a pedido de vereadores opositores, Arnaldo Godoy e Pedro Patrus do Partido dos Trabalhadores (PT) e Áurea Carolina e Cida Falabella do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que exigiram, com base no regimento da CMBH, a assinatura de no mínimo 21 vereadores, o que corresponde à maioria absoluta dos parlamentares eleitos. A partir de esforços do vereador e pastor da Igreja Batista da Lagoinha Fernando Borja do Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB), que substituiu o precursor do “Escola Sem Partido” nas eleições 2016, foram mobilizados outros 20 parlamentares concordantes ao PL nº 274/2017, de 20 de junho de 2017, que manteve o conteúdo do PL nº 1.911/2016. O grupo mobilizado pelo vereador Pr. Fernando Borja permite identificar fronteiras, mesmo que fluidas e porosas, da Frente Parlamentar Cristã na CMBH, além de revelar alianças interdenominacionais e suprapartidárias em torno de pautas conservadoras polemizadas em nível municipal, estadual e federal, são eles: Pr. Autair Gomes; Bim da Ambulância; Bpo. Fernando Luiz;

Pr. Carlos Henrique; Catatau; Eduardo da Ambulância; Pr. Elvis Côrtes; Pr. Fernando Borja; Flávio dos Santos; Hélio da Farmácia; Miss. Jair Di Gregório; Pr. Jorge Santos; Juliano Lopes; Marilda Portela; Nely Aquino; Osvaldo Lopes; Pedrão do Depósito; Rafael Martins; Reinaldo Gomes; Wellington Magalhães; Wesley Autoescola (CMBH, 2019). Nota-se que o PL nº 274/2017 reproduz os princípios, justificativas e deveres do professor contidos nos projetos de lei que tramitam no Senado e na Câmara Federal desde 2015 que, aliás, também tiveram como modelo a proposta idealizada por Nagib em 2004 (CMBH, 2019; ESP, 2018).

Consonante aos princípios do ESP, encenou a Proposta de Emenda da Lei Orgânica de 11 de outubro de 2017, a PELO nº 3/2017, decorrente da mobilização do vereador e missionário assembleiano Jair Di Gregório do Progressistas (PP) de outros 13 parlamentares com distintos vínculos religiosos e partidários: Pr. Autair Gomes, Carlos Henrique, Cláudio Duarte, Eduardo da Ambulância, Pr. Jorge Santos, Marilda Portela, Orlei, Osvaldo Lopes, Pedrão do Depósito, Preto, Reinaldo Gomes, Wellington Magalhães e Wesley Autoescola. Sua proposta determinava em parágrafo único que não seriam deliberadas proposições legislativas que tendessem a aplicar a “ideologia de gênero” e os termos gênero ou orientação sexual em “regulamentação de política de ensino, currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa”. Não obstante o parecer favorável pela constitucionalidade, regimentalidade e legalidade do vereador e pastor batista Fernando Borja (PTdoB), Arnaldo Godoy (PT) e Cida Falabella (PSOL) recorreram ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) que concluiu pela inconstitucionalidade da PELO nº 3/2017 em dezembro de 2017 (CMBH, 2019).

Meses após a primeira tentativa de implantação do ESP no sistema municipal de ensino belo-horizontino em 2 de março de 2016, no dia 13 de outubro de 2016, o vereador Gilson Reis filiado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) provocou a mídia local, a opinião pública e a classe política ao reagir à controversa intervenção no campo educacional. Amparado nas propostas pioneiras “Escola Livre” do deputado federal pelo Rio de Janeiro Jean Wyllys (PSOL) e “Escola Sem Mordança” do deputado estadual do Rio Grande do Sul Juliano Roso (PCdoB), Gilson Reis lançou o PL nº 2.035/2016 que

propunha instituir o “Programa Escola Democrática”, explícita oposição ao “Programa Escola Sem Partido”, conforme consta em seu Art. 2º:

Art. 2º. São vedadas, em sala de aula ou fora dela, em todos os níveis e modalidades de educação do município de Belo Horizonte, as práticas de quaisquer tipos de censura de natureza política, ideológica, filosófica, artística, religiosa e/ou cultural a estudante e docente, ficando garantida a livre expressão de pensamentos e ideias, observados os direitos humanos e fundamentais, os princípios democráticos e os direitos e garantias estabelecidos no artigo 1º da presente Lei, na Constituição Federal e nos tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário (CMBH, 2019).

O deputado estadual Rogério Correia (PT) também reagiu ao ESP na ALMG, particularmente ao PL nº 4.247/2017 de autoria do Pr. Léo Portela, com o Requerimento da Comissão de Direitos Humanos nº 10.668/2017, publicado dia 11 de novembro de 2017, “em que requer que seja realizada audiência pública para debater a preservação dos direitos humanos no ambiente escolar, tendo em vista a importância da escola democrática e a mordaza que atualmente se tenta impor a professores com a finalidade de se eliminar o pensamento crítico nas instituições de ensino” (ALMG, 2019). O pastor batista e deputado estadual Léo Portela (PR) se notabilizou em seu primeiro mandato e incrementou seu capital político e religioso como precursor do “Programa Escola Sem Partido” na casa legislativa mineira ao propor o PL nº 4.247/2017, publicado no Diário do Legislativo da ALMG dia 11 de maio de 2017, pela instauração no sistema estadual de ensino de Minas Gerais (ALMG, 2019). Vale salientar que sua atuação parlamentar também trouxe propostas secundárias e suplementares em relação ao ESP, com foco mais pontual, menos controverso ou não relacionado diretamente à educação, mas que reforçam o projeto original ao extrapolar suas reivindicações para outras esferas sociais e áreas de intervenção legislativa. Por exemplo, no início de seu primeiro mandato, Pr. Léo Portela, guiado por preceitos doutrinários cristãos, apresentou o PL nº 1.904/2015, atualmente arquivado, que intentava inserir “na grade curricular das redes pública e privada de ensino do Estado conteúdos sobre a teoria do criacionismo” — definida pelo parlamentar batista como “a teoria de que a vida tem sua origem em Deus como criador supremo de todo o universo e de todas as coisas que o compõem, especialmente o ser

humano —, e no qual tecia justificativas alicerçadas no pluralismo de ideias, liberdade de credo e dever formativo da família:

Ensinar apenas o evolucionismo nas escolas é ir contra a liberdade de crença do nosso povo, que se afina mais com a doutrina criacionista, predominante no País, segundo o senso comum. O ensino darwinista limita-se à visão cosmológica de mundo existencialista, levando os estudantes a desacreditarem na existência de um Criador que está acima das frágeis conjecturas humanas forjadas em tubos de ensaio laboratorial. Sem menosprezo ao avanço tecnológico e científico, indispensável às necessidades sociais como aplacador da inventividade e curiosidade humanas, é possível harmonizar ensinamentos que contribuam para o desenvolvimento e a amplitude da visão cósmica do conhecimento humano. O que se requer não é a supressão da teoria evolucionista dos currículos escolares, mas a inclusão nos currículos, paralelamente, da doutrina criacionista, pois vivemos numa sociedade democrática cujo direito de escolher deve ser garantido. Assim, a família mineira terá o direito de escolher se descende de um macaco ou de outro bicho ou se foi criado por Deus (ALMG, 2019).

Outro caso ilustrativo se refere ao PL nº 5.249/2018 de 21 de junho de 2018, à espera de parecer de comissão, que propõe incluir no projeto pedagógico de escolas públicas estaduais “medidas de conscientização, prevenção e combate à erotização infantil”, também chamada “sexualização precoce”, definida no Art. 2º do projeto de lei por seu autor Pr. Léo Portela, como “a prática de exposição prematura de conteúdos, estímulos e comportamentos a indivíduos que ainda não têm maturidade suficiente para compreensão e elaboração de tais ações”. Dentre seus objetivos listados no Art. 3º se destacam a capacitação de docentes e equipe pedagógica para implementar medidas, bem como o envolvimento da “família no processo de construção da cultura do combate à erotização infantil”. Apesar do texto enfatizar o âmbito escolar e seus profissionais, sugerir certa continuidade com confrontos à “ideologia de gênero” e indicar uma nova ingerência de atores religiosos nos projetos pedagógicos em defesa da “família cristã” heteronormativa e patriarcal, ao se analisar a justificativa desse projeto de lei, percebe-se que a escola pública não é considerada a instituição promotora da erotização infantil, mas sim a mídia e publicidade. Critica as “mensagens publicitárias e atitudes de adultos [que] induzem as crianças a se exibirem e se comportarem de forma precocemente erotizada, ou seja, com apelos sexuais que são normais entre jovens e/ou adultos, mas não naturais da infância”. Cabe frisar que o pastor e parlamentar batista não nega a existência da sexualidade na infância, mesmo sem buscar fundamentação científica na

psicologia, sua concepção se mostra condizente com a psicanálise freudiana de início do século 20 e com recentes teorias herdeiras do neurologista austríaco sobre o papel da libido desde os primeiros anos da formação humana. Sendo assim, classifica como “saudável”, “normal” e “natural” o desenvolvimento da sexualidade infantil concordante à faixa etária, e acrescenta ao seu argumento uma série de transtornos e sofrimentos psicológicos decorrentes da erotização publicitária e midiática, como compulsão por gastos, distúrbios alimentares, depressão, ansiedade, baixa autoestima etc. As críticas se dirigem, ainda, às estratégias agressivas de vendas e fidelização de clientes, bem como aos padrões de beleza, comportamentos consumistas e valores individualistas, já que os “estilos de vida materialistas, [...] não só contribuem para um comportamento de massa em que carece a solidariedade e a simpatia com a diversidade na sociedade, como ocasiona, não raras vezes, consequências danosas ao próprio indivíduo”. Dessa forma, no PL contra a erotização infantil, diferente do “Programa Escola Sem Partido”, a instituição escolar e os educadores não são considerados a causa do problema a ser minimizado ou eliminado, mas a potencial solução que, junto aos familiares, deverão ser devidamente treinados para a “implementação de ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema”. Outra substancial diferença do PL nº 5.249/2018 frente ao PL nº 4.247/2017 se remete ao valor conferido à “diversidade na sociedade”, tratada como uma ideologia corruptora da formação moral e religiosa a ser combatida pelo ESP quando relacionada à diversidade especificamente de gênero, mas que se ressignifica e converte em princípio ético-jurídico defensável contra a erotização infantil, a cultura de massa e o comportamento consumista ao ser concebida, genericamente, como diversidade social (ALMG, 2019).

Já o nº PL 5.481/2018 que veio a público no dia 29 de novembro de 2018 e que aguarda designação de relator de comissão para avançar no processo de tramitação, concentra-se na área de denominação de próprio público. Embora sejam salientes os interesses corporativos evangélicos e de grupos conservadores, objetiva proibir “o uso de nomes vinculados ao comunismo para nomear bens públicos”. Conforme seu Art. 2º, “entende-se por comunismo, a ideologia política e socioeconômica que incita revolta e violência na eliminação da propriedade privada e persegue todo tipo de religião, com a justificativa de busca pela liberdade e igualdade”. O que se conjuga à justificativa do

projeto de lei que iguala o comunismo ao nazismo, tanto em número de mortes quanto no estabelecimento de um regime político ditatorial, logo, a proibição de nomes nazistas deveria ser estendida aos comunistas (ALMG, 2019). Até o momento, essa proposição não ganhou a visibilidade pública do “Escola Sem Partido”, mas se mostra em sintonia com o resgate do antagonismo acirrado na Guerra Fria entre comunistas e cristãos no que tange à liberdade religiosa, instituição familiar e direitos sexuais e reprodutivos, com o combate a ideais políticos de inspiração socialista em favor do projeto neoliberal e com atores que consideram o nazismo um regime totalitário de esquerda, divergentes diante do consenso entre historiadores, cientistas políticos e sociólogos que o situam à extrema-direita do espectro político, ideológico e partidário. Ademais, a justificativa do PL nº 5.481/2018 se beneficia da atmosfera política polarizada, das críticas neoliberais aos partidos políticos de matriz socialista e da acentuada propagação de concepções de extrema-direita e ultraconservadoras nas eleições 2018 (DUCHIADE; MATSUURA, 2018; GORTÁZAR; ALESSI, 2018; STRUCK, 2018).

Quanto aos problemas de gênero, ao se investigar a atuação parlamentar nas casas legislativas mineira e belo-horizontina, identifica-se a ausência de projetos de lei de representantes evangélicos desvinculados da perspectiva dual e heteronormativa no tratamento de questões pertinentes à instituição familiar, discriminação, violência e direitos sexuais e reprodutivos. Além de conservarem a tradicional polaridade feminino-masculino e uma patriarcal estrutura familiar, concebem as múltiplas possibilidades de relações afetivas, identidades de gênero e arranjos familiares como desvios, ameaças e desvirtuamentos de preceitos cristãos basilares da cultura nacional e da ordem social. Apesar de compartilharem com atores e movimentos políticos concorrentes bandeiras favoráveis a seletos direitos humanos e contrárias à violência sexual e discriminação de gênero, particularmente, quando sofrida por mulheres e crianças. Frente a proposições legislativas em defesa da ampliação dos direitos da população LGBT e combativas da LGBTfobia, nos últimos mandatos, os representantes evangélicos tendem a apresentar posicionamentos reativos, estratégias impeditivas e atitudes belicosas nos processos de tramitação no poder legislativo, mas também em pregações em eventos religiosos, mobilizações nas redes sociais, manifestações midiáticas, dentre outras modalidades de publicização de controvérsias político-religiosas (ALMEIDA, 2017; MACHADO, 2018,

2012, 2000; MARIANO, 2016). De acordo com Mariano (2016), essa forma de ativismo cristão que reage e compete com forças seculares e religiosas seria indissociável dos processos de construção identitária e distinção social dos atores evangélicos:

Para demarcar, reerguer e redefinir as fronteiras que simbolizam e singularizam sua identidade coletiva ou sua distintividade moral e religiosa — ou, nos seus termos, para impedir a completa depravação moral da sociedade e remover todo e qualquer obstáculo à pregação de seus valores e doutrinas —, elegem adversários para combater à medida mesma que os consideram ímpios e lhes atribuem ou neles reconhecem poderes ameaçadores e ofensivos ao evangelho, à moral cristã, à família e à liberdade religiosa. As religiões que prosperam, assim, conseguem fazê-lo não apesar do pluralismo e da diversidade, mas porque se empenham, estrategicamente, em confrontar (e competir com) as forças seculares e religiosas que percebem e identificam como ameaçadoras ou pelas quais se sentem e se acham combatidas e hostilizadas (MARIANO, 2016, p. 721).

Em âmbito estadual, destacam-se os eventos que envolveram os governadores Fernando Pimentel do Partido dos Trabalhadores (PT) e Antonio Anastasia do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) que atendendo a demandas da sociedade civil, não obstante as diferenças partidárias, enviaram à ALMG projetos de lei com o intuito de criarem o Conselho Estadual de Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CEC-LGBT). Respectivamente, PL nº 4.398/2017 e PL nº 3.769/2013 que se somaram ao PL nº 1.831/2015 com mesmo conteúdo da deputada estadual Marília Campos do PT, só que nenhum prosseguiu no processo de tramitação, sendo arquivados no 1º turno da apreciação em comissão ou plenário. Psicóloga, presidenta do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte na década de 1990, eleita vereadora em 2000 e prefeita por dois mandatos na cidade de Contagem em 2004 e 2008, atualmente em sua terceira legislatura como deputada estadual, Marília Campos também propôs o PL nº 1.829/2015 em defesa do “reconhecimento e direito do uso do nome social para travestis e transexuais nos órgãos da administração pública estadual”, mas o processo de tramitação está paralisado à espera de pareceres das comissões. Essa proposição resgata reivindicações similares às contidas no PL nº 1.755/2011 do deputado estadual Gustavo Valadares do Democratas (DEM) e que foi arquivado ainda em 1º turno, antes de encerrar a avaliação das comissões. Observa-se que nesses casos há expressiva convergência de parlamentares distantes no espectro ideológico-partidário, visto que partidos políticos tanto de esquerda quanto de direita, como as siglas do PT, PSDB e

DEM, mesmo atuando separadamente, coadunam seus esforços no que tange a ações políticas em prol do reconhecimento, proteção e ampliação dos direitos da população LGBT. Outras propostas legislativas de parlamentares filiados a partidos de esquerda se sobressaíram no mandato anterior por seu empenho no combate à discriminação de gênero e defesa dos direitos da população LGBT no âmbito do estado de Minas Gerais. Por exemplo, o PL nº 1.530/2011 arquivado do deputado estadual Rogério Correia do PT que dispunha sobre a criação do serviço de disque-denúncia contra a homofobia, e os PLs nº 2.927/2012 e nº 700/2015, ambos com o mesmo teor e não sancionados, propostos pelo deputado estadual Celinho da Sinttrocel do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que pretendia proibir a “contratação de serviços ou celebração de convênios e parcerias pela administração pública estadual com pessoas jurídicas que tenham sido condenadas por decisão colegiada sobre discriminação de gênero”. Todavia, em meio a tantos projetos impedidos, destaca-se a aprovação do PL nº 2.580/2011 do deputado estadual Pompílio Canavez do PT, transformado em norma jurídica em 23 de dezembro de 2013, que instituiu “políticas públicas de equidade de gênero, objetivando coibir práticas discriminatórias nas relações de trabalho urbano e rural, bem como no âmbito dos entes de direito público externo, das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias” (ALMG, 2019).

Por se tratarem de intervenções mais pontuais e localizadas, as declarações de utilidade pública concedidas a organizações da sociedade civil contam com maiores chances de aprovação do que alterações legislativas mais profundas e abrangentes. Na última legislatura na ALMG, o deputado estadual Wander Borges do Partido Socialista Brasileiro (PSB) através do PL nº 3.431/2016 conferiu o título de utilidade pública ao “Movimento de Diversidade e Cidadania LGBT” (MDC) com sede na cidade de Caeté, porém, o projeto de lei similar do deputado estadual Fabiano Tolentino do PPS, PL nº 407/2015, dirigido ao “Movimento Gay de Divinópolis” (MGD) foi arquivado, um indício de que grupos em defesa dos direitos da população LGBT enfrentam maiores entraves quando comparados àqueles dedicados à educação, saúde, esporte, meio ambiente, religião etc. (ALMG, 2019). Contudo, as estratégias reativas, impeditivas e combativas em curso no poder legislativo e esfera pública midiática não se limitam aos evangélicos, o discurso em defesa da “família cristã” e contra a chamada “ideologia de gênero” atraindo

parlamentares de variadas confissões e partidos políticos que, com gradações de suas trajetórias sociobiográficas e bases eleitorais, identificam-se com pautas conservadoras nos costumes e as instrumentalizam politicamente, refletindo em certo dissenso entre correligionários religiosos e partidários.

Na primeira metade da atual legislatura na CMBH, a Frente Parlamentar Cristã também se mobilizou contra proposições favoráveis à população LGBT, com destaque ao PL nº 224/2017 do vereador Pedro Patrus do PT que busca instituir o “Dia Municipal da Parada do Orgulho LGBT”, cuja comemoração ocorreria no terceiro domingo do mês de julho, com vistas a envolver o poder público em atividades educativas e informativas para a promoção de “uma cultura de respeito à diversidade, aos direitos humanos e à cidadania LGBT”. Em sua justificativa ressalta que se trata de um evento pacífico com alcance mundial e amplo apoio social, envolvendo diversos cidadãos, organizações da sociedade civil e segmentos empresariais, presente na capital mineira há exatas duas décadas e que “marca a luta do movimento LGBT pelo respeito à diversidade sexual e identidade de gênero e contra o preconceito, discriminação e violência”. Organizada em Belo Horizonte pela ONG Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (CELLOS-MG) desde 1998, em parceria com o movimento social LGBT, entidades de interesse público e empresas privadas, a “Parada do Orgulho LGBT” recebeu o apoio de vários parlamentares para a criação dessa data comemorativa. A iniciativa pioneira em nível municipal partiu do vereador Sérgio Ferrara filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) com o PL nº 1.690/2008, seguida pela vereadora Luzia Ferreira do Partido Popular Socialista (PPS) com o PL nº 105/2009, por Iran Barbosa do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) com o PL nº 169/2013 e por Pedro Patrus do Partido dos Trabalhadores (PT) com o PL nº 1.662/2015. Entretanto, todas essas propostas legislativas foram arquivadas ou rejeitadas por comissões ou em plenário sob o argumento de que os ordenamentos jurídicos nos níveis federal, estadual e municipal já contemplam o respeito à diversidade de gênero e o combate à LGBTfobia, além de a considerarem redundante, ilegal e dispendiosa ao determinar que a Prefeitura deveria arcar com a organização de atividades educativas e informativas (CMBH, 2019). Em contraponto, o argumento acerca dos gastos públicos foi silenciado na aprovação do PL nº 289/2017 que instituiu, em 26 de outubro de 2017, o “Dia da Reforma Protestante”

em Belo Horizonte e determinou a realização de ações educativas pelo poder público. A justificativa do PL nº 289/2017 resgata desdobramentos sócio-históricos, políticos e na ética econômica e profissional valorizados por vereadores evangélicos, ao afirmarem que a Reforma Protestante rompeu com os regimes absolutistas monárquicos e “com a ideia de que era pecado adquirir bens e lucrar com as relações de trabalho e comércio”, além de salientarem as benesses materiais do trabalho e mobilidade socioeconômica: “a ascensão social, através do trabalho honesto, passou a ser aceito e estimulado, o que fez com que qualquer pessoa pudesse ter a oportunidade de ter uma vida mais próspera, justa e confortável” (CMBH, 2019).

A “21ª Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte”, realizada no dia 8 de julho de 2018, com o tema “Mais Democracia e Mais Direitos Humanos: Esse é o Brasil que queremos para as LGBT”, a segunda maior do Brasil com um público estimado de 150 mil pessoas, foi alvo de ataques e reclamações de parlamentares, líderes e adeptos evangélicos que se disseminaram em veículos midiáticos e nas redes sociais. A reação comandada pelo vereador e pastor da Igreja Batista em Milionários Elvis Cortês filiado ao Partido Humanista da Solidariedade (PHS), ao lado de outros membros da bancada evangélica, com destaque ao pastor da Igreja Batista da Lagoinha Fernando Borja do AVANTE e ao missionário da Assembleia de Deus Jair Di Gregório do Progressistas (PP), demandava que a Prefeitura alterasse o trajeto dos blocos e trios elétricos que, anualmente, reúnem-se na Praça Rui Barbosa, conhecida Praça da Estação, percorrem trecho da Av. Amazonas e encerram o evento na Praça Raul Soares. Em defesa da mudança do trajeto, os referidos vereadores alegaram que os milhares de participantes ao passarem em frente a vários templos evangélicos atrapalhariam o acesso dos fiéis aos cultos, especialmente, da Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte localizada na histórica Praça Raul Soares. Para a realização do evento, o Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (CELLOS-MG) firmou parceria com a Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A (BELOTUR) e com a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) que destinou R\$ 120 mil para a infraestrutura (PBH, 2018). O vereador e missionário assembleiano Jair Di Gregório questionou o valor dos recursos públicos investidos, dizendo que “poderia ser melhor empregado”, ao passo que parlamentares opositores, como Áurea Carolina do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Gilson

Reis do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), enfatizaram a importância do evento em uma sociedade marcada pela violência, discriminação e fragilidade de políticas públicas voltadas à população LGBT (ERNESTO, 2018; RONAN, 2018). Em notícia publicada pela Prefeitura de Belo Horizonte, após a “21ª Parada do Orgulho LGBT” que manteve seu trajeto e investimento do poder público, foi ressaltada a movimentação na capital mineira de cerca de R\$ 4 milhões no setor de serviços e de atividades culturais com a realização do evento. Informação acompanhada pelas ações do prefeito Alexandre Kalil em defesa da população LGBT, com a criação via decreto da Coordenadoria de Direitos da População LGBT e a reabertura do Centro de Referência da População LGBT em 2017 (PBH, 2018). Durante a inauguração da primeira sede do Centro de Referência da População LGBT (CRLGBT), no dia 19 de dezembro de 2018, situada na região central de Belo Horizonte, o prefeito Alexandre Kalil se pronunciou com um discurso crítico e progressista endereçado aos opositores políticos conservadores: “Precisamos colocar BH na rédea de uma cidade moderna. Ajudar um movimento que foi tão fragilizado e perseguido é preciso coragem. Não me importo e não tenho medo deles, dos retrógrados, dos homofóbicos”. O Centro de Referência da População LGBT de Belo Horizonte conta com equipe de assistentes sociais e psicólogos voltados à reinserção escolar e no mercado de trabalho, acompanhamento médico e tratamento hormonal, acesso a cursos de capacitação profissional, encaminhamento de vítimas de violência e preconceito (PBH, 2018; ROCHA, 2018).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção evangélica na esfera pública nacional vem sendo acompanhada por controvérsias político-religiosas não somente na Nova República, remontam à chegada de imigrantes e missionários de Igrejas Batistas no Brasil Império, à criação e expansão das Assembleias de Deus na República Velha, às cruzadas evangelísticas da Igreja do Evangelho Quadrangular a partir do segundo governo Getúlio Vargas e à fundação da Igreja Universal do Reino de Deus depois da ruína do “milagre econômico” da ditadura militar. Persistentes embates com o catolicismo monopolista, aparato repressivo estatal, reações civis intolerantes e vilipendiosas, religiões afro-brasileiras e confissões cristãs concorrentes, tanto de matriz protestante quanto pentecostal, propiciaram a produção de visibilidade e legitimidade de atores evangélicos na sociedade brasileira ao longo de quase um século e meio. Se a condição majoritária e as relações colaborativas vindas do Brasil Colônia conferiram certa invisibilidade e naturalidade à presença católica na esfera pública política, contendo críticas e confrontos acerca da peculiar secularização desenrolada após a Proclamação da República (ALMEIDA, 2017; GIUMBELLI, 2008; MONTERO, 2009, 2012). Com a atuação política evangélica no período de transição do regime ditatorial ao democrático emergiram difusas controvérsias em torno da laicidade já nos anos 1980, com destaque às eleições diretas e intervenções conservadoras na Assembleia Constituinte, e, nas décadas seguintes, de pautas mais específicas focadas na educação, gênero, família e direitos humanos que potencializaram as disputas, bem como seus dispositivos de publicização, relativas ao arranjo político-jurídico do Estado democrático de direito (CAMURÇA, 2014; 2017; FRESTON, 1993, 1999).

Nas casas legislativas mineira e belo-horizontina, sobressaíram controvérsias públicas centradas na restrição de direitos da população LGBT, no combate à “ideologia de gênero”, na defesa da instituição familiar patriarcal-heteronormativa e do programa e ramificações do “Escola Sem Partido”, protagonizadas por representantes batistas e assembleianos com apoio menos aguerrido e ostensivo de quadrangulares, iurdianos e demais aliados circunstanciais. Tais diferenças nas formas de participação, produção e propagação de controvérsias públicas apontam para uma maior rotinização do ativismo político-eleitoral, constrangimento eclesial da atuação parlamentar e coesão do projeto

político das denominações episcopais, enquanto a acentuada diversidade doutrinária, fragmentação institucional e descentralização decisória das congregacionais conferem maior autonomia e motivação aos atores individuais para se envolverem em polêmicas reivindicatórias personalistas e particularistas. Essas constatações não correspondem ao enfatizado por estudos sobre política evangélica brasileira que, de um lado, retratam a Igreja Universal do Reino de Deus como sustentáculo religioso, político e midiático das principais controvérsias do período democrático, de outro, colocam as Assembleias de Deus, Igrejas Batistas e Igreja do Evangelho Quadrangular em posição coadjuvante e secundária. Diante disso, tornam-se necessárias pesquisas comparativas que avaliem se esse fenômeno se refere a uma especificidade mineira e belo-horizontina ou a uma tendência negligenciada em outras localidades brasileiras e transnacionais. Entretanto, a centralidade concedida a controvérsias públicas por trabalhos acadêmicos, coberturas jornalísticas, redes sociais e veiculações midiáticas em canais religiosos ou seculares favorece a construção e disseminação de uma imagem corriqueira e imprecisa de que a atuação parlamentar evangélica se limita a temas polêmicos de cunho conservador e corporativista. Porém, a maioria das questões legisladas não alcançaram a publicidade das controvérsias tampouco provocaram a mídia e opinião pública, contando com uma relativa invisibilidade que, por reduzir custos materiais e simbólicos, pôde contribuir com o êxito nas tramitações de substanciais mudanças no ordenamento jurídico tanto na ALMG quanto na CMBH.

Ao se investigar as formas de ativismo das bancadas evangélicas nas casas legislativas estadual e municipal, metodologicamente tratadas como unidades analíticas e coletividades monolíticas integradas por distintos atores institucionais e individuais, foi possível identificar imprevistas similaridades e singularidades. As quatro denominações evangélicas predominaram em ambos os blocos parlamentares com variações relativas à demografia religiosa, atuação legislativa e representação política. No último mandato na ALMG, batistas, assembleianos, quadrangulares e iurdianos ocuparam pouco mais de 11% das 77 vagas para deputados estaduais, ao passo que elegeram mais de 31% dos 41 vereadores da legislatura corrente na CMBH. Conforme os alvos e interesses envolvidos nas pautas legisladas, esse núcleo representativo cristão ocasionalmente se amplia com aliados circunstanciais vinculados a outras confissões ou simpatizantes

independentes de bases eleitorais e instituições religiosas específicas. No entanto, se na ALMG essa dinâmica conjuntiva ocorre de modo mais espontâneo, desarticulado e eventual, na CMBH os esforços pela institucionalização da Frente Parlamentar Cristã contribuíram com a extensão, estabilidade e capacidade de coordenação das atuações e alianças parlamentares. Com uma pluralidade confessional presente nos cargos da alta hierarquia, composta por um presidente assembleiano, um vice-presidente católico e um coordenador quadrangular, a frente mais que dobrou a representação da bancada evangélica belo-horizontina ao aglutinar protestantes, pentecostais, católicos, espíritas, dentre outros defensores de agendas políticas conservadoras nos costumes. Reforçada pela maior representação e organização na CMBH, a bancada municipal atua de forma mais coesa, colaborativa e disposta a diálogos suprapartidários e interdenominacionais, tendência corroborada pelo fato de um terço das proposições e metade das aprovações serem de projetos de lei de autoria coletiva. Relativamente, observa-se uma forma de ativismo mais atomizada, fragmentada e personalista da bancada estadual, com pouco mais de um décimo das propostas e menos de 5% das sanções em coautoria, só que concentradas em um representante assembleiano e suas bandeiras mais consensuais voltadas ao meio ambiente e saúde pública, já a bancada municipal apresentou uma distribuição confessional mais equitativa de iniciativas colaborativas.

Tais achados problematizam frequentes e naturalizadas concepções de que as bancadas evangélicas se caracterizariam por um elevado grau de coesão, articulação e institucionalização, reproduzindo um traço distintivo da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) no Congresso Nacional aos níveis estadual e municipal. Poder-se-ia supor uma maior pulverização e personalismo da bancada belo-horizontina devido à proximidade e ancoragem dos vereadores em bases eleitorais circunscritas à localidade, em oposição à distância e abrangência dos eleitorados mobilizados pelos deputados estaduais da bancada mineira. Contudo, nota-se um movimento inverso, matizes contextuais como demografia religiosa, representação política e atuação parlamentar se sobrepuseram, impulsionaram e modularam a dinâmica aglutinadora da bancada evangélica na CMBH, configurando uma potencial influência a atores cristãos na ALMG e em outras câmaras municipais interioranas e metropolitanas. Além disso, esse recente fenômeno refletiu na média superior de PLs lançados pelos vereadores evangélicos, em contraste com os

deputados estaduais da amostra que se mantiveram na média geral dos parlamentares. Essa discrepância entre as casas legislativas revela um profícuo campo investigativo sobre os processos de formação e institucionalização das frentes parlamentares cristãs, bem como a pertinência de estudos comparativos que averiguem se o variável grau de coesão das bancadas evangélicas se refere a uma singularidade de Minas Gerais ou a uma regularidade de contextos marcados pela restrita pluralização do mercado religioso e tardia desmonopolização católica.

As semelhanças elucidadas entre as formas de ativismo cristão das bancadas evangélicas nas casas legislativas mineira e belo-horizontina correspondem também às alianças suprapartidárias e interdenominacionais em torno de cinco áreas de interesse legislativo: direitos humanos, educação, indústria, comércio e serviços, meio ambiente e saúde pública. Mas se somam a consideráveis diferenças, visto que a bancada mineira se distinguiu por investir em outras duas áreas, segurança pública e utilidade pública, já a bancada belo-horizontina priorizou outras três em seus projetos de lei, administração pública, interesses corporativos evangélicos e trânsito e transporte. Ao se comparar os perfis denominacionais no nível estadual, os representantes batistas se concentraram em utilidade pública, educação, saúde pública e direitos humanos, assembleianos em utilidade pública, meio ambiente, segurança pública e saúde pública, quadrangulares em interesses corporativos evangélicos, e iurdianos em saúde pública, utilidade pública, educação e direitos humanos. Por seu turno, no nível municipal, os batistas focaram a maioria das proposições em educação, direitos humanos, indústria, comércio e serviços e saúde pública, assembleianos em direitos humanos, trânsito e transporte, indústria, comércio e serviços, educação e saúde pública, quadrangulares em denominação de próprio público, administração pública e indústria, comércio e serviços, e iurdianos em educação, trânsito e transporte, saúde pública e indústria, comércio e serviços. Apesar do menor número de projetos de lei em favor de interesses corporativos evangélicos, a área totalizou cerca de um sexto das sanções da bancada evangélica belo-horizontina — alta eficácia nas fases de tramitação atrelada ao papel da Frente Parlamentar Cristã na confluência dos esforços e recursos de seus membros. Essa inovadora estratégia metodológica, cuja replicação em outros contextos nacionais e internacionais se mostra vantajosa, permite romper com enfoques deterministas, essencialistas e generalizantes

das bancadas e denominações evangélicas, dado que as formas de ativismo variaram não apenas entre as casas legislativas e identidades doutrinárias, mas, sobretudo, ao se atentar à dimensão microanalítica dos atores individuais. Segundo Paula Montero, “nada seria mais simplificador do que tratar o agente a partir da fórmula ‘eles creem que’, na qual o ator é representado como portador de uma visão unitária e consensual de uma cosmologia religiosa” (2016, p. 143).

Quanto ao problema de pesquisa, em que medida as singularidades dos atores evangélicos individuais e coletivos e de seus contextos político-religiosos influem nas formas de ativismo cristão no poder legislativo e em controvérsias públicas em Minas Gerais e Belo Horizonte? No estrato mesoanalítico dedicado aos matizes institucionais, observou-se que os escopos doutrinários influem menos nas formas confessionais de ativismo no poder legislativo e em controvérsias públicas do que o modelo de governo eclesiástico, pois as denominações episcopais demonstraram maior centralização de seus projetos político-religiosos, controle dos percursos sociobiográficos e modulação da atuação parlamentar de atores individuais do que as congregacionais marcadas pela maior autonomia administrativa, independência das candidaturas e descentralização de investimentos em proselitismo eleitoral. Tais especificidades confessionais se tornaram mais significativas quando os atores individuais foram analisados conforme os atributos pessoais, agendas políticas, trajetórias sociobiográficas e perfis dos eleitorados. Sendo que os congregacionais batistas e assembleianos se revelaram mais heterogêneos e autônomos, ao passo que os episcopais quadrangulares e iurdianos mais homogêneos e coordenados institucionalmente. Ao se guiar pela perspectiva sociológica contextual, relacional e prática, buscou-se compreender as formas emergentes de ativismo cristão em consonância com as similaridades e singularidades denominacionais e individuais entre batistas, assembleianos, quadrangulares e iurdianos. Desse modo, a hipótese foi refutada, já que os perfis denominacionais das Igrejas Batistas e Assembleias de Deus, não obstante a herança tradicional, conservadorismo moral e afastamento do mundo, revelaram formas de ativismo no poder legislativo e na esfera pública mais proativas e aguerridas, com maiores investimentos não só na atuação parlamentar, mas também na produção e propagação de controvérsias públicas em torno da educação, gênero e laicidade. Enquanto a Igreja do Evangelho Quadrangular e a Igreja Universal do Reino

de Deus, mesmo com expressiva liberalidade nos usos e costumes, inserção midiática e acomodação ao mundo, apresentaram formas mais reativas e rotinizadas.

Outra dimensão citada na hipótese que também foi refutada se refere à prévia concepção do campo religioso mineiro considerado pela literatura especializada, ampla e genericamente, como um dos principais e remanescentes bastiões do catolicismo no Brasil contemporâneo. Com efeito, supôs-se que as formas de ativismo das confissões evangélicas se constituiriam em resposta direta e unívoca à condição majoritária da Igreja Católica, à restrita pluralidade cristã e aos grupos minoritários candomblecistas, umbandistas e espíritas. Por um lado, esperava-se maior conformismo e retraimento de batistas e assembleianos, por outro, posicionamentos combativos de quadrangulares e iurdianos. Só que essa abordagem operava em uma lógica dividida entre o sincretismo hierárquico e o pluralismo competitivo, negligenciando a recente transição do monopólio católico que ocasionou não em uma concorrência ideal, livre e igualitária no mercado religioso mineiro, mas sim em um oligopólio cristão compartilhado pela Igreja Católica, Igrejas Batistas, Assembleias de Deus e Igreja do Evangelho Quadrangular (FRESTON, 2007; YANG, 2007). Um modelo que seria melhor chamado de “pluralismo hierárquico” em razão da crescente diversificação religiosa e da tardia desmonopolização católica serem acompanhadas pela assimétrica presença sociodemográfica, desiguais recursos competitivos e seletiva legitimidade na esfera pública política em detrimento de minorias religiosas afro-brasileiras, espíritas, esotéricas, orientais, pentecostais autônomas etc. Primazia político-religiosa cristã que se recrudescer, ainda mais, nos contextos mineiro e belo-horizontino com o exponencial sucesso conversionista, a expansiva representação no poder legislativo, a rotinização do ativismo quadrangular e iurdiano e o processo de episcopalização de batistas renovados e, em menor medida, de assembleianos. Essas dinâmicas salientam inexploradas questões sociológicas que complexificam as análises sobre desmonopolização católica e pluralização religiosa no Brasil, evidenciando que os fenômenos de oligopolização cristã, episcopalização congregacional e rotinização da política evangélica, bem como suas ressonâncias e ameaças às religiões minoritárias, carecem de aprofundamento por estudos vindouros. Afinal, concordante a Paul Freston, “precisamos de um maior conhecimento do que acontece nas igrejas não dominantes [...], levando a sério não somente diferentes tradições de teologia política, mas também

seus locais específicos dentro do campo religioso e da sociedade” (2001, p. 152-153, tradução nossa).

A partir da construção e análise do panorama político-religioso em Minas Gerais e em Belo Horizonte, desde a derrocada da ditadura militar, passando pelo processo de redemocratização até a atualidade, com uma delimitação amostral que envolveu atores político-religiosos vinculados a denominações evangélicas proeminentes nos contextos local, estadual e nacional e de distintas vertentes doutrinárias cristãs, protestantismo histórico e renovado, pentecostalismo clássico, de cura divina e neopentecostalismo. Essa pesquisa comparativa se propôs a preencher lacunas no campo investigativo da sociologia da religião e demais ciências sociais referentes às relações entre religião e política, pluralismo religioso e esfera pública, modernidade e secularização, politização e publicização religiosa, ativismo cristão e controvérsias no Brasil contemporâneo. Por meio de um abrangente e pormenorizado levantamento dos representantes evangélicos eleitos entre 1982 e 2018, conjugado à análise da atuação parlamentar, de 972 projetos de lei e do envolvimento de 9 deputados estaduais e 13 vereadores em controvérsias públicas, almejou-se oferecer fundamentação empírica para se delinear similaridades e singularidades das formas de ativismo das bancadas evangélicas, confissões cristãs e atores individuais na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Embora o recorte temporal se atenha ao último mandato na ALMG, de 2015 a 2019, e à metade da atual legislatura na CMBH, de 2017 a 2018, espera-se que os inéditos registros e leituras das formas de ativismo cristão no poder legislativo e em controvérsias públicas ofereçam subsídios empíricos e interpretativos a investigações acerca dos desdobramentos das últimas eleições na política evangélica. Além de contribuir com a compreensão das especificidades sócio-históricas, culturais, religiosas e políticas das localidades, unidades federativas e regiões nacionais, assim como dos processos de secularização, politização e publicização do religioso em curso na sociedade brasileira, particularmente, nos contextos mineiro e belo-horizontino.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Stefano. *Biografia*. Site pessoal. 2017. Disponível em: <<http://stefanoaguarmg.com.br/biografia-stefano-aguiar/>>. Acesso em: 1 ago. 2018.
- ALEIXO, Vítor Corrêa. “*Deus faz, o Templo dos Anjos mostra*”: perfil eclesial e adesão religiosa na Igreja do Evangelho Quadrangular em Belo Horizonte. 2014. 105 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2014.
- ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada — evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 50, p. 1-27, 2017.
- ALMEIDA, Ronaldo de. A visita de Francisco e a abertura do compasso. *Estudos de Religião*, São Bernardo do Campo, v. 27, n. 2, p. 297-303, jul./dez. 2013.
- ALMEIDA, Ronaldo. Religião na metrópole paulista. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 56, p. 15-27, out. 2004.
- ALVES, Fransciny. Vereadores de BH criam bancada cristã para evitar projetos como a ‘ideologia de gênero’. *O Tempo*, Belo Horizonte, 5 set. 2017. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/hotsites/aparte/vereadores-de-bh-criam-bancada-crist%C3%A3-para-evitar-projetos-como-a-ideologia-de-g%C3%AAnero-1.1516700>>. Acesso em: 3 jan. 2018.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *A Rosa do Povo*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ANTÔNIO, Marcelo Álvaro. *Biografia*. Site pessoal. 2018. Disponível em: <<https://www.marceloalvaroantonio.com.br/>>. Acesso em: 25 fev. 2019.
- ARAÚJO, Alex. Saiba que é Mauro Tramonte, o deputado estadual mais votado em MG e o segundo do Brasil. *G1 Minas Gerais*, Belo Horizonte, 8 out. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2018/10/08/saiba-quem-e-mauro-tramonte-o-deputado-estadual-mais-votado-em-minas-gerais.ghtml>>. Acesso em: 14 out. 2018.
- ARAÚJO, Isael de. *Dicionário do movimento pentecostal*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus — CPAD, 2007.
- ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ASAD, Talal. *Formations of the secular: Christianity, Islam, modernity*. Stanford: Stanford University Press, 2003.
- ASAD, Talal. *Genealogies of religion: discipline and reasons of power of Christianity and Islam*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1993.

ASSEMBLEIA DE DEUS MINISTÉRIO BELO HORIZONTE — ADBH. ADBH celebra aniversário do 1º Vice-Presidente Pastor José Vieira Izidório. *ADBH Assessoria de Comunicação*, Belo Horizonte, 17 fev. 2016a. Disponível em: <<https://www.iadbh.com/o-ultimo-dia-esta-chegando-e-ha-evi/2016/02/17/ADBH-celebra-anivers%C3%A1rio-do-1%C2%BA-Vice-PresidentePastor-Jos%C3%A9-Vieira-Izid%C3%B3rio>>. Acesso em: 14 out. 2018.

ASSEMBLEIA DE DEUS MINISTÉRIO BELO HORIZONTE — ADBH. *Memorial*. 2016b. Disponível em: <<http://www.iadbh.com/memorial-ad>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

ASSEMBLEIA DE DEUS MINISTÉRIO BELO HORIZONTE — ADBH. Uma noite de louvor e gratidão a Deus pelo aniversário do Pr. Presidente Simoni Hélio de Moraes. *ADBH Assessoria de Comunicação*, Belo Horizonte, 17 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.iadbh.com/o-ultimo-dia-esta-chegando-e-ha-evi/2017/04/17/Uma-noite-de-louvor-e-gratid%C3%A3o-a-Deus-pelo-anivers%C3%A1rio-do-Pr-Presidente-Simoni-Helio-de-Moraes>>. Acesso em: 14 out. 2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS — ALMG. *Atividade Parlamentar*. 2019. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/index.html>. Acesso em: 5 jan. 2019.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS — ALMG. *Conheça os deputados*. 2018. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/deputados/conheca_deputados/index.html>. Acesso em: 4 jan. 2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS NOTÍCIAS — ALMG NOTÍCIAS. Comissão das Mulheres passa a ser permanente. *ALMG Notícias*, Belo Horizonte, 23 jul. 2018a. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2018/07/23_plenario_comissao_mulheres.html>. Acesso em: 27 jul. 2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS NOTÍCIAS — ALMG NOTÍCIAS. Nova legislatura contará com oito novos partidos na ALMG. *ALMG Notícias*, Belo Horizonte, 7 out. 2018b. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2018/10/07_eleicoes_composicao_partidaria.html>. Acesso em: 9 out. 2018.

ASSIS, Glauber Loures de. *A religião of the Floresta*: apontamentos sociológicos em direção a uma genealogia do Santo Daime e seu processo de diáspora. 2017. 484 f. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2017.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. Assembleia de Deus articula criação de partido pró-‘família tradicional’. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 mar. 2017. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1867553-assembleia-de-deus-articulacao-de-partido-pro-familia-tradicional.shtml>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. Eleição fortalece projeto de poder da Assembleia de Deus Madureira. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 dez. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/eleicao-fortalece-projeto-de-poder-da-assembleia-de-deus-madureira.shtml>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

BARTHE, Yannick; RÉMY, Catherine; TROM, Danny; LINHARDT, Dominique; BLIC, Damien de; HEURTIN, Jean-Philippe; LAGNEAU, Éric; BELLAING, Cédric Moreau; LEMIEUX, Cyril. Sociologia pragmática: guia do usuário. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 18, n. 41, jan./abr. 2016, p. 84-129.

BATISTA, Micael. Presidente nacional da Igreja Quadrangular sugere que Jesus “mentiu” ao falar do Espírito Santo. *O Fuxico Gospel*, 1 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.ofuxicogospel.com.br/2018/08/presidente-nacional-da-igreja-quadrangular-sugere-que-jesus-mentiu-ao-falar-do-espirito-santo.html>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

BEDINELLI, Talita. “O professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis”. *El País Brasil*, Madrid, 26 jun. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html>. Acesso em: 14 jan. 2018.

BELO, Patrícia. Após decisão do STF de manter aplicação da ficha limpa, Ipatinga e Timóteo podem ter novas eleições, diz TSE. *G1 Vales de Minas*, Governador Valadares, 2 mar. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/vales-mg/noticia/apos-decisao-do-stf-de-manter-aplicacao-da-ficha-limpa-ipatinga-e-timoteo-podem-ter-novas-eleicoes-diz-tse.ghtml>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

BERGER, Peter. A dessecularização do mundo: uma visão global. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 9-24, jan./jun. 2000.

BERGER, Peter. *O dosseil sagrado*: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

BERGER, Peter. *Os múltiplos altares da modernidade*: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista. Petrópolis: Vozes, 2017.

BIONDINI, Eros. *Evangelização*. Site pessoal. 2017. Disponível em: <<http://www.erosbiondini.com/evangelizacao/cn.php>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

BRAGA, Henrique. *Biografia*. Site pessoal. 2018. Disponível em: <<http://www.henriquebraga45.com.br/sobre.asp>>. Acesso em: 1 ago. 2018.

BRAGON, Ranier. Evangélico exige garantia de voto em MG. *Folha de S. Paulo*, Agência Folha, Belo Horizonte, 28 set. 2000. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2809200040.htm>>. Acesso em: 30 set. 2018.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAESAR, Gabriela. Saiba como eram e como ficaram as bancadas na Câmara dos Deputados, partido a partido. *G1*, Rio de Janeiro, 8 out. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/pt-perde-deputados-mas-ainda-tem-maior-bancada-da-camara-psl-de-bolsonaro-ganha-52-representantes.ghtml>>. Acesso em: 9 out. 2018.

CALGARO, Fernanda; RAMALHO, Renan; BARBIÉRI, Luiz Felipe; OLIVEIRA, Mariana. 14 partidos podem cair na cláusula de barreira e ficar sem fundo partidário e tempo de TV. *G1*, Rio de Janeiro, 9 out. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/10/09/14-partidos-devem-ser-enquadrados-na-clausula-de-barreira-e-ficar-sem-fundo-partidario-e-tempo-de-tv.ghtml>>. Acesso em: 13 out. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS — CD. *Conheça os deputados*. 2019. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE — CMBH. *Atividade Legislativa*. 2019. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE — CMBH. *Conheça os vereadores*. 2018. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/vereadores>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM — CMC. Sistema de Apoio ao Processo Legislativo. *Parlamentares*. 2017. Disponível em: <http://legislativo.cmc.mg.gov.br:8080/sapl/consultas/parlamentar/parlamentar_index_html>. Acesso em: 10 mar. 2018.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de (Org.). *Católicos, protestantes, espíritas*. Petrópolis: Vozes, 1973.

CAMPOS, Leonildo Silveira. As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada. *Revista USP*, São Paulo, n. 67, p. 100-115, set./nov. 2005.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Pentecostalismo e protestantismo “histórico” no Brasil: um século de conflitos, assimilações e mudanças. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 9, n. 22, p. 504-533, jul./set. 2011.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. A questão da laicidade no Brasil: mosaico de configurações e arena de controvérsias. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 15, n. 47, p. 855-886, jul./set. 2017.

CAMURÇA, Marcelo. Seriam as religiões no Brasil atores legítimos ou espúrios na arena pública e no jogo político? In: ORO, Ari Pedro; TADVALD, Marcelo (Org.). *Circuitos religiosos: pluralismo e interculturalidade*. Porto Alegre: CirKula, 2014. p. 45-66.

CANAL DE COMUNICAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE DEUS MINISTÉRIO DO BELÉM — TV AD BELÉM. *Cultos e eventos*. 2018. Disponível em: <<http://tvadbelem.com.br/tv/>>. Acesso em: 25 set. 2018.

CANÇÃO NOVA NOTÍCIAS. Estatuto do Nascituro assegura direitos à criança antes de nascer. *Canção Nova Notícias*, Cachoeira Paulista, 7 out. 2011. Disponível em: <<https://noticias.cancaonova.com/brasil/estatuto-do-nascituro-assegura-direitos-a-crianca-antes-de-nascer/>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

CANÇÃO NOVA NOTÍCIAS. Morre Miguel Martini, um dos autores do Estatuto do Nascituro. *Canção Nova Notícias*, Cachoeira Paulista, 17 out. 2013. Disponível em: <<https://noticias.cancaonova.com/brasil/morre-miguel-martini-um-dos-autores-do-estatuto-do-nascituro/>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

CARTA CAPITAL. “Bolsa estupro”: quando a vítima se torna criminosa. *Carta Capital*, São Paulo, 6 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsa-estupro-e-risco-de-transformar-vitima-em-criminosa-1925/>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

CARVALHO JUNIOR, Erico Tavares de; ORO, Ari Pedro. Eleições municipais 2016: religião e política nas capitais brasileiras. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 18, n. 32, p. 15-68, jul./dez. 2017.

CARVALHO, Olavo. Educação e consciência. Entrevista de Olavo de Carvalho a Luís Mauro Martino publicada na Revista Educação, São Paulo, jul.1999. *Sapientiam Autem Non Vincit Malitia*, 1999. Disponível em: <<http://www.olavodecarvalho.org/textos/educacao.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

CARVALHO, Olavo. O estupro intelectual da infância (Carta de Miguel Nagib ao Professor Iomar). *Sapientiam Autem Non Vincit Malitia*, 19 set. 2003. Disponível em: <<http://www.olavodecarvalho.org/convidados/mnagib.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

CASANOVA, José. *Public religions in the modern world*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1994.

CASANOVA, José. Rethinking Secularization: A Global Comparative Perspective. In: BEYER, Peter; BEAMAN, Lori (Ed.). *Religion, Globalization, and Culture*. Leiden: Brill, 2007. p. 101-120.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas — Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 11-48, abr./jun. 2009.

CIPRIANI, Juliana. Bolsonaro faz discurso para agradar pastores em BH e ganha bênção em culto. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 29 maio 2018. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/05/29/interna_politica,962863/bolsonaro-discurso-agradar-pastores-em-bh-e-ganha-bencao-em-culto.shtml>. Acesso em: 31 maio 2018.

COLETTA, Ricardo Della. Chanceler de Bolsonaro: “Deus uniu ideias de Olavo de Carvalho ao patriotismo do presidente”. *El País Brasil*, Madrid, 27 dez. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/27/politica/1545925083_475905.html>. Acesso em: 28 dez. 2018.

COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva. Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo. Catecismo positivista*. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

CONGRESSO EM FOCO. Atingido pela cláusula de desempenho, PCdoB incorpora PPL. *Congresso em Foco*, Brasília, 2 dez. 2018. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/atingidos-pela-clausula-de-desempenho-pc-do-b-incorpora-ppl/>>. Acesso em: 2 dez. 2018.

CONGRESSO EM FOCO. Deputado comanda sanguessugas em MG. *Congresso em Foco*, Brasília, 28 maio 2006. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/deputado-comanda-sanguessugas-em-mg/>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR — CEDP. Câmara dos Deputados. Carlos Willian diz que Mário de Oliveira o ameaçou de morte. *CD Notícias*, Brasília, 16 ago. 2007. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/eticaedecoro/noticias/carlos%20willian%20aceita%20acareacao%2016%20ago.doc/view>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA — CBB. *Nossa História*. 2017a. Disponível em: <http://www.convencaobatista.com.br/siteNovo/pagina.php?MEN_ID=24>. Acesso em: 22 abr. 2018.

CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA — CBB. *Quem somos*. 2017b. Disponível em: <http://www.convencaobatista.com.br/siteNovo/pagina.php?MEN_ID=19>. Acesso em: 22 abr. 2018.

CONVENÇÃO BATISTA NACIONAL — CBN. *Quem somos*. 2017. Disponível em: <<http://www.cbn.org.br/institucional/quem-somos>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

CORRÊA, Diogo Silva. Pragmatismo e sociologia. In: SELL, Carlos Eduardo; MARTINS, Carlos Benedito (Org.). *Teoria sociológica contemporânea: autores e perspectivas*. São Paulo: Annablume, 2017. p. 215-238.

CPAD NEWS. Assembleia de Deus elege 24 deputados federais. *CPAD News – Portal de Notícias da Casa Publicadora das Assembleias de Deus*, Rio de Janeiro, 6 out. 2014. Disponível em: <<http://www.cpadnews.com.br/assembleia-de-deus/39186/pastor-jose-wellington-bezerra-da-costa-e-homenageado-na-ad-ministerio-do-belem.html>>. Acesso em: 7 jan. 2018.

CPAD NEWS. Pastor José Wellington Bezerra da Costa é homenageado na AD Ministério do Belém. *CPAD News – Portal de Notícias da Casa Publicadora das Assembleias de Deus*, Rio de Janeiro, 27 abr. 2017. Disponível em: <<http://www.cpadnews.com.br/assembleia-de-deus/39186/pastor-jose-wellington-bezerra-da-costa-e-homenageado-na-ad-ministerio-do-belem.html>>. Acesso em: 7 jan. 2018.

CUNHA, Odair. *Biografia*. Site pessoal. 2017. Disponível em: <<http://www.odaircunha.com.br/odaircunha/biografia;jsessionid=cgvh5lhq327y>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

DANTAS, Dimitrius. Podemos incorpora PHS e vira terceira maior bancada do Senado. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 dez. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/podemos-incorpora-phs-vira-terceira-maior-bancada-do-senado-23321821>>. Acesso em: 23 dez. 2018.

DATAFOLHA. Gerência de Pesquisas de Opinião. *Eleições 2018*. Brasil. Intenção de voto para presidente da República — 2º turno. 25 out. 2018. Contratantes da pesquisa: Folha de S. Paulo e TV Globo. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/10/26/3416374d208f7def05d1476d05ede73e.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2018.

DÁVILA, Brenda Maribel Carranza. *Movimentos do catolicismo brasileiro: cultura, mídia, instituição*. 2005. 575 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2005.

DIAS JÚNIOR, Noraldino Lúcio. *Noraldino: um deputado que luta por toda forma de vida*. Site pessoal. 2018a. Disponível em: <<http://www.noraldinojunior.com.br/quem-e-noraldinojr.php>>. Acesso em: 8 jan. 2018.

DIAS JÚNIOR, Noraldino Lúcio. *Notícias*. Deputado Noraldino Júnior toma posse como Presidente do PSC-MG. Site pessoal. 2018b. Disponível em: <<http://www.noraldinojunior.com.br/page-noticia.php?idnew=14>>. Acesso em: 12 out. 2018.

DIAS JÚNIOR, Noraldino Lúcio. *Notícias*. Noraldino participa do CONEMAD-MG. Site pessoal. 2018c. Disponível em: <<http://www.noraldinojunior.com.br/page-noticia.php?idnew=10>>. Acesso em: 12 out. 2018.

DOTTA, Rafaella. Censura em Minas: vereador de BH faz acusação falsa contra professora. *Brasil de Fato*, São Paulo, 11 out. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/10/11/censura-em-minas-vereador-de-bh-faz-acusacao-falsa-contra-professora/>>. Acesso em: 7 jan. 2018.

DUCHIADE, André; MATSUURA, Sérgio. Debate sobre se nazismo é de direita ou esquerda atormenta professores. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 out. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/debate-sobre-se-nazismo-de-direita-ou-esquerda-atormenta-professores-23088894>>. Acesso em: 21 out. 2018.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965.

EISENSTADT, Shmuel Noah. *Comparative civilizations and multiple modernities*. Leiden: Brill, 2003.

EISENSTADT, Shmuel Noah. Modernidades múltiplas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, n. 35, p. 139-163, abr. 2001.

ERNESTO, Marcelo. Vereadores evangélicos querem alterar trajeto da 21ª Parada LGBT de BH. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 5 jul. 2018. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/07/05/interna_politica,971542/vereadores-evangelicos-de-bh-querem-alterar-trajeto-da-21-parada-lgbt.shtml>. Acesso em: 7 jul. 2018

ESCOLA SEM PARTIDO — ESP. Anteprojeto de lei municipal e minuta de justificação. *Escola Sem Partido*, 2018. Disponível em: <<https://www.programescolasesempartido.org/municipal>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

ESCOLA SEM PARTIDO — ESP. Caso Sigma. *Escola Sem Partido*, 15 out. 2011. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/sindrome-de-estocolmo/114-caso-sigma>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

ESCOLA SEM PARTIDO — ESP. Quem Somos. *Escola Sem Partido*, 13 nov. 2014. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/quem-somos>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

EU AMO IPATINGA. Personagens: Moamed Rachid. *Eu Amo Ipatinga*, Ipatinga, 2012. Disponível em: <<http://euamoipatinga.com.br/personagens/noticias.asp?codigo=740>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

FAQUINI, Luciane. Márcio Santiago fica inelegível por 8 anos. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, 27 ago. 2015. Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/noticias/politica/27-08-2015/marcio-santiago-fica-inelegivel-por-8-anos.html>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

FARIA, Raquel. Novo favorito. *O Tempo*, Belo Horizonte, 30 out. 2018. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/opiniaio/raquel-faria/novo-favorito-1.2031131>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

FELLOWSHIP OF EUROPEAN FOURSQUARE CHURCHES — FEFC. *General Information*. 2019. Disponível em: <<https://www.foursquare-europe.org/general-information/>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

FERNANDES, Rubem Cesar *et al.* *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

FERREIRA JR., Hédio. Osmânio Pereira desiste de candidatura. *O Tempo*, Belo Horizonte, 12 ago. 2006. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/politica/osmanio-pereira-desiste-de-candidatura-1.305790>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

FOLHA DE S. PAULO. Líder da Universal acha “válido” o compromisso. *Folha de S. Paulo*, Agência Folha, Belo Horizonte, 28 set. 2000. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2809200042.htm>>. Acesso em: 30 set. 2018.

FÓRNEAS, Vitor. Secretaria de Educação e Frente dos Evangélicos repudiam atitudes de vereador. *BHAZ*, Belo Horizonte, 10 out. 2017. Disponível em: <<https://bhaz.com.br/2017/10/10/secretaria-de-educacao-repudia-video-vereador/>>. Acesso em: 7 jan. 2018.

FRESTON, Paul. As duas transições futuras: católicos, protestantes e sociedade na América Latina. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 12, n. 12, p. 13-30, out. 2010.

FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto *et al.* *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 67-159.

FRESTON, Paul. *Evangelicals and Politics in Africa, Asia and Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

FRESTON, Paul. Introduction: The Many Faces of Evangelical Politics in Latin America. In: FRESTON, Paul (Ed.). *Evangelical Christianity and Democracy in Latin America*. New York: Oxford University Press, 2008. p. 3-36.

FRESTON, Paul. Latin America: The 'Other Christendom', Pluralism and Globalization. In: BEYER, Peter; BEAMAN, Lori (Ed.). *Religion, Globalization and Culture*. Leiden; Boston: Brill, 2007. p. 571-593.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. 1993. 303 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

FRESTON, Paul. Protestantismo e democracia no Brasil. *Lusotopie*, v. 6, p. 329-340, 1999.

FRIDMAN, Luis Carlos. Émile Durkheim e o socialismo como grito de dor. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 35-46, nov. 1994.

FROESE, Paul. Forced Secularization in Soviet Russia: Why an Atheist Monopoly Failed. *Journal for the Scientific Study of Religion*, v. 43, n. 1, p. 35-50, mar. 2004.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS — FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil — CPDOC. *Verbetes biográfico de João Paulo Gomes da Silva*. 2009a. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-joao-mg>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS — FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil — CPDOC. *Verbetes biográfico de José Miguel Martini*. 2013. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-miguel-martini>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS — FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil — CPDOC. *Verbetes biográfico de Osmânio Pereira de Oliveira*. 2009b. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/osmanio-pereira-de-oliveira>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

G1. Secretário pede demissão e Temer aceita após declaração polêmica. *G1*, Rio de Janeiro, 6 jan. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/secretario-de-temer-pede-demissao-apos-dizer-que-tinha-que-matar-mais-nos-presidios.ghtml>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

G1 MG. Justiça permite que deputado Cabo Júlio, condenado por corrupção e fraude, volte a trabalhar na Assembleia Legislativa de MG. *G1 Minas Gerais*, Belo Horizonte, 18 jun. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/justica-permite-que-cabo-julio-condenado-por-corrupcao-e-fraude-volte-a-trabalhar-na-assembleia-legislativa-de-mg.ghtml>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 80-101, jul./dez. 2008.

GIUMBELLI, Emerson. A vontade de saber: terminologias e classificações sobre o protestantismo brasileiro. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 87-119, jan./jun. 2000.

GIUMBELLI, Emerson. *O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França*. São Paulo: Attar Editorial, 2002.

GÓES, Bruno. Patriota e PRP anunciam fusão para ter acesso ao fundo partidário. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 dez. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/patriota-prp-anunciam-fusao-para-ter-acesso-ao-fundo-partidario-23311387>>. Acesso em: 23 dez. 2018.

GORTÁZAR, Naiara Galarraga; ALESSI, Gil. Ódio visceral ao PT ressuscita com fúria no Brasil. *El País Brasil*, Madrid, 29 out. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/27/politica/1540656482_930109.html>. Acesso em: 31 out. 2018.

GRACINO JR., Paulo. “Minas são muitas, mas convém não exagerar”: identidade local e resistência ao pentecostalismo em Minas Gerais. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 52, p. 145-162, jan./abr. 2008.

GUERRA, Rayanderson. Rede questiona no STF lei que impede fusão de partidos criados há menos de cinco anos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 dez. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/rede-questiona-no-stf-lei-que-impede-fusao-de-partidos-criados-ha-menos-de-cinco-anos-23280669>>. Acesso em: 23 dez. 2018.

HABERMAS, Jürgen. *Entre naturalismo e religião: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.

HABERMAS, Jürgen. *Fé e saber*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública: investigações sobre uma categoria de sociedade burguesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HEIDERICK, Enilson. Teologia em foco: A Doutrina da Trindade. *Chamado ao Evangelho*, 5 ago. 2015. Disponível em: <www.chamadoaoevangelho.com.br/2015/08/teologia-em-foco-doutrina-da-trindade.html>. Acesso em: 25 set. 2018.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. *O peregrino e o convertido: a religião em movimento*. Petrópolis: Vozes, 2008.

IGREJA BATISTA CENTRAL DE BELO HORIZONTE — IBCBH. *História*. 2014. Disponível em: <<http://ibcbh.com.br/conheca/historia/>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

IGREJA BATISTA DA LAGOINHA — IBL. *Quem somos*. 2018. Disponível em: <<https://www.lagoinha.com/quem-somos/>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

IGREJA BATISTA GETSÊMANI — IBGET. Eduardo e Marilda, novos vereadores, falam de suas vidas e de seus projetos para BH. *GetNews*, Belo Horizonte, 16 out. 2016. Disponível em: <<https://getsemani.com.br/portal/2016/10/16/eduardo-e-marilda-novos-vereadores-falam-de-suas-vidas-e-de-seus-projetos-para-bh/>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

IGREJA BATISTA GETSÊMANI — IBGET. *História*. 2014. Disponível em: <<https://getsemani.com.br/portal/a-getsemani/historia/>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR — IEQ. Conselho Global Quadrangular. *Portal BR4*, São Paulo, 28 jan. 2019. Disponível em: <<http://www.portalbr4.com.br/Artigo/6165/materia>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR — IEQ. *Departamento histórico*. 2014. Disponível em: <http://www.quadrangularbrasil.com/dpth_pt/>. Acesso em: 22 jan. 2014.

IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR — IEQ. Diretrizes das prévias internas para as eleições de 2018. *Secretaria Nacional de Cidadania*, São Paulo, 2018a. Disponível em: <<http://www.portaligrejaquadrangular.com.br/portal/arquivos/pdf/Diretrizes-para-previa-2018.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR — IEQ. Estatuto da Igreja do Evangelho Quadrangular. *Blog Quadrangular Brasil*, Alto Araguaia, 2 maio 2011 [1999]. Disponível em: <<http://blogquadrangularbrasil.blogspot.com/2011/05/estatuto-da-igreja-do-evangelho.html>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR — IEQ. Liderança. *Portal BR4*, São Paulo, 2018b. Disponível em: <<http://www.portalbr4.com.br/>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR — IEQ. Secretaria Geral de Cidadania. *Portal BR4*, São Paulo, 7 jul. 2016. Disponível em: <www.portalbr4.com.br/Artigo/71/materia>. Acesso em: 17 nov. 2018.

IGREJA POSITIVISTA DO BRASIL — IPB. *Templo da Humanidade*. 2017. Disponível em: <<http://templodahumanidade.org.br/>>. Acesso em: 23 nov. 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática — SIDRA. *Censos Demográficos 2000 e 2010*. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

INSTITUTO PAULO FREIRE — IPF. Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira. *Instituto Paulo Freire*, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://www.paulofreire.org/paulo-freire-patrono-da-educacao-brasileira>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

JACOB, Cesar Romero; HEES, Dora Rodrigues; WANIEZ, Philippe; BRUSTLEIN, Violette. *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

JORNAL BELVEDERE. Lucas Gonzalez quer empreender também na política. *Jornal Belvedere*, Belo Horizonte, 27 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.jornaldobelvedere.com.br/index.php/home/noticias/item/366-lucas-gonzalez-quer-empreender-tambem-na-politica>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

JORNAL DE PATROCÍNIO — JP. Convenção estadual das Assembleias de Deus define apoio a candidatos. *Jornal de Patrocínio*, Patrocínio, 12 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.jornaldepatrocinio.com.br/noticias/convencao-estadual-das-assembleias-de-deus-define-apoio-a-candidatos/>>. Acesso em: 12 out. 2018.

JUAN, Jacqueline San. A 35 anos de história, IURD em Minas Gerais também comemora aniversário. *Universal Minas*, Belo Horizonte, 8 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.universalminas.com.br/iurd-minas/templo-maior/especial/35-anos-historia-iurd-minas-gerais-tambem-comemora-aniversario>>. Acesso em: 3 dez. 2012.

JUCÁ, Beatriz. Crise de candidatos laranja se agrava, fecha cerco a PSL e complica Bolsonaro. *El País Brasil*, Madrid, 25 fev. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/22/politica/1550852331_045158.html>. Acesso em: 25 fev. 2019.

LAGÔA, Tatiana. Vinte anos do movimento da Polícia Militar que marcou Minas Gerais. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, 1 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/vinte-anos-do-movimento-da-pol%C3%ADcia-militar-que-marcou-minas-gerais-1.539846>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

LEWGOY, Bernardo. A transnacionalização do espiritismo kardecista brasileiro: uma discussão inicial. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 84-104, jan./jun. 2008.

LEWGOY, Bernardo. Chico Xavier e a cultura brasileira. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 53-116, 2001.

LISBOA, Luciane. Para vereador, Willian é traidor. *O Tempo*, Belo Horizonte, 26 jun. 2007. Disponível em: <otempo.com.br/politica/para-vereador-willian-e-traidor-1.629416>. Acesso em: 21 jul. 2017.

LOCKE, John. *Carta acerca da tolerância. Segundo tratado sobre o governo. Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LOPES, Juliano. *Sobre o vereador*. Site pessoal. 2018. Disponível em: <<http://www.julianolopesvereador.com.br/>>. Acesso em: 1 ago. 2018.

LOPES, Raquel. Igreja do Evangelho Quadrangular lança campanha de oração contra a crise. *Portal BR4*, São Paulo, 30 maio 2017. Disponível em: <<http://www.portalbr4.com.br/Artigo/2317/materia>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

LOURENÇO JR., Sérgio. Conheça o Conselho de Pastores do Estado de Minas Gerais – CPEMG – Pastor Jorge Linhares. *Ministério em Defesa da Fé Apostólica*, São Paulo, mar. 2016. Disponível em: <<https://pastorsergiolourenco.blogspot.com/2016/03/conheca-o-conselho-de-pastores-do.html>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

MAAKAROUN, Bertha. Deputado eleito por atuação nas redes sociais ganha visibilidade com greve dos caminhoneiros. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 21 out. 2018. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/21/interna_politica,998875/deputado-eleito-atuacao-redes-sociais-ganha-visibilidade.shtml>. Acesso em: 23 out. 2018.

MACEDO, Edir; OLIVEIRA, Carlos. *Plano de poder: Deus, os cristãos e a política*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do movimento Escola Sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 139, p. 507-524, abr./jun. 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 601-631, jul./set. 2014.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Existe um estilo evangélico de fazer política? In: BIRMAN, Patricia (Org.). *Religião e espaço público*. São Paulo: Attar, 2003. p. 283-307.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 1-18, 2018.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O tema do aborto na mídia pentecostal: notas de uma pesquisa. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 200-2011, 2000.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião, cultura e política. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 29-56, jul./dez. 2012.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião e política no Brasil contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 45-72, jul./dez. 2015.

MACIEL, Alice. Venda de ruas à igreja é suspensa na capital. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 27 set. 2012. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/09/27/interna_politica,319906/venda-de-ruas-a-igreja-e-suspensa-na-capital.shtml>. Acesso em: 6 abr. 2018.

MAFRA, Clara. *Na posse da palavra: religião, conversão e liberdade pessoal em dois contextos nacionais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

MAFRA, Clara. Números e narrativas. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 14, n. 24, p. 13-25, jul./dez. 2013.

MARIANO, Ricardo. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: secularização e pluralismo em debate. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 16, n. 4, p. 710-728, out./dez. 2016.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 121-138, set./dez. 2004.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, maio/ago. 2011.

MARIANO, Ricardo. Mudanças no campo religioso brasileiro no Censo 2010. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 14, n. 24, p. 119-137, jul./dez. 2013.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

MARIZ, Cecília; GRACINO JR., Paulo. As igrejas pentecostais no Censo de 2010. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Org.). *Religiões em movimento: o Censo de 2010*. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 161-174.

MARIZ, Cecília. Secularização e dessecularização: comentários a um texto de Peter Berger. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 25-39, jan./jun. 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, Karl. *Para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Covilhã: LusoSofia Press, 2008.

MATOSO, Filipe. Depois de PRB anunciar demissão de ministro, Hilton rompe com partido. *G1*, Brasília, 18 mar. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/prb-diz-que-george-hilton-entregou-cargo-de-ministro-do-esporte.html>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

MELLO, Alessandra. Renúncia de deputado atrasa inquérito da Polícia Federal. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 17 jul. 2013. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/07/17/interna_politica,424001/renunci-a-de-deputado-atrasa-inquerito-da-policia-federal.shtml>. Acesso em: 21 jan. 2018.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. Protestantismo brasileiro, uma breve interpretação histórica. In: SOUZA, Beatriz Muniz; MARTINO, Luís Mauro Sá (Org.). *Sociologia da religião e mudança social*. São Paulo: Paulus, 2004. p. 49-79.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL — MPF. Procuradoria da República em Minas Gerais. MP Eleitoral impugnou 232 pedidos de registro de candidaturas em Minas Gerais. *Ministério Público Federal*, Brasília, 24 ago. 2018. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mp-eleitoral-impugnou-232-pedidos-de-registro-de-candidatura-em-minas-gerais>>. Acesso em: 25 ago. 2018

MISSÃO MUNDO NOVO. *Histórico*. 2017. Disponível em: <<http://www.missaomundonovo.com.br/historico/>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 167-183, jan./jun. 2012.

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 74, p. 47-65, mar. 2006.

MONTERO, Paula (Org.). *Religiões e controvérsias públicas: experiências, práticas sociais e discursos*. São Paulo: Editora Terceiro Nome; Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

MONTERO, Paula. “Religiões públicas” ou religiões na esfera pública? Para uma crítica ao conceito de campo religioso de Pierre Bourdieu. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 128-150, jan./jun. 2016.

MONTERO, Paula. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil. *Etnográfica*, Lisboa, v. 13, n. 1, p. 7-16, maio 2009.

MONTERO, Paula; SILVA, Aramis Luis; SALES, Lilian. Fazer religião em público: encenações religiosas e influência pública. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 24, n. 52, p. 131-164, set./dez. 2018.

MOTTA, Filipe. Bancada evangélica ganha espaço e consolida-se como a maior da Câmara de BH. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, 18 set. 2017. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/bancada-evangelica-ganha-espaço-e-consolida-se-como-a-maior-da-câmara-de-bh-1.559753>>. Acesso em: 3 jan. 2018.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. *Política & Sociedade — Revista de Sociologia Política*, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 11-26, out. 2003.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 25, p. 11-23, nov. 2005.

MOURÃO, Caio. Suplente na Câmara Federal, vereador de Fabriciano ocupará vaga após anúncio de futuro ministro do Turismo. *G1 Vales de Minas*, Governador Valadares, 28 nov. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/vales-mg/noticia/2018/11/28/suplente-na-camara-federal-vereador-de-fabriciano-ocupara-vaga-apos-anuncio-de-futuro-ministro-do-turismo.ghtml>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

NAÇÃO QUADRANGULAR. *Petição pública ao Conselho Nacional e Comissão de Ética Nacional da Quadrangular*: contra heresias e blasfêmias da Convenção Nacional Quadrangular 2018. 2018. Disponível em: <https://secure.avaaz.org/po/community_petitions/Conselho_Nacional_e_Comissao_de_Etica_Nacional_da_Quadrangular_Contra_heresias_e_blasfemias_da_Convencao_Nacional_Quadra/>. Acesso em: 15 fev. 2019.

NAGIB, Miguel. Carta ao Professor Iomar. *Sapientiam Autem Non Vincit Malitia*, 19 set. 2003. Disponível em: <<http://www.olavodecarvalho.org/convidados/mnagib.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

NATIVIDADE, Marcelo. Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 115-132, jun. 2006.

NEGRÃO, Lísias. Umbanda: entre a cruz e a encruzilhada. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 113-122, jan./dez. 1993.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*: uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

OLIVEIRA, Cinthya. Ex-prefeito de Uberlândia é preso em operação contra fraude em licitações. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, 20 set. 2018. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/ex-prefeito-de-uberl%C3%A2ndia-%C3%A9-presos-em-opera%C3%A7%C3%A3o-contrafraude-em-licita%C3%A7%C3%B5es-1.657368>>. Acesso em: 29 set. 2018.

OLIVEIRA, Mário de. Campanha IEQ pela Pátria. *Portal BR4*, São Paulo, 7 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.portalieqbrasil.com.br/Artigo/3893/materia>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

ORO, Ari Pedro. A laicidade no Brasil e no Ocidente: algumas considerações. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 221-237, maio/ago. 2011.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 8, n. 53, p. 53-69, out. 2003a.

ORO, Ari Pedro; CARVALHO JUNIOR, Erico Tavares de. Eleições gerais de 2014: religião e política no Rio Grande do Sul. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 16, n. 27, p. 145-171, jan./jun. 2015.

ORO, Ari Pedro. Organização eclesial e eficácia política: o caso da Igreja Universal do Reino de Deus. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 97-109, jun. 2003b.

ORO, Ari Pedro. Religião e política na América Latina: uma análise da legislação dos países. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 281-310, jan./jun. 2007.

O TEMPO. Comissão Extraordinária das Mulheres é criada na ALMG. *O Tempo*, Belo Horizonte, 12 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/comiss%C3%A3o-extraordin%C3%A1ria-das-mulheres-%C3%A9-criada-na-almg-1.1007770>>. Acesso em: 7 jan. 2018.

O TEMPO. Léo Motta (PSDC) anuncia sua pré-candidatura à Câmara Federal. *O Tempo*, Belo Horizonte, 2 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/otempo-contagem/leo-motta-psdc-anuncia-sua-pre-candidatura-a-camara-federal-1.1579483>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

PEREIRA, José dos Reis. *Breve história dos batistas*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1979.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Cadê a nossa diversidade religiosa? Comentários ao texto de Marcelo Camurça. In: Faustino Teixeira; Renata Menezes (Org.). *As religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 49-51.

PIERUCCI, Antônio Flávio. De olho na modernidade religiosa. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 9-16, nov. 2008.

PIERUCCI, Antônio Flávio. O crescimento da liberdade religiosa e o declínio da religião tradicional: a propósito do censo 2010. *Anuac*, v. 1, n. 2, p. 87-96, nov. 2012.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP/Editora 34, 2013.

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo: Hucitec, 1996.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Reencantamento e dessecularização: a propósito do auto-engano em Sociologia da Religião. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 49, p. 99-117, nov. 1997.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. In: PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 163-191.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 13, n. 37, p. 43-73, jun. 1998.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Sociologia da religião: área impuramente acadêmica. In: MICELI, Sergio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970–1995)*. Volume II: Sociologia. São Paulo: Editora Sumaré; ANPOCS; CAPES, 1999. p. 237-286.

PORTIER, Philippe. A regulação estatal da crença nos países da Europa ocidental. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 11-28, jul./dez. 2011.

PORTIER, Philippe. Regulação estatal da religião na França (1880-2008): ensaio de periodização. *REVER – Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, ano 10, n. 3, p. 24-47, set. 2010.

PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 223-238, set./dez. 2004.

PRANDI, Reginaldo. Religião paga, conversão e serviço. In: PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo: Universidade de São Paulo – HUCITEC, 1996. p. 257-273.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 187-213, ago. 2017.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE — PBH. 21ª edição da Parada do Orgulho LGBT reúne 150 mil pessoas no Centro de BH. *PBH Notícias*, Belo Horizonte, 8 jul. 2018. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/21a-edicao-da-parada-do-orgulho-lgbt-reune-150-mil-pessoas-no-centro-de-bh>>. Acesso em: 22 dez. 2018

PROCÓPIO, Carlos Eduardo Pinto. *Perto da religião, perto da política: a participação do catolicismo carismático através da instituição, candidaturas e mídia nas eleições de 2010*. 2014. 233 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2014.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. Novo Congresso Nacional veio pior que a encomenda. *Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar — Agência DIAP*, Brasília, 15 out. 2018. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/28530-novo-congresso-veio-pior-que-a-encomenda>>. Acesso em: 16 out. 2018.

RÁDIO 107,5 FM — A RÁDIO DO POVO DE DEUS. *Apresentação*. 2012. Disponível em: <<http://radio107fm.com/plus/modulos/conteudo/?tac=apresentacao>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

RÁDIO ASSEMBLEIA. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Entrevista com Charles Santos. *Rádio Assembleia*, Belo Horizonte, 30 out. 2018. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/acompanhe/radio_assembleia/podcasts/index.html?idAudio=1313749>. Acesso em: 2 nov. 2018.

RAGAZZI, Lucas; MOTTA, Luiz Fernando. Vereador Cláudi Duarte é preso pela Polícia Civil em BH. *O Tempo*, Belo Horizonte, 2 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/pol%C3%ADtica/vereador-cl%C3%A1udio-duarte-%C3%A9-presos-pela-pol%C3%ADcia-civil-em-bh-1.2160680>>. Acesso em: 5 abr. 2019.

REDE SUPER DE TELEVISÃO — REDE SUPER. *A Rede Super. Linha do tempo*. 2018. Disponível em: <<http://redesuper.com.br/a-rede-super/>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

REIS, Rosângela. *Trajetória*. Site pessoal. 2018. Disponível em: <<http://www.deputadarosangelareis.com.br/rosangela-reis/>>. Acesso em: 7 jan. 2018.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 2008.

ROCHA, Anderson. Kalil inaugura espaço voltado à comunidade LGBT e afirma não ter medo de homofóbicos. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, 19 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/kalil-inaugura-espaco-voltado-a-comunidade-lgbt-e-afirma-nao-ter-medo-de-homofobicos-1.680632>>. Acesso em: 22 dez. 2018

RODRIGUES, César Augusto; PUCCI, Bruno; PADILHA, Anna Maria Lunardi. O que move o movimento Escola Sem Partido? *Comunicações*, Piracicaba, v. 24, n. 2, p. 267-282, maio/ago. 2017.

RONAN, Gabriel. Prefeitura inaugura Centro de Referência LGBT no Centro de BH. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 19 dez. 2018. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/12/19/interna_gerais,1014820/prefeitura-inaugura-centro-de-referencia-lgbt-no-centro-de-bh.shtml>. Acesso em: 22 dez. 2018.

ROSA, Júlio de Oliveira. *O Evangelho Quadrangular no Brasil: fundação e expansão da Cruzada Nacional de Evangelização*. Belo Horizonte: Editora Betânia S/C, 1977.

ROSAS, Nina. “Dominação” evangélica no Brasil: o caso do grupo musical Diante do Trono. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 5, n. 1, p. 235-258, jan./jun. 2015.

ROSAS, Nina. Religião, mídia e produção fonográfica: o Diante do Trono e as disputas com a Igreja Universal. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 167-194, jan./jun. 2013.

RUBENS, Ney. Em blog, ex-deputado confessa envolvimento com ‘sanguessugas’. *Terra Networks Brasil S.A.*, São Paulo, 11 abr. 2010. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/em-blog-ex-deputado-confessa-envolvimento-com-sanguessugas,30784fc7b94fa310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

SANCHIS, Pierre (Org.). *Fiéis & cidadãos: percursos de sincretismo no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

SANTIAGO, Carlos Henrique; PEIXOTO, Paulo; PRATES, Fábila. Governo de MG cede e dá reajuste a PMs. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 jun. 1997. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff270601.htm>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

SCALFARI, Eugenio. Il Papa a Repubblica: “Trump? Non giudico. Mi interessa soltanto se fa soffrire i poveri”. *La Repubblica*, Roma, 11 nov. 2016. Disponível em: <https://www.repubblica.it/vaticano/2016/11/11/news/intervista_del_papa_a_repubblica_abbattere_i_muri_che_dividono_bisogna_costruire_ponti_-151774646/?refresh_ce>. Acesso em: 14 jan. 2018.

SCARDOELLI, Anderson. Bancada do Microfone: quem é o jornalista que derrotou Dilma Rousseff? *Comunique-se Portal*, São Paulo, 9 out. 2018. Disponível em: <<https://portal.comunique-se.com.br/bancada-do-microfone-quem-e-o-jornalista-que-derrotou-dilma-rousseff/>>. Acesso em: 14 out. 2018.

SCHMITT, Gustavo. Autora do impeachment de Dilma, Janaína Paschoal é deputada estadual mais votada da História. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 out. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/autora-do-impeachment-de-dilma-janaina-paschoal-deputada-estadual-mais-votada-da-historia-23138019>>. Acesso em: 14 out. 2018.

SENADO FEDERAL DO BRASIL. Notícias. Senado aprova cláusula de barreira a partir de 2018 e fim de coligação para 2020. *Senado Notícias*, Brasília, 3 out. 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/10/03/aprovado-fim-das-coligacoes-em-eleicoes-proporcionais-a-partir-de-2020>>. Acesso em: 13 out. 2018

SHALDERS, André. Governo Bolsonaro: quem é Marcelo Álvaro Antônio, ministro na mira do escândalo de ‘laranjas’ do PSL. *BBC News Brasil*, São Paulo, 21 fev. 2019.

Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47318192>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

SILVEIRA, Emerson José Sena da; SOFIATI, Flávio Munhoz. *Novas leituras do campo religioso brasileiro*. São Paulo: Ideias & Letras, 2014.

SIQUEIRA, Deis. Novas religiosidades na capital do Brasil. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 177-197, maio 2002.

SOUTO, Isabella. Saiba mais sobre Carlos Viana senador eleito por Minas. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 7 out. 2018. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/07/interna_politica,995320/saiba-ais-sobre-carlos-viana-senador-eleito-por-minas.shtml>. Acesso em: 14 out. 2018.

SOUZA, Jair Gregório de. *Biografia*. Blog pessoal de Jair Di Gregório. 2018. Disponível em: <<http://www.jairdigregorio.com.br/p/jair-di-gregorio-nome-artistico-de-jair.html>>. Acesso em: 14 out. 2018.

SOUZA, Nivaldo; CARAM, Bernardo. Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, afirma Diap. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 6 out. 2014. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>>. Acesso em: 16 out. 2018.

STARK, Rodney. Trazendo a teoria de volta. *REVER – Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, ano 4, n. 4, p. 1-26, dez. 2004.

STAUSBERG, Michael; TESSMANN, Anna. The appropriation of a religion: The case of Zoroastrianism in contemporary Russia. *Culture and Religion*, v. 14, n. 4, p. 445-462, 2013.

STEIL, Carlos Alberto. Eleições, voto e instituição religiosa. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 2, n. 3, p. 73-85, set. 2001.

STEIL, Carlos Alberto. Pluralismo, modernidade e tradição: transformações do campo religioso. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 3, n. 3, p. 115-129, out. 2001.

STRUCK, Jean-Philip. Brasileiros criam debate que não existe na Alemanha. *Deutsche Welle Brasil*, Berlim, 17 set. 2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/brasileiros-criam-debate-que-n%C3%A3o-existe-na-alemanha/a-45531446>>. Acesso em: 21 out. 2018.

TEIXEIRA, Faustino. Faces do catolicismo brasileiro contemporâneo. *Revista USP*, São Paulo, n. 67, p. 14-23, set./nov. 2005.

TERRA. Novo ministro do Esporte foi flagrado com malas de dinheiro. *Terra Networks Brasil S.A.*, São Paulo, 24 dez. 2014. Disponível em:

<<https://www.terra.com.br/esportes/jogos-olimpicos/2016/novo-ministro-do-esporte-foi-flagrado-com-malas-de-dinheiro,9ee12be3e9c7a410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: leis e costumes: de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático*. Livro I. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: sentimentos e opiniões: de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos*. Livro II. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TOGNINI, Enéas; ALMEIDA, Silas Leite de. *História dos Batistas Nacionais*. Brasília: LERBAN, 2007.

TRIBUNA DE MINAS. TSE cassa mandatos dos deputados Márcio Santiago e Franklin Lima. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, 22 ago. 2018. Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/noticias/politica/22-08-2018/tse-cassa-mandatos-dos-deputados-marcio-santiago-e-franklin-lima.html>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL — TSE. *Eleições. Estatísticas*. 2018. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS — UFMG. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Centro de Estudos Mineiros. Núcleo de História Oral. Projeto integrado “Memória e história: visões de Minas”. História dos Partidos Políticos e Sindicatos. *Entrevista com Enilson Heiderick*. Belo Horizonte, 17 jul. 1997. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/historiaoral/index.php/por/Acervo-de-entrevistas/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos>>. Acesso em: 25 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS — UFMG. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Centro de Estudos Mineiros. Núcleo de História Oral. Projeto integrado “Memória e história: visões de Minas”. História dos Partidos Políticos e Sindicatos. *Entrevista com Maria Helena*. Belo Horizonte, 11 fev. 1998. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/historiaoral/index.php/por/Acervo-de-entrevistas/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos>>. Acesso em: 25 set. 2018.

VALADÃO, Márcio. Pastora da Lagoinha, Damares Alves assumirá Ministério de Direitos Humanos, Família e Mulheres no próximo Governo Federal. *Igreja Batista da Lagoinha*, Belo Horizonte, 7 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.lagoinha.com/ibl-noticia/pastora-da-lagoinha-damares-alves-assumira-ministerio-de-direitos-humanos-familia-e-mulheres-no-proximo-governo-federal/>>. Acesso em: 9 dez. 2018.

VANDENBERGUE, Frédéric. Construção e crítica na nova sociologia francesa. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 2, p. 315-366, maio/ago. 2006.

VIANA, Carlos. Quem é o jornalista Carlos Viana? *Blog do Jornalista Carlos Viana*, Belo Horizonte, 20 set. 2018. Disponível em: <<https://jornalistacarlosviana.com.br/blog/quem-e-o-jornalista-carlos-viana/>>. Acesso em: 14 out. 2018.

WEBER, Max. *A ciência como vocação*. Covilhã: LusoSofia Press, 2005.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1999.

WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. Parte 1. São Paulo; Campinas: Editora Cortez; Editora da Unicamp, 2001.

WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: WEBER, Max. *Sociologia*. Gabriel Cohn (Org.). São Paulo: Editora Ática, 2003. p. 128-141.

WEBER, Max. Rejeições religiosas do mundo e suas direções. In: WEBER, Max. *Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1982. p. 371-410.

WEISS, Raquel. Émile Durkheim: de ideólogo da laicidade a precursor das teorias pós-seculares. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 16, n. 36, p. 428-448, maio/ago. 2017.

WERNECK, Gustavo. Exposição relembra história de médium mineiro que atendeu mais de 4 milhões de pessoas. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 29 ago. 2015. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/08/29/interna_gerais,683048/exposicao-relembra-historia-de-medium-mineiro-que-atendeu-mais-de-4-mi.shtml>. Acesso em: 15 jun. 2017.

WILL FILHO. “Mário de Oliveira está dividindo a Igreja do Evangelho Quadrangular”, alerta pastor. *Gospel+*, 28 nov. 2018. Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/mario-de-oliveira-igreja-do-evangelho-quadrangular-105006.html>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

YANG, Fenggang. Oligopoly Dynamics: Official Religions in China. In: BECKFORD, James A.; DEMERATH III, N. Jay. *The SAGE Handbook of the Sociology of Religion*. London: SAGE Publications, 2007. p. 635-653.

YANG, Fenggang. Resposta de Fenggang Yang — Secularização por agenciamento e experiências chinesas nas modernidades múltiplas. In: BERGER, Peter. *Os múltiplos altares da modernidade: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista*. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 235-266.

ZAVARIS, Sérgio. A Renovação Carismática Católica do Brasil nas Eleições 2018. *RCCBRASIL*, Canas, 1 out. 2018. Disponível em:

<<https://www.rccbrasil.org.br/institucional/index.php/artigos/1288-a-renovacao-carismatica-catolica-do-brasil-nas-eleicoes-2018.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2018.

ZEPEDA, José de Jesús Legorreta. Secularização ou ressacralização? O debate sociológico contemporâneo sobre a teoria da secularização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 25, n. 73, p. 129-141, jun. 2010.